

Luís Soares Carneiro (Porto, 1959), é Professor Associado na Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. Doutorou-se em Arquitectura com a tese Teatros Portugueses de Raiz Italiana (2003).

É autor de diversificados projetos e obras de arquitectura, muitos deles em contexto patrimonial, apresentados em encontros, conferências e publicações nacionais e estrangeiras. Investiga e escreve sobre arquitectura — Teatros, História da Arquitectura, Habitação, Património — tendo publicado, entre outros textos, os livros *A Estranheza da Estípite. Marques da Silva e o(s) Teatro(s) de S. João* (2010); e também *Casas Ermas. Os Arquitectos Rebelo de Andrade e os Discursos do Moderno* (2016).

**TRÊS
EMBAIXADAS
PORTUGUESAS
LONDRES
MADRID
RIO DE JANEIRO**

**-
ARQUITECTOS
IRMÃOS
REBELO DE
ANDRADE**

As três Embaixadas cuja origem, processo e forma aqui se estudam, tiveram intervenções — arquitectura e decoração — de Guilherme e de Carlos Rebelo de Andrade, dois notáveis arquitectos cuja alegada proximidade ao Estado Novo relegou para o esquecimento crítico e historiográfico.

A exploração da documentação e a observação dos modos de proceder da época, mostram um retrato das instituições e do funcionamento do Estado cheio de contradições e de abusos para com os arquitectos, maltratados pela máquina burocrática, tornados brinquedos de ferozes lutas internas ao regime, usados por um poder que se aproveitava do seu prestígio artístico e cultural.

Revela-se um mundo pequeno, mesquinho, cruel, deselegante, opressivo, face ao qual os arquitectos procuravam, com as armas do seu ofício, defender e promover os valores da Arquitectura em que acreditavam, numa luta desigual, tal como hoje.

Edições
Afrontamento

FCT Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia

LE PORTO UNIVERSIDADE
DO PORTO
CENTRO DE ESTUDOS
DE ARQUITECTURA
E URBANISMO

iD
INSTITUTO
DIPLOMÁTICO

LUÍS SOARES CARNEIRO

TRÊS EMBAIXADAS PORTUGUESAS
LONDRES, MADRID, RIO DE JANEIRO
ARQUITECTOS IRMÃOS REBELO DE ANDRADE

**TRÊS
EMBAIXADAS
PORTUGUESAS
LONDRES
MADRID
RIO DE JANEIRO**

**-
ARQUITECTOS
IRMÃOS
REBELO DE
ANDRADE**

LUÍS SOARES CARNEIRO

 Edições
Afrontamento

FCT Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia

U. PORTO UNIVERSIDADE
DO PORTO
FACULDADE
DE ARQUITECTURA
CENTRO
DE ESTUDOS
DE ARQUITECTURA
E URBANISMO
CEAU



iD
INSTITUTO
DIPLOMATICO

**TRÊS
EMBAIXADAS
PORTUGUESAS**

**LONDRES
MADRID
RIO DE JANEIRO**

-

**ARQUITECTOS
IRMÃOS
REBELO DE
ANDRADE**

LUÍS SOARES CARNEIRO

ÍNDICE

PREFÁCIO _ p.9

1. INTRODUÇÃO _ p.17

- 1.1 Porquê _ p.17
- 1.2 A Arquitectura Portuguesa _ p.19
- 1.3 Os Irmãos Rebelo de Andrade _ p.21
- 1.4 As Embaixadas _ p.25
- 1.5 Sobre este Livro _ p.26
- 1.6 Advertências _ p.27
- 1.7 Agradecimentos _ p.28

2. LONDRES _ p.29

- 2.1 O Doutor Armindo Monteiro _ p.31
- 2.2 O n.º11 de Belgrave Square _ p.32
- 2.3 O Processo Acelera _ p.41
- 2.4 A Preparação da Empreitada _ p.44
- 2.5 Começam as Obras _ p.47
- 2.6 O Braço de Ferro _ p.49
- 2.7 Mais Problemas _ p.52
- 2.8 O Relatório de Maio _ p.52
- 2.9 Consequências _ p.56
- 2.10 Balanço de Custos _ p.59
- 2.11 Um Artigo na *Vogue* _ p.59
- 2.12 "Um ensinamento que aproveite ao futuro" _ p.61

3. MADRID _ p.69

- 3.1 "1942" _ p.71
- 3.2 A Compra da Casa _ p.72
- 3.3 A Construção Existente _ p.74
- 3.4 Um Longo Processo _ p.78
- 3.5 Conclusão da Chancelaria e Avanço da Obra da Residência _ p.82
- 3.6 Ainda Mais Dinheiro _ p.87
- 3.7 A Nova Embaixada em Madrid _ p.90
- 3.8 A Chancelaria _ p.92
- 3.9 A Residência _ p.94
- 3.10 Defesa e Complemento da Propriedade _ p.98
- 3.11 A Equipa de Madrid _ p.101

4. RIO DE JANEIRO_ p.113

- 4.1 No Centenário da Independência do Brasil _ p.115
- 4.2 Início e Processo. Um Hábil Embaixador _ p.116
- 4.3 A Firma *Severo & Vilares* _ p.118
- 4.4 De Novo a Equipa de Madrid _ p.119
- 4.5 O Contrato _ p.123
- 4.6 A Primeira Versão do Projeto _ p.128
- 4.7 Surgem Problemas _ p.131
- 4.8 O Embaixador Leite de Faria e o Arrastar do Processo _ p.134
- 4.9 A Segunda e Terceira Versões do Projeto _ p.138
- 4.10 A Longuíssima Espera _ p.144
- 4.11 "Renasce a Velha Esperança" _ p.150
- 4.12 O Projeto Definitivo _ p.155
- 4.13 Reminiscências e Continuidades _ p.157
- 4.14 O Projeto de 1954 _ p.162
- 4.15 O Pórtico _ p.164
- 4.16 Uma Visão Geral do Programa _ p.165
 - 4.16.1 O Andar Nobre _ p.165
 - 4.16.2 A Sala de Fumo e a Sala de Mesa _ p.169
 - 4.16.3 Ala Nascente _ p.171
 - 4.16.4 O Pátio _ p.172
 - 4.16.5 A Residência do Embaixador _ p.173
 - 4.16.6 A Cave _ p.174
 - 4.16.7 Outras Construções _ p.175
- 4.17 Os Alçados e a Maquete de 1954 _ p.175
- 4.18 As Alterações _ p.177
- 4.19 Da Construção à Inauguração da Embaixada _ p.178
- 4.20 Portugal não Acreditou em Brasília _ p.179
- 4.21 Hoje _ p.183

5. EPÍLOGO_ p.197

- 5.1 As Partes e o Todo _ p.199
- 5.2 Londres como Ensaio _ p.200
- 5.3 Madrid como Aplicação Simplificada _ p.202
- 5.4 Rio de Janeiro: Tudo se Complica _ p.204
- 5.5 Percurso e Resultado _ p.206

PREFÁCIO

Este notável estudo do Professor Luís Soares Carneiro acompanha em pormenor a obra dos arquitetos Guilherme e Carlos Rebelo de Andrade ao serviço do Estado português e da diplomacia lusa. Trabalharam para a adaptação e construção de edifícios destinados a serem sedes de Embaixadas em Londres, Madrid e Rio de Janeiro.

São trabalhos de altíssima qualidade, do ponto de vista arquitetónico e artístico, que honram a arquitetura portuguesa.

Todavia este estudo mostra-nos também como estes arquitetos foram frequentemente incompreendidos e até tratados de formas inaceitáveis, por altos funcionários do governo e da diplomacia. Tal tratamento seria hoje em dia e felizmente, impossível.

Ao longo da minha carreira diplomática assisti e participei em diálogos com arquitetos ao serviço do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Neles pude testemunhar o respeito pelas suas pessoas, opiniões e sugestões mesmo se não se verificasse total concordância. O exemplo mais sugestivo, que não posso deixar de mencionar, refere-se à atuação do arquiteto Chorão Ramalho autor do projeto para a nova embaixada de Portugal em Brasília. Fiz parte do primeiro grupo de diplomatas que inaugurou o edifício e beneficiei do acerto das decisões e escolhas daquele arquiteto. Tornou-se um prazer trabalhar naquele edifício e escutar as suas explicações acerca da sua conceção dos espaços e do seu critério de seleção e escolha de obras de arte para os adornarem. É, ainda hoje, a embaixada de Portugal que ostenta a melhor coleção de obras de arte contemporânea portuguesa.

No decorrer da minha vida profissional trabalhei ou convivi em vários “espaços Rebelo de Andrade”: Rio de Janeiro, Londres, Madrid e Sevilha.

Por diversas vezes acompanhei Chefes de Estado e de Governo em visitas de Estado e oficiais ao Brasil. Os programas das visitas incluíram sempre encontros, reuniões, refeições e grandes receções no Palácio de S. Clemente no Rio de Janeiro. De cada vez reparei com admiração como aquele edifício, mercê da sua inteligente disposição arquitetónica era perfeito para receber pequenos e grandes grupos de visitantes. Com a possibilidade de abertura ou fecho da comunicação entre salas ou da abertura das varandas que circundam o palácio, este podia acolher com conforto ou poucos ou mais de mil convidados. Era sempre possível dispor do espaço adequado.

Como Cônsul Geral de Portugal em Sevilha durante a Expo 92, foi com imenso gosto que me foi possível presidir ao restauro do velho pavilhão de Portugal na Exposição Ibero-Americana de 1929, então quase em ruína, para o adequar à instalação do Consulado Geral de Portugal naquela cidade. Obra de Guilherme Rebelo de Andrade, não era destinado, em princípio, a uma função diplomática, mas restaurado

com muito cuidado, recobrou o seu esplendor de outrora. Mercê da alta qualidade da sua conceção, da excelência dos materiais utilizados e requinte dos elementos decorativos, é ainda hoje um espaço importante no quadro da representação diplomática portuguesa.

Este estudo revela ainda as notáveis qualidades profissionais e pessoais dos irmãos Rebelo de Andrade. Ambos, mas sobretudo Guilherme, mostram uma grande contenção perante incompreensões e até atitudes hostis. Com persistência e determinação não desistem e continuam sempre na busca de melhores soluções dentro das circunstâncias que se vão modificando. Têm de enfrentar situações e comentários adversos. A alguns têm de dar seguimento, perante outros vão manter com persistência e serenidade, que lhes vem da competência e conhecimentos, a orientação que escolheram.

Conforme afirma o autor: “procuravam com as armas do seu ofício, defender os valores da arquitetura em que acreditavam”. Creio que são estas qualidades de competência, persistência e serenidade dos irmãos arquitetos que assumem grande relevo em toda esta análise da sua obra.

Os espaços por eles criados ou adaptados perduram até hoje, cumprindo o destino que então lhes foi traçado de representarem oficialmente no estrangeiro a arquitetura e as artes decorativas portuguesas. Ultrapassaram modas, movimentos e regimes políticos e mantêm-se hoje perfeitamente funcionais. São atualmente compatíveis com novas conceções de representação diplomática e de interação com o público através dos meios modernos de comunicação.

Desejaria felicitar o Professor Soares Carneiro pela decisão de proceder a este estudo revelador da ação profissional dos dois arquitetos. Podem ter deixado de estar na moda ou terem caído no esquecimento, mas constituem um exemplo de valor no panorama da arquitetura portuguesa.

-
Manuel Côrte-Real
Embaixador

**TRÊS
EMBAIXADAS
PORTUGUESAS**

**LONDRES
MADRID
RIO DE JANEIRO**

-

**ARQUITECTOS
IRMÃOS
REBELO DE
ANDRADE**

**“As velhas chagas fecham, mas fica sob a pele uma
zona sensível, mais pálida e onde dormita a dor”**

(Agustina Bessa-Luís, *O Manto*. Lisboa, Livraria Bertrand, 1961, p.9.)

1. INTRODUÇÃO

1.1 PORQUÊ

1.
Ver, entre outros:
SALVISBERG, O.R. - *Die Andere Moderne*. Zurich, Verlag ETH Hanggerberg, 1985;
VITOU, Elizabeth, DESHAULIÉRES, Dominique, JEANNEAU, Hubert - *Gabriel Guévrékian: 1900-1970: une autre architecture moderne*. Paris, Connivences, 1987;
SEMERANI, Luciano - *L'altro Moderno*. Torino, Allemandi, Coleção: I testimoni dell'Architettura, 2000;
MOLO, Ludovica (org.) - *Kenneth Frampton. L'altro Movimento Moderno*. Milano, Silvana Editoriale, 2015;
RIVERA, David - *La otra arquitectura moderna*. Reverté, Barcelona, 2017;
TAGLIAVENTI, Gabriele (Org.) - *L'Altra Modernità: 1900-2000: L'Architettura classica e tradizionale nella costruzione della città del XX secolo*. Savona, Dogma Editori, 2000; NERI, Maria Luisa (Org.) - *L'Altra modernità Nella Cultura Architettonica del XX Secolo*. Roma, Gangemi Editori, 2011 e MARCUCCI, Laura (Org.) *L'Altra modernità Nella Cultura Architettonica del XX Secolo*. Roma, Gangemi Editori, 2012. MONEO, Rafael - *L'Altra Modernità. Considerazione sul futuro dell'architettura*. Milano, Christian Marinotti Edizione, 2012. SOL, Anne-Laure (Dir.) - *Hervé Baley et Dominique Zimbacca, Architectes: Pour une autre modernité*. Lyon, Lieux Dits Editions, 2018.
LEIF, Jerram - *Germany's Other Modernity: Munich and the Making of Metropolis, 1895-1930*. Manchester, Manchester University Press, 2007; RIBOLDAZZI, Renzo - *Un'altra modernità: L'IFHTP e la cultura urbanistica tra le due guerre 1923-1939*. Roma, Gangemi Editori, 2010.

Este livro integra uma investigação mais vasta sobre os irmãos Carlos e Guilherme Rebelo de Andrade, dois dos mais reconhecidos arquitectos portugueses durante as primeiras décadas do século XX, da Primeira República até aos anos 60, mas depois abandonados pela crítica e pela historiografia.

Mais do que apenas esquecidos, foram deliberadamente apagados pela predominância do *Movimento Moderno*, uma das correntes da arquitectura do século XX, que suportada por uma bem articulada propaganda e por um proselitismo obstinado, construiu uma visão unilateral do que devia ser a *Arquitectura Moderna* e organizou uma máquina cultural que condenou e excluiu todas as outras correntes e opções formais, mantendo um controle imperial sobre quase todo pensamento, reflexão e crítica da arquitectura do século XX.

A apresentação do *Movimento Moderno* como epopeia heroica e representação exclusiva da Modernidade em arquitectura começou nos anos 20 tendo durado até aos anos 60. E apesar das desconstruções dessa narrativa realizadas a partir dos anos 50 e alargadas depois dos anos 70, está ainda hoje presente a ideia de *Movimento Moderno* como equivalente e representante exclusivo de 'toda a *Arquitectura Moderna*'. Uma ideia de tal modo enraizada e recorrente que por vezes parece ter deixado de ser pensamento consciente para fazer parte de uma atmosfera geral, de um preconceito instituído. Também em Portugal decorreu idêntico processo, com a particularidade da institucionalização do *Movimento Moderno* ser associada a um sentido de oposição ao Estado Novo.

A visão da crítica e da historiografia que privilegiou a escolha da linguagem como factor primeiro, frequentemente único, da *Arquitectura Moderna*, somada à sua conotação com o progressismo político — criando um 'certo' e um 'errado' — tem bloqueado o estudo, o conhecimento e o reconhecimento das 'outras' *Arquitecturas Modernas* também presentes no complexo século XX¹.

As razões para o esquecimento de muitos arquitectos *não Modernistas*, e particularmente dos Rebelo de Andrade, passaram por estes terem optado por temas formais e por um quadro de escolhas culturais apoiadas nas ideias de identidade, de tradição, de continuidade de práticas e de saberes profissionais que, sem esquecer a necessária resposta aos desafios da Modernidade, da evolução da técnica, do progresso, da mudança cultural, produziam resultados diversos dos defendidos pelo *Movimento Moderno*. Assim, importa notar que mesmo os arquitectos *não Modernistas* ou simplesmente *não conotados* com o *Movimento*

Moderno, foram também eles *Modernos* por direito próprio pois responderam, ainda que de modo diverso daqueles, às circunstâncias e às condicionantes tecnológicas, sociais e artísticas do seu próprio tempo.

O julgamento negativo pela divergência aos cânones modernistas, a que se veio juntar o julgamento pela proximidade ao regime político que se aproveitou de arquitectos como os Rebelo de Andrade, teve como consequência terem sido avaliados negativamente e em bloco, tendo-lhes sido duramente aplicados todos os procedimentos de exclusão: a chacota, a rotulação genérica, o banimento crítico, a eliminação historiográfica. O resultado direto, e que ainda subsiste, foi o real e efetivo desconhecimento do trabalho de muitos dos arquitectos portugueses das correntes não modernistas.

Apesar de apagadas pela historiografia, as obras construídas não desapareceram. Nem as notícias nas publicações da época. E as questões surgem: — Quem foram, o que fizeram, como fizeram, o que valem? E a maioria dos textos atuais não dá qualquer resposta porque deles está excluído todo um conjunto de autores e todo um conjunto de obras. Assim, este livro faz parte, primeiro que tudo, de um processo de inventariação, de construção de informação e de produção de conhecimento relativo aos percursos e às obras esquecidas que dois deles, os Rebelo de Andrade, realizaram.

Não nos move o rememorar compassivo para com aqueles a quem a fortuna da História não sorriu, mesmo sabendo que ela tem ciclos longos e é impossível saber o que o futuro irá valorizar. Também não nos importa uma reavaliação utilitarista em função do seu contributo para a 'História', para a 'Evolução' ou para o 'Presente', tantas vezes usada de modo oportunista. Interessa-nos antes entender aquelas produções no quadro tecnológico, profissional e cultural da época, ou seja, dentro dos condicionamentos e dos valores que lhe foram intrínsecos; e também à luz dos valores da arquitectura vista 'por dentro', como disciplina, como ofício, como profissão e como *ars gratia artis*.

Conhecer e saber valem por si. E não se trata de contrapor novas verdades às verdades estabelecidas, nem de contestar a relevância, verdadeira e fundamental — mas não única — da arquitectura do *Movimento Moderno* no grande painel do século XX. Apenas e somente criar a oportunidade de ver, com outro olhar, um panorama mais alargado.

Importa ainda referir, com veemência e desde já, para que não haja confusões ou entendimentos enviesados, que condenamos, sem atenuantes, o regime, as políticas e as práticas do Estado Novo.

1.2

A ARQUITECTURA PORTUGUESA

2. CARNEIRO, Luís Soares
- *Casas Ermas. Os Arquitectos Rebelo de Andrade e os Discursos do Moderno*.
Porto, Fundação Instituto José Marques da Silva, 2016.

3. Decreto nº2.947,
de 20 de Janeiro de 1917.
In: *Diário do Governo*, 1ª série,
nº11, p.59-63.

4. Ver: GONÇALVES, Eliseu
- *Bairros de Habitação Popular no Porto, 1899-1933. A Prática de uma Arquitectura Económica, Saudável e Cómica nas Vésperas do Moderno*. Porto, FAUP, Policopiado, 2015.
Tese de Doutoramento apresentada na FAUP.

O quadro da arquitectura portuguesa da primeira metade do século XX é um problema complexo, predominantemente distorcido por uma historiografia parcial. Deixamos já algumas das ideias essenciais no nosso livro *Casas Ermas*², pelo que não repetiremos aqui toda a argumentação. Mas pode apontar-se de modo sintético o panorama geral.

No final do século XIX, em contraposição às correntes artísticas do Eclétismo que povoava o país de “*chalets* suíços” de “*cottages* inglesas” e de “*chateaux* franceses”, tentou-se inventar uma arquitectura portuguesa inspirada nas tradições históricas e vernaculares, com base num sentido identitário e nacionalista, em tudo paralelo e equivalente ao que acontecia então por toda a Europa. A questão da “Casa Portuguesa”, como foi depois genericamente designada, ao ser entre nós desligada, até pelo nome, dos evidentes paralelismos com semelhantes correntes em outros países europeus, ficou enredada na questão política nacional, e marcada negativa e profundamente pelo seu posterior aproveitamento pelo Estado Novo, sendo ainda hoje difícil de discutir de forma aberta e desapaixonada.

Em finais do séc. XIX e inícios do seguinte, foram ensaiados diversos caminhos para encontrar uma arquitectura nacional. A via sincrética de Ricardo Severo, tentando reunir linguagens das diversas regiões do país num único conjunto, ensaiada com escasso sucesso na sua casa do Porto (1900), ou a via da retomada de estilos históricos, como o Neomanuelino, que José Luís Monteiro aplicou na Estação do Rossio (1890), em Lisboa, ou o Neorromânico, o Neobarroco ou o Neopombalino que os Rebelo de Andrade, entre outros, usaram com enorme sucesso popular em obras como os pavilhões portugueses das Exposições do Rio de Janeiro, em 1922, comemorando o Centenário da Independência do Brasil, ou na Exposição Ibero-Americana de Sevilha, em 1929, foram resultados edificados desse debate e dos interesses dominantes da arquitectura portuguesa dos anos vinte, ainda antes da Ditadura iniciada em 1926.

O Estado Novo, ao contrário do que é ideia corrente, mais do que criar tendências ou impor uma nova visão quanto à arquitectura, limitou-se a dar oportunidade e corpo a muitas das ideias, das formulações e das correspondentes formas que vinham já da 1.ª República e mesmo da Monarquia. As escolas primárias que todos reconhecemos como ‘produto típico’ da ideologia e da ação do Estado Novo e uma das suas imagens de marca, correspondem afinal, com milimétrica precisão, à legislação de 1917, do tempo de Sidónio Pais³. A estratégia de abordar o problema da habitação através da produção de casas unifamiliares rodeadas de quintal, no que por vezes se chama a ‘visão pastoral’ da ideologia do Estado Novo, vinha afinal de debates ainda do tempo da monarquia⁴.

Mesmo a arquitectura modernista de finais dos anos 20 e inícios de 30 — um surto de entusiasmo pelas modas que chegavam de França e da Alemanha da República de Weimar — foi, num primeiro momento, acolhida pelo Regime, até todos perceberem que a sua desadequação climática, técnica e produtiva, fazia dela uma fonte de patologias construtivas, de problemas de manutenção e de uso, sendo depois, por isso mesmo, rapidamente abandonada. Também as conotações internacionalistas do modernismo, por contrariarem o nacionalismo então generalizado, contribuíram para sua recusa por grande parte da inteligência nacional, entre a qual estavam, naturalmente, muitos dos arquitectos; e explicam o seu abandono pelas entidades estatais onde boa parte das elites se encontrava, respondendo mais ao 'ar do tempo' do que a concretas determinações programáticas ou ideológicas. Um ambiente que não dependia da natureza específica do regime político português mas de um quadro cultural mais vasto, com similitudes ao que ocorria nos outros países europeus, apesar das naturais diversidades.

Este quadro cultural reunia a ideia do aportuguesamento da arquitectura, que provinha já de finais do século anterior, com o crescente desenvolvimento tecnológico, expressando-se no desejo dos arquitectos em serem simultaneamente "portugueses" e "modernos". Este binário, a par de um sentimento de 'renascimento nacional' depois da instabilidade da Primeira República, conjugado com uma opinião pública e uma máquina do Estado que, durante os anos 30 e 40, partilhavam completamente esta concepção, mais mental e cultural do que apenas ideológica ou política, procuraram produzir uma arquitectura portuguesa e identitária que, infelizmente, e até aos anos 50, não foi capaz de se repensar sem recorrer à via limitadora e desgastada do recurso às linguagens históricas.

Assim, nos anos 30 e 40, tanto as componentes identitárias como as de modernização apoiaram-se nas práticas disciplinares do Tradicionalismo — com maiúscula — aqui entendido como corrente cultural mais do que estilística e como **uma das várias interpretações possíveis da Modernidade** e não como sua oposição. Uma entre as várias tendências, expressionistas, art-déco, classicistas, regionalistas... que estavam presentes. Um Tradicionalismo que procurava produzir uma obra defensora da continuidade dos saberes e dos grandes temas da Arquitectura, de modo *moderno* mas não *modernista*, explica eficazmente o panorama nacional de então, conjugando os interesses e as vontades da sociedade em geral, do aparelho do Estado e da maioria dos arquitectos, mesmo os que, anos antes, tal como os Irmãos Rebelo de Andrade, tinham realizado obras em *estilo modernista*.

Somente mais tarde, finais dos anos 50 inícios de 60, a historiografia da arquitectura portuguesa construiu a narrativa de que o surto

5. Sigo aqui, porque a informação é a mesma e com o mesmo objectivo de enquadramento geral, o que já escrevi no início do livro "Casas Ermas".

modernista de finais dos anos 20 foi eliminado pela pressão ideológica do regime e de que foi unicamente a repressão deste que impediu os arquitectos de seguirem as correntes do Funcionalismo e do Racionalismo sob a bandeira do *Movimento Moderno*, esmagados por um obscurantismo generalizado e um absoluto desconhecimento relativamente às práticas internacionais, oprimidos ou interesseiramente comprados pela máquina do regime. Pouco disto parece hoje ser sustentável. Mas, mesmo contra os fatos — e com a única atenuante de ter sido escrita num momento em que combater o Estado Novo era um imperativo de consciência — esta leitura geral ganhou raízes e continua a ter curso, sendo ampla e simplisticamente repetida.

1.3

OS IRMÃOS REBELO DE ANDRADE⁵

Os irmãos Carlos Rebelo de Andrade (1887-1971) e Guilherme Rebelo de Andrade (1891-1969), possuíam, entre si, como indivíduos e como arquitectos, uma evidente complementaridade e uma notória sintonia, pelo que a realização em conjunto de muitos dos seus trabalhos não é de surpreender.

Apesar de terem realizado projetos e obras em comum, nem sempre trabalharam juntos. Há obras unicamente de Carlos Rebelo de Andrade, como os projetos realizados quando esteve em Macau (entre 1919-21), ou enquanto funcionário da DGEMN, no início dos anos 30. Mas também obras fora de vínculos institucionais específicos, como a maioria das realizadas para a Companhia das Águas de Lisboa (entre 1935-48), parecem ter sido predominantemente da sua direta autoria. Inversamente, também há obras que parecem ser exclusivamente de Guilherme Rebelo de Andrade, como a reconstrução do Palácio de Queluz (1934-40) ou do Museu Nacional de Arte Antiga (1932-44), assim como as três Embaixadas que aqui tratamos, pois ali todos os sinais apontam para o seu protagonismo. Porém, mesmo quando os documentos indicam apenas a intervenção de um deles, nunca é claro que a participação informal do outro não tenha fundido as expressões; ou que a responsabilidade formal não tenha sido mera circunstância de processo.

O percurso profissional dos irmãos Rebelo de Andrade pode ser articulado em quatro diferentes períodos.

Um primeiro momento foi marcado, como acontece com muitos outros jovens arquitectos, por pequenas obras: casas, anexos, alterações; e abarca o período desde a sua formação até 1922.

Um segundo foi iniciado com a vitória no concurso para o Pavilhão das Indústrias da Exposição do Centenário do Brasil, em 1922 — que

referiremos de passagem na Parte 4 — mais tarde reconstruído no Parque Eduardo VII, em Lisboa, com modificações substanciais e sem autorização dos autores, e que todos conhecemos sob a designação de Pavilhão Carlos Lopes. Foi um período que se prolongou até uma segunda importante vitória, no concurso para o Pavilhão de Portugal na Exposição Ibero-Americana de 1929, em Sevilha. Estas vitórias, a que somaram depois a do Concurso para o Palácio da Agricultura (um novo edifício para o ministério respectivo que deveria ter sido edificado onde hoje existe o Hotel *Four Seasons*, em Lisboa), consagraram-nos como os arquitectos do neo-joanino; e tornaram-nos publicamente conhecidos, com uma homenagem na Sociedade de Belas Artes e a Comenda de S. Tiago da Espada, pelo trabalho do Pavilhão de Sevilha. Reforçando a notoriedade, Guilherme, aqui sem a participação do irmão, recebeu uma segunda Comenda — da Ordem de Cristo — pelo Monumento aos Mortos da Grande Guerra, na Avenida da Liberdade, em Lisboa, realizado entre 1925 e 1931. Ou seja, eram famosos e consagrados desde os tempos da República, bem antes da chegada do Estado Novo.

Um terceiro período foi o das obras públicas, no início do Estado Novo, a que muitos arquitectos foram chamados na década de 30. O projeto 'modernista' da Escola Naval, no Arsenal do Alfeite, encomendado em 1928 e construído entre 1932 e 1938, despertou uma evidente curiosidade na imprensa por ser o "*primeiro projeto modernista*"⁶ apresentado pelos dois irmãos. Seguiu-se a vitória no 1º Concurso de Sagres, em 1935, e tudo parecia prometer uma década brilhante; mas não foi assim. As vitórias nas exposições internacionais de 1922 e de 1929, mais as vitórias no Concurso para o Palácio da Agricultura, em 1931, e no Concurso de Sagres, em 1935, atraíram rivalidades que ganharam forma com a "*Representação 35*", uma petição que apelava diretamente ao Presidente do Conselho de Ministros, Oliveira Salazar, tentando impedir a construção da proposta vencedora dos Rebelo de Andrade, o que acabaria por ser conseguido com a decisão oficial de anular o concurso.

A "*Representação 35*", objecto central da tese de Pedro Vieira de Almeida⁷, mostra que a sucessão de vitórias dos Rebelo de Andrade pode não ter sido uma razão menor. De facto, embora subscrita por um conjunto variado de personalidades, a sua orquestração foi promovida por Cottinelli Telmo, como bem explicou Vieira de Almeida. Nos anos 30 era evidente o antagonismo entre arquitectos, disputando a primazia para serem os únicos representantes do Estado Novo. E assim se explica a ausência dos dois irmãos da Exposição dos Centenários, em 1940, coordenada, precisamente, por Cottinelli Telmo.

Os múltiplos trabalhos feitos para a Companhia das Águas de Lisboa, como o Arranjo Artístico do Sifão de Sacavém (1935-43), com esculturas de Maximiano Alves; ou a Estação Elevatória dos Olivais (1941-46) e a

6. "Os Irmãos Rebelo de Andrade, arquitectos do 'D. João V', apresentam o seu primeiro projecto modernista". In: *O 'Notícias' Ilustrado*, Ano V, Série 2, nº237, 25 de Dezembro de 1932, p.21.

7. ALMEIDA, Pedro Vieira de - *A Arquitectura do Estado Novo. Uma leitura crítica*. Lisboa, Livros Horizonte, 2002.

8. Ver: CARNEIRO, Luis Soares - *Casas Ermas. Os Arquitectos Rebelo de Andrade e os Discursos do Moderno*. Porto, Fundação Instituto José Marques da Silva, 2016.

9. "Campanha do Bom Gosto". In: *Panorama, Revista Portuguesa de Arte e Turismo*. Lisboa, Edição do Secretariado da Propaganda Nacional, Abril de 1942, nº8, vol.2º, p.23.

10. Ver: CARNEIRO, Luis Soares - "A Casa do Largo de S. Mamede. Um projeto dos irmãos Rebelo de Andrade". In: VIEGAS, Inês Morais *Cadernos do Arquivo Municipal*, 2.ª Série | Nº 6 | julho - dezembro 2016, Arquivo Municipal de Lisboa / Câmara Municipal de Lisboa, p.173-199.

URL: <<<http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/fotos/editor2/Cadernos/2serie/cad6/artigo06.pdf>>>.

Fonte Monumental da Alameda (1938-48) realizada para comemorar a chegada a Lisboa do novo Aqueduto do Tejo, ou mesmo a pequena mas notável obra da Estação de Tratamento de Água de Alenquer⁸, constituíram igualmente trabalhos significativos. Para este período intenso contribuiu também o município lisboeta com o Projeto do Matadouro dos Olivais (1935-36) que, apesar de não construído, se tornou exemplo para muitas outras obras de carácter rural ou popular, tal como sucedeu com a Estação Agronómica de Sacavém (1938-40), um dos modelos usados na "Campanha do Bom Gosto" da revista *Panorama*⁹.

A reconstrução do Palácio Nacional de Queluz depois do incêndio de 1934 (1934-40) em colaboração com Raul Lino e José de Figueiredo; ou a recuperação do Teatro Nacional de S. Carlos (1938-40), culminando no projeto e obra do Museu Nacional de Arte Antiga, tanto no novo corpo como na reformulação do Palácio Pombal (1932-44) foram trabalhos que marcaram a atividade nesta década, prolongando-se para os primeiros anos de 40. Depois, durante a segunda Grande Guerra, somente pequenas obras, sobretudo privadas.

As mudanças geracionais e o progressivo avanço da influência dos arquitectos empenhados no *Movimento Moderno* e que levaram ao Congresso dos Arquitectos de 1948 — um ponto de viragem para a arquitectura em Portugal — foram um momento de transição. Os Rebelo de Andrade ainda estiveram presentes, mas silenciosos. Era já claro que as ideias de uma arquitectura Moderna e Nacional, em que tinham acreditado durante duas décadas, estavam na defensiva.

As décadas de 50 e 60 — quarto e derradeiro período das suas carreiras — marcaram uma maior separação entre os percursos dos dois irmãos. Os trabalhos de Carlos em conjunto com o sobrinho, José Manuel Andrade Barreto, também arquitecto; e de Guilherme com o filho, Ruy Rebelo de Andrade, igualmente arquitecto, geraram uma maior distância.

Os trabalhos de Carlos no pós-guerra foram ainda de linhagem tradicional, como a singular casa da Rua de S. Mamede (1949-52)¹⁰, ou a Piscina Municipal do Campo Grande (1949-51). Mas, com o avançar da década surge com uma linguagem híbrida, próxima do moderno internacional, como no Edifício de Serviços para a Câmara Municipal de Lisboa, não construído, a localizar no Martim Moniz (1950-53); ou na Escola Primária do Restelo, na Praça de Goa (1954-58); ou ainda no projeto para o Instituto Industrial de Lisboa (1958-60) igualmente não construído. Todos eles deixando transparecer um modo contrafeito e sem energia.

Já nos trabalhos de Guilherme, pela sua natureza 'oficial', não se nota tanto a mudança. O projeto (assinado pelos dois irmãos) e a construção da Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro (1946-61), preencheu a

década de 50 como veremos na Parte 4, complementada com um edifício de escritórios para o Consulado e para a Agência Financial de Portugal (1956-62), também no Rio de Janeiro.

Tudo terminou nos anos 60, com a reconstrução do Teatro Nacional de D. Maria II depois do incêndio (1964-78) que Guilherme já não conseguiu terminar, desaparecido em 1969, ainda com notícia nos jornais. Carlos, faleceu dois anos depois, em 1971, e já sem qualquer eco na imprensa.

A carreira dos Rebelo de Andrade durou seis décadas, tendo, no conjunto, realizado cerca de 130 projetos e obras espalhadas por quatro continentes. Macau, Índia, Moçambique, Angola e Brasil; mas também Espanha, Inglaterra e Portugal. Viajaram muito. Tanto em pesquisa e estudo como em trabalho: Madrid, Paris, Berlim, Londres, Macau, Rio de Janeiro, Washington, Nova York... Participaram em congressos, tiveram responsabilidades no Sindicato dos Arquitectos, foram membros de sociedades científicas e artísticas, integraram grupos e comissões oficiais e para-oficiais, foram jurados dos Prémios Valmor, sendo mesmo premiados em 1938.

Pela sua relevância no projeto das três Embaixadas, Guilherme merece uma nota particular. Sabe-se pouco dele e o que se conhece resulta mais de deduções ou de indícios do que de factos ou documentos. A sua atitude e o seu feitio era bem diferente do irmão e isso explica parte do seu percurso. Mais tranquilo, mais discreto, muito trabalhador, pouco dado aos contactos, às posições mediáticas e às aparições públicas, parecendo sempre, nas fotografias, fugir de lugares de destaque, deixando voluntariamente a representação de ambos para Carlos. E, ao contrário deste, era seguramente menos belicoso e mais conciliador, o que limitou a criação de anticorpos e desnecessárias contrariedades. E era também um arquitecto estudioso. José de Figueiredo, o grande historiador e crítico de arte dos anos 20 e 30, dizia que Guilherme Rebelo de Andrade tinha provas dadas *"quanto ao seu conhecimento do barroco"*¹¹. E foi o direto responsável pela sua entrada para a Academia de Belas Artes, onde Carlos nunca foi admitido. E deste contacto veio, naturalmente, o convite para alguns dos seus trabalhos mais importantes, como o MNAA, ou, o que aqui nos interessa mais, para a Embaixada de Londres, como veremos adiante, na Parte 2. Foi provavelmente também do seu bom trato que, aliado ao seu prestígio como arquitecto, surgiram os convites para as duas outras Embaixadas, Madrid e Rio de Janeiro.

11. IHRU – Espólio da extinta DGEMN, DSHAR - Processo 45662/1, Ofício do Diretor do MNAA ao Administrador Geral dos Edifícios Públicos e Monumentos Nacionais, datado de 5 de Novembro de 1929. Apud: Versão digital de: COSTA, Sandra Vaz - *O país a régua e esquadro. Urbanismo, Arquitectura e memória na obra Pública de Duarte Pacheco*. Lisboa, IST Press, 2011, Anexo: Documento nº35.

1.4 AS EMBAIXADAS

Portugal é um país pequeno. Não em dimensão ou população, mas porque todo o poder, toda a influência, toda a riqueza, esteve sempre confinada a um restrito número de pessoas, de personalidades, de famílias. Uma elite paroquial que sempre se conheceu entre si, somada a um ou outro personagem que, episodicamente, das Beiras ou do Algarve vai para a capital, foi e continua a ser a detentora da capacidade de decidir e de fazer. Percorrer os arquivos da primeira metade do século XX é encontrar um conjunto de nomes cuja descendência reconhecemos na atualidade: na política, na banca, nas empresas, na cultura, na sociedade, na política, na máquina do Estado. E que, independentemente das segmentações formais, se cruza entre si, se reconhece, se reencontra, se protege. Não é um mundo de facilidades mas um grupo que intriga e se digladiava. Um grupo com tensões permanentes entre desejos individuais de protagonismo e de domínio, que acumula antigos ressentimentos e urde pequenas vinganças. É como uma família grande, em *huis-clos*, onde os talheres por vezes se transformam em armas, embora a maledicência e a derrisão sejam os instrumentos preferidos. Meios pequenos.

Ao longo deste texto encontramos alguns dos seus personagens: Armindo Monteiro, Pedro Teotónio Pereira, António Leite de Faria, Frederico Ülrich, Paulo Cunha... entre os políticos; ou da elite dos técnicos do Estado, como Jácome de Castro e Nazareth de Oliveira; da crítica e das artes, como José de Figueiredo e Guilherme Rebelo de Andrade. E, fora de palco mas sempre presente, Oliveira Salazar.

Curiosamente, apesar do fator comum às três Embaixadas ser Guilherme Rebelo de Andrade, é ele quem menos fala. E quase só pelos desenhos e pelas obras. Frequentemente alvo direto ou indireto do jogo dos poderes, das irritações, dos ressentimentos, foi também pela sua perseverança, tranquilidade e discreta influência que as obras avançaram.

A construção e decoração das Embaixadas de Portugal em Londres (1936-37), em Madrid (1942-45) e no Rio de Janeiro (1946-61), foi uma sequência de operações diferentes em dimensão, em valor de investimento e em complexidade arquitectónica. Mas foram, todas elas, difíceis realizações, com personagens complicados e uma rede de poderes em conflito. As épocas em que foram realizadas também foram diversas, desde os anos 30 em que o Estado se estava ainda a reorganizar, até aos anos 50 em que a existência de uma processualidade burocrática densa, com múltiplos sistemas de controle entre as diversas entidades, é notória.

O que se evidencia da construção e decoração destas três embaixadas, as mais importantes para o Portugal da primeira metade do século XX, é que se tratou de um processo de aprendizagem e experimentação, sendo claro que todos os envolvidos conheciam mal, à partida, qual a natureza do problema e do que estava em jogo.

A usual não decantação da experiência em teoria, a sucessiva ausência da sua formulação e divulgação, a não avaliação dos processos e dos resultados depois de concluídas as ações, endémicos na cultura portuguesa, dificultaram então, como continuam hoje a fazer, a formação e a transmissão de saber. A evidência e intensidade das lições raramente ultrapassa o individual e perde-se na mudança dos personagens, nas contradições da máquina do Estado e nos interesses ocasionais dos seus protagonistas, impedindo a reprodução de boas práticas e não evitando a repetição de erros cometidos. E é frequente ter de recomeçar tudo e de novo.

Ainda assim, por vezes, mas sempre aos poucos e em fragmentos, a experiência vai-se entranhando. As usuais resistências, por desconhecimento e por inconsciência do que está em jogo, acabam sendo integradas e algum entendimento sedimentado. Mas as perdas são muitas.

De facto, nos processos da três Embaixadas só dois personagens se mantêm por todo o tempo. Salazar, que faz o seu próprio percurso de aprendizagem do que é, do que precisa e do que custa uma Embaixada; e Guilherme Rebelo de Andrade que vai percebendo o que é lidar com os sempre difíceis Embaixadores e com a complexa máquina do Estado, enfrentando procedimentos que vão sempre mudando, perdendo-se a experiência ganha a custo, substituída por um penoso e constante recomeço.

Veremos, na Parte 2, como Armindo Monteiro, apesar do seu mau feitio pessoal, soube perceber e teorizar o que devia ser uma Embaixada, sob o ponto de vista da sua essência, do seu funcionamento, da sua arquitetura e da sua decoração. E como Salazar, a contragosto, ouviu e percebeu. E veremos, na Parte 3, como Pedro Teotónio Pereira capitalizou a experiência e conseguiu gerir melhor o processo de Madrid, na esteira da aprendizagem de Londres. Mas também veremos, na Parte 4, como boa parte de tudo isso foi subvertido, e como máquinas maiores e mais complexas se tornaram mais ineficientes. Com perdas para todos e, sobretudo, para o país.

1.5 SOBRE ESTE LIVRO

É difícil classificar este texto. Não é um **romance**, embora tenha personagens extraordinários e singulares como Armindo Monteiro e

Teotónio Pereira, ou focados na defesa dos seus interesses e com vontade de ajustar contas antigas, como Leite de Faria, ou ainda pessoas discretas mas sempre presentes, como Guilherme Rebelo de Andrade, a que se somam peripécias e reviravoltas, afirmações, protestos e incidentes variados. Não é também um **ensaio** porque a base documental é densa, procurando estabelecer os factos, as etapas, os procedimentos, os resultados, mais do que dissertar e especular a partir deles. Assim, quase por exclusão de partes, é um texto **académico**: porque assenta na documentação, porque procura reconstituir a factualidade, porque limita a especulação, porque procura colocar uma ordem e um sentido — o seu, naturalmente — na desordem aparente do passado. Por causa da densidade factual, nem sempre é fácil de ler; mas era impossível deixar de registar um conjunto de informações que poderão servir outros investigadores e outros trabalhos futuros.

No sentido de que é um organizador de informação, não teve como objectivo contribuir, ainda que modestamente, para as grandes narrativas da História. Isto é, em si e por si só não se destina a construir uma visão nova. Mas vai, isso sim, contribuir para ajudar a ver por dentro o funcionamento da máquina do Estado e dos poderes do Portugal do Estado Novo, das relações entre as suas forças internas, das possibilidades, preocupações e interesses da Arquitectura no quadro das Obras Públicas. Mostra sobretudo o estreito âmbito em que os arquitectos se moviam: como elementos requisitados pelo seu prestígio artístico, mas sujeitos ao absoluto arbitrio dos senhores do Estado; e escolhidos pela presumível sintonia de gostos para interpretar uma visão cultural que extravasava em muito o Regime e que, de resto, muitos deles compartilhavam.

Como não está apontado às grandes narrativas, este livro estará, virtualmente, próximo do conceito de micro-história. Foca-se numa espécie de quotidiano, em eventos e personagens secundários, em episódios colaterais, em áreas menores e frequentemente desprezadas, para, por dentro, seguir os mecanismos de decisão nos processos de produção da arquitectura oficial, pois também por eles podemos perceber como foi a forma construída. Uma narrativa particular que, em conjunto com outras, poderá vir a confirmar um quadro geral de procedimentos e de práticas.

1.6 ADVERTÊNCIAS

Optou-se por escrever conforme o AO — pois que se o lamentável Acordo é Lei, deve ser cumprida. Ainda assim, exceptuou-se a palavra “Arquitectura” que, sem o “c”, perde relação com cinco mil anos de história e dois mil anos de tratados dedicados à sua teoria e prática, o que

se reivindica como uma rebeldia legítima. Por outro lado, foi mantida a grafia antiga nas transcrições de documentos para lhes deixar um sabor da época. E no caso dos telegramas foi também mantido o 'sacadé' próprio, dado pela eliminação de artigos e concordâncias. As notas de rodapé, na quase totalidade, tratam de referenciar documentalmente as fontes, informação útil apenas para leitores com interesses específicos. Para os que não tem essa necessidade, a recomendação é que as ignorem. Ainda assim, algumas delas, poucas, enquadrando uma personalidade, esclarecendo um problema ou de algum modo acrescentando informação útil ou curiosa, foram assinaladas, além da nota, com um *.

1.7

AGRADECIMENTOS

Importa agradecer à família de Vasco Rebelo de Andrade, filho de Guilherme, particularmente na pessoa de Rosário Rebelo de Andrade, neta de Guilherme, por todas as facilidades proporcionadas e pela cordialidade com que sempre me receberam e por disponibilizarem o arquivo familiar, adiante designado por ARQFVRA (Arquivo Família Vasco Rebelo de Andrade). Agradeço às instituições onde fiz pesquisas, como o Arquivo Histórico e Diplomático do MNE, ao Instituto Diplomático, ao Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças, ao Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, ao Arquivo Nacional Torre do Tombo, à Biblioteca Nacional de Lisboa, à Biblioteca Pública Municipal do Porto e à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Agradeço à DGCP – Direção Geral do Património Cultural e à FCG – Fundação Calouste Gulbenkian, pela autorização de utilização de imagens. Aos Embaixadores João Vallera, Jaime Vanzeller Leitão e Francisco Ribeiro de Menezes que facilitaram as visitas aos edifícios e foram inexcedíveis de apoio e gentileza; e em especial ao Embaixador Manuel Côrte-Real, que não só partilhou o seu saber como aceitou escrever o Prefácio. Agradeço ainda à FAUP pela concessão de uma Licença Sabática; aos meus colegas de 'Projeto 3', do MiArq, e de 'Projeto de Tese' do PDA que asseguraram os trabalhos na minha ausência. E à Cristina que, desde há 35 anos, sempre me acompanha.

2. LONDRES



Fig. 2.01
Fotografia do Autor,
Abril de 2014.

2. LONDRES

2.1

O DOUTOR ARMINDO MONTEIRO

12. Vd: LUCENA, Manuel de - *"Monteiro, Armindo"*. In: BARRETO, António e MÓNICA, Maria Filomena, Coords. - *Dicionário de História de Portugal*. Porto, Figueirinhas, 1999, Vol.8, p.518-29. Vd. igualmente para mais detalhe: OLIVEIRA, Pedro Aires - *Armindo Monteiro: Uma Biografia Política (1896-1955)*. Lisboa, s.n., policopiado, 1998. Tese de Mestrado apresentada na UNL. Publicado com mesmo título, pela Bertrand, em 2000.

13. PEREIRA, Bernardo Futscher - *A Diplomacia de Salazar (1932-1949)*. Alfragide, Dom Quixote, 2013, 2ª ed., p.539.

14. Sobre este assunto, ver: PEREIRA, Bernardo Futscher - *A Diplomacia de Salazar, 1932-1949*. Alfragide, Dom Quixote, 2013, 2ª ed., p.96ss.

15. PEREIRA, Bernardo Futscher - *A Diplomacia de Salazar, 1932-1949*. Alfragide, Dom Quixote, 2013, 2ª ed., p.102.

16. PEREIRA, Bernardo Futscher - *A Diplomacia de Salazar, 1932-1949*. Alfragide, Dom Quixote, 2013, 2ª ed., p.105.

17. Decreto nº27.161, de 6 de Novembro de 1936. In: *Diário do Governo*, 1ª série, nº261, de 6 de Novembro de 1936, p.1387.

Armindo Rodrigues de Sttau Monteiro (1896-1955), Professor Universitário, Ministro das Colónias, Ministro dos Negócios Estrangeiros, Embaixador e mais tarde Empresário¹², foi nomeado Chefe da Missão de Portugal em Londres em Novembro de 1936. As razões da nomeação para o cargo foram complexas. E entre elas o facto de Salazar desejar afastar um Ministro dos Negócios Estrangeiros com quem tinha tido sucessivas divergências. Segundo Futscher Pereira, Armindo Monteiro era um *"homem orgulhoso, com mau génio e ciente do seu alto valor intelectual"* até pela sua condição de participante na fundação do Estado Novo; e que, na sua relação com Salazar *"considerava condição necessária para lhe obedecer relacionar-se com ele como um par e falar-lhe de igual para igual"*¹³.

Ter enviado, em finais de Setembro de 1936, o Encarregado de Negócios de Portugal em Londres para participar no Comité de Não-Intervenção na Guerra Civil de Espanha¹⁴ — em frontal oposição às orientações dadas por Salazar — terá sido a gota de água para a sua saída do Governo, agastado com a 'Nota Oficiosa' de Salazar contrariando a sua decisão. Armindo Monteiro *"reagiu a quente"* e *"em telegrama (...) rejeitou vivamente a interpretação de Salazar, rebateu-a ponto por ponto e pediu a 'imediata demissão' "*¹⁵, reiterada depois, já em Lisboa, não obstante a posição conciliatória do Presidente do Conselho¹⁶. Desse modo abandonou o cargo passando o próprio Oliveira Salazar a acumular a Presidência do Conselho de Ministros com a pasta dos Negócios Estrangeiros.

Com a opacidade característica do regime, o Decreto em que Salazar foi nomeado *'interinamente'* Ministro dos Negócios Estrangeiros, refere que tal substituição seria *"durante o impedimento, por motivo de doença, do titular da referida pasta, Dr. Armindo Monteiro"*¹⁷. Sendo fatual que Armindo Monteiro se encontrava momentaneamente doente, tratava-se apenas da justificação pública para uma demissão já consumada.

Coincidindo com o facto de estar vago o cargo de Embaixador em Londres devido à doença, essa sim prolongada e séria, do então Embaixador Alberto de Oliveira, e precavendo a possibilidade de Armindo Monteiro sair *"diminuído ou atacado"*, Salazar viu na sua nomeação para a Embaixada de Londres uma solução que mantinha Armindo Monteiro na rede do Estado e, simultaneamente, o afastava de Lisboa e de eventuais críticas ao seu comportamento enquanto ministro; mas que também protegia o Governo e ele próprio, Salazar, dos eventuais comentários do ex-ministro.

Na mesma data em que Salazar se tornou formalmente Ministro dos Negócios Estrangeiros, 6 de Novembro de 1936, foi pedido o *'agrément'*

para Armindo Monteiro como novo Embaixador de Portugal em Londres “a mais importante Embaixada de Portugal no estrangeiro”¹⁸. Não sem dificuldade, como confessaria mais tarde o próprio Salazar, pois: “...só eu vi o que custou convencer o actual Embaixador [Armindo Monteiro a] deixar-se nomear”¹⁹.

Um outro Decreto, poucos dias depois, discretamente exonerava Armindo Monteiro confirmando Oliveira Salazar na pasta dos Negócios Estrangeiros²⁰ onde se manteria até 1947, já depois de Armindo Monteiro ter abandonado a vida política em 1943, em completa e definitiva ruptura com o Presidente do Conselho de Ministros.

Nas palavras de José Cutileiro, apesar de Armindo Monteiro ter “um espírito vivíssimo, experiência de poder, desembaraço, capacidade de trabalho monumental”, era “arrogante de mais para aceitar de bom grado a autoridade de Salazar, mas sem coragem bastante para lhe contestar na arena política”²¹.

2.2

O N.º11 DE BELGRAVE SQUARE

Um novo edifício para a Embaixada de Portugal em Londres foi adquirido em Julho de 1930. De entre as possibilidades consideradas²² foi escolhido o n.º11 de Belgrave Square, com a fachada lateral abrindo para Wilton Terrace onde se localizava a entrada. Cedeu a casa o Duque de Westminster, mediante um *leasing* por 999 anos, de acordo com a escritura existente no Instituto Diplomático juntamente com um desenho da implantação²³ (Fig. 2.02). A anterior localização da Legação Portuguesa, o n.º12 de Gloucester Place, Portland Square, foi vendida para financiar parte da compra das novas instalações²⁴, tendo o processo sido encerrado em Outubro de 1933²⁵.

Com a ida do Embaixador Armindo Monteiro para Londres foi decidido realizar beneficiações no prédio. O processo de preparação da transformação da casa de Belgrave Square deve ter começado em finais de Novembro ou princípios de Dezembro de 1936. Seguiremos dois documentos, aliás convergentes, um deles subscrito por José de Figueiredo, datado de 21 de Dezembro²⁶, outro por Armindo Monteiro, datado de 14 do mesmo mês²⁷.

Apesar das datas, o documento de 14 de Dezembro mostra ter já conhecimento dos termos do segundo. Dada a circularidade de informação entre ambos, podemos depreender que terão sido duas formalizações de um documento único ou de conversações preliminares. Sabemos que José de Figueiredo e, como veremos, Guilherme Rebelo de Andrade, tinham estado em Londres por esses dias finais de 1936. E é muito possível, embora disso não tenhamos prova, que também

18. PEREIRA, Bernardo Futscher - *A Diplomacia de Salazar, 1932-1949*. Alfragide, Dom Quixote, 2013, 2ªed., p.116.

19. OLIVEIRA, Pedro Aires - *Armindo Monteiro: Uma Biografia Política*. Vendas Novas, Bertrand Editora, 2000, p.91-2. Documento 23 (b), carta de Oliveira Salazar para Genoveva de Lima [poetisa e mulher do Embaixador Ruy Ennes Ulrich], de 27 de Março de 1938.

20. Decreto nº27.287, de 24 de Novembro de 1936. In: *Diário do Governo*, 1ª série, nº276, de 24 de Novembro de 1936, p.1521.

21. Recensão de José Cutileiro do livro de Pedro Aires Oliveira, ver: CUTILEIRO, José - *Atribuições de um Fascista Anglófilo, «Armindo Monteiro: Uma Biografia Política»*. Lisboa, Bertrand Editora, 2000. In: *Análise Social*, Vol. XXXIV, (Outono) 2001, p.977-979.

22. Foram consideradas três localizações: Belgrave Square, Chands House, e o n.º9 de Kensington Palace Gardens, segundo um “Apontamento”, s/d, incluído em: PT-TT-AOS-D-J-8-1-9_m0010.

23. AHDMNE, Embaixada de Londres, Mç.190B: Processo 3834 (Anexo).

24. AHDMNE, Embaixada de Londres, Mç.190B: Ofício da 7ª Repartição da Contabilidade Pública, do MNE, de 14 Novembro de 1933. Refere que a nova casa tinha sido comprada por 14.000E mais as 9.000E da venda da casa de Gloucester Place, a que acresciam 200E para a comissão do vendedor, perfazendo um total de 23.200E.

25. AHDMNE, Embaixada de Londres, Mç.190B: Processo 1/1933: Telegrama nº98, de 20 de Outubro de 1933. Ali se refere que o processo de venda e compra foi fechado apenas em 20 de Outubro de 1933, dizendo o Embaixador [então Rui Enes Ulrich]: *terminei hoje as difíceis negociações...*.

26. PT-TT-AOS-D-J-8-1-9_m0002-0004: Carta de José de Figueiredo para Oliveira Salazar, datada de 21 de Dezembro de 1936, que acompanha “Parecer” com idêntica data: PT-TT-AOS-D-J-8-1-9_m0005-0008.

27. AHDMNE, Embaixada de Londres, Arm.36, Mç.235: “Casa para a embaixada de Portugal em Londres, 1937”: “Informação” assinada por Armindo Monteiro [24p.] de 14 de Dezembro de 1936.

28. PT-TT-AOS-D-J-8-1-9_m0002-0004: Carta de José de Figueiredo para Oliveira Salazar, datada de 21 de Dezembro de 1936.

29. Sobre o assunto vd: "Exposição Portuguesa nas Salas do Jeu de Paume", in: *Ilustração*, Lisboa, nº136, 15 de Agosto de 1931, p.34; e SANTOS, Rui Afonso Martins dos - *O design e a decoração em Portugal. Exposições e Feiras. Os anos 20 e 30*, Lisboa, s/n, Vol.1, 1994, p.111-113. Tese de Mestrado em História da Arte Contemporânea, Universidade Nova de Lisboa.

30. A Academia Nacional de Belas Artes foi a sucessora da velha Real Academia, depois de, durante a I República, ter tido a designação de Conselho de Arte e Arqueologia. Foi reativada por um grupo de intelectuais com apoio oficial em 1932. Vd: Decreto nº20.977. In: *Diário do Governo*, 1ª Série, nº55, 5 de Março de 1932, p.419-21.

31. IHRU, Forte de Sacavém, DGEMN, DSHAR: Processo 45662/1: Ofício do Director do MNAA ao Administrador Geral dos Edifícios Públicos e Monumentos Nacionais, datado de 5 de Novembro de 1929.

32. PT-TT-AOS-D-J-8-1-9_m0005-8: "Parecer", assinado por José de Figueiredo enviado a Salazar e datado de 21 de Dezembro de 1936.

Armindo Monteiro ali estivesse, de modo a analisarem conjuntamente o problema da nova Embaixada, explicando-se assim a sintonia de princípios e de termos.

O primeiro destes documentos é um "Parecer" existente no Arquivo Salazar, no ANTT, que aponta ter sido com intervenção do próprio Presidente do Conselho que o processo de decoração e melhoramento da nova embaixada foi primeiramente tratado, tendo para o processo sido convocado José de Figueiredo, afim de emitir um 'parecer' sobre a decoração "...das duas salas do primeiro andar, as únicas divisões da casa para as quais o Sr. Embaixador nada propôs na exposição enviada a Vossa Excelência"²⁸.

José de Figueiredo, então Diretor do MNAA e Inspetor Geral dos Museus, era tido por um dos maiores conhecedores de arte portuguesa e a sua opinião um padrão de gosto. Foi através dele que Guilherme Rebelo de Andrade foi recrutado para o trabalho da Embaixada de Londres. Conheciam-se pelo menos desde que tinham trabalhado juntos na preparação da representação de Portugal na Exposição Ibero-Americana de Sevilha, em 1929, onde Guilherme Rebelo de Andrade, juntamente com o irmão, Carlos Rebelo de Andrade, concebera e realizara o Pavilhão de Portugal. Tinham depois colaborado na 'Exposição dos Primitivos Portugueses', em Paris, em 1931, onde Guilherme decorara várias salas do *Jeu de Paume* para enquadrar um conjunto de obras de pintura portuguesa²⁹. Também a escolha de Guilherme Rebelo de Andrade para ser o responsável pela ampliação e remodelação do Museu Nacional de Arte Antiga, com projeto começado em 1932, ou do Palácio Nacional de Queluz, onde ambos, juntamente com Raul Lino, orientaram a reconstrução depois do incêndio de 1934, comprovam a ligação. Mais ainda, a relação deveria ser também pessoal. O convite, em 1932, de José de Figueiredo para Guilherme integrar a reativação da Sociedade Nacional de Belas Artes³⁰, ou os termos da justificação da contratação do arquitecto para elaborar o Projeto do MNAA³¹, assim como o conteúdo de alguns dos telegramas trocados entre ambos durante a estada de Guilherme em Londres, como veremos adiante, mostram evidente proximidade. Guilherme Rebelo de Andrade era já um arquitecto reconhecido, pelo que a sua escolha pareceria natural, até mesmo a Salazar, a quem tinha decorado o gabinete de trabalho da 'Presidência do Conselho', em S. Bento, em 1935. Não surpreende, portanto, que no "Parecer"³² enviado a Salazar o Diretor do MNAA solicitasse a presença do Arqt.^o Rebelo de Andrade no processo de decoração da nova Embaixada.

O 'Parecer' de José de Figueiredo começava por referir que na sua ida a Londres tinha verificado que o edifício "recentemente comprado" não tinha a "dignidade necessária", mas que as alternativas eram complicadas: — ou a compra do prédio vizinho, o que agravava o erro já feito na compra da casa, ou a localização da Chancelaria em diferente

local, o que traria dificuldades de funcionamento. Tentara encontrar no mesmo edifício uma solução *“para a independência indispensável ao bom funcionamento dos dois serviços”*, mas tal não era fácil *“nem talvez exequível, por a entrada de serviço especial a obter para a Chancelaria ser talvez incompatível com os severos regulamentos londrinos”*. *“Por tudo isto”* — continuava — *“depois da conversa que Vossa Excelência no domingo passado quis ter comigo, chamei o arquitecto Guilherme Rebelo de Andrade e troquei com ele as impressões necessárias”*, dado ter sido acompanhado na ida a Londres por aquele arquitecto *“como Vossa Excelência sabe”*. Reconfirmara então que a convicção de ambos era que a instalação da Chancelaria no andar térreo, embora mais conveniente, não era possível pela má divisão da casa e pela impraticabilidade de uma eventual entrada específica, assim como pela falta de capacidade do edifício.

O *‘Parecer’* revela igualmente estarem à espera de um levantamento arquitectónico do edifício para estudar o problema com mais rigor, notícia corroborada por um Telegrama de 10 de Dezembro³³. Acrescentava ainda que tinha recebido do Embaixador a cópia de uma *“exposição apresentada a Vossa Excelência”*, com a qual, em princípio, concordava. Terminava referindo que às verbas a disponibilizar se deveria juntar *“a da soma necessária para a ida a Londres, com a permanência ali durante 15 dias, do arquitecto Snr. Guilherme Rebelo de Andrade”*. Porque, *“além do plano das obras, incluindo as novas pinturas, esse arquitecto adquiriria em Londres, com as minhas instruções, os tecidos, os lustres e mais objectos que convém comprar ali, ao mesmo tempo que determinaria, de acordo com o Sr. Embaixador, a distribuição dessas peças e das que serão compradas ou encomendadas cá”*. *“Por fim”* — acrescentava — *“como o referido arquitecto não é funcionário público, ter-se-ia, com a verba indispensável à sua deslocação, de se lhe pagar devidamente esse trabalho”*. — E rematava: *“O que tudo junto representaria muito menos do que se despenderia se tivesse de recorrer-se a um técnico inglês, sem esquecer as vantagens de carácter nacional que resultariam da sua missão”*³⁴. Independentemente da prévia ida a Londres (não se sabe em que estatuto), foi neste momento que se terá assumido a contratação de Guilherme Rebelo de Andrade como o arquitecto da nova Embaixada. E claramente pela intermediação de José de Figueiredo.

Um segundo documento, uma extensa *“Informação”*, com 24 páginas, produzida pelo Embaixador Armindo Monteiro, repete algumas das afirmações de José de Figueiredo e acrescenta outras: — Que a casa tinha falta de capacidade e dignidade; que era uma casa burguesa construída em altura, *“sem elegância e sem grandeza, com uma entrada mesquinha, um hall escuro e uma escada mal lançada, de material pobre, uma péssima divisão interior”*; que as salas não permitiam organizar recepções; que a ligação à cozinha era má e não tinha copa; que não existia gara-

33. AHDMNE, Embaixada de Londres, Mç.235: “Casa para a Embaixada de Portugal em Londres, 1937”: “Telegrama nº179” assinado pelo Ministro NE e dirigido à Embaixada de Portugal em Londres, de 10 de Dezembro de 1936.

34. PT-TT-AOS-D-J-8-1-9_m0005-8: “Parecer”, assinado por José de Figueiredo e enviado a Salazar, datado de 21 de Dezembro de 1936.

35. AHDMNE, Embaixada de Londres, Mç. 235: "Casa para a Embaixada de Londres em Portugal, 1937" - "Informação" assinada por Armindo Monteiro [24p.] de 14 de Dezembro de 1936 [p.1].

36. AHDMNE, Embaixada de Londres, Mç. 235: "Casa para a Embaixada de Portugal em Londres, 1937": "Informação" assinada por Armindo Monteiro [24p.] de 14 de Dezembro de 1936 [p.2].

37. PT-TT-AOS/CO/NE – 4C, pasta 6: Ofício nº 178 de Armindo Monteiro para Salazar, de 1 de Abril de 1937. Apud: Oliveira, Pedro Aires - *Armindo Monteiro, Uma Biografia Política*. Vendas Novas, Bertrand, 2000, p.168.

38. Idem

39. AHDMNE, Embaixada de Londres, Mç. 235: "Casa para a Embaixada de Portugal em Londres, 1937": "Informação" assinada por Armindo Monteiro [24p.] de 14 de Dezembro de 1936 [p.3].

gem nem porta de serviço, pelo que *"todas as entradas tem de fazer-se pela única porta que existe"*³⁵. Citava José de Figueiredo, como tendo afirmado que o melhor seria vender a casa em face dos defeitos que apresentava. Mas, admitia, *"o Estado não pode mudar de Embaixada todos os anos; o público não o compreenderia (...), o Tesouro não poderia suportar tal encargo"*, pelo que nos devíamos contentar, *"pelo menos por agora"*, com o prédio disponível. Mais importante, apontava que quaisquer alterações no edifício *"não poderão dar-lhe o espaço que lhe falta nem a dignidade exigida"*, sendo de afastar *"a possibilidade de grandes obras"*. Por isso era crucial tomar-se uma decisão sobre a Chancelaria para resolver o essencial: a natureza das obras a realizar e a *"divisão da casa em parte oficial e particular"*³⁶.

No rés do chão – continua a *"Informação"* – a casa tinha três divisões úteis: a sala de jantar, uma pequena salinha e uma sala um pouco maior (Fig. 2.04). No primeiro andar, dois salões e um pequeno quarto interior (Fig. 2.05). No segundo, dois quartos de tamanho regular e mais dois quartos pequenos (Fig. 2.06). A Chancelaria estava instalada no terceiro piso com acesso pela escada de serviço *"estreita e suja que leva ao andar dos criados"*³⁷, e parecia *"a redação de um pequeno jornal de província"*³⁸. Restavam, para representação, recepções e habitação do Embaixador e da sua família, um total de oito divisões. O que significava que tirando a sala de jantar, os salões e os quartos do primeiro andar e rés do chão, ficaria a habitação do Embaixador e família reduzida a três quartos. Mais ainda, tendo em conta que o escritório do Embaixador não poderia decentemente ser localizado nos quartos ou salas do primeiro andar ou do piso térreo, só no segundo andar se lhe poderia dar instalação condigna. *"E assim somos levados a concluir que a habitação do Embaixador e da sua família ficaria reduzida a dois quartos"*³⁹. Considerava igualmente que os salões do primeiro piso só a recepções com solenidade se prestavam, enquanto as divisões do piso de entrada apenas podiam receber, *"sem intimidade"*, um limitado número de pessoas. Pois que *"na vida diplomática 'receber com intimidade' à noite ou à tarde, é coisa de grande importância"*, tal implicava reservar, no segundo andar, uma sala para esse efeito, ao lado do escritório do Embaixador.

A consequência de tudo isto era que *"os factos empurram a habitação [do Embaixador] para o andar onde se encontra a Chancelaria"*. Ficando a habitação *"sem grandeza"*, porque os quartos eram pequenos e pouco numerosos, além das casas de banho ficarem no andar de baixo. E a conclusão era óbvia: *"a solução exige a saída da Chancelaria para outra casa"* e, nas palavras de Armindo Monteiro: – *"ou sai a Chancelaria ou sai o Embaixador"* [p.4].

Reconhecendo que a Chancelaria fora da Embaixada tinha evidentes desvantagens, achava melhor esse funcionamento continuar na

casa de Belgrave Square. Porém, como só tinha uma entrada, todas as salas e quartos abriam para os patamares da escada ou para o *hall*. Por conseguinte, durante as recepções, o público que necessitasse de ir à Chancelaria teria de passar pelo meio dos convidados; e o Embaixador e a sua família teriam os seus aposentos constantemente devassados. Por outro lado, suspender o serviço público durante as recepções era má solução. As pessoas que viessem tratar de questões de serviço, se “fossem repelidas à porta, veriam o caso com maus olhos e fariam justas críticas”. E como as pequenas recepções — “almoços, jantares ou chás” — devem acontecer com frequência “quase diária”, o serviço teria de estar permanentemente interrompido. — De novo a conclusão inevitável: a Chancelaria deveria ficar fora da Embaixada.

Aceitando-se o facto, e de acordo com a visão de Armindo Monteiro, o prédio poderia então ficar dividido entre parte oficial e parte particular, ficando para a primeira o rés do chão e os dois primeiros andares e o restante para o Embaixador e para o pessoal. Sendo certo que nos andares reservados ao Embaixador deveria haver um quarto “considerado oficial”, visto que, por vezes, “como em caso de doença”, poderia o Embaixador ter de receber pessoas e tratar de negócios condignamente. A observação tinha implicações práticas, dado ficar a cargo pessoal do Embaixador a mobília da residência da família, e isso acarretava custos, nomeadamente na aquisição ou transporte de, ou para, Portugal, que por Lei não eram financiados pelo Estado. O Embaixador Ruy Ennes Ülrich^{40*} (que esteve colocado em Londres entre 1933 e 1935), bem se lamentava das 3000£ que tinha gasto e perdido, dado que a mobília aparatosa não lhe servia pessoalmente, tendo procurado, sem sucesso, que o Estado lha recomprasse⁴¹. Ou seja, o novo Embaixador tentava evitar uma despesa pessoal acrescida, apesar de ser apenas o recheio de “ao todo cinco divisões, três das quais de muito pequenas dimensões”.

Em função de tudo isto, passava a ser possível fazer uma ideia exata das obras a realizar. Os principais defeitos da casa podiam listar-se — “porque os outros não o podem ser facilmente” — em aspectos como a entrada “mesquinha”, as salas do rés do chão “pequenas e reles” e a sala de jantar “não ter copa”. Para alargar a entrada, teriam de sacrificar-se as salas do piso térreo, o que era inconveniente, pois muita gente que iria almoçar, jantar ou tratar de questões pendentes, não devia passar desse piso, pelo que a entrada não deveria ser modificada. Conviria reunir as duas salas do rés do chão numa única, porque era obra rápida e pouco cara, e a divisória existente “uma larga porta de madeira, dá à casa um aspecto pobre, mesmo pelintra, do pior gosto”, pelo que não fazia sentido conservar. Outras obras necessárias seriam construir uma copa aproveitando dois cubículos interiores “pois a regrada e correcta organização das recepções depende muitas vezes do serviço de copa”. E, apesar de outras melhorias serem possíveis, “podemos contentar-nos

40. Ruy Ennes Ülrich (1883-1966), foi Professor Universitário, Administrador, Empresário e Embaixador. Era tio de Frederico Ülrich (ver nota 236 da Parte 4).

41. BRANDÃO, Fernando de Castro - “A Demissão de Ruy Ülrich, Embaixador em Londres (1935)”. In: *Negócios Estrangeiros, Publicação Semestral do Ministério dos Negócios Estrangeiros*, nº7, Lisboa, Setembro de 2004, p.126-137.

42. O General Garcia Rosado (1864-1937), foi militar, administrador colonial, responsável pelo CEP na Primeira Grande Guerra e Embaixador de Portugal em Londres, entre 1926 e 1934.

com as que vão indicadas”, sendo “ponto fundamental” a Embaixada estar pronta rapidamente.

Uma outra questão era a das pinturas e do arranjo das paredes interiores. “Não posso deixar de dizer que causa espanto — indignação ou vontade de rir — a maneira como foram arranjadas as paredes da casa” que estavam pintadas com “fingimentos de mármore de cores variadas ‘verde, cor de laranja, encarnado’ cores berrantes, dourados e prateados, absolutamente impróprios de uma embaixada”. E “um país de mármore, como o nosso, não pode ter aqueles ridículos fingimentos”. Assim, tudo teria de ser repintado “de maneira séria e digna, já que não pode ser rica”. E tons creme “dariam plena satisfação”. Não havendo arranjo possível sem essa repintura “que infelizmente tem de fazer-se de alto a baixo” (sublinhado no original). Sendo indispensável “fazê-lo desde já, iniciando imediatamente as pinturas” (sublinhados no original).

Posta a questão das obras, passava para as da mobília e decoração. E abordava-as de modo hiperbólico mas que, como se perceberá adiante, não era de todo verdadeiro: “Pode dizer-se que a embaixada está desmobilada”. Alegadamente, tudo o que ali existia era feio, não tinha unidade e apenas podia ser usado para dispensar a compra de um ou outro móvel. Porém — ele conhecia bem Salazar — habilmente e de imediato acrescentava: mas “é minha opinião (...) que o que existe deve ser aproveitado tanto quanto possível”. Não obstante, propunha que a mobília de escritório “que o Sr. General Garcia Rosado^{42*} já encontrou na embaixada”, passasse para a Chancelaria. Para algumas cadeiras, duas mesas e uma escrivaninha, ainda se encontrava sítio, o mesmo se passando com a mesa de jantar e respectivas cadeiras, depois de tratadas e postas “em termos normais”. Já a mobília existente no salão do primeiro andar “dada pelos Palácios Nacionais”, apesar de ter “peças feias”, não poderia “dispensar-se por agora”[p.7]. Criticava os quadros existentes e reforçava a opinião de José de Figueiredo de que deveriam ser “devolvidos a Lisboa”. Quanto à iluminação, de aproveitável só tinha um lustre. Relativamente a tapetes, o mesmo: “os dois ou três que ali se vêem são pequenos, desaparelhados (...) e em mau estado”[p.8]. Havia também vitrines completamente vazias em algumas salas, não podendo “esquecer-se que enchê-las é difícil e relativamente custoso”. De indiscutivelmente “bonitas” e “ricas”, somente as cortinas, mesmo assim apenas em algumas das salas.

Com estes considerandos, apontava dois caminhos possíveis: ou fazer da embaixada “uma representação da riqueza artística e de certas possibilidades industriais do país”, ou mobilá-la com gosto e a riqueza possível “para que a representação do Estado seja feita com dignidade e com utilidade mas sobriamente”[p.8]. E dava exemplos das congêneres em Londres: a da Itália, da Alemanha e da Espanha, seguiam a primeira

linha. E em Paris faziam o mesmo as dos Estados Unidos, da Inglaterra e da Polónia. — E “falo só das que conheço. Essas embaixadas são verdadeiros museus. (...) É uma forma de Propaganda”.

Ainda assim — passando a um tom brando e modesto — sugeria não seguir nessa direção, pois “custa milhões de que não podemos dispôr”. E acrescentava, sarcástico, que “de resto, um sumptuoso palácio, recheado de preciosidades, exige, para guarda e conservação, um dispêndio que se não compadece com a pequenez das verbas hoje estabelecidas para a nossa representação diplomática” [p.9]. E clarificava a sua visão: “Na minha opinião temos de adoptar a solução mais modesta; mobilar a Embaixada com gosto mas sem inútil riqueza; dar-lhe tanto quanto possível uma feição portuguesa que, como muito bem nota o Sr. Dr. José de Figueiredo, não grita com o género da casa, e pode servir para marcar em muitos casos a nossa influência em certos estilos ingleses (Queen Ann e Chippendale, etc.); não usar de espalhafatos inúteis, nem fingir que as coisas tem uma riqueza que lhes falta — porque isso dá à representação um ar rastaquouère que, achicalhando-a, se repercute na Nação; dar ao conjunto uma certa harmonia e sobretudo, porque isso é essencial em Inglaterra, dar-lhe um ar sólido, sério e confortável” [p.9].

Armindo Monteiro, tal como faria Pedro Teotónio Pereira anos depois, nos casos das Embaixadas de Madrid e do Rio de Janeiro, conhecia bem o homem de Santa Comba que governava Portugal, e a intencionalidade das descrições e das palavras é evidente. Ser “modesto”, evitar o “inútil”, ter “feição portuguesa”, criar “harmonia”... e jogava com o orgulho nacional para mostrar aos outros a nossa “influência” sem nunca “achincalhar” o país, “com gosto mas sem riqueza”. Futscher Pereira sintetizou esta visão: — “Salazar refere o desejo de ver Portugal ‘sem exageros, sem agressividade (...) pelo seu trabalho e pelas suas virtudes (...) de pé, de cabeça levantada e até de chapéu na cabeça⁴³’ perante países mais ricos e maiores do que ele. A isso se dedicou assiduamente, sem poupar esforços e, o que nele era mais raro, recursos. Fiel à sua máxima — ‘em política, o que parece, é’ — achava que a representação do Estado devia revestir-se da máxima dignidade, nos actos e nas aparências. Normalmente avaro, investiu largas somas em sumptuosas residências diplomáticas...”⁴⁴.

Desta parte em diante a “Informação” de Armindo Monteiro passava às contas, dizendo que “para atingir o resultado (...) — excepto a mobília e arranjos dos salões do 1º andar (...) — não é necessário despender quantias loucas” [p.10]. Assim, estimava o mobiliário em 340 ou 350 contos “não contando quadros e tapeçarias”. E com a possibilidade de abater a esse valor o dos móveis que o Estado pudesse fornecer. Acrescendo os custos das reparações da casa, ficava a soma em 420 contos.

43. Frase de Salazar no Prefácio que escreveu para o livro de entrevistas que a ele próprio, Salazar, António Ferro tinha feito. Ver: FERRO, António - Salazar: O Homem e a Obra. Lisboa, Emp. Nac. de Publicidade, 1933. Republicado como: FERRO, António - Entrevistas a Salazar, Pref. de Fernando Rosas. Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 2007, p.238.

44. PEREIRA, Bernardo Futscher - A Diplomacia de Salazar, 1932-1949. Alfragide, Dom Quixote, 2013, 2ªed., p.538.

45. *Trumeaux* são molduras que se colocam entre dois vãos de porta e podem ter pinturas ou espelhos, às vezes associadas a um pequeno móvel. O termo em português é "Tremó" com o plural "Tremós".

46. Estilo neoclássico inglês, corrente entre finais do séc. XVIII e inícios de XIX.

47. Expressão portuguesa caída em desuso, substituída pelo galicismo "applique", ou seja, aparelho de iluminação colocado, ou aplicado, sobre uma parede, muitas vezes aos pares, simetricamente a uma peça central como um armário, uma porta, ou um fogão.

Passava depois a uma detalhadíssima descrição dos espaços e do que seria necessário para o seu arranjo e decoração. Para a entrada *"que hoje tem uns fingidos de pedra e tijolo e ao fundo uma porta de pau a imitar ferro"* devia dar-se *"um cunho essencialmente português"*. E sugeria cercá-la de azulejos *"sendo possível antigos"* e móveis D. José ou D. João V. Propunha substituir a porta por um *"reposteiro de velho damasco com o escudo nacional da época dos móveis"*, com um tapete de Arraiolos no chão e *"uns potes de Cantão ou Índia"*. E na parede colocar-se-ia *"um velho retrato a óleo que existe na despensa da Embaixada, depois de devidamente tratado"*. Pendente do tecto ficaria *"uma boa lanterna"*.

No átrio *"que me parece excessivamente inglês para receber mobília portuguesa"* ficariam bem *"um bom armário de laca e um contador indiano"*, e debaixo da escada um sofá, mesa e cadeiras Chippendale. Um tapete Beiriz, um retrato antigo e pequenos arranjos na luz e no fogão, assim como a reposição de uma porta que desaparecera *"tornariam o conjunto agradável"*.

A escadaria seria toda repintada, voltando a *"cores normais, perdendo os actuais fingidos"*. E para esconder a exagerada altura da parte superior da escada, um dos *"maiores defeitos do prédio"*, poderiam os museus portugueses *"fornecer duas tapeçarias"*. Já os patamares que eram vastos e *"não são feios"*, precisavam de ser mobilados: *"cómodas bonitas, Louis XV ou Louis XVI"*, ou *"trumeaux"^{45*}*, ou mesmo *"bons baús ou bancos"* poderiam servir. Mas eram precisos pelo menos dois quadros: *"em último caso, se com isso o Sr. Dr. José de Figueiredo concordar, podem ser aproveitados os que existem na embaixada"*.

Na sala de jantar teriam de começar por retirar das paredes *"os panos bordados de prata sobre fundo azul-negro"* que davam um ar *"fúnebre"*. Também esta sala, de tão inglesa, *"não suporta mobília dos estilos portugueses vulgares"*. A mesa existente, de estilo *"Sheraton"^{46*}* era *"magnífica"* e as cadeiras sem estilo mas *"comodas"*. Um *"esplendido"* espelho na parede e uma *"bonita"* vitrine também ali existiam, mas era preciso completar o conjunto com um *sideboard* grande *"a pôr debaixo do espelho"* e um outro, pequeno, a colocar *"à esquerda do fogão"*. E aos lados da vitrine *"duas meias-mesas para pratas"*. O lustre para o tecto, as placas^{47*} para as paredes, um relógio para o fogão, um biombo e um tapete de Beiriz. As cortinas, *"magníficas"*, deveriam permanecer, mas a ampla vitrine estava vazia e exigia vidros ou louças *"ricas e antigas"*. Seriam ainda precisos dois quadros para os topos e para ali seriam apropriadas *"duas floeiras ou naturezas mortas"*.

As duas salas do piso térreo — as do topo voltado para Belgrave Square — deveriam ser transformadas numa só *"para esta ficar com dimensões razoáveis"*. Ali seria preciso criar um espaço confortável

"onde os ingleses se sintam bem". Aproveitando diversos móveis existentes e acrescentando entre janelas uma "boa cómoda, com um espelho e faianças ou porcelanas antigas", mais um sofá, cadeiras, um armário ou um *trumeau*, escrivaninha ou papeleira, duas mesas pequenas e um piano de cauda, indispensável, dado que a "sociedade inglesa tem o hábito da música depois do jantar". Mas para a iluminação não deveriam colocar-se lustres, apenas alguns tocheiros "portugueses e antigos" e candeeiros de mesa. E no chão dois tapetes de Beiriz. Rematando o conjunto, em cima dos fogões, deveriam ser postos retratos a óleo "do Sr. Presidente da República (...) [e] do Sr. Presidente do Conselho".

Passando ao primeiro andar, indicava que o pequeno quarto deveria ser adaptado a quarto de hóspedes, cuja existência numa embaixada era "indispensável", recheado com uma mobília D. João V e tirando partido "das paredes forradas a damasco vermelho".

No segundo andar ficariam uma sala com "caracter íntimo" destinada a receber pessoas "cuja amizade haja interesse e possibilidade em conquistar", mais o gabinete de trabalho e o quarto do Embaixador. Do existente, para a sala aproveitavam-se as cortinas, uma escrivaninha, duas poltronas, e talvez um tapete. Para o escritório utilizavam-se as cortinas, um sofá, uma "cadeirona" e uma pequena mesa. Já para o quarto nada se podia aproveitar, porque a cama "que existe (negra, com uma cercadura de cisnes brancos) é ridícula"^{48*}.

Porém, os espaços mais importantes eram as três salas do piso 1: — para a maior "que resultou da reunião de duas salas pequenas" eram precisos lustres, duas "ricas mobílias (talvez Louis XVI)" pois poderiam ter de receber "não só com gosto mas com certa riqueza" os Príncipes da Família Real "e até possivelmente o soberano". Já quanto ao "Salão do Topo" deveria estar arranjado em "estilo D. João V rico", com "lambris de azulejos azuis e amarelos", contadores luso-indianos, sofás, duas credências ou cómodas pequenas, tapete de Arraiolos, grandes candelabros de prata "trabalho sério da ourivesaria portuguesa"⁴⁹.

A referência a José de Figueiredo — e, cripticamente, também a Guilherme Rebelo de Andrade — estava aqui presente: "O trabalho do arranjo desta sala e da anteriormente referida — prosseguia o Embaixador — tem de ser entregue a pessoa de saber e gosto". Por isso, era necessário pedir ao Dr. José de Figueiredo "a ajuda da sua competência e gosto", porém, acrescentava, "a disposição dos móveis, o arranjos das coisas in-loco, tem de ser confiadas a um bom executor". — Para bom entendedor...

O relatório termina com uma listagem, compartimento a compartimento, com todas as peças de mobiliário a colocar ou a adquirir.

Deste longo texto a impressão que fica é a de ser demasiado articulado, demasiado detalhado, demasiado minucioso, demasiado propositivo e

48.

Esta peça de mobiliário deve ter pertencido a Geneveva de Lima Mayer Ulrich, esposa do Embaixador Rui Ulrich que esteve colocado em Londres entre 1933 e 1935, pois os 'cisnes' e as 'borboletas' eram a sua marca, como se pode verificar na Casa Museu Veva de Lima, em Lisboa.

49.

AHDMNE, Embaixada de Londres, Arm. 36, Mç. 235: "Casa para a Embaixada de Portugal em Londres, 1937": "Informação" assinada por Armindo Monteiro [24p.] de 14 de Dezembro de 1936 [p.15].

seguro, demasiado demonstrativo de uma visão integrada e integral, de uma consciência aguda das transformações possíveis e dos respectivos graus de dificuldade que talvez fosse difícil de fazer, sem ajuda, pelo próprio Embaixador, um homem com formação em Direito e Finanças. Ou o ex-Ministro e agora Embaixador era um decorador ou arquitecto que havia falhado a vocação — e talvez o fosse —, ou é muito alta a probabilidade deste relatório ser uma síntese, senão uma composição conjunta, dos contributos de José de Figueiredo, do sentido compositivo e arquitectónico de Guilherme Rebelo de Andrade, e da estratégia de uso e interesses do próprio Armindo Monteiro. A já apontada circularidade de expressões com o “Parecer” de José de Figueiredo, o surgimento de preocupações como a questão do sistema de licenciamento municipal impedir eventualmente a realização de uma segunda porta; a capacidade de leitura espacial e planimétrica que dá a visão das transformações, simultaneamente eficazes e expeditas de realizar, como abrir novas portas entre compartimentos, fundir arrumos numa copa, ou forrar de azulejos a entrada, acrescidos ao gosto decorativo do D. João V sobre paredes de cores suaves, são indícios da presença, sempre discreta, de Guilherme Rebelo de Andrade.

Não obstante, como se nota em outras missivas do Embaixador, a sua atenção aos acabamentos, aos detalhes, às cores, aos ambientes dos espaços e ao ‘bom gosto’ era grande. A sua opinião era forte e a sua determinação enorme, pelo que teve muita influência sobre o resultado final. Acresce, como veremos adiante, a insistência do Embaixador quanto à necessidade da presença do arquitecto antes do início das obras; ou o modo como o seu discurso iria mais tarde mudar de tom, de articulação e, sobretudo, de gosto, quando, face às limitações financeiras, aos compromissos da tutela, às opiniões contrárias de Guilherme Rebelo de Andrade e de José de Figueiredo, a que se somariam os comentários dos convidados ingleses relativamente à decoração da casa, o levariam a reforçar ainda mais a sua anglofilia e a desprezar algum do portuguêsismo que defendia ainda neste início de processo. Naturalmente que a evocação do portuguêsismo poderia ter sido feita apenas por estratégia, tocando um tema que ao ‘Sr. Presidente do Conselho’ era caro, para conseguir os fundos que necessitava para o arranjo da Embaixada. Mas o modo como o relatório se expressa não está, de todo, nesse registo.

2.3 O PROCESSO ACELERA

Depois do Natal, com o início do ano de 1937 o processo começou a avançar mais rápido. Logo a 3 de Janeiro houve um encontro do Ministro com Guilherme Rebelo de Andrade e José de Figueiredo que “*estavam ultimando pormenores com planta e fotografias*”. E procura-

ram sossegar o Embaixador comunicando-lhe que se previa a ida do arquitecto para Londres no dia 15, estando tudo a ser tratado com vista às obras ficarem prontas em Abril, sendo para isso necessário começar os trabalhos em todas as partes da casa em simultâneo⁵⁰.

O Embaixador Armindo Monteiro pressionava continuamente. E logo a 4 de Janeiro perguntava se o arquitecto ia no “vapor [do dia] 6”⁵¹, respondendo o Ministro que nesse mesmo dia haveria uma reunião para decidir a sua ida⁵². Impaciente, em telegrama de 7 de Janeiro de 1937, o Embaixador pedia que o informassem da “*resolução tomada acerca da vinda do Arq. Rebelo de Andrade*” pois que o assunto tinha extrema importância. E acrescentava ser a “*situação actual verdadeiramente vexatória. Todos os dias sou obrigado a receber pessoas de grande categoria em salas que não estão em condições de as receber. Creio estes dias antes de entrega credenciais seriam melhor oportunidade para arrumar questão mobiliário. Peço todo interesse V. Exa. urgência resolver assunto*”⁵³.

No dia 8, o MNE respondeu que Guilherme Rebelo de Andrade e José de Figueiredo tinham já conferenciado com o Presidente do Conselho e este tinha levado a Planta “*para estudo*”⁵⁴. Embora parecesse, Salazar não estava a retardar, pois no mesmo dia determinou o abonamento ao arquitecto da quantia de 110£ para passagens e estadia de 15 dias em Londres⁵⁵. E porque, apesar de existir um “*Orçamento*” (não datado mas presumivelmente de Dezembro de 1936) que previa apenas 399 contos para obras e mobiliário, um número talvez suavizado para não levantar irritações antes do início dos trabalhos⁵⁶, o Orçamento de Estado, generoso, tinha já inscrito a verba de 150 contos para “*Pinturas e reparações interiores do edifício*” mais 550 contos para “*tapeçarias, mobiliário e outros móveis*”, incluindo nestas verbas “*a direcção, por um técnico nacional, das obras a realizar, escolha de mobiliário, etc.*”⁵⁷, ou seja, a verba inscrita era substancialmente superior à estimativa inicial.

A 9 de janeiro o Ministro comunicou a Armindo Monteiro que Guilherme Rebelo de Andrade e José de Figueiredo estavam “*ultimando o estudo*” e que julgavam “*mais útil partir concluído este do que no dia 11 sem ele o estar*”. E tentava sossegar o Embaixador: “*Tudo o mais a que é possível dar andamento aqui tem sido tratado*”, esperando que por volta do dia 15 Guilherme Rebelo de Andrade pudesse seguir para a capital inglesa⁵⁸. Entretanto, de Londres, o Embaixador pediu autorização para comprar louças, equipamento de cozinha e outros utensílios, domesticamente aproveitando o facto de “*até ao fim da semana corrente comércio faz saldos liquidação de mercadorias armazéns*”. Manuscrito no cabeçalho, dois dias depois, o Ministro autorizava o envio das 407£ pedidas⁵⁹. O Embaixador agradeceu a rapidez da decisão mas perguntava de novo “*se o arquitecto já partiu ou em que dia parte*”⁶⁰. A 19 de Janeiro, o MNE solicitava ao Ministério do Interior um “*passaporte especial*” para Guilherme⁶¹, e anunciava a Londres a partida do arquitecto a 22, no vapor *Dembo*⁶².

50. AHDMNE, Embaixada de Londres, Arm.36, Mç.235: Telegrama nº12 de 3 de Janeiro de 1937, dirigido pelo Ministro para a Embaixada de Londres.

51. AHDMNE, Embaixada de Londres, Arm.36, Mç.235: Telegrama nº5 de 4 de Janeiro de 1937, dirigido pelo Embaixador Armindo Monteiro ao Ministro dos Negócios Estrangeiros.

52. AHDMNE, Embaixada de Londres, Arm.36, Mç.235: Telegrama nº7 de 5 de Janeiro de 1937, dirigido pelo Ministro para o Embaixador Armindo Monteiro.

53. AHDMNE, Embaixada de Londres, Mç.32: Telegrama nº12 de 7 de Janeiro de 1937, dirigido pelo Embaixador Armindo Monteiro ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, então já Oliveira Salazar.

54. AHDMNE, Embaixada de Londres, Mç.235: Telegrama nº11 de 8 de Janeiro de 1937, dirigido pelo Secretário Geral do MNE para a Embaixada de Londres.

55. AHDMNE, Embaixada de Londres, Arm.36, Mç.235: Processo 453/37, 8 Janeiro 1937.

56. AHDMNE, Embaixada de Londres, Arm.36, Mç.235: Orçamento de “Pinturas e reparações interiores no edifício da Embaixada de Portugal em Londres a efectuar pela Casa Keeble”, s/d.

57. AHDMNE, Embaixada de Londres, Mç.235: Informação da 7ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública, de 8 Janeiro 1937.

58. AHDMNE, Embaixada de Londres, Mç.32: 9 de Janeiro de 1937, do Ministro dos Negócios Estrangeiros para a Embaixada de Londres.

59. AHDMNE, Embaixada de Londres, Arm.36, Mç.235: Telegrama do Embaixador para o Ministro, de 11 Janeiro 1937.

60. AHDMNE, Embaixada de Londres, Arm.36, Mç.235: Telegrama do Embaixador para o Ministro, de 15 Janeiro 1937.

61. AHDMNE, Embaixada de Londres, Arm.36, Mç.235: Ofício do MNE para MI, de 19 Janeiro 1937.

62. AHDMNE, Embaixada de Londres, Arm.36, Mç.235: Telegrama do Ministro NE para Embaixada, de 20 Janeiro 1937.

63. AHDMNE, Embaixada de Londres, Mç.32: Telegrama nº63, do Embaixador para Ministro, de 26 Janeiro 1937, 3p.

A chegada a Londres de Guilherme Rebelo de Andrade iria revelar que algumas das questões básicas não estavam afinal ainda assentes, dando início a mais uma querela de Armindo Monteiro com Salazar, que se iria repercutir nas relações com o arquitecto. Uma das questões centrais da longa *"Informação"* elaborada pelo Embaixador em 14 de Dezembro passado, era a separação da Chancelaria da Residência do Embaixador. Mas as notícias que o arquitecto levou das decisões de Lisboa não eram nesse sentido. A 26 de janeiro o Embaixador enviou um longo telegrama para Portugal insistindo com os mesmos argumentos. A dignidade da embaixada não era compatível com as duas funções. E apesar do seu interesse pessoal ser que estivessem juntas, pois compartilharia despesas e seria para ele mais cómodo, tal só acontecia em embaixadas com prédios grandes e com entradas separadas, sendo que a maioria tinha a Chancelaria e a Embaixada em locais diferentes *"como é fácil verificar lista corpo diplomático"*⁶³.

E continuava: *"hoje ninguém pode ser recebido nossa vergonhosa Chancelaria ao contrário outras missões acontece"*. Instalar a Chancelaria no rés do chão era alegadamente complicado pela exiguidade das instalações e prejudicaria a representação impedindo a comodidade dos visitantes, argumento já usado na *"Informação"* de dezembro. E pedia a *"V. Ex.ª"* Para atentar no facto de que uma Chancelaria deveria incluir serviços diplomáticos, militares, comerciais e de imprensa, que ali não poderiam funcionar juntos. E que, com as limitadas verbas disponíveis, como as salas grandes do piso 1 só raramente seriam utilizadas, a alternativa *"às grandes festas caríssimas"* seriam os jantares ou almoços de 8 a 18 pessoas que *"permite conversas intimidade"*. Em consequência, a sala do piso térreo era indispensável, devendo ser mobilada *"sem preocupações estilo portugueses"* mas apenas com *"conforto"*.

Explicava ainda, com alguma sobrançeria e exibindo o seu conhecimento direto, bem diferente do seu superior hierárquico, que *"aqui"* (em Londres) se exigia a uma Embaixada uma *"representação principesca"* incompatível com qualidade das instalações existentes. Que o *"meio social"* em que tinha de viver o Embaixador era *"extremamente exigente"* e que *"o que é modesto aqui pode considerar-se aí muitas vezes sumptuoso"*. E a vibrante exortação prosseguia, explorando os sentimentos patrióticos de Salazar e os seus desejos de manter 'o chapéu na cabeça', dizendo que a Embaixada precisava de meios para funcionar porque, sem isso, como até ali acontecia, a nossa representação era *"modo de humilhação e não de elevação porque não tem instalação figurar dignamente lado outras o que diminui a sua força"*. De outro modo, acrescentava sarcasticamente, a *"melhor solução seria suprimir Embaixada regressando Londres categoria Legação"*. Reconhecia naturalmente os grandes inconvenientes políticos, mas o prédio e as verbas

disponíveis apenas permitiam o funcionamento de uma Legação e de uma Chancelaria *“mais modesta que certas Legações que aqui existem”*.

Astutamente, referia que tal solução seria a política da modéstia *“plenamente justificável”*, pois que a um ‘Ministro’ — designação então usada para o chefe de uma Legação — não se exigia o que se pede a um Embaixador; e havia ainda a possibilidade de ter a Embaixada mas com um Ministro sem o título de Embaixador. Enfim, *“querendo V. Ex.^a, manter Embaixada se não quiser vergonhas terá de fornecer-lhes meios de trabalho”*. E acrescentava uma frase que era quase um slogan de Salazar, referindo que num meio onde as *“aparências valem por realidades (...) ninguém acredita que embaixada acanhada e serviços desorganizados sejam fachada de um país ordenado e próspero”*. Rematava, por fim, em desabafo: *“Expus a V. Exa., leal e desinteressadamente minha opinião sem outro desejo que não seja servir bem. Peço apenas decisão urgente pois nada pode prosseguir sem ela”*⁶⁴.

A resposta terá sido ambígua porque, a 30 de Janeiro, Armindo Monteiro, não convencido, insistia referindo que embora o telegrama recebido *“não diga [de] modo terminante”*, levava a concluir que a decisão *“de V. Exa. seria que Chancelaria fosse instalada no rés do chão”*. — Assim era. Contrariando a opinião de Armindo Monteiro, Salazar decidira já, pelo que a Chancelaria ficou mesmo situada no rés do chão. Armindo Monteiro, no mesmo telegrama, secamente, concluía: *“Nessa ordem de ideias peço Rebelo Andrade prossiga trabalhos”*⁶⁵.

2.4

A PREPARAÇÃO DA EMPREITADA

A 30 de janeiro foi enviada pela empresa *‘Lewis E. Nunn, Builder, Decorator and Sanitary Engineer’*⁶⁶ uma proposta para os trabalhos a efetuar na Embaixada, segundo, presume-se, um Caderno de Encargos previamente entregue por Guilherme Rebelo de Andrade.

As obras eram relativamente superficiais. Tratamento de paredes, pinturas de paredes e tectos, abertura de vãos (do átrio de entrada para a sala adjacente do lado de Belgrave Square, do *hall* das escadas para a sala de jantar...), colocação pontual de vigas sobre os novos vãos (como na passagem entre o átrio de entrada e o *hall* das escadas), alteração e completamento de redes eléctricas e pontos de iluminação, criação de fixações para lustres, tratar, refazer e repor apainelados, substituir algumas portas e pouco mais, todas as intervenções organizadas por departamento, apesar do documento estar, aparentemente, incompleto.

Preocupado, a 4 de Fevereiro o arquitecto enviou um telegrama a José de Figueiredo⁶⁷, referindo o lamentável estado de conservação da casa *“especialmente cave e andares superiores”* obrigando a obras que iriam

64. AHDMNE, Embaixada de Londres, Mç.32: Telegrama nº63, do Embaixador para Ministro, de 26 Janeiro 1937, 3p.

65. AHDMNE, Embaixada de Londres, Mç.32: Telegrama nº70, do Embaixador para Ministro, de 30 de Janeiro de 1937.

66. AHDMNE, Embaixada de Londres, Mç.32: Ofício de “Lewis E. Nunn, Builder, Decorator and Sanitary Engineer”, datado de 28 de Janeiro de 1937, acompanhado do documento “Notes for Estimates Required” (6p., incompleto).

67. AHDMNE, Embaixada de Londres, Mç.32: Telegrama de GRA para JF, de 4 de Fevereiro de 1937, [3p.].

68. AHDMNE, Embaixada de Londres, Arm. 36, Mç. 235: Telegrama nº81, de Embaixador para MNE, de 4 de Fevereiro de 1937, 3p.

69. AHDMNE, Embaixada de Londres, Arm. 36, Mç. 235: Telegrama nº47, do MNE para Embaixador, de 6 de Fevereiro de 1937.

70. AHDMNE, Embaixada de Londres, Arm. 36, Mç. 235: Telegrama nº87, de Embaixada de Londres para MNE, de 6 de Fevereiro de 1937.

absorver parte das verbas. Comunicava ter realizado “sucessivas supressões” nos trabalhos previstos para não exceder os montantes autorizados. E que o resultado seria somente o atingira “*decência absolutamente indispensável (...) para apresentar modesto decoro*”. Porém, alertava, ainda assim iria haver um aumento de custos impossível de evitar que, caso não fosse aceite “*por quem de direito*”, resultaria em desastre para o qual ele não queria contribuir conscientemente. Achava também que não deviam ambos “*arcar responsabilidades [que] não nos cabem*” dado que as estimativas preliminares tinham sido tomadas como definitivas. Com efeito, segundo o tinham informado, a verba autorizada era de 670 contos pelo que previa um ‘*deficit*’ de um pouco mais de 106 contos, sem incluir transportes de Lisboa para Londres. E que, mesmo com esse aumento de despesas aprovado, se era possível comprar móveis em Londres, a “*nossa responsabilidade profissional periga pois resultado decorativo duvidoso e desnacionalizado*”. Terminava lembrando a necessidade de decisões urgentes, pois voltava para Lisboa no dia 12; mas não sem acrescentar, de um modo que espelha a proximidade pessoal, que prevenisse a família de que estava bem. — Porém, o essencial da mensagem era claramente o pedido de apoio ‘*político*’ em Lisboa quanto à reação do MNE e de Salazar.

No mesmo dia, certamente concertado com Guilherme Rebelo de Andrade, o Embaixador enviou um telegrama ao MNE de conteúdo e expressões semelhantes. Acrescentava, no final, que das conversas havidas com o arquitecto lhe parecia haver dele “*relutância profissional*” em encarar “*este segundo projeto*”, e que os fornecedores, devido à alta de preços em virtude dos trabalhos para a coroação (de George V, prevista para Maio desse ano) não se comprometiam com prazos ou preços. E pedia instruções⁶⁸.

Salazar respondeu dois dias depois, lamentando que o orçamento não tivesse sido feito em “*bases mais sólidas*”, autorizando o novo “*e definitivo orçamento*” apresentado no telegrama do Embaixador, para não afectar “*decência*” da Embaixada⁶⁹. Aliviado, Armindo Monteiro respondeu que iria de imediato comunicar ao arquitecto. E, possivelmente defendendo-se do remoque de Lisboa de que o orçamento não tivesse sido feito em bases mais sólidas, referia que o plano do arquitecto era “*muito superior ao dele*” (isto é, ao projeto implícito na “*Informação*” por ele próprio apresentada em dezembro de 1936) e que “*de modo quasi total*” — expressão que comentaremos adiante — se felicitava por o projeto de Guilherme Rebelo de Andrade ter sido aprovado. Mas simultaneamente desresponsabilizava-se, dizendo que “*as observações de V. Exa. acerca do primeiro orçamento (...) não podem referir-se ao cálculo por mim apresentado, pois que meu projecto nunca esteve em causa*”. E pedia “*precisas instruções acerca administração de verbas e competências para compras e contratos*”⁷⁰.

No mesmo dia, um segundo telegrama do MNE reforçava o anterior, acrescentando, em resposta ao pedido sobre quem tinha poderes para administração da verba, que esta era da “competência de V. Exa.”, mas com a assistência técnica do arquitecto para as todas as obras e compras, à exceção das que José de Figueiredo e Guilherme Rebelo de Andrade fizessem em Lisboa, as quais o Embaixador deveria depois verificar com o arquitecto, em Londres⁷¹. O Embaixador tinha a responsabilidade mas dependente da assessoria de Guilherme Rebelo de Andrade e José de Figueiredo, ou seja, sem autonomia.

A chegada do arquitecto com a má notícia da manutenção da Chancelaria no edifício e a correspondente limitação de espaço disponível, mais esta troca de telegramas, deve ter começado a gerar no Embaixador – como sabemos homem de feitio difícil – uma crescente irritação em relação a Guilherme Rebelo de Andrade e a José de Figueiredo que se iria sucessivamente agravando. A referida expressão de que o projeto de Guilherme Rebelo de Andrade lhe agradava “de modo *quasi total*” era apenas o princípio.

Com efeito, no dia 5 de Fevereiro, o Embaixador remeteu para o arquitecto uma cópia do telegrama que tinha enviado para Lisboa, onde usava essa expressão, e a resposta recebida. E a pretexto de uma explicação amistosa avançava com críticas evidentes. Tratava-o ainda de “*presado amigo*”, começando por apontar “*a muita simpatia e consideração*” que o arquitecto lhe merecia e pedindo que não estranhasse a expressão “*quasi total*” do seu telegrama. Escrevia que tinha tido em mente “*sobretudo três coisas ao escrevê-lo: não gostar da porta envidraçada que V. Ex.^a tem ideia de por no rés do chão, porta que, segundo me parece, não será apreciada aqui; o facto de entender que para chegar ao resultado transmitido a Lisboa se sacrificou talvez demais o escritório e a sala do 2º andar; e por fim o excessivo recurso a reproduções [de mobiliário], que eu não sei se poderão suportar o aquecimento exigido pelo clima*”. Ainda que acrescentasse ser aquela apenas “*a sua opinião*”, o distanciamento era já claro. Mais ainda, em tom de ordem, aproveitava para lembrar a “*vantagem de acertar definitivamente os preços com a Casa Keeble*”, sem esquecer que faltava ainda a mobília da salinha do 2º andar “*onde minha mulher terá de receber quasi diariamente, pois só dessa divisão disporemos quando a sala do 1º andar estiver ocupada*”.

Diplomaticamente, pois era claro para o Embaixador que tinham de continuar a trabalhar juntos, a carta terminava com um elogio: — “*Estou convencido de que, com o seu plano, a casa vai ficar muito bonita; felicito-me sinceramente por lhe ter sido entregue a missão de a arranjar*”⁷².

Os trabalhos de Guilherme Rebelo de Andrade devem ter prosseguido a bom ritmo, como mostra uma carta do arquitecto, em papel da Embaixada, datada “*Londres, 9 de Fevereiro de 1937*”, dirigida a Armindo

71. AHDMNE, Embaixada de Londres, Arm.36, Mç.235: Telegrama de MNE para Embaixada de Londres, de 7 de Fevereiro.

72. AHDMNE, Embaixada de Londres, Arm.36, Mç.235: Carta do Embaixador para GRA (que estava também em Londres), de 5 de Fevereiro de 1937.

73. AHDMNE, Embaixada de Londres, Mç.32: Telegrama nº114, da Embaixada para o MNE, de 18 de Fevereiro de 1937.

74. AHDMNE, Embaixada de Londres, Arm.36, Mç.235: Ofício da Embaixada para a firma "Keeble, Ltd.", de 11 de Fevereiro de 1937.

75. AHDMNE, Embaixada de Londres, Arm.36, Mç.235: Ofício da Embaixada para a firma "Lewis E. Nunn", de 23 de Fevereiro de 1937.

76. AHDMNE, Embaixada de Londres, Arm.36, Mç.235: Ofício de GRA para JF, de 22 de Fevereiro de 1937.

77. AHDMNE, Embaixada de Londres, Arm.36, Mç.235: Ofício do Director Geral do MNE para JF, de 4 de Março de 1937.

78. AHDMNE, Embaixada de Londres, Mç.32: Ofício da Embaixada para a firma "Keeble, Ltd.", de 2 de Março de 1937 e Ofício da Keeble Ltd para a Embaixada a agradecer o envio, com a mesma data.

79. AHDMNE, Embaixada de Londres, Mç.32: Ofício da Embaixada para o MNE, de 9 de Março de 1937.

80. Trata-se do Despacho nº555 de 6 de Março de 1937, segundo AHDMNE, Embaixada de Londres, Mç.235: Ofício do Embaixador para MNE, de 12 de Março de 1937 [4p].

Monteiro e mostrando a crescente formalidade da relação entre ambos. Ali se referia que os orçamentos das empresas "Lewis E. Nunn" e "Keeble Ltd." deviam ser aceites até aos valores de 56 contos, a primeira, e 279.4 contos a segunda. Apontava ainda que estimava as despesas a fazer em Lisboa em cerca de 381 contos, pelo que sobravam 60 contos para as despesas já feitas e a fazer pelo Embaixador, com a aquisição de roupas, cristais, louças, fardas, equipamentos de cozinha e copa, conforme resumo do orçamento que enviava junto. No total eram 776.657\$00 Escudos.

2.5 COMEÇAM AS OBRAS

Guilherme Rebelo de Andrade regressou a Lisboa a 12 de Fevereiro e as obras começaram efetivamente no dia 15⁷³, apesar das cartas formais de adjudicação serem datadas de 11 para a 'Keeble Ltd.'⁷⁴, e de 23, para a 'Lewis E. Nunn'⁷⁵. Já em Lisboa, Guilherme solicitou o abonoamento dos 10 dias extra que tinha ficado em Londres e que tinham sido previamente autorizados, tendo lá permanecido, no total, durante 25 dias⁷⁶. José de Figueiredo reenviou o pedido em 1 de Março sendo-lhe respondido, três dias depois, que o respectivo cheque tinha sido enviado para Londres mas, como o arquitecto já de lá tinha saído, solicitavam a José de Figueiredo o favor de o "fazer chegar às mãos do interessado", o que de novo mostra a proximidade entre ambos⁷⁷.

As obras decorreram com relativa regularidade. Há apenas notícia da "Keeble Ltd." ter recebido uns desenhos de pormenorização de arquitectura "concerning the plaques on the Dinning Room wall"⁷⁸. E que tinham enviado "para conhecimento do arquitecto" as medidas das duplas portas do vestíbulo para a escada, assim como as do salão, a serem feitas em Lisboa⁷⁹.

Já com a obra em curso, a 12 de março o Embaixador enviou uma longa resposta a um Despacho do Ministro dos Negócios Estrangeiros⁸⁰ que solicitava informações sobre a divisão das despesas já efectuadas pelas duas rubricas previstas: 'Obras' e 'Mobiliário'. Uma resposta que começa por ser processual e burocrática mas onde o tom vai em crescendo até deixar clara a irritação acumulada contra o Ministro e os seus dois delegados para este processo.

Dizia que o orçamento enviado a 4 de fevereiro tinha sido "planeado pelo arquitecto sr. Rebelo de Andrade, aqui mandado propositadamente para esse fim" e que ele, Embaixador, não tinha tido "nenhuma intervenção", tendo esse orçamento sido aprovado pelo Ministro. Que tinha solicitado indicação sobre a administração das verbas, tendo sido superiormente decidido que seria ele, Embaixador, a fazê-lo, à exceção das compras realizadas em Lisboa. Que tinha recebido a 9 de fevereiro o

orçamento estabelecido pelo arquitecto mas que este não era explícito sobre que partes das empreitadas de 'Lewis E. Nunn' e da 'Keeble Ltd' eram 'mobiliário' ou 'obras'. Que o arquitecto tinha "estabelecido o seu plano de decorações com toda a independência" e que ele, Embaixador, "nenhuma intervenção" tinha tido no caso.

Acrescentava que "apenas com minha mulher e com Mrs. Du Boulay [— a decoradora da firma Keeble —], houve discussões, de resto muito longas, acerca dos móveis, cores, tecidos mais convenientes", mas essas conversas tinham sempre tido um carácter de crítica ou conselho e nunca de decisão, pois essa "pertenceu sempre ao arquitecto Rebelo de Andrade". Dizia ainda que Guilherme tinha sempre posto no seu trabalho "grande diligência" e acrescentava que, como não tinha a esse respeito "instruções especiais de V. Ex.^a" e, "desconhecendo o plano que se pretendia pôr em prática", farisaicamente declarava que "não me cabia levar a minha intervenção mais longe do que pôr-me inteiramente à disposição do arquitecto referido".

O tom amargo é evidente. A irritação por ser ultrapassado não só pelo Ministro mas também por José de Figueiredo e Guilherme Rebelo de Andrade estava presente. O modo como se afasta de qualquer decisão insinuando, simultaneamente, que ele próprio, a mulher e a Mrs. Du Boulay tinham sido os grandes mentores da decoração é significativo. E os elogios ao arquitecto uma estratégia retórica.

A carta avançava depois para a crítica direta. "Discordando de algumas coisas que se projectavam" referia que tinha enviado uma carta ao arquitecto — como acima vimos, aliás — reclamando contra "a larga porta envidraçada" que ia dividir o vestíbulo do hall das escadas; o excessivo recurso à reprodução de móveis antigos; e "ao pequeno caso" que se tinha feito do escritório do Embaixador — omitindo, no entanto, a questão da salinha para a esposa. Havia ainda outras discordâncias, entre elas reçar o efeito de uma "mobília de casa de jantar D. João V colocada numa sala Adams pura". Assim, queixava-se de que "as suas reclamações não tinham sido atendidas", o que não queria dizer, repetia, "que não reconheça e preste as minhas homenagens ao trabalho do Sr. Rebelo de Andrade". E que expunha estes factos só para "ter V. Exa. ao corrente do que se passou", rematando que, quanto à pergunta colocada — quais os valores gastos em Londres que correspondiam a obras ou mobiliário — que "ninguém melhor do que o arquitecto Sr. Guilherme Rebelo de Andrade, actualmente em Lisboa, pode fornecer a V. Exa. os elementos necessários"⁸¹.

Num outro Ofício sobre os pagamentos dos trabalhos, de 18 de Março, acrescentava novo argumento na sua luta: "Devo comunicar a V. Ex.^a que não me foi fornecido — e não sei se chegou a ser reduzido a um

81. AHDMNE, Embaixada de Londres, Arm.36, Mç.235: Ofício do Embaixador para MNE, de 12 de Março de 1937 [4p].

82. AHDMNE, Embaixada de Londres, Arm.36, Mç.235: Ofício do Embaixador para MNE, de 18 de Março de 1937.
83. AHDMNE, Embaixada de Londres, Arm.36, Mç.235: Ofício do Diretor Geral do MNE para José de Figueiredo, de 29 de Março de 1937.
84. AHDMNE, Embaixada de Londres, Arm.36, Mç.235: Ofício de José de Figueiredo para o Secretário Geral do MNE, Embaixador Luis Teixeira de Sampaio, de 10 de Abril de 1937, Ofício nº258, Proc.74.
85. AHDMNE, Embaixada de Londres, Arm.36, Mç.235: Ofício do Embaixador para o MNE, de 3 de Abril de 1937 [6p].

documento escrito – o plano geral da mobília e obras desta embaixada”, portanto, apenas podia “responder pelo cumprimento dos orçamentos das casas Keeble e Nunn que tenho em meu poder”⁸².

É curioso notar que, sempre mantendo as aparências formais, este crescendo de irritação se estendia também ao próprio Oliveira Salazar, pois os Ofícios eram dirigidos, de modo acintoso, ao “*Sr. Presidente do Conselho, Ministro Interino [sublinhado meu] dos Negócios Estrangeiros*”, o que, sendo verdade, usado pelo ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros e agora Embaixador, ganhava outro significado.

Entretanto, um conjunto de documentos existente no AHD, refere a produção e envio de diverso mobiliário, tapetes e outros elementos da decoração de Portugal para Londres, em abril e maio de 1937. Muitos destes elementos, realizados com a supervisão de Guilherme Rebelo de Andrade, foram-no em diversos locais, nomeadamente no Porto, quer através dos ‘*Grandes Armazéns Nascimento*’ quer por outros fornecedores. Do mesmo modo acontecia com os quadros e obras de arte, sendo em finais de março posta à disposição de José de Figueiredo a quantia de 100 contos para a compra de “*móveis e adornos*”⁸³, reforçada com mais 200 contos pedidos em 10 de abril⁸⁴.

2.6 O BRAÇO DE FERRO

O Embaixador era um homem tenaz e em inícios de Abril enviou nova longa carta com mais comentários ao que achava serem os defeitos da obra⁸⁵. Apesar de dirigida ao Ministro, a mensagem é claramente para o arquitecto, via MNE. Anunciando que as obras avançavam, dizia que era cada vez mais claro que seria um erro persistir “*na ideia de colocar uma grande porta – melhor, um ‘paravent’ – envidraçado a dividir o hall de entrada do hall interior*”. Que em tempo devido tinha manifestado ao arquitecto a sua discordância e achava que a melhor solução seria abrir um arco suportado por duas colunas laterais. Agora, no momento em que a abertura estava feita, era para ele ainda mais claro ser ela baixa demais, pelo que mais valia deixá-la sem porta “*e poupar (...) o dinheiro desse tapume*”.

Ali (em Londres), afirmava o Embaixador, ninguém concordava com a colocação da divisória e todos preferiam o arco. E avançava explicações: “*à parte as questões de gosto*” aquele tipo de “*tapumes ou divisórias*” apenas eram usados “*em casas comerciais*” e “*descategorizam as casas particulares em que se encontram*”. “*Sinceramente – continuava – creio que o nome do Snr. Arquitecto Rebelo de Andrade – que tanto interesse manifestou pela Embaixada e que tanto se esforçou por que as coisas ficassem bem – não ganhará com a persistência na realização da sua*

ideia". E dissertava, de seguida, afirmando que uma Embaixada "não pode ser dirigida segundo um critério exclusivamente pessoal", tendo antes de obedecer a três condições: o gosto do país que a embaixada representa; os fins que a embaixada pretende atingir e, por isso, "o gosto ou tendências especiais" do país em que esta se localiza. Sendo que todos estes elementos "tem de se conjugar e nenhum pode ser desprezado". — Tema a que voltaria mais tarde de modo mais incisivo, como veremos.

Queixava-se também da mesa que Guilherme Rebelo de Andrade tinha escolhido e mandado fazer para a sala de jantar. Fazendo contas, medindo e colocando alternativas, levantando objecções, opinava que o comprimento da mesa era excessivo para a dimensão da sala, colocando dificuldades ao serviço, pelo que deveria ser modificada. Pedia também que se transmitisse a Guilherme Rebelo de Andrade — e este pedido forçava, inevitavelmente, que tanto o Ministro como o arquitecto tomassem conhecimento de todo o conteúdo deste Ofício — um conjunto de medições que este teria pedido: a altura da cornija ao tecto no *hall* de entrada; as dimensões do espaço de parede ao cimo das escadas, onde deveria ser colocada uma tapeçaria artística a ser enviada de Lisboa; e, na casa de jantar, a distância entre as 'placas' da parede fronteira ao fogão, alertando que a 'Keeble' levantava questões de custos e dificuldades relativamente a quaisquer alterações.

Adicionalmente, disputando as verbas disponibilizadas, dizia que Guilherme Rebelo de Andrade tinha pedido orçamentos em Londres que deveriam ser pagos pela fatia reservada a Lisboa: forros de cadeirões, *abat-jours*, mais um conjunto de móveis, decorações diversas, electrificação de candeeiros e até mesmo lâmpadas, a comprar ou adaptar em Londres, para equipamentos que vinham de Portugal. Mais ainda, faltava comprar os estores, pois não havia portadas interiores e as cortinas iriam desbotar com a luz. — Mas a questão era sobretudo a da divisão dos dinheiros. O Embaixador não queria limitar a verba que estava à sua disposição para fardamentos e outros equipamentos; e tentava transferir para a verba de Lisboa alegados "erros e omissões" do projeto, como diríamos hoje.

É por isso que não terminava sem o remoque de que estas "observações e indicações" eram para lembrar ao arquitecto "pequenas coisas que são importantes na Embaixada que, no meio do seu trabalho, podem ter esquecido". E, como habitualmente, suavizava o golpe com mais um elogio, dizendo, condescendente, que tal "não exclui a apreciação que merece a boa vontade e esforço do Sr. Rebelo de Andrade". Acrescentava ainda, não se sabe se irónico ou matreiro: "desejo mesmo pôr em evidência o êxito que representam as cores e os tons escolhidos para a casa que, por consenso geral, são consideradas muito bonitas. Dão à Embaixada um ambiente inteiramente diferente daquele que tinha; dão-lhe

86. AHDMNE, Embaixada de Londres, Arm.36, Mç.235: Ofício do Embaixador para Ministro NE, de 3 de Abril de 1937 [6p].

87. AHDMNE, Embaixada de Londres, Arm.36, Mç.235: Telegrama nº154 do Ministro NE para Embaixador, de 22 de Abril de 1937.

88. AHDMNE, Embaixada de Londres, Mç.32: Ofício do Embaixador para o Ministro NE, de 9 de Março de 1937.

89. Referido em: AHDMNE, Embaixada de Londres, Arm.36, Mç.235: Ofício de José de Figueiredo para o Secretário Geral do MNE, Embaixador Luis Teixeira de Sampaio, de 10 de Abril de 1937.

dignidade, alegria e espaço". Mas rapidamente mitigava o elogio acrescentando que era "*desde já justo envolver a casa Keeble e sobretudo Mrs. Du Boulay que tem mostrado incansável desejo de fazer brilhar a representação de Portugal*"⁸⁶. — Afinal quem defendia o nosso país? Era a pergunta subliminar.

Esta guerra surda ainda se adensou mais. Em 22 de abril, um telegrama do Ministro dava resposta formal. Dizia que sobre as observações do Embaixador "*foram ouvidos senhores Rebelo de Andrade e José de Figueiredo*", e que ambos defendiam com razões técnicas a "*solução divisória de preferência [a um] arco*". Que não parecia aconselhável condenar a solução antes desta ser ultimada e que, alegadamente, existiria "*em outros edifícios nossos e estrangeiros (...) adoptada com bom resultado*". Sobre a questão da mesa, rebatiam as afirmações do Embaixador, garantindo que as dimensões referidas não eram as reais, que aquela estava construída de modo a permitir diferentes configurações, e que mesmo para jantares de excepcional número de convivas em que o espaço se tornasse escasso, uma simples troca de dois móveis o ampliaria. E, finalmente, que dos restantes pedidos tinha sido tomada nota para se estudar a sua execução "*dentro verba orçamentada*"⁸⁷. O Ministro dos Negócios Estrangeiros respaldava as posições de José de Figueiredo e de Guilherme Rebelo de Andrade relativamente a quase todas as questões que desagradavam ao Embaixador e, simultaneamente, dava-lhes força e autoridade.

Era mais uma fonte de irritação para Armindo Monteiro. Não só sofria vexames do "*Sr. Presidente do Conselho*", como dos seus delegados para a decoração e obras da Embaixada. E certamente com conhecimento de todo o seu antigo Ministério.

As portas do vestíbulo foram um claro ponto de conflito. Já anteriormente, em inícios de março, a pedido da firma '*Keeble, Ltd.*', a Embaixada tinha comunicado a Guilherme Rebelo de Andrade que os vãos — as 'aberturas' para a colocação de uma porta ou janela — respeitantes às portas do vestíbulo e do salão tinham sido feitas com determinadas dimensões, de acordo com o combinado e segundo indicações do arquitecto⁸⁸. No final do mês de março seria enviado um Ofício do MNE para José de Figueiredo onde, na sequência de uma comunicação da Embaixada de Londres, se indicavam diferentes medidas⁸⁹. A resposta de Figueiredo, certamente acordada com Guilherme, foi que, quando da estada em Londres daquele, ajudado por funcionários da '*Keeble*', ele mesmo tinha tirado as medidas dos vãos a fim de mandar fazer as respectivas portas em Portugal. Porém, as medidas que indicava agora o Embaixador não coincidiam inteiramente com as então tiradas. Isto é, ou havia erro "*ou os vãos foram modificados*". Mas, como as portas estavam "*como não podia deixar de ser, ultimadas*", e seriam embarcadas

para Londres dia 18 de Março, não havia já nada a fazer⁹⁰. Efetivamente, as portas, juntamente com um grande conjunto mobílias, o biombo, os faqueiros, os tapetes e até tintas e vernizes, seguiram a 18 (de março), no *"Highland Princess"*, com a garantia de que até dia 2 de maio seriam enviados os elementos em falta⁹¹.

2.7

MAIS PROBLEMAS

Os problemas iam continuar e mesmo agudizar-se depois da recepção dos envios. O Embaixador levantou um conjunto de questões sobre a qualidade do material recebido. Se a mobília dourada do salão de baile estava *"muito bonita e bem feita"*, já as cadeiras e duas meias-mesas da sala de jantar, mais os sofás e outras cadeiras, estavam cheias de defeitos e *"não estão em termos serem aceites pelo Estado"*. As madeiras eram mal escolhidas e mal combinadas, havia efeitos furta-cores, enceramento imperfeito, talha áspera *"dando má ideia do trabalho português"*⁹². Apesar de admitir que, como tinham vindo diretamente do Porto, não tinham sido vistos pelo *"doutor Figueiredo e Andrade"*, o facto era que *"estão incapazes figurarem Embaixada"* devendo ser devolvidas. Caso contrário, teriam de ser retificadas em Londres com os custos daí decorrentes.

Mais uma vez, Salazar, *"ouvidos Dr. José de Figueiredo e Rebelo de Andrade e casa construtora"*, não aceitava as reclamações do Embaixador. E dizia que convinha distinguir questões de gosto pessoal e questões de ordem técnica, havendo toda a vantagem em deixar o assunto *"à apreciação e responsabilidade [dos] técnicos escolhidos"*; que a talha tinha sido verificada por José de Figueiredo; que o enceramento fora feito para deixar ver as cores naturais da madeira; que envernizar o estilo adoptado era inadmissível; e que as madeiras eram jacarandá *"madeira que em Portugal se chama pau santo ou pau preto"*. No entanto, prevenia o Ministro, se tivesse de ser ouvida um firma inglesa seria necessário precaver-nos contra a crítica que *"possa nascer no espírito concorrencia britânico que V. Exa. conhece"*⁹³.

Era nitidamente provocar o Embaixador. — De novo Salazar contrariava a sua opinião dando razão aos técnicos. A resposta chegou no dia seguinte, obviamente zangada, dizendo nada ter a alterar à sua informação sobre o mobiliário e, ameaçador, prometia: *"Farei relatório"*⁹⁴

2.8

O RELATÓRIO DE MAIO

Com data de 14 de Maio o Embaixador enviou um extenso Relatório de 15 páginas. É, simultaneamente, uma síntese, um balanço e um ajuste

90. AHDMNE, Embaixada de Londres, Arm.36, Mç.235: Ofício de JF para o Secretário Geral do MNE, Embaixador Luis Teixeira de Sampaio, de 10 de Abril de 1937.

91. AHDMNE, Embaixada de Londres, Mç.32: Telegrama nº142/144 do MNE, para Embaixada Londres, de 19 de Abril de 1937.

92. AHDMNE, Embaixada de Londres, Mç.32: Telegrama nº272 da Embaixada para MNE, de 3 de Maio de 1937.

93. AHDMNE, Embaixada de Londres, Mç.32: Telegrama nº173 do MNE para Embaixada, de 9 de Maio de 1937.

94. AHDMNE, Embaixada de Londres, Mç.32: Telegrama nº292 da Embaixada de Londres para o MNE, de 10 de Maio de 1937.

de contas. Mas também é um sério e ponderado texto que expressava uma visão abrangente que ia do detalhe à grande política, inteligente, claríssimo e – ainda que eventualmente parcial – absolutamente notável. E raro, na administração portuguesa.

Estavam já – começava por dizer – praticamente concluídos os trabalhos da decoração geral e da colocação do mobiliário, pelo que tinha chegado o momento *“de enviar a V. Exa. a minha informação acerca do resultado do trabalho feito”*, pois que o Estado tinha efectuado um grande esforço para que a Embaixada ficasse instalada *“senão com riqueza ao menos com dignidade”* e convinha saber *“se este objectivo foi atingido”*. Esse *“exame”* tinha importância *“menos pelo passado do que pelo futuro”*, porque *“convém assentar conclusões acerca dos métodos empregados agora”*.

De seguida, colocava os problemas do programa. Mobilar e decorar uma Embaixada ou Legação *“não era tarefa fácil”*, pois que os Embaixadores tinham de receber e representar o Estado *“mas em seu próprio nome”*. Assim, as consequências do que se fizesse refletiam-se não só nos interesses do Estado mas na credibilidade do seu representante. A situação de um Embaixador que pode receber a gente *“mais culta ou de mais exigente gosto num ambiente requintado, será bem diferente daquele que apenas pode oferecer aos seus convidados uma casa banal, desconfortável ou feia”*. E será o país a ganhar ou a perder com isso. A questão tinha portanto um aspecto pessoal indissociável do problema do Estado. E avaliava a situação dizendo que a Embaixada estava, anteriormente, de tal modo mal arranjada que não poderia contribuir para o prestígio do país. Agora, afirmava, *“com o que se fez melhorou sem dúvida”* e a casa *“ficou com mais luz, com alegria mesmo em certas divisões. As cores das paredes foram muito bem escolhidas; e não era coisa fácil. O ambiente é agradável”*.

Porém, apontava ao trabalho realizado numerosas críticas – *“algumas graves”* – de natureza geral e particular. Sendo verdade que *“a casa tinha melhorado muito”* não melhorara tudo o que podia e devia, sendo essa a sua *“grande pena”*, o seu *“desgosto”*. O plano parecera bom, mas a execução *“não correspondeu às (...) esperanças”*. E elencava as críticas gerais: – embora os móveis fossem bonitos eram reproduções, e tendo o Estado gasto muito dinheiro, ficava sem um único móvel de valor; que num país onde as reproduções eram olhadas *“com ironia”* a Embaixada perdia o prestígio de que gozavam os móveis antigos; que tendo Portugal fama de possuir *“belo mobiliário de outros séculos”*, a Embaixada não podia disso ser testemunho; como a resistência dos móveis novos era incerta (devido ao aquecimento necessário em Inglaterra) o Estado arriscava novas despesas; que as reprodução eram uma traição aos originais, havendo situações dessas neste caso; que havia falta de har-

monia em certos conjuntos; que era evidente a desproporção de dimensões nos móveis; o desajuste de tons entre tapetes, cortinas e paredes; as disparidades entre móveis e a irrelevância de algumas das peças para poderem *“figurar numa Embaixada mobilada pelo Estado”*, eram observações contundentes.

Materializava depois estas críticas comentando, divisão a divisão, todos os cantos da casa. Havia de tudo: — Peças *“insignificantes”* que não valia a pena ter trazido de Portugal; peças *“bonitas mas frágeis”*; algumas peças *“boas e bem feitas”*; as portas douradas do vestíbulo sobre as quais *“já informei V. Exa.”* e de que *“nada tenho a alterar ao que disse, infelizmente”*; as pinturas da escadaria e corrimão que eram *“muito felizes”*; a própria escada que nem parecia *“a mesma de outro tempo”*; que as paredes do fundo da escada continuavam *“nuas”* embora os móveis dourados dos patamares estivessem bem. Já a sala de jantar ia ficar *“irreparavelmente mal”*, as cores do tapete não ligavam com as cores da sala, os móveis de jacarandá estavam *“imperfeitamente executados”*, a credência era *“desproporcional ao tamanho da sala”* e, embora bonita e bem feita, tinha vindo sem cor idêntica aos outros móveis... Pela sua beleza e riqueza *“o lustre destaca-se de tudo”*, mas as placas tinham sido *“mandadas colocar muito alto”*, pelo que a sala de jantar *“não tem harmonia no conjunto”*.

Retomava a questão da madeira de jacarandá, dizendo que os fabricantes vendiam essa madeira por pau santo, o que era incorreto. O público *“que tem pequena cultura”* confunde e aceita como se fossem a mesma madeira, *“mas não são”*. E dissertava sobre a natureza silvícola do jacarandá versus o pau santo e o pau preto, para demonstrar que não eram da mesma natureza e, portanto, o Estado havia sido enganado. Porém, concedendo ser essa uma questão menor, custava-lhe mais a imperfeição do fabrico. Logo na Inglaterra que é *“o país do mais belo mobiliário do mundo e dos maiores conhecedores”*. Onde os móveis eram *“fabricados, tratados e olhados com amor”*; onde o antigo e bom *“vale fortunas, o que é moderno vale pouco e o que é má imitação vale menos que nada”*. Um país onde era difícil *“impingir por bom o que apenas é vistoso”*, e apesar das coisas portuguesas terem ali grandes apreciadores, eles *“sabem muito bem distinguir o bom do mau, o moderno do antigo, o falso do verdadeiro”*. Conhecia os originais de onde tinham sido copiados os móveis, mas os que tinham sido enviados para Londres *“fazem deles a diferença que uma joia falsa faz de uma verdadeira, a talha é grosseira, mal acabada, o desenho perdeu a elegância, as pernas são ‘apatadas’*. A combinação de madeiras foi ao acaso, sem o cuidado preciso para que os veios coincidissem tanto quanto possível. Das 26 cadeiras (...) só quatro ou cinco assentam ao mesmo tempo todos os pés no chão”. Raras eram as que não tinham uma perna preta, outra encarnada... e contava que os operários ingleses tinham troçado, chamando

'madeira de cenoura' "ao que dizem daí ser pau-santo"; mas os mesmos que tinham rido das peças em jacarandá já não troçavam dos móveis dourados e elogiavam os lustres e a qualidade dos tapetes.

De tudo isto, concluía, era grande pena a Embaixada só apresentar imitações. E verberava o Estado que tolerava os fabricantes de má mobília, quando, na verdade, lamentavelmente contribuíam para a "decadência do móvel nacional" com "coisas feitas sem esmero". Poderia alguém — interrogava o Embaixador — "imaginar que se ignora aqui como são os nossos dourados, o que é bom ou mau trabalho de talha, móvel bem ou mal feito? Valha-nos Deus".

O Relatório prosseguia falando nos restantes compartimentos e suas limitações ou lacunas. Na qualidade das pratas, no seu prazer com algumas boas soluções e a insatisfação com outras. Apontava lacunas, fazia sugestões e pedidos, nomeadamente de peças de arte a enviar das reservas dos Palácios e Museus Nacionais e cuja lista enviava. Mas o sentido geral, a relativa moderação do tom, a precisão da descrição, a clareza dos argumentos, a argúcia da análise são extraordinários. E até a fluência e elegância da escrita:

"Preferia mil vezes, neste Relatório, escrever apenas palavras de concordância e elogio. Mas eu não quero responsabilidades no arranjo da Embaixada: não quero que algum dia um meu sucessor, que seja homem de gosto e de cultura, tenha o direito de dizer que isto está assim por minha culpa activa ou minha simples condescendência. Perdoe V. Exa. a franqueza deste dizer. Mas, se não expusesse sem reticências a minha opinião, ficaria abaixo da missão que, ao nomear-me para aqui, V. Exa. me confiou."

E acrescentava, no final, uma importante "reflexão" oferecida "à consideração de V. Exa.": Uma Embaixada — escrevia Armindo Monteiro — é essencialmente um instrumento de ação política, sendo que a sua criação e organização, o seu funcionamento diário e os seus objectivos longínquos, devem obedecer a um "pensamento político (...) facto dominante, a que tudo mais se deve subordinar". Por conseguinte, tudo, localização, edifício, decoração, mobiliário, eram apenas aspectos parcelares do problema que terá de ser resolvido "para servir a ideia política superior". As "questões técnicas", devendo ser consideradas, seriam sempre "secundárias". E a colaboração do diplomata "que conhece os fins e pode indicar os meios que lhe são necessários" deve ser decisiva ao lado da do decorador; porque uma missão diplomática poderia estar mobilada impecavelmente e "ser politicamente uma falência". E terminava com uma interrogativa: "Convirá de facto no futuro abandonar apenas aos técnicos a decoração e mobiliário das nossas missões diplomáticas, sem escutar a voz dos que nelas tem de servir e conhecem as necessidades do meio?".

Ainda que tivesse anteriormente salvaguardado o esforço e dedicação de Guilherme Rebelo de Andrade e louvado a felicidade de algumas das suas opções e de nada referir sobre José de Figueiredo, o alvo imediato era claro: “os técnicos”. Mas a crítica ia também, ou sobretudo, para o próprio Salazar e para o Ministério que os tinha explicitamente coberto e protegido, desprezando as opiniões do Embaixador e, implicitamente, segundo este, desprezando os interesses da política e em última análise os interesses do país.

2.9 CONSEQUÊNCIAS

Salazar tinha os seus defeitos — bem graves, como sabemos. Mas era inteligente e sabia ouvir. Como refere Futscher Pereira “*Salazar dirigiu-os [os seus embaixadores] com mão de ferro, mas também escutou e não poucas vezes atendeu aos seus conselhos e até às suas críticas*”⁹⁵.

O Relatório final de Armindo Monteiro era, como deixamos claro, atento, interessado, inteligente e razoável. Fazia um balanço, o seu, naturalmente, mas tirava dele um conjunto de lições e consequências de que Salazar, talvez a contragosto, terá tomado nota, como veremos quando analisarmos as Embaixadas de Madrid e Rio de Janeiro.

O facto é que, a partir deste relatório, a defesa absoluta dos ‘técnicos’ contra a opinião do Embaixador, mudou. Condescendente, reconhecendo razão a Armindo Monteiro mas sem nunca o admitir, em 23 de maio Salazar enviou um telegrama⁹⁶ solicitando ao Embaixador que informasse do que julgava ser necessário para melhorar a instalação e decoração da Embaixada.

O Embaixador não respondeu de imediato e apenas bastante mais tarde apresentou novo Relatório, datado de 1 de Julho de 1937. Provavelmente quererá ter deixado acalmar os ânimos, embora a justificação fosse outra: “*deixar passar algum tempo e sujeitar à prova da experiência a decoração e móveis existentes – vendo que resultado davam e ouvindo várias opiniões autorizadas*”⁹⁷. Contava que se tinham dado na Embaixada vários jantares e que se tinham ouvido muitos comentários e opiniões. Além disso, conversara com Miss Brigg “*que é considerada uma das maiores autoridades inglesas em matéria de decoração – e tanto que lhe foi confiado o arranjo dos novos aposentos particulares do rei e da rainha, em Buckingham Palace*”. Sem surpresa, todas as opiniões reportadas convergiam com as suas, tal como as tinha expressado no Relatório de 14 de Maio. Mas — como escreve — se essas tinham sido críticas dos seus olhos de português, com os comentários que os visitantes ingleses tinham feito — “*não naturalmente até ao fundo do que sentiam porque a sua amabilidade o não permitiria, mas o bastantes para*

95.
PEREIRA, Bernardo Futscher
- *A Diplomacia de Salazar*
(1932-1949). Alfragide,
Dom Quixote, 2013, 2ªed., p.539.

96.
Referido em AHDMNE, Embaixada
de Londres, Mç.32: Ofício do
Embaixador para o MNE,
de 1 de Julho de 1937.

97.
AHDMNE, Embaixada de Londres,
Mç.32: Ofício do Embaixador para
o MNE, de 1 de Julho de 1937.

denunciarem certos defeitos” – tinha radicado nele a opinião de que em lugar nenhum se era tão exigente como em Londres em matéria de mobiliário. E os erros e imperfeições *“que noutra país poderão porventura passar despercebidos*” em Londres não eram perdoados.

As críticas coincidiam: o reposteiro de damasco junto à porta da rua; as portas douradas do vestíbulo e do salão; o brilho excessivo dos móveis dourados; a falta de valor artístico do mobiliário; a ausência de porcelanas, quadros e outros objetos de arte; a nudez das paredes. O Embaixador confessava-se surpreendido com as críticas aos dourados do salão, que a ele não pareciam mal. Mas Miss Brigg tinha particularmente insistido na fealdade dessas portas – *“não querendo acreditar que estivessem prontas*” – e no que tinham de desagradável para o gosto inglês e para a concepção de harmonia do mobiliário naquele país. É que ali, os dourados, *“só como ponto de pormenor se encontram*”, excepto nos templos e nos salões de Estado. Em contrapartida, todos concordavam com as cores escolhidas e reconheciam *“que o fundo geral é agradável*”.

A falta de móveis de valor, o recurso a reproduções, e uma mesa e uma credência que apresentavam já rachas tendo por isso sido retiradas, constituíam claros problemas e eram a prova do acerto do seu Relatório de Maio. A mesa de jantar era difícil de alterar na sua configuração e as peças tinham ganho empenos, impedindo refeições de menos de 10 convidados e de mais de 20. E conversas mais íntimas, com número reduzido de pessoas, ficavam ridículas, como recentemente tinha comprovado, num almoço com *“duas pessoas de grande categoria*” que não podiam ser postas num canto, pelo que a conversa íntima que pretendia ter só após a refeição tinha sido possível, *“pois durante esta os convivas tinham de gritar para se fazerem ouvir*”.

A proposta de remédio dos problemas existentes e do ultimar da decoração vinha depois: – Completar o mobiliário e a decoração das salas existentes, fazendo vir de Lisboa peças há muito escolhidas, pois *“os serviços que a seu cargo tomaram a decoração e arranjo da Embaixada não merecem um elogio por seu zelo e diligência*” – visando, obviamente, José de Figueiredo. Depois disso, propunha colocar os móveis defeituosos *“em sítio que não desse nas vistas*”; anunciava a transferência de alguns móveis entre compartimentos por razões de composição ou coerência, transferindo parte deles para a Chancelaria *“que não deve pretender belezas especiais*”; referia a necessidade de aquisição de móveis para a sala principal; apontava a falta de quadros; indicava a falta de decoração da sala pequena junto da Chancelaria (que servia também como sala de espera da Embaixada) e à qual era preciso dar *“alguma decência*”.

Um dos pontos centrais era a necessidade de substituir toda a mobília da sala de jantar e, muito curiosamente, na *“opinião das entidades*

inglesas com autoridade no assunto que tenho ouvido, seria de, pela decoração das paredes e pela *'bow window'* existente, de a mobilar no estilo Adams *"com certa riqueza"*. Pois, acrescentava, entre as suas paredes o estilo *Chippendale* *"e muito menos o D. João V"* não ficam bem. Significa isto que a *'portugalidade'* aceite e defendida pelo Embaixador no início do processo, subtilmente, por via da coerência entre espaços e mobília, por via dos contactos com a cultura inglesa, por via do seu próprio processo social de transformação do gosto, ia derivando para o gosto internacional e particularmente para a anglofilia.

Confirmando esta ideia, podemos recordar as *"15 cadeiras Louis XVI"* existentes na Embaixada quando da sua chegada — e que na sua *"Informação"* de 14 de Dezembro de 1936 o fizeram dizer *"que a embaixada está desmobilada"*. Cadeiras que *"não foram consideradas no Plano Geral estabelecido pelo Sr. Architecto Rebelo de Andrade"* mas que, propunha agora, fossem recuperadas e forradas de novo, pois *"são magníficas"*. Identicamente, já admitia que, na sala de baile, os quadros podiam ser ingleses pois se encontravam facilmente *"e mais baratos do que em Portugal"*. Ou seja, a sua transição de gosto traduz-se em considerar primeiro *"inexistente"* depois *"magnífico"*. E também o seu português abrandara, sob o argumento prático das considerações dos custos.

Terminava com a lista de peças dos Museus Nacionais *"que ficaram escolhidas e foram prometidas"*⁹⁸, e apontava como estimativa de custos das alterações e compras uma soma *"à volta de libras 700 a 750"*⁹⁹.

Salazar, em resposta a este Relatório de 1 de julho — que além de elencar um conjunto de complementos e reparações para a decoração da Embaixada, apresentava o fecho de contas da renovação — assinou um *'Despacho'* no qual não só autorizava a abertura de um crédito — e no valor máximo pedido 750£! —, como dava ao Embaixador a mais completa amplitude para o administrar, escolhendo e decidindo livremente, comprando em Londres, ou mandando ir de Portugal, tudo o que achasse adequado para completar e suprir *"as deficiências de instalação da embaixada (...) e os defeitos verificados em algumas peças mandadas executar em Portugal"*¹⁰⁰.

Era a vitória dos argumentos de Armindo Monteiro. Os Relatórios de Maio e de Julho tinham decidido a refrega a seu favor. Mas Salazar não deixaria o assunto com boa disposição e, no texto do Despacho dizia esperar que, com estas providências, ficasse *"definitivamente arrumado este assunto, melhor ou pior mas por uma vez acabadas as obras e instalada a Embaixada de Londres"*¹⁰¹.

98. AHDMNE, Embaixada de Londres, Mç.32: Documento intitulado "Lista das Alterações a fazer e Móveis a Adquirir", anexo ao Ofício do Embaixador para o MNE, de 1 de Julho de 1937.

99. AHDMNE, Embaixada de Londres, Mç.32: Documento intitulado "Lista das Alterações a fazer e Móveis a Adquirir", anexo ao Ofício do Embaixador para o MNE, de 1 de Julho de 1937.

100. AHDMNE, Embaixada de Londres, Arm.36, Mç.235: Despacho do MNE, assinado por Salazar, de 12 de Julho de 1937.

101. Idem

2.10 BALANÇO DE CUSTOS

102. Decreto nº27.652, do MNE, 7ª repartição da Contabilidade Publica, in: *Diário do Governo*, 1ª série, nº86, de 14 de Abril de 1937, p.361 [‘Abre um crédito para reforço da dotação destinada ao custeio de despesas com a Embaixada de Portugal em Londres’].

103. Decreto nº27.973, do MNE, 7ª repartição da Contabilidade Publica, in: *Diário do Governo*, 1ª série, nº193, de 11 de Setembro de 1937, p.850-1 [‘Abre um crédito para reforço da dotação consignada a despesas da Embaixada de Portugal em Londres, com a aquisição de tapeçarias, mobiliário e outros móveis’].

104. AHDMNE, Embaixada de Londres, Arm.36, Mç.235: Carta de Guilherme Rebelo de Andrade para MNE, de 28 de Dezembro de 1937 [2p.].

105. AHDMNE, Embaixada de Londres, Mç.235: Carta de Guilherme Rebelo de Andrade para MNE, de 28 de Dezembro de 1937, p.2.

Recordemos que em dezembro de 1936, seguindo as indicações gerais da *“Informação”* assinada pelo Embaixador, os custos estimados eram de 399 contos e, prevendo folgas, tinha sido inscrito no Orçamento para 1937 um valor de 700 contos. Em fevereiro, Guilherme Rebelo Andrade constatou, em Londres, face ao valor disponibilizado, a inevitabilidade de um *déficit* de mais de 106 contos, que o Governo autorizou: — 56 contos a pagar à *‘Lewis E. Nunn’*, e 279.4 contos a pagar à *‘Keeble’*. Cerca de 381 contos para as despesas a efetuar em Lisboa e 60 contos para as despesas já feitas e a fazer pelo Embaixador, com a aquisição de roupas, cristais, louças, equipamentos de cozinha, copa e fardas. O total passava para 776.657\$00 Escudos. Em abril, o *Diário do Governo*¹⁰² publicava um reforço de 240 contos nas verbas previstas, que se iam buscar à rubrica *“abonos suplementares para despesas de representação e residência”* do Orçamento de Estado. Meses depois, em agosto, em manobra idêntica, eram mais 82,5 contos transferidos das despesas com a *“Sociedade das Nações”*¹⁰³. O custo total ficaria assim na ordem dos 1100 contos, bem longe, como veremos, dos custos muito superiores de Madrid e Rio de Janeiro.

Os honorários da arquitectura seriam muito diferentes. Uma carta em papel timbrado de Guilherme Rebelo de Andrade *“Arquitecto Diplomado E.B.A.L.”* revela que em dezembro de 1938, dois anos depois do início do processo, o MNE tinha tido a *“amabilidade”* de pedir a conta dos seus *“serviços profissionais”*¹⁰⁴. O arquitecto enviou a sua Nota de Honorários calculada com base na percentagem de 8% sobre o montante das verbas despendidas *“que é de minha norma usar em trabalhos desta natureza”*. Ou seja, calculados sobre os 670 contos iniciais, dava 53 contos. Porém, o MNE respondeu que o Ministério *“não estava preparado”* para essa quantia e contrapropunha a verba de 19.850\$00 como a *“única disponível dentro das possibilidades orçamentais”*. Guilherme Rebelo de Andrade não tinha escolha, pelo que, imagina-se, *“animado, como sempre, de prestar a melhor colaboração possível ao Ministério dos Negócios Estrangeiros”*, respondeu o inevitável *“Concordo”*¹⁰⁵. — O Estado leão! Nada a que não estejamos habituados.

2.11 UM ARTIGO NA VOGUE

No número de 24 de agosto de 1938 da famosa revista *Vogue*, surgiu um artigo sobre a Embaixada de Portugal onde era apresentado o resultado das obras e das decorações. Não se sabe se foi publicado por entusiasmo editorial, por *‘marketing’* da *Keeble*, ou por manobras do Embaixador.

Provavelmente, a julgar pelos elogios a Armindo Monteiro e a Lúcia Monteiro, terá sido o Embaixador que terá induzido a publicação¹⁰⁶.

*"London looks to the Embassies for a fine flavour of international culture and charm, and this their excellencies Dr. Armindo and D. Lucia Monterio [sic] supply liberally"*¹⁰⁷. Mas, o sabor da cultura internacional limitava-se a que o casal falava muito bem inglês; e que "D. Lucia" e o seu conhecimento *"of our litterature and History would put most of us to shame"*. Mas a sua animação nas recepções, transformando-as em festas, era, afinal, a qualidade mais louvada. Claro que também havia a coleção de livros portugueses raros e os belos exemplares de artesanato português: tapeçarias, mobiliário, tapetes e candelabros... A ligeireza da *Vogue* foi sempre assim.

O mais interessante são, no entanto, as imagens. Ali vemos a escada (Fig. 2.11) com a tapeçaria que tinha vindo preencher e decorar a grande altura que tinha a sua parte superior; tal como o quadro que era grande demais para a sala; e os tocheiros electrificados em Londres. O salão, ou salão de baile (Fig. 2.12), que ligava a uma segunda sala, ao fundo, e ocupava a parte central e as traseiras do 1º andar, aparece organizado em vários núcleos, com o piano de cauda vindo de Lisboa. A *enfilade*, entre a *bow window*, na parede das traseiras, e a sala de estar na frente de Belgrave Square, estava definida por uma grande porta dupla. A parte central do salão estava marcada pela viga apoiada em duas colunas e pilastras adossadas às paredes laterais, reforçando a profundidade e a marcação de planos sucessivos, que terão influenciado Guilherme Rebelo de Andrade. Com efeito, o tema reaparecerá, exatamente nos mesmos termos, na Embaixada de Madrid (onde nada de semelhante existia antes), e retomados, já como sinal de autoria e expressão de gosto, com as colunas que ele próprio intencionalmente colocará no monumental salão do Rio da Janeiro, ali em versão de colunas geminadas, e que tanto desagradaram ao Embaixador João de Bianchi, como veremos na Parte Quatro. Este tema arquitectónico era obviamente corrente na arquitectura vitoriana, existindo em muitos edifícios públicos e privados. O *British Museum*, que possivelmente Guilherme terá visitado durante o mais de um mês de permanência em Londres, é um exemplo onde, em momentos sucessivos da sua construção, esse tema foi declinado em diferentes versões.

Na continuidade do salão de baile ficava a sala de estar, o *drawing room*, ocupando toda a frente de Belgrave Square, no 1º piso, ligando-se ao salão de baile por uma ampla porta circunstancialmente escondida nas fotos por um biombo de 6 peças (Fig. 2.13). A sala de jantar (Fig. 2.14) era a sala da *bow window*, nas traseiras, no 2º piso, onde todos os problemas com a mesa tinham ocorrido. A sala de D. Lúcia Monteiro ficava no canto da casa voltado para a Belgrave Square, no

106. "The Portuguese Embassy", in: *Vogue Magazine*, 24 August 1938, p.50-1 [Press cutting em: AHDMNE, Embaixada de Londres, Mç.32].

107. Idem

108. AHDMNE, Embaixada de Londres, Mç.60: "Embaixada de Londres, 1949-1952", Projecto de Adaptação a Chancelaria do nº 11 de Belgrave Square. Ver também o Espólio de Luis Benavente, no ANTT, e ainda: Instituto dos Arquivos Nacionais-Torre do Tombo, Org., *Luis Benavente Arquitecto*, Lisboa, IANTT, 1997.

108. piso 3 (Fig. 2.15). E, finalmente, o escritório do Embaixador (Fig. 2.16), situado no compartimento central do 2º andar, com duas janelas sobre Wilton Terrace, com o móvel-biblioteca ao fundo e o retrato oficial de Salazar ostensivamente colocado sobre a secretária.

2.12

"UM ENSINAMENTO QUE APROVEITE AO FUTURO"

Percorremos detalhadamente o processo de adaptação e arranjo do edifício da Embaixada de Portugal em Londres e temos agora sobre ele conhecimento seguro.

Adquirido em 1930, sofreu trabalhos de renovação, adaptação, decoração e mobiliário, realizados entre meados de Fevereiro e Maio de 1937. O respectivo projeto foi realizado por Guilherme Rebelo de Andrade, em dezembro de 1936 e janeiro de 1937, com a supervisão e apoio de José de Figueiredo. Não foram obras profundas: reparação, aberturas e fechamentos de vãos, repintura geral, escolha de mobiliário e decoração sem alterar substancialmente a forma da casa existente. Alguns complementos e alterações terão sido posteriormente realizados pela *Keeble* e pelo Embaixador, deixando-a na sua forma completa e final.

Em 1948, aproveitando os saldos positivos de Portugal em moeda inglesa dificilmente reconvertíveis, foi comprada uma nova casa para residência do Embaixador, do lado oposto da rua, no nº12 de Belgrave Square, que foi de seguida transformada e adaptada com projeto do Arqt.º Luís Benavente (1902-1993), que igualmente estudou a transformação da antiga Embaixada em Chancelaria¹⁰⁸. Embora com modificações, ambas existem ainda.

Para Guilherme Rebelo de Andrade o trabalho de Londres não foi uma obra tranquila nem satisfatória. O jogo de pressões entre as difíceis personalidades de Salazar e de Armindo Monteiro, as limitações financeiras e o claro receio de ultrapassar os limites inicialmente estabelecidos, a formalidade do Ministério dos Negócios Estrangeiros, a distância à obra, as interferências e curto-circuitos quer dos fornecedores ingleses quer do Embaixador, da Esposa e até de Mrs. Du Boulay; somados à má qualidade do trabalho das empresas portuguesas, constituíram um grande desafio para um resultado, tudo o indica, menor. E com honorários medíocres!

Contudo, deverá ter resultado claro para todos, e só assim se explica a sua posterior recontração, que a sua capacidade e talento, dedicação e sentido da conciliação, bom trato e noção do dever, eram seguramente de louvar. Mais ainda, Guilherme Rebelo de Andrade deve ter sabido tirar as suas lições, porque foi bastante mais prudente e simultaneamente mais ousado nos projetos que viria a fazer para as Embaixadas de Portugal em Madrid e no Rio de Janeiro, sofisticando a decoração e

nada facilitando na qualidade das obras e mobiliários, lidando melhor com os sempre difíceis e caprichosos Embaixadores e Ministros, na inevitável proximidade ao poder que qualquer arquitecto que exerça se vê obrigado a ter.

Talvez tenha sido o interesse em convencer Salazar a contratar Guilherme Rebelo de Andrade o que levou José de Figueiredo a referir a importância e as *“vantagens de carácter nacional”* que resultariam da missão de um arquitecto português em Londres. E um dos grandes receios de Guilherme Rebelo de Andrade, quando confrontado com a necessidade de cortes nos custos, era acabar com *“um resultado desnacionalizado”*¹⁰⁹. O sentido da afirmação nacional de onde deriva a ideia da necessidade de marcação da ‘portugalidade’ nas embaixadas, que vimos Armindo Monteiro interpretar de modo crescentemente anglófilo nas suas missivas para o MNE, era, ainda assim, mesmo para ele, um aspecto que deveria ter, *“tanto quanto possível”*, uma *“feiçã portuguesa”*¹¹⁰. O consenso cultural era de tal modo partilhado que, no final do processo, já em Agosto de 1937, uma carta da AIP — Associação Industrial Portuguesa — dirigida a Salazar, louvava o facto de que a Embaixada de Londres tivesse sido *“guarnecida com mobiliário português”* e que o *“significado nacionalista”* dessa situação não podia ser ignorado, pois que as nossas *“Embaixadas no estrangeiro são pedaços da nossa Pátria, e dentro delas deve respirar-se a atmosfera de Portugal”*¹¹¹. Em contrapartida, a clareza e lucidez de Armindo Monteiro no “Relatório de 14 de Maio” colocava com nitidez os limites dessa visão. Portugalidade, sim, mas de modo a que os outros se sintam confortáveis e sejam capazes de nos entender; e não portugalidade como confronto e marcação de distância.

No final do processo, em 1 agosto de 1937, em Ofício para o MNE, Armindo Monteiro resumia a lição a tirar:

*“...rogando a V. Ex.^a a aprovação das contas juntas, devo apenas acrescentar que a Embaixada ficou afinal arranjada sem ostentação mas com certa decência e conforto. Não estou contente com o resultado obtido, como V. Ex.^a sabe (...). Com o dinheiro gasto pelo Estado podia ter-se obtido mais e melhor; mas, no arranjo das missões diplomáticas como em tudo na vida, há que pagar a aquisição de uma experiência; e se, neste caso, se ganhou um ensinamento que aproveite ao futuro, não pode dizer-se que tenha sido pago muito caro”*¹¹².

Terminava assim o primeiro grande arranjo de uma Embaixada de Portugal. Seguir-se-iam Madrid e Rio de Janeiro. Em ambas estaria também Guilherme Rebelo de Andrade envolvido e algumas lições úteis terá aprendido com a experiência de Londres. Aliás, todos os envolvidos tinham aprendido, até mesmo Salazar: — que era necessário ouvir

109. AHDMNE, Embaixada de Londres, Mç.32: Telegrama de GRA para JF, de 4 de Fevereiro de 1937, p.3.

110. AHDMNE, Embaixada de Londres, Arm.36, Mç.235: “Casa para a Embaixada de Portugal em Londres, 1937” - “Informação” assinada por Armindo Monteiro, de 14 de Dezembro de 1936, p.9.

111. AHDMNE, Embaixada de Londres, Arm.36, Mç.235: Ofício nº831/37, assinado por José Maria Álvares (1875-1940), Presidente da AIP entre 1924 e 1940.

112. AHDMNE, Embaixada de Londres, Mç.32: Ofício do Embaixador para o MNE, de 4 de Agosto de 1937, p.8 [9p].

os Embaixadores; que eram processos morosos e delicados; que não podiam ser ocasiões de disputa; que eram caras e complexas e não podiam ser tratadas como simples empreitadas de obras públicas.

A conclusão final, como certo apontou Armino Monteiro, é que a experiência tinha sido importante, barata e, sobretudo, plena de lições que teriam eco no futuro.

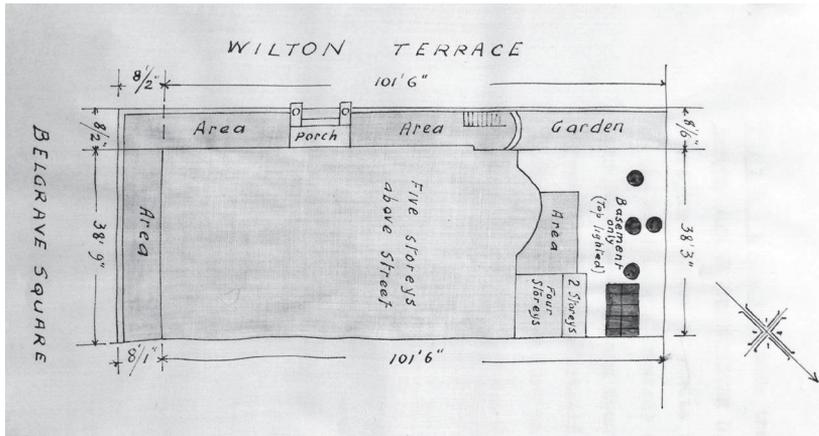


Fig. 2.02
 Implantação da Embaixada de
 Portugal em Londres, s/d.
 Fonte: AHDMNE,
 Embaixada de Londres,
 Mç.190B, Processo 3834
 (Anexo).

Fig. 2.03
Planta da Cave.

Fig. 2.04
Planta do Piso Térreo.

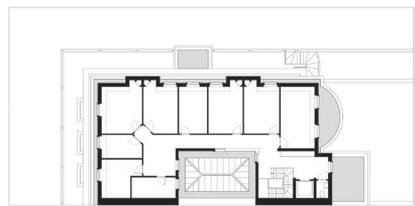
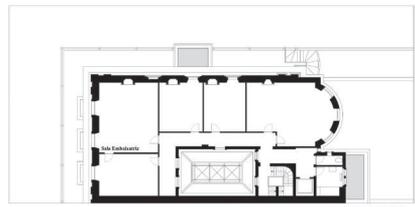
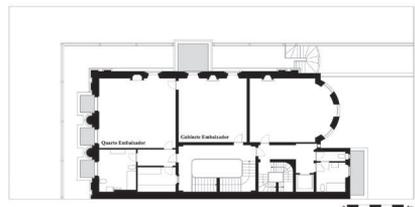
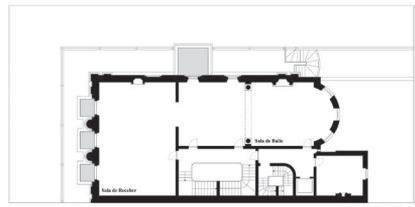
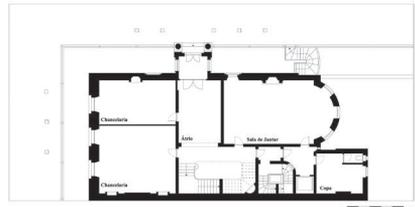
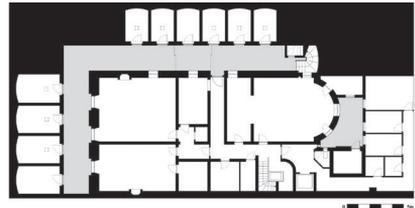
Fig. 2.05
Planta do 1ºAndar.

Fig. 2.06
Planta do 2ºAndar.

Fig. 2.07
Planta do 3ºAndar.

Fig. 2.08
Planta do 4ºAndar.

-
Fonte: Reconstituição do Autor
a partir de desenhos existentes
no AHDMNE, Embaixada de
Londres, Mç.60, "A Embaixada
de Londres, 1949-1952",
Integrados no Relatório do
Arquitecto Luís Benavente
Sobre a Instalação da
Chancelaria. (Situação depois
das obras de 1937)



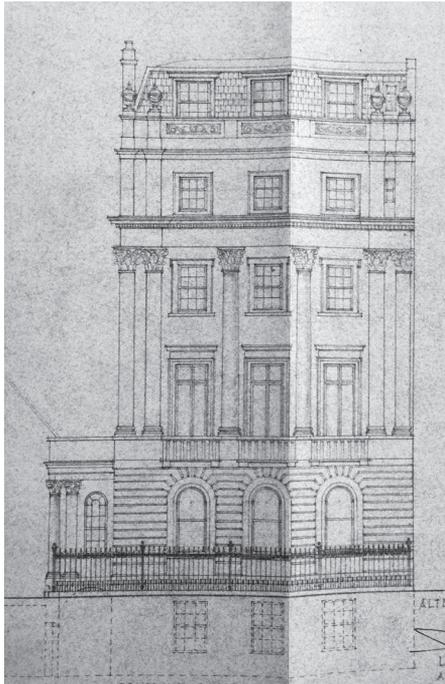


Fig. 2.09
Alçado de Belgrave Square.

Fig. 2.10
Alçado de Wilton Terrace.

-
Fonte: AHDMNE,
Embaixada de Londres, Mç.60,
"A Embaixada de Londres,
1949-1952": Incluída no
Relatório do Arquitecto Luís
Benavente Sobre a Instalação
da Chancelaria.

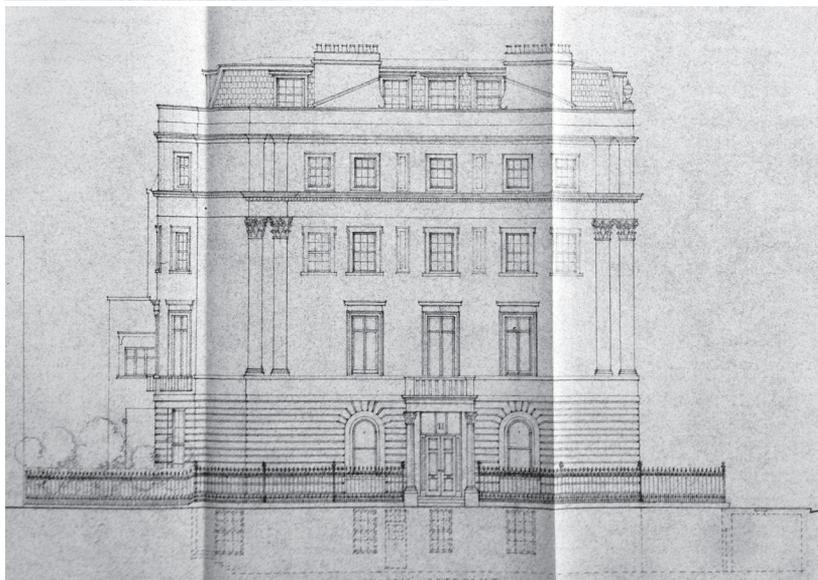


Fig. 2.11
"Lanterns light the wrought-iron balustrade".
Fonte: *Vogue*,
24 Agosto 1938, p.50

Fig. 2.12
"Ballroom: apricot and green, gilt furniture in cream and beige moiré".
Fonte: *Vogue*,
24 Agosto 1938, p.50

Fig. 2.13
"Drawing-room: strongly Portuguese in character, with its magnificent handmade rug and eighteen century furniture. Decoration by Keeble".
Fonte: *Vogue*,
24 de Agosto de 1938, p.51.





Fig. 2.14
*"Dinning room in Ivory
 and apricot: portuguese
 crystal chandeliers".*
 Fonte: Vogue,
 24 Agosto 1938, p.50.



Fig. 2.15
*"Dona Lucia's room in
 dusty pinks contains her
 personal treasures".*
 Fonte: Vogue,
 24 Agosto 1938, p.51.



Fig. 2.16
*"The Ambassador's study,
 in caramel and cream,
 houses his fine library".*
 Fonte: Vogue,
 24 Agosto 1938, p.51.

3. MADRID



Fig. 3.01
Fotografia do Autor,
Setembro 2018.

3. MADRID

3.1

“1942”

113. AHDMNE, Embaixada de Madrid, 2ºPiso, Mç. 236, Arm. 36: Ofício do Embaixador Pedro Teotónio Pereira para o Presidente do Conselho de Ministros e Ministro dos Negócios Estrangeiros, datado de 6 de Maio de 1942, p.1 [2p.].

114. AHDMNE, 2ºPiso, Mç. 236, Arm.36. “Relatório da visita feita a Madrid para Estudar a Instalação da Embaixada de Portugal”, assinado pelo Eng.º Jácome de Castro e pelo Arqtº. Guilherme Rebelo de Andrade, datado de 8 de Abril de 1942, p.1 [7p.].

115. Ver: MARTINS, Fernando Manuel Santos - *Pedro Theotónio Pereira: uma biografia (1902-1972)*. Évora, Universidade de Évora, 2004, Tese de Doutoramento; ALMEIDA, João Miguel - *António Oliveira Salazar – Pedro Teotónio Pereira. Correspondência Política (1945-1968)*. Lisboa, Instituto de História Contemporânea. Círculo de Leitores. Temas e Debates, 2008; Ou: BARRETO, António, MÓNICA, Maria Filomena, Coord.s - *Dicionário de História de Portugal, Suplemento, P/Z*. Porto, Figueirinhas, 2000, p.43-60. Ou ainda as suas memórias: PEREIRA, Pedro Theotónio - *Memórias*, Lisboa, Verbo, 1971, 2Vol.s.

116. A *Calle Lista* viu alterada a sua designação em 1955 para *Calle José Ortega e Gasset*; e o seu nº18 ficava situado a menos de um quilómetro da nova Embaixada.

117. NUNES, João Correa, GUIMARÃES, Alberto Laplaine, Coords., CORTE-REAL, Manuel H., [texto], FIGUEIREDO, Miguel Valle, [fotografia] - *Embaixadas de Portugal/Portuguese Embassies*. Lisboa, Polígono Editores, 2006, p.127.

118. Idem, p.129.

119. ARANDA, Óscar da Rocha - *El modernismo en la arquitectura Madrileña, Génesis y desarrollo de una opción Eclética*. Madrid, Biblioteca de Historia del Arte, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2009, p.42.

120. PALACIO, Pedro Navascués, PEREIRA, José Ramón Alonso - *La Gran Vía de Madrid. Noventa años de la historia de Madrid*. Madrid, Ediciones Encuentro, 2002, p.127.

121. ARANDA, Óscar da Rocha - *El modernismo en la arquitectura Madrileña, Génesis y desarrollo de una opción Eclética*. Madrid, Biblioteca de Historia del Arte, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, p.42.

No princípio de 1942, o Marquês de Aledo, senhorio do prédio onde se localizava a Embaixada de Portugal em Madrid, na *Calle Alberto Lista* nº18, notificou a missão do seu desejo de resolver o contrato e voltar a tomar posse daquele espaço¹¹³. Era um bom local com “*distinção, dignidade e as condições necessárias*”¹¹⁴, mas os termos do contrato eram claros e importava encontrar novas instalações.

O Embaixador de Portugal em Madrid, Pedro Teotónio Pereira (1902-1972), era um personagem maior do Estado Novo. Foi escritor (na *Ordem Nova*, uma radical revista na linha do integralismo lusitano), político (Sub-Secretário de Estado, Ministro, e Ministro da Presidência), diplomata (Embaixador em Madrid entre 1938-45, no Rio de Janeiro, entre 1945-7, em Washington, entre 1947-9, em Londres, entre 1953-8, e de novo Washington em 1961-3), desde sempre apoiante e colaborador próximo de Oliveira Salazar¹¹⁵. A sua origem social elevada, o ter sempre vivido com riqueza e elegância, a sua personalidade sofisticada, de gostos caros e sentido da representação, tiveram, juntamente com a sua influência política, um papel importante quer nos trabalhos realizados na Embaixada de Madrid quer, mais tarde, no lançamento do processo de construção da nova Embaixada no Rio de Janeiro.

Pedro Teotónio Pereira tinha sido enviado para Espanha ainda durante a Guerra Civil, em inícios de 1938, como ‘Agente’ do Governo português encarregado das relações com a Junta Nacionalista, sendo depois nomeado Embaixador em Madrid durante os tempos difíceis da segunda Guerra Mundial, ajudando ao complexo equilíbrio da manutenção das relações com Espanha e à defesa da neutralidade portuguesa.

Quando se colocou a questão de libertar o espaço onde se encontrava instalada a missão portuguesa, o Embaixador deu a notícia ao Governo e tratou de procurar uma alternativa. Foram vários os locais visitados, acabando por convergirem as atenções para uma casa situada no ângulo do *Paseo de La Castellana* nº56 com a *Calle del Pinar* nº1, em posição urbana de destaque, no centro de Madrid, não longe da anterior localização da Embaixada¹¹⁶. Tratava-se de uma grande moradia com um anexo destinado a garagem, construída entre 1906 e 1908 pelos Duques de Hajar, com projeto do Arqt.º Joaquim Saldaña López¹¹⁷ e que pertencia, em inícios de 1942, à Duquesa de Almazan¹¹⁸.

O arquitecto Joaquim Saldaña López (1870-1939), formado em 1894¹¹⁹, não era um desconhecido no panorama arquitectónico madrileno. Era um dos “*homens da geração cosmopolita*” e “*autor da maioria dos palacetes afrancesados da Madrid de novecentos*”¹²⁰, sendo o arquitecto “*favorito das classes endinheiradas da capital, para as quais realizou um dos conjuntos mais admiráveis e evocadores do ecletismo madrileno*”¹²¹.

O 'estilo francês' era um ecletismo na tradição das 'Beaux-Arts', de inspiração neobarroca e neorococó, sendo uma das correntes cosmopolitas com maior aceitação na Madrid de finais do séc. XIX e inícios do séc. XX, onde deixou "abundantes e valiosas amostras na paisagem urbana madrilenha em forma de aristocráticos palacetes, luxuosos edifícios de habitação, faustosos hotéis e distintas sedes de clubes privados"¹²².

3.2

A COMPRA DA CASA

Em Fevereiro de 1942 a escolha das novas instalações estava orientada e as negociações em curso. Um telegrama de Antas d'Oliveira, funcionário da missão portuguesa em Madrid, para o Embaixador, nesse momento em Lisboa, confirmava que a proprietária aceitava vender pelo valor de 1.650.000pts e poderia deixar vaga a casa em Junho. Mas a decisão final estava em fase de avaliação, dado que se achava "conveniente a vinda de arquitecto para vistoria e estudo das possibilidades de construção sobre a garagem"¹²³.

A casa estava em venda para pagar a hipoteca que sobre ela pendia, de acordo com uma carta de finais de Fevereiro de Antas d'Oliveira para a Duquesa (pois que o Embaixador continuava na capital portuguesa), e comunicava a esta que Lisboa aprovava, em princípio, as condições, referindo agora um preço de 1.625.000pts¹²⁴. A 3 de Março a Duquesa aceitou a transação¹²⁵.

Em finais de Março ou princípios de Abril de 1942 foram enviados a Madrid 'dois técnicos' para elaborarem um relatório sobre o edifício e estudarem as alterações e a respectiva estimativa para obras e mobiliário: o Arquitecto Guilherme Rebelo de Andrade e o Engenheiro Fernando Jácome de Castro. É natural que se conhecessem anteriormente, mas a verdade é que mantiveram uma extensa colaboração, não só em Madrid mas também no processo da Embaixada do Rio de Janeiro.

Guilherme Rebelo de Andrade era já um arquitecto bem conhecido, tendo recentemente terminado com amplo sucesso o importante trabalho de remodelação e ampliação do MNAA, inaugurado em 1940. Tinha igualmente participado, em 1937, na remodelação da Embaixada de Londres, com o difícil Armindo Monteiro, ali Embaixador, em rota de colisão com Salazar, então Ministro dos Negócios Estrangeiros e Presidente do Conselho de Ministros. Apesar de frequentes colaborações com os serviços públicos e de ter mesmo sido, por um curto período, funcionário da DGEMN, não possuía qualquer vínculo com o Estado, sendo de presumir que a razão da sua escolha terá sido em função da anterior colaboração com o MNE, não se sabendo se por 'indicação superior', e se esta veio por parte do MNE, do Embaixador, ou de outros.

122.
Idem p.42.

123.
PT/TT/AOS/D-J/8/2/25,
Arquivo Salazar, NE-1A, Cx.393,
pt36: Telegrama de Antas d'Oliveira
para Pedro Teotónio Pereira,
datado de 24 de Fevereiro de 1942.

124.
AHDME, Embaixada de Madrid,
Mç.105: Arquivo 1944, Processo,
Capilha 1: Carta de Antas d'Oliveira
para a Duquesa de Almazan,
de 28 de Fevereiro de 1942.

125.
AHDME, Embaixada de Madrid,
Mç.105: Arquivo 1944, Processo,
Capilha 1: Carta da Duquesa de
Almazan para Antas d'Oliveira,
de 3 de Março de 1942.

126. Grande-Oficial em 26 de maio de 1961. Decreto de Concessão com o Grau de Grande-Oficial, publicado no *Diário do Governo*, n.º 186, de 9 de agosto de 1961.

127. AHDMNE, Embaixada de Madrid, Mç. 236: Ofício do MOPC, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais para o Secretário Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, de 2 de Junho de 1942.

128. AHDMNE, Embaixada de Madrid, Mç. 236: "Relatório da visita feita a Madrid para Estudar a Instalação da Embaixada de Portugal", assinado pelo Eng.º Jácome de Castro e pelo Arqt.º Guilherme Rebelo de Andrade, datado de 8 de Abril de 1942, p.1 [7p.].

129. AHDMNE, Embaixada de Madrid, Mç. 236: "Apontamento", do MNE, Repartição dos Serviços Administrativos, datada de 2 de Abril de 1942.

130. AHDMNE, Embaixada de Madrid, Mç. 236: Ofício de PTP para Salazar, datada de 6 de Maio de 1942, p.2 [4p.].

131. AHDMNE, Embaixada de Madrid, Mç. 236: Ofício da repartição dos Serviços Administrativos do MNE para a 7ª Repartição da Contabilidade Pública, datado de 29 de Maio de 1942.

132. AHDMNE, Embaixada de Madrid, Mç. 236: Escritura de Compra e Venda da propriedade com o n.º 56 do *Paseo de La Castellana*, datado de 26 de Junho de 1942.

Fernando Galvão Jácome de Castro (1892-1964), era funcionário da DGEMN, Engenheiro, Inspetor Superior, Chefe da SCE (Secção de Casas Económicas), membro do CSOP (Conselho Superior de Obras Públicas), homem respeitado no MOP e mesmo, no final da carreira, Grande-Oficial da Ordem da Instrução Pública, em 1961¹²⁶. Terá sido nomeado, em 1942, para estabelecer a conexão entre a instituição e o arquitecto, este em profissão liberal, assegurando a gestão do projeto e a coordenação das especialidades.

Ao contrário do que acontecera no caso de Londres, onde Guilherme fora convidado pelo MNE por indicação de José de Figueiredo, em Madrid foi ao MOPC a quem foi formalmente entregue a tarefa de promover o projeto¹²⁷, tendo este contratado Guilherme Rebelo de Andrade.

O relatório produzido e assinado por ambos, datado de 8 Abril, é uma peça importante que veremos adiante com detalhe. Mas, de momento, é de assinalar que o relatório corroborava a visão do Embaixador Teotónio Pereira de ser a Casa de *La Castellana* uma boa base para a instalação da Embaixada. Bem localizada, nem demasiado grande nem demasiado pequena, precisando de obras mas seguramente mais barata do que a construção de um edifício de raiz. Foi em função deste Relatório — aliás manuscrito sobre ele! — que Salazar exarou um Despacho, datado de 19 de Abril, referindo que o Ministro das Finanças tinha já dele tomado conhecimento e que ele próprio estava de acordo a que se "*autorizasse o Embaixador em Madrid a comunicar à dona do prédio que o Governo Português estava em princípio resolvido a fazer a compra*"¹²⁸.

Um '*Apontamento*' de 20 de Abril, dos serviços do MNE para o Ministro, então Oliveira Salazar, colocava três interrogações: o preço da compra da casa era de 1.625.000pts?; o preço estimado das obras era de 1.000.000pts?; e a quantia de 600 contos para mobiliário acrescia àquela? — a resposta, manuscrita por Salazar, confirmava: Sim, a todas. E estava datada de 24 de Maio¹²⁹.

Entretanto houvera um pequeno contratempo, pois a casa tinha sido anteriormente apalavrada pelo Governo Espanhol que a tencionava comprar para ali ser instalada a embaixada de um país sul-americano, em troca de uma casa semelhante que esse governo teria comprado no seu país, para, reciprocamente, ali ser estabelecida a Embaixada de Espanha. Porém, graças à boa vontade do Governo Espanhol tinha sido possível, pelo mesmo preço, ser a casa cedida ao nosso país e, por isso, apontava o Embaixador, "*posso vir hoje propôr a V. Ex.ª. a compra da referida propriedade para a instalação definitiva desta missão*"¹³⁰. A compra foi formalmente aprovada no Conselho de Ministros de 28 de Maio de 1942¹³¹.

Assim, em 26 de Junho de 1942, "*ante mi, Don Candido Casanueva y Gorjon, abogado y Notario de los ilustres Colegios de esta Capital*"¹³²

compareceram a Duquesa de Almazan, Señora Doña Araceli de Silva y Fernandes de Córdoba e o Embaixador Pedro Teotónio Pereira, realizando-se o contrato de aquisição do nº56 do *Paseo de la Castellana*. A escritura indicava que proprietária a tinha herdado do Duque de Hajar, Don Alfonso de Silva e Campbell, em 1930, que estavam pagos todos os ónus e encargos, e que se vendia a propriedade por 1.625.000pts, entregando o comprador na escritura 500.000pts, liquidando o restante valor com a entrega da chave, no máximo até 15 de Julho desse ano.

Satisfeito, nesse mesmo dia Pedro Teotónio Pereira telegrafou para Salazar anunciando que, finalmente, tinha sido assinada a escritura e que *“tudo se encontra[va] satisfatoriamente arrumado”*¹³³.

3.3

A CONSTRUÇÃO EXISTENTE

O *“Relatório de 8 de Abril”*, assinado por Guilherme Rebelo de Andrade e Fernando Jácome de Castro, não só traçava o retrato do edifício como apresentava alguns esquemas desenhados da possível transformação, assim como ainda anexava um conjunto de fotografias da construção existente. O Relatório refere um *“programa mínimo apresentado pelo Sr. Embaixador”*, que não conhecemos, nem sabemos mesmo se teve apresentação formal, mas que, na opinião dos signatários, a nova casa tinha capacidade de absorver. O terreno era *“pequeno”*, mas suficiente para obter *“o isolamento necessário”*, sendo que o edifício era *“desafogado”*, com duas frentes sobre a via pública, uma voltada para *La Castellana* e outra para a *Calle del Pinar*. Consequentemente, embora não dispusesse de jardim, isso não era julgado grande inconveniente dado que um *“jardim de pequenas dimensões não teria qualquer vantagem”* e que *“um grande parque, por forma a permitir certas festas ou recepções ao ar livre seria muito interessante, mas exigiria tais dimensões, que haveria de considerar, só para isso, muitos milhões de escudos”*. O tipo de construção era, diziam, *“corrente em Madrid”*, mas o seu estado de conservação tinha problemas pois *“apresenta algumas fendas grandes que exigem consolidação”*, indicando que resultavam — erradamente, como veremos — sobretudo de *“deficiência de conservação”* e de *“lamentável abandono”*.

A propriedade abrangia a *“Residência”*, o *“Edifício da Garagem”* e a *“Caseta do Porteiro”*. Na Residência teria de haver pequenas obras de adaptação, grandes trabalhos de conservação e arranjo, além de uma pequena ampliação de cerca de 20m², nos dois pisos principais. A cozinha, despensa, lavagens e a casa das caldeiras (de aquecimento), ficariam na cave. No piso térreo, o gabinete do Embaixador e as várias salas de recepção. Os aposentos para a família do Embaixador seriam no piso superior e, por fim, no 3º piso, as acomodações do pessoal. Sobre a área

133. AHDMNE, Embaixada de Madrid, Mç.236: Telegrama nº104, do Embaixador em Madrid para o MNE, de 26 de Junho de 1942.

ocupada pela garagem existente, previam ser construída a nova Chancelaria, ficando no piso térreo a garagem, a residência do motorista e as entradas. Já nos pisos 2º e 3º ficariam as dependências da Chancelaria. Nesse edifício, ao contrário da residência da Embaixada, previam dever ser *“considerada [uma] completa reconstrução”*.

Embora reconhecessem que esta era apenas uma primeira opinião baseada *“no exame directo que pudemos fazer”* consideravam que era absolutamente necessário ter as plantas e alçados do existente *“que ainda não tinha sido possível obter”* embora estivessem a ser feitos *“por nossa solicitação”* para o projeto das obras a realizar.

Detalhavam de seguida as áreas dos diversos pisos, tanto para a Residência como para a Chancelaria, de modo a estabelecer uma estimativa de custos. Tinham-se baseado, contavam, em informações do Diretor Geral de Arquitectura de Madrid, assim como em listas de preços e valores de salários em Espanha, tendo em atenção que o *“rendimento do trabalho dos operários espanhóis (...) é inferior ao dos nossos”*. Por conseguinte, estabeleciam valores por m² de 800pts para a Residência e de 600pts para a Chancelaria.

A ampliação prevista na Residência (apenas 20m² em dois pisos) destinava-se a *“permitir deslocar o 1º lanço da escada de serviço e beneficiar a instalação do vestiário e da copa”*. Mas a generalidade das obras nos dois pisos principais eram limitadas ao *“arranjo geral das paredes, pavimentos, tectos, escadas, etc.”*. Adicionalmente, havia que realizar trabalhos nas fundações, no terraço da cobertura e na reparação e renovação das fachadas exteriores.

Na Residência a área de intervenção prevista era de cerca de 1.900m² (embora, para efeitos de custos considerassem, apenas, 40% do valor unitário multiplicado pela área); já na Chancelaria previam a reconstrução total, incluindo fundações e cobertura, num total de cerca de 560m². Em função destas áreas calcularam um custo obra de 350.000pts para a Chancelaria e de 630.000pts para a Residência, o que dava um total de 980.000pts. Com um arredondamento de 20.000pts, estabeleceram um valor final de 1.000.000pts. Ou seja, a compra da casa (1.625.000pts) mais as obras (1.000.000pts), elevaria o custo total para 2.625.000pts. Isto significava, segundo eles, comparando com uma construção totalmente nova com critérios semelhantes, mais a aquisição de terreno adequado, a um custo final de aproximadamente 3.260.000pts, o que representava, em relação à solução escolhida, um valor muito mais elevado. Aliás, comparando com outras propriedades que tinham visitado, mesmo precisando de obras muito maiores e *“cujo custo não fosse muito superior”* aos valores indicados para a casa de *La Castellana*, podiam concluir que a operação era *“favorável aos interesses do Estado”*.

Referiam por fim a questão da “*decoração mural, mobiliário e tapeçarias*”. O Sr. Embaixador tinha já declarado o seu desejo de que “*algumas dependências pudessem oferecer determinado carácter português*”, ao que sugeriam que o melhor local para isso seria o compartimento que ficava entre o salão e o escritório do Embaixador. Diferentemente, achavam que as restantes divisões deveriam “*ser adornadas dentro de um sabor variado, caracterizado pelo chamado arranjo bric-à-brac ou pelle-méle, onde sem dúvida, algumas peças de estilo serão absolutamente indispensáveis, além dos móveis necessários para se obter conforto e bom gosto*”. Porém, acrescentavam — talvez por estratégia defensiva —, dado a casa estar ainda mobilada com um “*aglomerado*” de peças da antiga proprietária, tornava-se difícil a apreensão do carácter dos espaços e da definição do “*partido decorativo a seguir*”.

Alertavam, igualmente, para o custo da decoração e mobiliário, evocando a sua experiência de trabalhos realizados em casos semelhantes — “*muito especialmente pelo que refere à Embaixada de Portugal em Londres*” — referindo, de novo em estratégia defensiva, que considerando o aumento de custos verificado no capítulo “*Mobiliário*” nos anos mais recentes, que qualquer arranjo “*não rico mas interessante*” se poderia obter dentro de uma verba de 600 contos. — Na verdade, esta verba era quase o dobro do que tinha sido gasto em Londres. Guilherme Rebelo de Andrade aprendera a lição e estava naturalmente a precaver-se. Terminavam — aqui seguramente em estratégia defensiva — recordando que o trabalho “*que tinham a honra de apresentar a V. Ex.^a*”, havia sido elaborado em condições “*que não nos permitem outro rigor que não seja o de uma estimativa*”. De novo, as marcas da experiência londrina estavam presentes.

Juntamente com este Relatório foi enviado um conjunto de fotografias do exterior que ilustravam a situação: — A casa vista do *Paseo de La Castellana*, com a “*caseta do porteiro*” à esquerda (Fig. 3.02); uma vista do topo sul da Casa a partir da *Calle del Pinar* (Fig. 3.03); a entrada principal, com o grande portão em ferro e o canto da fachada da Residência, com a frente da Garagem em segundo plano, ao fundo; a fachada lateral onde se localizava a entrada principal da casa, sob um “*auvent*” em ferro e vidro (Fig. 3.04); as portas da garagem e o respectivo edifício; o edifício da Garagem visto da *Calle del Pinar*, com a Residência à esquerda; e ainda um vista de detalhe da esquina da Residência, tirada da cobertura da casa do porteiro, mostrando a dupla cornija, as varandas salientes, as texturas e a decoração externa da construção (Fig. 3.05)¹³⁴.

Paralelamente, no mesmo Relatório aparecia um conjunto de ‘esquemas’ desenhados. Um deles era relativo ao piso térreo da Residência, enquanto os outros correspondiam aos três pisos da Chancelaria. Tratava-se de esquemas, não de um projeto, apenas para ilustrar e

134.

Fotografias existentes em: AHDMNE, Embaixada de Madrid, Mç.236: “Embaixada em Madrid 1939 a 1950”: “Compra de uma Casa para Instalação da Embaixada”.

explorar as possibilidades do existente enquanto não havia um levantamento rigoroso.

O Esquema Geral mostra a implantação com a garagem ocupando o canto superior, um difícil terreno em triângulo que não contém qualquer informação sobre o seu interior. Já relativamente à Residência mostra um pouco mais, podendo observar-se a colocação da entrada, na fachada noroeste, e que através de um lanço de escadas vencida a altura da semicave, tal como se pode também constatar nas fotografias do exterior, levando a um amplo salão central onde existiam duas colunas. A escadaria principal da casa ficava adjacente à entrada, voltada para o Átrio, ficando a escada de serviço do lado nordeste da entrada, mais próxima da garagem, além de dois compartimentos de apoio de menores dimensões. Os restantes espaços principais, que viriam a ser as áreas de recepção, distribuíam-se perimetralmente: salas de diferentes tamanhos e com diferentes relações com o grande *hall* de distribuição central.

Se o 'esquema' do interior da casa dizia apenas respeito ao piso térreo, já os referentes à zona da garagem constituem uma espécie de organigrama com a distribuição de funções, visando verificar se o programa da Chancelaria seria ali possível. De facto, é fácil confirmar nestes esquemas não serem um 'levantamento do existente', mesmo que elementar, pois a construção não preenchia completamente o triângulo onde se implantava, mas antes tinha a forma de um 'L', deixando, entre o interior do 'L' e a *Calle del Pinar*, no piso térreo, um pátio fechado por um muro, ao contrário do que os 'esquemas' apresentam. Assim, no piso térreo, voltado para a entrada da *La Castellana* e ao fundo da passagem onde se localizava a entrada principal da Residência, previa-se ficar, tal como anteriormente, a Garagem, localizando-se por detrás dela, já voltada para a *Calle del Pinar*, a "habitação do *Chauffeur*". Nos cantos extremos localizavam-se duas escadas, das quais a mais a nordeste deveria ser a entrada principal da Chancelaria e a outra o acesso interno que ligava o terreno da Embaixada e a Residência à Chancelaria.

No primeiro piso previa-se um corredor em 'L' ligando as duas escadas, colocando, na frente sobre a garagem, os gabinetes do Secretário, do Conselheiro e do Adido; e na fachada da *Calle del Pinar*, junto à escada da entrada, o local para o contínuo, a sala de visitas e a Chancelaria propriamente dita, com uma pequena antecâmara. Finalmente, em espaços interiores mas com acesso pelo corredor dos gabinetes, a cabine telefónica, o arquivo, o vestiário e o WC.

A hierarquia de espaços era evidente. A entrada principal de público para a Chancelaria seria pelo canto superior, o ângulo nordeste, pois que essa escada, de tiro e de um lanço apenas, ligava o nível térreo somente ao primeiro piso. Diferentemente, a outra escada interligava todos os pisos, sendo por ela que se fariam todas as ligações internas entre os

dois andares da Chancelaria, podendo descer-se também até ao piso térreo, junto à Residência. Assim, no “*piso dois*”, ao cimo da escada de três lanços, encontravam-se a sala de visitas, o gabinete do Embaixador e a sala da cifra, por sobre a zona da garagem voltada para a Residência. No canto noroeste previa-se uma sala para comissões, duas salas para adidos e, sobre os locais correspondentes do piso inferior, o arquivo, o vestiário e o WC.

As paredes reduziam-se a linhas, não se marcavam as portas nem as janelas. Tudo indica tratar-se de um estudo inicial e sumário, de uma avaliação preliminar da capacidade do antigo volume da garagem ser ocupado pela futura Chancelaria. Mas, como veremos, não longe do que a versão final seria.

3.4

UM LONGO PROCESSO

As recomendações do Relatório inicial foram seguidas no avanço para a compra da casa. E prolongaram-se para o projeto e para a obra. Um telegrama do Ministro dos Negócios Estrangeiros para a Embaixada de Madrid, em 24 de Maio, refere três factos significativos: Que o arquitecto responsável “*dentro duas semanas deve apresentar estudo e esboço de obras e arranjo*”; que depois deveria “*ir Madrid para ajustar pormenores com V. Ex.^a*”; e que, de Madrid, Guilherme Rebelo de Andrade, acompanhado de Antas d’Oliveira, deveria seguir para Paris para comprar o mobiliário necessário. E acrescentava outro dado esclarecedor: Salazar manifestava o desejo de ser feito um “*esforço marcar no que se possa portuguesismo Embaixada*”. Ou seja, independentemente da já estabelecida concordância do arquitecto nesse sentido, da já afirmada vontade do Embaixador nessa direção, tudo era reforçado com a ordem de Salazar¹³⁵.

Querendo apressar o processo, Pedro Teotónio Pereira respondeu de imediato, dizendo que ia solicitar vistos para a ida a Paris de “*Oliveira e Rebelo de Andrade*”¹³⁶ à Embaixada alemã em Madrid¹³⁷, pois que a França vivia os tempos difíceis da ocupação germânica. A viagem acabaria por ser adiada porque Guilherme Rebelo de Andrade ficou retido em Lisboa, dado que os seus “*planos ou estudos relativos mobília e guarnição da casa*” não estavam ainda “*suficientemente adiantados*”¹³⁸. A viagem acabaria, estranhamente, por se realizar, sendo o arquitecto substituído por Jorge Franco e Almodovar, antigo secretário da Legação em Berlim e “*bastante entendido em assuntos de mobiliário e decoração*”, levando 200 contos para compras¹³⁹. Não se sabe se Guilherme Rebelo de Andrade teria ou não enviado uma ‘shopping list’ mas, segundo o Embaixador, o arquitecto tinha encarregue a Embaixada “*de se ocupar do assunto*”¹⁴⁰.

135. AHDMNE, Embaixada de Madrid, Mç.236: Telegrama nº68, do Ministro dos Negócios Estrangeiros para o Embaixador em Madrid de 24 de Maio de 1942.

136. AHDMNE, Embaixada de Madrid, Mç.236: Telegrama nº70, do Embaixador em Madrid para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, de 25 de Maio de 1942.

137. Idem

138. AHDMNE, Embaixada de Madrid, Mç.236: Telegrama nº94, do Ministro dos Negócios Estrangeiros para o Embaixador em Madrid, de 20 de Junho de 1942.

139. AHDMNE, Embaixada de Madrid, Mç.105: Ofício do Embaixador em Madrid para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, de 19 de Junho de 1942, p.2 [2p].

140. AHDMNE, Embaixada de Madrid, Mç.105: Ofício do Embaixador em Madrid para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, de 19 de Junho de 1942, p.1 [2p].

141. AHDMNE, Embaixada de Madrid, Mç.236: Ofício do MOPC, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais para o Secretário Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, de 2 de Junho de 1942.

142. Decreto nº32.134. In: *Diário do Governo*, 1ª. Série, nº160, de 11 de Julho de 1942, p.608.

143. Decreto nº32.004. In: *Diário do Governo*, 1ª. Série, nº103, de 5 de Maio de 1942, p.369-70.

144. AHDMNE, Embaixada de Madrid, Mç.105: Telegrama de Pedro Teotónio Pereira para Ricardo Espírito Santo, de 14 de Agosto de 1942.

145. AHDMNE, Embaixada de Madrid, Mç. 236: Ofício do MOPC, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Secção Administrativa, para o Secretário Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, de 17 de Setembro de 1942.

146. Decreto nº32.281. In: *Diário do Governo*, 1ª. Série, nº221, de 21 de Setembro de 1942, p.1200.

147. AHDMNE, Embaixada de Madrid, Mç.105: Telegrama nº177, da Embaixada de Portugal em Madrid para MNE de 16 de Novembro de 1942.

De qualquer modo, os levantamentos da casa ainda não estavam completos, pois o MNE teve de solicitar, em 3 de Junho, em nome “*dos engenheiros das Obras Públicas*”, os alçados da fachada posterior da Residência e o do Edifício da Garagem ao longo da *Calle del Pinar*.

Entretanto o MOPC não perdia tempo. Como tinha sido “*determinado que se dê imediato início ao estudo de adaptação de um Palacete em Madrid para instalação da Embaixada de Portugal naquele país*”, solicitava que fosse disponibilizada “*desde já*” a quantia de 100 contos, da verba colocada à disposição do MNE “*a fim de se poder lavrar contrato com o arquitecto encarregado daquele estudo*” e das restantes despesas “*que forem indispensáveis*”¹⁴¹. Apesar deste pedido de fundos, o Decreto que abria um crédito para “*Os encargos com a compra de um edifício para a Embaixada de Portugal em Madrid, obras de adaptação e aquisição de mobiliário e outros móveis*”¹⁴² no valor de 3.235.000\$00, foi publicado apenas a 11 de Julho. Porém, trata-se de uma republicação, com correções de detalhe, do original publicado, esse sim atempadamente, a 5 de Maio¹⁴³.

Pedro Teotónio Pereira tinha adiado a ida do arquitecto a Madrid para inícios de setembro, como anuncia num telegrama para o seu amigo Ricardo Espírito Santo, referindo que esperava “*contar com a sua vinda nessa ocasião*”¹⁴⁴. Ricardo Espírito Santo (1900-1955) era, como é sabido, um banqueiro e empresário de profissão que se distinguiu pelo seu papel de colecionador de arte, de árbitro do gosto e da elegância, pelo que a sua convocação a Madrid pelo Embaixador, a título pessoal, e de modo a coincidir com a ida do arquitecto, revela a importância que Pedro Teotónio Pereira dava à decoração da Embaixada. E sugere igualmente que a escolha de Guilherme Rebelo de Andrade não terá sido sua, caso contrário não seria tão significativa uma segunda opinião, ou uma ‘*assessoria pessoal*’, relativamente às questões da decoração. Por esta razão, apenas em Setembro a ida de Jácome de Castro e de Guilherme Rebelo de Andrade seria realizada, luxuosamente, por via aérea, na carreira da Lufthansa¹⁴⁵. O projeto deveria estar já pronto e o resultado das reuniões com o Embaixador deve ter sido positivo, pelo que havia condições para as obras começarem em breve. Convergindo nesse sentido, em 21 de Setembro de 1942 foi publicado um Decreto que agilizava os procedimentos administrativos para as obras da embaixada, pois estas tinham de obedecer “*a condições de rapidez e simplicidade que não se coadunam com as normas gerais estabelecidas*”¹⁴⁶.

Em 16 de Novembro, um telegrama dava notícia que tinham sido enviadas “*três propostas de diferentes casas para a construção do novo edifício da Chancelaria*” e que era necessário “*iniciar-se obra sem grande perda de tempo*”, observando-se que a reparação e adaptação da Residência deveria seguir um “*curso diferente*”¹⁴⁷. Em 30 de Novembro, novo

telegrama insistia numa rápida apreciação das propostas dado que se estava “perdendo muito tempo”, e deixando perceber que a razão para o ‘curso diferente’ entre as obras da Chancelaria e da Residência, era devido esta estar ocupada provisoriamente com serviços, pelo que não era possível “proceder a reparação e adaptação edifício da Embaixada propriamente dito sem que Chancelaria nova se encontre já bastante adiantada”¹⁴⁸. — Ainda tinham muito que esperar, pois apenas em finais de Janeiro de 1943 houve notícias de que a obra da Chancelaria estava para ser iniciada “dentro de poucos dias”¹⁴⁹.

Deve ter sido Jácome de Castro quem acompanhou a escolha e a finalização da negociação com o empreiteiro selecionado “*Aguirre, Construcciones en General*”, segundo um telegrama em que o Embaixador Teotónio Pereira anunciava o regresso daquele engenheiro a Lisboa, exprimindo a sua “satisfação pela forma como trabalhou citado funcionário”¹⁵⁰; mensagem que o MNE, gentilmente, reencaminhou para o MOPC¹⁵¹.

A proposta apresentada pelo empreiteiro D. Ramon Aguirre, datada de 1 de Fevereiro, apresentava os termos gerais do contrato. Por um custo de 443.628,73pts propunha-se executar o projeto “*redactado por el Arquitecto Sr. Rebello de Andrade*”, de acordo com as instruções recebidas do “*Ingeniero D. Fernando Galvão Jácome de Castro*”. Os pagamentos seriam mensais; para evitar as subidas de custos de materiais estes seriam adquiridos de imediato; todas as alterações de carácter legal, fossem materiais, fossem salários, seriam repercutidas na obra; aos pagamentos efectuados seriam deduzidos 10% para garantia, a devolver três meses depois do final da obra; e a obra seria executada no prazo de seis meses, começando as obras 15 dias depois de formalmente aceite a proposta¹⁵².

Um fiscal, José Roberto da Encarnação — já conhecido de Guilherme Rebello de Andrade, desde a Exposição de Sevilha, em 1929 —, foi nomeado pelo MOPC e enviado para Madrid para acompanhar a obra e verificar a qualidade dos trabalhos realizados¹⁵³.

Em Março de 1943, a pedido do Embaixador, o MNE fazia um ponto de situação das verbas já despendidas e dos saldos existentes, de modo a organizar as contas: — Do Orçamento de 1942 tinham sido entregues ao MOPC, em Junho, 100 contos para “*despesas de estudo da adaptação do palacete*”; à Embaixada tinham sido entregues 200 contos para “*aquisição de mobiliário*”, em Agosto; mais 100 contos para “*despesas com adaptação do edifício*”, em Setembro; mais 83 contos em Novembro também para “*mobiliário*”. Já do Orçamento de 1943, em Fevereiro foram entregues para “*aquisição de móveis e guarnecimento da Casa da Embaixada*” 218 contos; e para a “*execução de obras*” a quantia de 800 contos¹⁵⁴.

148.
AHDME, Embaixada de Madrid, Mç.236: Telegrama nº186, da Embaixada de Portugal em Madrid para MNE de 30 de Novembro de 1942.

149.
AHDME, Embaixada de Madrid, Mç.105: Telegrama nº9, da Embaixada de Portugal em Madrid para MNE de 30 de Janeiro de 1943.

150.
AHDME, Embaixada de Madrid, Mç.105: Telegrama nº11, da Embaixada de Portugal em Madrid para MNE de 1 de Fevereiro de 1943.

151.
AHDME, Embaixada de Madrid, Mç.236: Ofício do MNE para o Chefe de Gabinete do Ministro do MOPC, nº249 de 12 de Fevereiro de 1943.

152.
AHDME, Embaixada de Madrid, Mç.105, Capilha nº6: Proposta enviada ao Embaixador em Madrid sobre as obras da Chancelaria, de 1 de Fevereiro de 1943.

153.
AHDME, Embaixada de Madrid, Mç.105, Capilha nº6: Nomeação de José Roberto Encarnação, de 6 de Abril de 1943. Na dissertação da Ana Lourenço Pinto (*Realizações e Utopias: Património Arquitectónico e Artístico das Caldas de Monchique na cenografia e na Paisagem Termal*. Lisboa, FLUL, 2013, p.154, nota 396, Há uma nota biográfica sobre este técnico: “José Roberto da Encarnação (1883?-1950), com raízes nas Caldas de Monchique (...) Construtor civil diplomado (curso técnico), foi responsável pela cobertura da varanda do Casino nas Caldas, e de um projecto em 1937 (que não avançou) de tinas para o balneário das mesmas Caldas. Dirigiu ainda a fundação da ponte ferroviária sobre o Rio Arade, “foi o construtor do Palácio da Embaixada de Portugal em Madrid”, colaborou nas obras do Arsenal do Alfeite, desempenhou as funções de fiscal na construção do Hospital de Santa Maria. Foi condecorado em Espanha e em Portugal pela sua colaboração na Exposição Ibero-Americana (Cf. *Jornal A República*, “José Roberto da Encarnação: Faleceu este Dedicado Democrata”, 1950). É possível que a Capela de S. Teresa, nas Caldas de Monchique, projecto de Guilherme Rebello de Andrade, de 1940 tenha reforçado esta relação. Mas mostra seguramente o mundo pequeno em que circulavam os técnicos neste período,

154.
AHDME, Embaixada de Madrid, Mç.236: Apontamento da Repartição dos Serviços Administrativos do MNE, de 24 de Março de 1943 [3p].

155. AHDMNE, Embaixada de Madrid, Mç.105, Capilha nº2: Ofício de Embaixada de Portugal em Madrid para MNE, de 20 de Abril de 1943.

156. AHDMNE, Embaixada de Madrid, Mç.236: Ofício da Embaixada de Portugal em Madrid para MNE, de 12 de Julho de 1943.

157. AHDMNE, Embaixada de Madrid, Mç.105: Arquivo 1944, Processo 1/44, nº104, Capilha 5: Nota nº 2 de 30 de Agosto de 1943.

158. Gilberto Renda (1884-1971), Pintor de Arte e Ceramista na Fábrica de Faianças e Azulejos de Sant'Anna, em Lisboa; sobrinho do Arquitecto Miguel Ventura Terra. Ver: RENDA, Gilberto, in: *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Vol.25, p.94. Colaborara já com Guilherme Rebelo de Andrade na Capela das Termas de Monchique, apud: PINTO, Ana Maria Lourenço — *Realizações e Utopias: Património Arquitectónico e Artístico das Caldas de Monchique na cenografia e na Paisagem Termal*. Dissertação de Mestrado em Arte, património e Teoria do restauro, FLUL, 2013, p.179. A Fábrica de Faianças e Azulejos de Sant'Anna, existe desde o séc. XVIII e continua ativa. No seu Catálogo de 1960, vem referida a participação nas remodelações das Embaixadas de Madrid e do Rio de Janeiro, ver: *Fábrica de Faianças e Azulejos de Sant'Anna*. Porto, s/n, D.L., 1960.

159. AHDMNE, Embaixada de Madrid, Mç.105, Arquivo 1944, Processo 1/44, Capilha 2: Proposta de G. Renda, de 15 de Outubro de 1943.

160. AHDMNE, Embaixada de Madrid, Mç.105, Arquivo 1944, Processo 1/44, nº53, Capilha 2: Ofício da Embaixada de Madrid para MNE, de 8 de Março de 1944. A mesma operação está documentada no Arquivo da Secretária Geral do Ministério das Finanças: "Cedência de peças e silhar de azulejos do século XVIII à Embaixada de Portugal em Madrid", Processo: DGFP/RP/LIS/LIS/BARTS/100.

Preparando a decoração e o mobiliário, em Abril o Embaixador pediu autorização para serem "confiados à nova Embaixada" um conjunto de peças do Palácio da Ajuda (cadeiras de pau-santo, bancos antigos, porcelanas de Saxe e diversos quadros), que tiveram de ser solicitados pelo MNE ao Ministério das Finanças via Direcção Geral da Fazenda Pública¹⁵⁵. E a firma *Chenué*, de Paris, enviou, em Junho de 1943, uma extensa encomenda de mobiliário e artigos de decoração adquiridos pela Embaixada: cadeirões *Louis XV "en bois doré garni tapisserie à fleurs"*; mesas, estatuetas, canapés, secretárias, cómodas, consolas, tocheiros, tapetes, apliques, relógios antigos, lustres, pratos de faiança, biombos, gravuras, tremós, espelhos, quadros (com títulos como: "*Jeune femme ruban blanc au cou*"), vasos de cristal, centros de mesa em vidro e metal, assim como outros móveis, *bibelots* e acessórios diversos...

Também em Junho de 1943, a propósito de um acerto administrativo das verbas atribuídas, Teotónio Pereira noticiava, positivamente, que estava "já muito adiantado o novo edifício da Chancelaria", mas "pouco mais do que iniciadas as obras de transformação do Palácio da Embaixada". E informava que iria ser necessário "reforçar não só a verba 'Obras' mas também a de 'Mobiliário e Decoração' ". Embora — prosseguia Teotónio Pereira — não se atrevesse "a julgar definitivos os cálculos agora efectuados, (...) suponho bem que sobre a estimativa 'a olho' feita no início, já se poderá prever com certa confiança que os reforços a seguir indicados poderão permitir a conclusão de todos os trabalhos em prazo inferior a um ano". — E rematava com a previsão de mais 300 contos para obras e de mais 150 contos para mobiliário "reforços estes que tenho a honra de propôr a V. Ex.^a que sejam autorizados ainda no decorrer do ano actual"¹⁵⁶.

A obra da Chancelaria estava já adiantada em finais de Agosto de 1943, sendo celebrada a colocação do "pau de fileira"¹⁵⁷, a peça que constitui o apoio central do telhado e que assinala a entrada na parte final da construção de um edifício, ainda hoje festejada nas obras.

Também a preparação das obras da Residência deveria estar a prosseguir, como revela a contratação de Gilberto Renda¹⁵⁸, um "pintor de arte" que, segundo instruções e desenhos de Guilherme Rebelo de Andrade, iria restaurar os azulejos escolhidos para a *Sala Portuguesa* da Embaixada¹⁵⁹. Mas o processo arrastar-se-ia pois o efectivo pedido dos azulejos ao MNAA apenas seria formalizado em Março de 1944, como sabemos por um Ofício do Embaixador para o MNE, que solicita "para a sala de estilo português século XVIII" um silhar de azulejos encontrados no Museu e que o Diretor, Dr. João Couto "gentilmente se prestou a ceder"¹⁶⁰.

3.5

CONCLUSÃO DA CHANCELARIA E AVANÇO DA OBRA DA RESIDÊNCIA

As obras da Chancelaria levaram bem mais tempo do que os seis meses contratados com o empreiteiro. É possível que tal resultasse da escassez de materiais em tempo de guerra mundial, como se pode depreender de um Ofício de Outubro de 1943, no qual a Embaixada agradecia ao Coronel que chefiava a *“Delegacion Oficial del Estado en las Industrias Siderurgicas”* as providências tomadas para o fornecimento do ferro destinados às *“obras de ampliação e adaptação desta Embaixada”*¹⁶¹. Por estas ou outras razões, apenas em 12 de Abril de 1944, o Embaixador comunicou ao *“Presidente do Conselho e Ministro dos Negócios Estrangeiros”* o facto de os *“serviços da Chancelaria da nova Embaixada já se encontrarem funcionando no novo edifício”*¹⁶².

Dias depois, enviou Teotónio Pereira um outro Ofício fazendo o ponto completo da situação das obras. Os trabalhos da Chancelaria já estavam terminados e na Residência muito se tinha feito *“na compra de objectos e encomendas em curso”*. Assim, tinha chegado a altura de *“com certa segurança emitir um juízo acerca do que se encontra feito e do que falta fazer para que possa ser dada por praticamente terminada a instalação da Embaixada que pela primeira vez o nosso país vai possuir nesta capital”*. Apesar de terem sido *“aprovadas por V. Ex.ª”* as linhas gerais, não tinha sido fácil fazer um cálculo exato do que viria a custar *“o arranjo interno da Embaixada”*, pois como se procurara *“guarnecer as suas salas com móveis e adornos de categoria, evocadores do estilo e do sentir português”*, tinha havido que os encontrar e comprar, pelo que *“nesse sentido se trabalhou dedicadamente durante dois anos”*¹⁶³.

Agradecia à *“Fazenda Pública”* e ao *“Director do MNAA”* as muitas peças cedidas pelo Património Nacional e recordava que outras tinham sido adquiridas em leilões ou a coleções privadas; outras ainda tinham sido *“executadas, com grande habilidade, nas oficinas do Museu de Arte Antiga”*.

A verba inicial tinha sido de 600 contos, dos quais descontando a viagem a França e os 10% de retenção orçamental, dava cerca de 540 contos a que tinham sido acrescentados 150 contos *“do actual orçamento”*, de que restavam cerca de 100 contos. Descontadas *“umas dezenas de contos”* para o arranjo da nova Chancelaria que fica *“funcionando com todo o decoro no belo edifício de dois andares que se construiu expressamente ao fundo do terreno da Embaixada”*, estava em condições de dizer em que tinha sido gasto o restante. No *salão nobre*, uma sala com 15x6,5m, *“possui, só por si, mobiliário cujo valor ultrapassa toda a cifra até agora despendida”*, devido às compras realizadas *“há dois anos em excepção-*

161.

AHDMNE, Embaixada de Madrid, Mç.105, Arquivo 1944, Processo 1/42, nº72, Capilha 1: Ofício da Embaixada de Madrid para Don Amador Villar, Coronel Chefe da “Delegación Oficial del Estado en las Industrias Siderurgicas”, de 9 de Outubro de 1943.

162.

AHDMNE, Embaixada de Madrid, Mç.236: Ofício da Embaixada para MNE, de 12 de Abril de 1944.

163.

AHDMNE, Embaixada de Madrid, Mç.236: Ofício do Embaixador PTP para MNE, de 18 de Abril de 1944, p.1 [7p.].

nais condições". Faltavam apenas cortinados e estofar alguns móveis: 15 contos. Na *sala portuguesa* estava já a maioria do mobiliário. Faltava um quadro "de categoria", um "grande tapete de Arraiolos, alcatifa, cortinas e outros móveis que se estão executando ou procurando": 70 contos. Na *sala de entrada*, também estava já grande parte da mobília. Faltava adquirir uma tapeçaria da Real Fábrica de Madrid que "reproduz um trecho do formoso tapete de Tanger (Pastrana)", objecto "de preço", mas que "dará nobreza e evocação da nossa história ao primeiro contacto com as salas da Embaixada" e pelo qual seria feito "um preço muito inferior ao que obteria qualquer particular". Para essa tapeçaria, mais uma mesa do séc. XVIII e alguns pequenos adornos: 75 contos. No gabinete do Embaixador faltava ainda metade do arranjo. Havia já uma formosíssima tapeçaria, faltava um bom quadro e dois tapetes de Arraiolos, mesa, cadeiras, cortinas e alguns pequenos objetos: 55 contos. A sala de jantar estava "praticamente terminada", mas o que faltava (grande lustre, mesinhas de encosto D. João V, e um biombo) eram mais 48 contos.

No primeiro andar da casa onde estavam previstos "como V. Ex.^a sabe" quatro grupos de aposentos para hóspedes oficiais, o Embaixador tinha achado ser a parte "menos urgente", pelo que "é muito pouco o que se encontra já comprado". Sem luxo mas confortável, o primeiro andar ficaria por 65 contos, sendo certo que os quartos do Embaixador e família ficariam, de acordo com a lei, a cargo do 'Chefe da Missão', ou seja, dele próprio, Teotónio Pereira.

Faltavam também as "Pratas" e os "Vidros e Cristais". Os primeiros tinham sido estudados com a firma José Rosas, do Porto, e, restringindo-se ao mínimo essencial pela exclusão de pratas decorativas, apenas ficaram os necessários talheres, travessas, serviços de chá, de café e candelabros: mais 135 contos. Quanto aos vidros e cristais, encomendados à Fábrica da Marinha Grande, valiam mais 8 a 10 contos. E faltava por fim a cozinha, as copas, os "quartos de criados", etc.: Mais 45 contos.

Fazendo a soma, eram necessários mais 518 contos, o que deduzidos os 100 contos em caixa, dava 418 contos. A concessão desta verba "que tenho a honra de solicitar a V. Ex.^a" somada aos 690 contos já autorizados, fariam com que a despesa de decoração dos novos edifícios da Residência e da Chancelaria ficassem por 1.108 contos. Assim, a Embaixada ficaria "pronta a funcionar e a cumprir a sua missão". E terminava esta lista de peças 'inevitáveis' dizendo: "V. Ex.^a decidirá"¹⁶⁴. — Ou seja, só em mobiliário e decoração se gastaria tanto como na totalidade da obra da Embaixada de Londres. Sobre este mesmo Ofício Oliveira Salazar entrelinhou o seu Despacho, indicando que deveria ser consultado o Ministro das Finanças, mas desde logo com a sua concordância em reforçar em 400 contos a verba para a Embaixada.

Em meados de Abril de 1944 as obras da Residência devem ter entrado em fase decisiva. O pessoal que ocupava parte da Residência e “assegurava o serviço permanente de telefones”, ficou com limitações de horário de funcionamento¹⁶⁵. Mas também havia a boa notícia de que a Direção Geral da Fazenda Pública tinha autorizado a entrega do “*silhar de azulejos do séc. XVIII existente no Museu Nacional de Arte Antiga*” à Embaixada de Madrid¹⁶⁶.

Por outro lado, face a novo pedido do Embaixador para que fossem enviados a Madrid o Arq.^o Guilherme Rebelo de Andrade e o Eng.^o Fernando Jácome de Castro, o MOPC solicitou ao MNE mais 200 contos, dada a “*necessidade urgente de promover o pagamento de certos materiais adquiridos em Portugal com destino às obras do Palácio da nossa Embaixada em Madrid*” e para “*aqueles técnicos*” poderem partir “*por falta de verba para ocorrer às despesas de deslocação*”¹⁶⁷. Este substancial e oportuno pedido de dinheiro, terá talvez tido origem nos ‘corredores dos Ministérios’, onde certamente circulava a notícia da eminente publicação do Decreto nº33.662¹⁶⁸, com o qual se reforçavam as verbas para a Embaixada de Madrid em 400 contos, na eterna disputa de meios e de influência entre os diversos serviços e entidades dentro do Estado. A injeção desta verba — rapidamente requisitada pelo Embaixador¹⁶⁹ — espoletou diversas encomendas entre as quais as cópias das tapeçarias de Pastrana¹⁷⁰, assim como um conjunto de encomendas de diversos mármores à empresa ‘*Pardal Monteiro*’, a serem remetidos de Portugal e aplicados por operários portugueses¹⁷¹.

Em 24 de Julho, Pedro Teotónio Pereira enviou mais um longo Ofício a Oliveira Salazar, para “*submeter à atenção de V. Ex.^a algumas considerações sobre as obras já feitas ou em curso*”. Além de “*dar conhecimento*” reportava que pedira um “*Estudo Técnico*” — e deverá ter estado aí a razão da ida de Guilherme Rebelo de Andrade e de Fernando Jácome de Castro a Madrid! — a fim de se “*apurar quanto virão ainda a custar as obras por terminar e qual o prazo provável para a minha instalação no Palácio da Embaixada*”¹⁷².

O relatório era muito detalhado, intercalando questões diversas, mas podendo sintetizar-se em três pontos: historial do processo, situação presente, trabalhos por realizar. Quanto ao processo, referia que depois de comprada a propriedade “*em outubro de 1942*” (na verdade, como vimos, a escritura foi em Junho desse ano), se tinha procedido a um estudo técnico mais detalhado que confirmara a “*impressão inicial*” e que se pagara por ela menos do que o valor do terreno (ou seja, o Embaixador louvava o seu próprio mérito na boa compra efectuada). Mas, simultaneamente, verificara-se que eram necessárias grandes reparações no palácio, além da construção da nova Chancelaria “*já que as excepcionais condições do terreno tornavam isso possível*”. Depois de

165. AHDMNE, Embaixada de Madrid, Mç.236: Ofício do Embaixador PTP para MNE, de 19 de Abril de 1944.

166. AHDMNE, Embaixada de Madrid, Mç.105, “Arquivo 1944”, Processo 1/44, nº393, Capilha 2: Ofício do MNE para Embaixada de Madrid, de 21 de Abril de 1944.

167. AHDMNE, Embaixada de Madrid, Mç.236: Ofício do MOPC, DGEMN, Assinado pelo Diretor, o Eng.^o Henrique Gomes da Silva, para o Secretário Geral do MNE, de 15 de Maio de 1944.

168. Decreto nº33.662, in: *Diário do Governo*, 1.^a Série, nº108, de 22 de Maio de 1944, p.454.

169. AHDMNE, Embaixada de Madrid, Mç.236: Telegrama nº66 da Embaixada de Madrid para MNE, de 24 de Maio de 1944.

170. AHDMNE, Embaixada de Madrid, Mç.105, “Arquivo 1944”, Processo 1, Capilha 2: Ofício da Real Fábrica de Alfombras, de Madrid, para Embaixada de Portugal em Madrid, de 27 de Junho de 1944.

171. AHDMNE, Embaixada de Madrid, Mç.105, “Arquivo 1944”, Processo 1, Capilha 3: Diversos ofícios e notas de encomenda datados do verão de 1944.

172. AHDMNE, Embaixada de Madrid, Mç.236: Ofício da Embaixada de Madrid para MNE, de 24 de Julho de 1944.

elaborados os projetos, as obras foram iniciadas *“só na primavera de 1943”*. O edifício da Chancelaria *“a construir no espaço ocupado por umas cocheiras abarracadas existentes ao fundo da propriedade”*, fora adjudicada ao construtor Aguirre. Como se tratava de um edifício novo não houve dificuldades *“em se ajustar a construção por contrato”*. Porém, já quanto ao Palácio da Embaixada *“a índole da obra era muito diversa”*, sendo *“impossível saber até que ponto teria de ser levada a tarefa de regeneração”*. A conselho dos técnicos, os trabalhos tinham sido realizados *“por administração directa”*, embora *“condicionados aos mesmos preços da Chancelaria”*, sendo inicialmente entregues ao construtor Aguirre.

Porém, rapidamente tinham surgido surpresas *“que evidenciavam a urgência de reparações de fundo”*. A primeira tinha sido a necessidade de se realizarem *“alicerces capazes”* pois que se verificou que o estado precário das paredes *“provinha da quasi falta absoluta de fundações (...) frequente em quasi todos os edifícios da época”*. Assim, *“durante longos meses”* tinham-se construído secções de panos de muro sob as paredes mestras, retirando depois as terras interiores e *“dotando-se o prédio de espaçosas e utilíssimas caves”*. De seguida tinham-se consolidado as paredes, reformado alguns pavimentos *“que apresentavam vigas de madeira em mau estado”*; e por fim tinha surgido a necessidade de *“renovar a cobertura (...) que implicava uma carga esmagadora e desnecessária”*, sendo transformada pelos arquitectos em *“terraço-jardim”*, uma ideia *“muito interessante pelas possibilidades que oferece à parte de recepção da embaixada”*, tendo sido estes os trabalhos realizados *“nos últimos quinze meses”*. Ou seja, os trabalhos tinham efetivamente começado na Residência em Abril de 1943, quando as obras da Chancelaria estavam ainda em fase relativamente atrasada. Na verdade, mesmo que formalmente isso possa ser correto, devem ter sido apenas ações preparatórias, pois em Abril de 1944 ainda trabalhava o pessoal dos serviços telefónicos no edifício da Residência; e o próprio Embaixador admitia, como vimos acima, que em Junho de 1943 os trabalhos estavam ali pouco mais do que iniciados.

No final da obra da Chancelaria o Embaixador entendeu que o construtor Aguirre não dispunha *“de organização suficiente para as obras do Palácio”*, pelo que o tinha substituído, *“depois das consultas convenientes”*, pelo grupo Laguna-Arozamena *“que vem dando plena satisfação”*. Posto isto, a situação dos trabalhos — em Julho de 1944 — era a da Chancelaria estar terminada e *“há três meses”* em serviço; e o Palácio ter concluída a construção dos toscos desde os alicerces ao terraço superior, faltando os acabamentos *“que devem estar terminados antes do fim do ano”*.

Os gastos tinham sido os seguintes: em 1943 tinham sido orçamentados 1000 contos para os dois edifícios e em 1944 mais 600 contos.

Desses tinham sido descontados para o MOPC 150 contos para fiscalização e viagens. A Chancelaria tinha custado 700 contos; e no Palácio tinham sido já despendidos 600 contos, pelo que restavam 150 contos. Porém, pelo “estudo” agora feito descobria-se que eram necessários mais 98 contos para “alvenarias”, 85 contos para “pavimentos e revestimentos”; 84 contos para “carpintaria”; 15 contos para “cantarias”; 117 contos para “canalizações”; 62 contos para “fogões e aquecimento”; 30 contos para “instalação eléctrica”; 96 contos para “pinturas e decoração”; e mais 70 contos para diversos, tais como “terraço, jardins, monta-cargas...”. Mas ainda havia umas ‘coisinhas’: mais cerca de 70 contos de acertos com o construtor Aguirre; assim como a verba necessária para pagar no fim da obra as percentagens “devidas aos arquitectos”.

Pode parecer estranho que se refira este valor a pagar “aos arquitectos” sendo certo que, como vimos, terá sido o MOPC a contratar Rebelo de Andrade, e terá sido pelas verbas postas à disposição daquele organismo que os respectivos honorários terão sido pagos. Mas a verdade é que tinha sido também contratado, em Madrid, um arquitecto local para ali seguir as obras em conformidade com o projeto de Guilherme Rebelo de Andrade. Esse arquitecto foi Julián Laguna Serrano (1910-1990)¹⁷³, um jovem arquitecto de 34 anos, titulado em 1933, que seria mais tarde Diretor da *Comissaría de Ordenación Urbana de Madrid*, e com o qual os irmãos Rebelo de Andrade estabeleceram uma boa relação, profissional e de amizade, como mostram as cartas trocadas entre o arquitecto espanhol e os portugueses¹⁷⁴. Certo é que Serrano terá realizado a “Direcção de Obras” da Embaixada, escolhido, não se sabe por que critério, pelo próprio Embaixador¹⁷⁵. Desconhece-se, considerando a referência acima apontada de que as obras do Palácio foram adjudicadas “ao grupo Laguna-Arozamena”, se haveria alguma relação familiar entre arquitecto e construtor.

O longo Ofício de Pedro Teotónio Pereira terminava com o pedido de mais 657 contos “para ser concluída em curto prazo a obra do Palácio”. E, sem pudor, pedia mais: como os trabalhos estavam na fase de acabamento “muito agradecia a V. Ex.^a se, uma vez aprovado e obtido este aumento de verba” era possível a aceleração das tramitações legais para “adiantar aos empreiteiros a prestação inicial”. Ou seja: — dinheiro e rápido!¹⁷⁶ Salazar já tinha aprendido que as obras nunca demoram o prazo estimado e os custos são sempre ultrapassados, pelo que despachou, mais uma vez, favoravelmente. De novo as lições de Londres se faziam sentir.

Suavizando o golpe e alimentando a esperança que as obras terminassem, Teotónio Pereira enviou a Salazar, na mesma data, “uma colecção de fotografias de aspectos do novo edifício expressamente construído para a Chancelaria”. E conhecedor dos efeitos da ‘propaganda’, faria o

173. “LAGUNA SERRANO, Julián”, in: MARTÍNEZ VERÓN, Jesús - *Arquitectos en Aragón. Diccionario Histórico*. Zaragoza, IFC, 2001, Vol.3, p.246-7.

174. Estes documentos existem no ARQFVRA, sem cota.

175. AHDMNE, Embaixada de Madrid, Mç.105, Capilha 6, Arquivo 1944, Processo 1: Relatório sobre a Liquidação da Obra de Construção da Chancelaria (Parte 1), do Edifício da Embaixada (Parte 2) e Síntese das Partes 1 e 2 com outros trabalhos em falta (Parte 3), não assinado (presumivelmente de Fernando Jácome de Castro e Guilherme Rebelo de Andrade), datado de 30 de Novembro de 1944, p.2 da Parte 2 [12p.].

176. AHDMNE, Embaixada de Madrid, Mç.236: Ofício da Embaixada de Madrid para MNE, de 24 de Julho de 1944.

177.
AHDMNE, Embaixada de Madrid, Mç.105, "Arquivo 1944", Processo 1/44, nº22, Capilha 1: Carta do Embaixador Pedro Teotónio Pereira para o Ministro das Finanças (Dr. João Pinto da Costa Leite) remetendo coleção de fotografias da Embaixada, de 26 de julho de 1944.

178.
AHDMNE, Embaixada de Madrid, Mç.105, "Arquivo 1944", Processo 1, Capilha 1: Carta do Embaixador PTP para Eng.º Jácome de Castro, de 28 de julho de 1944.

179.
AHDMNE, Embaixada de Madrid, Mç.236: Telegrama nº106 da Embaixada de Madrid para MNE, de 30 de Julho de 1944.

180.
AHDMNE, Embaixada de Madrid, Mç.236: Ofício do Director Geral do MNE para o Chefe de Gabinete do Ministro do Interior, de 1 de Agosto de 1944.

181.
AHDMNE, Embaixada de Madrid, Mç.105, "Arquivo 1944, Processo 1/44, nº84, Capilha 1: Ofício da Embaixada para Companhia Telefónica Nacional de Espanha, de 11 Novembro de 1944.

182.
AHDMNE, Embaixada de Madrid, Mç.105: passim.

183.
Decreto nº33.876. In: *Diário do Governo*, 1ª série, nº183, de 19 de Agosto de 1944, p.740.

184.
AHDMNE, Embaixada de Madrid, Mç.236: Telegrama nº144, da Embaixada de Madrid para MNE, de 15 de Novembro de 1944.

185.
AHDMNE, Embaixada de Madrid, Mç.236: Telegrama nº144, da Embaixada de Madrid para MNE, de 15 de Novembro de 1944, p.2 [5p.].

mesmo para o Ministro das Finanças¹⁷⁷, assim como, por razões diferentes, para Jácome de Castro¹⁷⁸, agradecendo o seu empenho, a sua "*incansável vontade*" e "*preciosa ajuda*"; enquanto que Guilherme Rebelo de Andrade, por essa altura de regresso de Madrid¹⁷⁹, trouxe pessoalmente a sua coleção. — Veremos, adiante, estas fotografias em detalhe.

No verão de 1944, a obra deveria estar a andar em bom ritmo porque, depois de Guilherme Rebelo de Andrade ali ter estado em finais de Julho de 1944, voltaria a Madrid em Setembro; e como estavam já previstas outras idas, a Embaixada solicitou ao Ministério do Interior um passaporte de "*missão especial*" por seis meses¹⁸⁰. Outro sinal do rápido avanço das obras foi o pedido da Embaixada para a Companhia Telefónica Nacional de Espanha, para esta colocar com urgência um telefone na residência de Laguna Serrano, com quem tinham necessidade de "*poder manter constante contacto*"¹⁸¹. Também as notas de encomenda, transporte e chegada de materiais e equipamentos, foram contínuas no Outono de 1944¹⁸². Entretanto, Salazar, atento e diligente, em 19 de Agosto fez publicar um novo Decreto, o nº33.876¹⁸³, que colocava mais 657 contos à disposição das obras da Embaixada. Mas a questão dos custos não ficaria por aí.

3.6 AINDA MAIS DINHEIRO

Em meados de Novembro, um telegrama do Embaixador para o MNE preparava o caminho para novos pedidos de verbas, anunciando que havia um diferendo com o construtor Ramon Aguirre relativamente à obra da Chancelaria, e que Guilherme Rebelo de Andrade e Jácome de Castro, numa próxima ida a Madrid, deveriam analisar o problema e fixar a verba final a pagar. E como a quantia teria de ser prevista no "*novo orçamento*" era necessário urgência¹⁸⁴.

Com a mesma data, Novembro de 1944, o Embaixador enviou uma carta para Salazar a explicar melhor o assunto. Começava, como sempre, pelas boas notícias e pelos avanços realizados. Mais algumas semanas, prometia, e "*poderemos entrar na fase final, ou seja, o arranjo dos últimos pormenores de decoração e colocação de mobiliário no novo Palácio da Embaixada*". Assim, era com "*verdadeira satisfação*" que via chegar o fim da "*incumbência de V. Ex.ª*"; mas, confessava, "*faltaria à verdade se afirmasse que o desempenho dessa missão foi isenta de dificuldades e preocupações*". E prosseguia, com um parágrafo que não pode ser transcrito sem um sorriso, pelo que de lisonja e manipulação contém: "*Com efeito, a execução de uma obra desta natureza em país estrangeiro e por outro lado a instalação de uma Embaixada sob as directrizes ao mesmo tempo tão generosas como exigentes, que V. Ex.ª me condicionou, têm-me trazido em permanente cuidado desde o início dos trabalhos*"¹⁸⁵. — Pobre Embaixador!

O Ofício continuava, rememorando, à semelhança do Ofício de 24 de Julho, as obras realizadas. Que os trabalhos do Palácio eram por administração direta, tanto para encurtar prazo como para lhes dar *“subordinação ao bom gosto e cunho português que se lhes deveria imprimir”* — como se houvesse alguma relação direta entre prazo e decoração! —; mas que tinha havido múltiplas contrariedades: com os técnicos e com o pessoal; com reparações e consolidações não previstas; com faltas súbitas de material; com demoras incompreensíveis nos transportes; com atritos e complicações burocráticas; e com subidas inesperadas de preços. *“De tudo tivemos no decurso de dezoito meses”*. Porque era uma obra *“tão completa que se pode dizer que fizemos uma casa nova, desde as caves que desenterramos até ao novo e magnífico terraço que substituiu a antiga cobertura”*¹⁸⁶. Mas, continuava o Embaixador, apesar das dificuldades que fora necessário vencer, tinha agora o prazer de afirmar *“que a obra se concluirá dentro do prazo e limites previstos nas minhas exposições de 18 de Abril e 24 de Julho do ano corrente que solicitavam aumentos de verba respectivamente para ‘mobiliário e decoração’ e para ‘obras’ ”*¹⁸⁷. É extraordinária a candura do tom e o deslante do argumento! Estava *“tudo feito excepto o que faltava!”*

O Embaixador prosseguia na descrição da obra: uma reconstrução executada com *“escrúpulo e a escolha de materiais que se impunham em obra de tal natureza”*; com todas as despesas pontualmente pagas *“apesar da subida incessante dos materiais e acabamentos”*; e ainda tinha dinheiro para *“liquidar as últimas contas”*. E que tinha feito todas as adjudicações possíveis mantendo numerosos trabalhos *“sob nossa administração até final”*¹⁸⁸.

Estava-se já nas pinturas e decoração dos salões e a meio caminho do reboco das fachadas exteriores; estavam terminadas as instalações sanitárias, a cozinha, o aquecimento e a eletricidade, restando a *“escada do terraço e os depósitos de água”*. O *“mobiliário adquirido em Lisboa”* tinha sido já transportado para Madrid, em camiões da GNR, tendo chegado *“sem a mais pequena beliscadura”*; mas os mármore e os azulejos para a *“Sala D. João V”*, entre alfândegas e caminhos de ferro, andavam em viagem desde Agosto, estando as obras paradas nessas salas. Quanto ao equipamento, a escassez de prata tinha obrigado a reduzir a encomenda primitiva, mas esperava começar *“no fim de dezembro”* a instalar o mobiliário, cortinados e trabalhos de estofador, para as *“cinquenta divisões a mobilar”*.

Porém — há sempre uma conjunção adversativa depois de um longo tecido de sucessos e encómios — havia dois capítulos a que *“não foi possível atender”*. Um era a pavimentação dos pátios e a reparação dos muros do jardim, da qual já tinha encarregado o Arq. Laguna de apresentar o estudo de custos, pelo que *“muito brevemente”* teria *“a honra”*

186. AHDMNE, Embaixada de Madrid, Mç.236: Telegrama nº144, da Embaixada de Madrid para MNE, de 15 de Novembro de 1944, p.2 [5p.].

187. Idem

188. AHDMNE, Embaixada de Madrid, Mç.236: Telegrama nº144, da Embaixada de Madrid para MNE, de 15 de Novembro de 1944, p.3 [5p.].

189. AHDMNE, Embaixada de Madrid, Mç.236; Telegrama nº144, da Embaixada de Madrid para MNE, de 15 de Novembro de 1944, p.5 [5p.].

190. AHDMNE, Embaixada de Madrid, Mç.105, Capilha 6, Arquivo 1944, Processo 1: Relatório sobre a Liquidação da Obra de Construção da Chancelaria (Parte 1), do Edifício da Embaixada (Parte 2) e Síntese das Partes 1 e 2 com outros trabalhos em falta (Parte 3), não assinado (presumivelmente de Fernando Jácome de Castro e Guilherme Rebelo de Andrade), datado de 30 de Novembro de 1944, p.7 [12p.].

191. AHDMNE, Embaixada de Madrid, 1944, Processo 1: Relatório sobre a Liquidação da Obra de Construção da Chancelaria (Parte 1), do Edifício da Embaixada (Parte 2) e Síntese das partes 1 e 2 com outros trabalhos em falta (parte 3), não assinado (presumivelmente de Fernando Jácome de Castro e Guilherme Rebelo de Andrade), datado de 30 de Novembro de 1944, Parte 2, p.3 [12p.].

de indicar “a *V. Ex.*ª” a verba necessária — acrescentando que nada disso prejudicaria “a entrada em serviço do Palácio da Embaixada nos primeiros meses de 1945”. Outro tema era que esperava que Guilherme Rebelo de Andrade e Fernando Jácome de Castro já tivessem determinado a “*verba precisa para liquidar as nossas contas com o Sr. Aguirre*”, os “*trabalhos extraordinários que o mesmo declara ter executado*”, alegadamente por ordens de Rebelo de Andrade e Jácome de Castro¹⁸⁹.

Prudente, sem falar ainda em quantias, Pedro Teotónio Pereira deixava claro que, apesar de cumprir tudo e ter feito um trabalho extraordinário... — ia ser necessário ainda mais dinheiro. E mais, generoso, colocava estas novas exigências financeiras “*ainda a tempo de dar a V. Ex.*ª *os elementos necessários para serem considerados na elaboração do orçamento para 1945*”.

Existe um Relatório não assinado — presumivelmente de Jácome de Castro — datado de 30 de Novembro de 1944 (e que retomaremos adiante quando fizermos uma descrição geral da Embaixada), onde o assunto das obras extraordinárias era detalhadamente estudado, concluindo-se que, em função de um conjunto de mais e menos valias, relativamente aos preços contratualizados e na sequência de alguns melhoramentos introduzidos durante a fase de construção, o empreiteiro Aguirre tinha, efetivamente, direito a receber mais 65.039,73pts¹⁹⁰. Verificava-se igualmente que convinha reforçar as verbas da obra da Residência em mais 50.000pts, de modo a não ser prejudicada a qualidade ‘apenas’ para cumprir o previamente orçamentado. E para arranjos exteriores eram mais cerca de 150.000pts, além de 12.000pts para pagar a colaboração do Arq.º Laguna¹⁹¹. Tudo somado, tínhamos mais 277.039,73pts a serem disponibilizados “*no início do próximo ano*”. A que se somavam, em escudos, mais 20 contos para pagamento ao Arquitecto Rebelo de Andrade, o que de novo é estranho visto que este deveria ser pago pelo MOPC, das verbas para esse fim atribuídas.

Entre o orçamento inicial e o valor final da obra — excluindo a compra da casa — ficaria um desvio de 1.915 contos, aproximadamente 85%. Com justificação e até com razoabilidade; possivelmente fruto do processo de crónica suborçamentação das obras como estratégia de todos os envolvidos, sobretudo das entidades públicas, para fazer com que elas se iniciem, não sendo depois possível a sua paragem.

Salazar tinha aprendido com a experiência de Londres, se não antes, lições importantes. Comparando Londres com Madrid não só a ambição era aqui à partida maior, como o desvio de custos foi claramente superior. E, no entanto, em momento algum o vimos negar verbas, ou sequer deixar transparecer qualquer surpresa ou irritação com atrasos e contrariedades, como fizera no caso de Londres. Nem, tão pouco, esboçar qualquer ironia para com a conversa justificativa do Embaixador.

Tal como nós, terá sorrído — se é que o fazia — enquanto despachava os sucessivos reforços de verba.

Manter contente um homem como Teotónio Pereira, aliás bem mais cordato do que o difícil Armindo Monteiro, era importante para Salazar. Por um lado, retirando de Lisboa um possível rival, por outro lado garantindo em Madrid um dos melhores diplomatas disponíveis, na delicadíssima situação de assegurar a neutralidade de Espanha, estratégica para Portugal poder passar incólume pelo tempo terrível da Guerra. E talvez também com a consciência — à qual as inteligentes missivas de Armindo Monteiro, quando do arranjo da Embaixada de Londres, em 1937, não terá sido alheia — da importância da aparência palaciana de Portugal em Madrid, onde, ao contrário de Londres, a afirmação da identidade portuguesa face às recorrentes tentações de unificação peninsular — quer durante a República quer durante o Franquismo — merecia a mais alta atenção.

A obra da Residência foi finalizada em inícios de 1945. A partir do dia 1 de Abril já o Embaixador ali residia *“embora só na segunda quinzena (...) a casa tenha estado em condições de funcionar”*. No entanto, revelava, orgulhoso, que já tinha podido *“começar a receber”*. Porém — pobre Embaixador — *“evitando (...) todo o carácter festivo incompatível com o actual momento”*¹⁹².

A obra era necessária e teve os seus méritos. Mas este pesar e contenção no *“carácter festivo”* tem algo de insólito, pois não só toda a obra tinha sido realizada em plena Grande Guerra, como a soma gasta era desmedida. Contudo, como vimos acima, quando Teotónio Pereira enumerava a Salazar os contratempos da obra, no Ofício de 15 de Novembro de 1943, a condição de conflito mundial não era sequer referida. Sem moralismo, e apenas para enquadrar a época, temos dificuldade em esquecer um outro Ofício, de 14 de Agosto de 1942, onde se encomendava para França, sob ocupação alemã, *“les soieries necessaires, dans le pur style français Louis XV, afin d’en faire garnir des sieges”*¹⁹³, sabendo nós que, na mesma data, saía do famigerado *Camp de Drancy* o 19º comboio para Auschwitz, com 991 deportados, dos quais apenas um, quando a obra da Embaixada terminou, em 1945, continuava vivo.

3.7

A NOVA EMBAIXADA EM MADRID

Ainda que sem festividade, a nova Embaixada começou a funcionar em Abril de 1945, depois da Chancelaria o ter feito já em Abril de 1944.

O terreno onde se implantava o conjunto da Embaixada era um trapézio, ou um rectângulo deformado, com a dimensão de 44,0m na sua largura e a profundidade variando entre os 57,5m e os 5,5m metros.

192. AHDMNE, Embaixada de Madrid, Mç.236: Ofício da Embaixada de Madrid para MNE, de 1 de Maio de 1945.

193. AHDMNE, Embaixada de Madrid, Mç.105, Capilha 2, “Arquivo 1944, Processo 1/42, nº90: Carta da Embaixada de Madrid para M. Henri Rusé, de Lyon, de 14 Agosto de 1942.

194.
AHDMNE, Embaixada de Madrid,
Mç.105, "Arquivo 1944, Processo
1, Capilha 1: Ofício do Diretor
General de Arquitectura de Madrid
para o Embaixador Teotónio
Pereira, de 29 Outubro de 1943.

195.
AHDMNE, Embaixada de Madrid,
Mç.236: "Embaixada de Madrid,
1939 a 1950", "Colecção de Fotos
do Novo Edifício da Chancelaria,
Julho 1944".

196.
AHDMNE, Embaixada de Madrid,
Mç.236: "Fotografias da Embaixada
em Madrid", de Junho de 1945
[18 fotos]. Estas fotografias
existem também no ARQFVRA,
s/cota.

Na sua frente passava o lado oriental do *Paseo de La Castellana*, na altura denominado *Avenida del Generalíssimo*; e do lado de trás ficava a *Calle del Pinar*. A hierarquia das vias era clara, ficando o grande portão em ferro trabalhado e a Casa do Porteiro, ou seja, a entrada principal, voltada para o *Paseo*. No lado mais profundo do terreno, a norte, localizava-se a entrada para a Chancelaria na *Calle del Pinar*.

A implantação da Residência tinha originalmente sido determinada pelo Arqt.^o Joaquim Saldaña López, optando por se afastar ao máximo do limite de terreno do lado norte, onde este confrontava com o lote da Duquesa de Andria¹⁹⁴, reforçando o sentido de isolamento da construção e determinando algumas das suas características principais. De facto, a colocação da Residência mais próximo do limite sul do terreno, aproximando-a da linha oblíqua da *Calle del Pinar*, foi a origem da criação de um desdobramento do volume, obrigando-o a fazer dois bicos ao longo daquela rua e, simultaneamente, fazendo com que uma parte da fachada da *La Castellana* avançasse, aproximando-se desta via. Era claramente uma escolha: afastar-se da vizinhança e, ao mesmo tempo, usar a limitação do terreno para desdobrar o grande volume em sub-corpos cuja aproximação aos limites do terreno geravam um sentido de monumentalidade e variação da massa construída.

Já a antiga garagem e áreas de serviço conexas, originalmente com uma forma em "L", foi totalmente reconstruída segundo projeto de Guilherme Rebelo de Andrade para ali se localizar a Chancelaria, implantando-se numa difícil forma triangular, com 16m de base e 20,5m de altura, onde o ângulo extremo tinha cerca de 60°, formando um apertado bico. A estratégia de Joaquim Saldaña López fora a de remeter para o local mais difícil do terreno os espaços de serviço, libertando o máximo de terreno para poder destacar o volume da casa. Guilherme Rebelo de Andrade aproveitou a mesma implantação exatamente pelas mesmas razões. Mas ao preencher a totalidade do triângulo, ao contrário do "L" anterior, Guilherme Rebelo de Andrade tornava a área útil maior mas bem mais difícil de organizar.

Em Julho de 1944, Teotónio Pereira enviou para o Ministro dos Negócios Estrangeiros um conjunto de fotografias da Chancelaria recentemente concluída e mobilada¹⁹⁵. E em Junho de 1945 enviou um outro conjunto de fotografias, desta vez da Residência¹⁹⁶.

Conhecemos os esquemas iniciais que Guilherme Rebelo de Andrade produziu quando da primeira visita a Madrid. Mas infelizmente não foi possível encontrar no Forte de Sacavém os desenhos e o processo que, inevitavelmente, terá existido, pois, como mostramos acima, foi o MOPC, via DGEMN, a entidade responsável pelo projeto e pela contratação de Guilherme Rebelo de Andrade. Tão pouco existem, no arquivo da Embaixada nem no AHDMNE, quaisquer elementos

desenhados. Em contrapartida pudemos visitar a Embaixada tal como existe hoje, onde encontramos um conjunto de levantamentos realizados muito depois das obras. Ou seja, o material não é muito mas é suficiente para se entender o essencial.

Vejamos primeiro a Chancelaria e depois a Residência, tal como foram realizadas nos anos quarenta do século XX (Fig. 3.06, Fig 3.07, Fig 3.08).

3.8

A CHANCELARIA

A Chancelaria ocupava um difícil terreno triangular. Possuía três pisos (mais tarde seria acrescentado um quarto, já nos anos 50), situando-se no piso térreo a entrada da Chancelaria e a casa do "*Chauffeur*", ambas com acesso a partir da *Calle del Pinar*. A Garagem, tal como a original, voltava-se para as traseiras e para a fachada lateral da Residência, já do lado do *Paseo de La Castellana*. Também desse lado, por uma escada privativa, o Embaixador tinha acesso direto à Chancelaria. Como existia um segundo portão na *Calle del Pinar*, os automóveis podiam entrar por *La Castellana* e sair pela rua das traseiras, o que era útil em caso de recepções, ao mesmo tempo que aumentava a flexibilidade de uso no quotidiano.

A primeira versão, de 1942, colocava a entrada pública da Chancelaria no canto extremo, subindo diretamente para o primeiro piso por uma escada de tiro. Porém, a versão definitiva, mantendo o local da escada, alteraria a sua forma transformando-a numa escada de dois lanços, com o patamar no ângulo, o que, ao contrário da versão inicial, facilitava a sua continuidade garantindo acesso direto a ambos os pisos da Chancelaria.

A nova fachada da *Calle del Pinar* (Fig. 3.09) articulava-se em dois corpos sobrepostos divididos em cinco módulos. O piso térreo e o primeiro andar estavam sob uma poderosa cornija, sendo o piso superior coroado por uma segunda cornija que fazia de suporte à platibanda, da qual a parte central era em balaustrada para reforçar a simetria. À marcação horizontal assegurada pelas duas cornijas e pela platibanda, contrapunha-se um conjunto de seis pilastras: duas próximo dos extremos da fachada e dois grupos de duas de cada um dos lados das portas, sobre as quais, nos pisos superiores, se localizaram dois óculos em elipse. O conjunto formado pelas portas e pelos óculos determinava fortes marcações verticais que dialogavam com as cornijas, construindo a trama do alçado. Os panos de parede eram pontuados por vãos cuja largura era superior à altura, com as molduras salientes e trabalhadas, e com a janela bastante recuada em relação ao plano da fachada, evocando a arquitectura do Séc. XVIII português que marcou muita da obra dos Rebelo de Andrade.

No limite norte do terreno, onde terminava o lote, as cornijas eram cortadas abruptamente. Mas no extremo oposto, mais próximo da Residência, as cornijas contornavam o volume da Chancelaria dando continuidade, na sua frente voltada para o terreno da Embaixada, a uma composição semelhante à da fachada da *Calle del Pinar*. Ali se localizava, em tudo igual às portas da *Calle del Pinar*, ou seja, enquadrada por duas pilastras e fazendo conjunto com os óculos nos pisos superiores, a entrada privativa do Embaixador para a Chancelaria (Fig. 3.10).

Toda a fachada do lado interno seguia a regra da fachada exterior, com a diferença das três grandes portas em arco da garagem, mantendo as pedras de fecho dos primitivos quatro arcos, mas sendo refeitas as molduras em pedra. Comparando com a edificação que ali existia previamente, é notório que a qualidade da construção e a densidade de decoração se alterou substancialmente, assumindo a nova formação, apesar das semelhanças, uma clara distinção. Ou seja, não foi uma cosmética mas uma reconstrução total.

A entrada para a Chancelaria ficou localizada do lado direito da fachada da *Calle del Pinar*. Por uma porta baixa e fortemente emoldurada em pedra, acedia-se a um pequeno átrio e à escada de dois tramos em ângulo agudo, iluminada no piso intermédio e no superior pelas janelas do extremo da fachada (Fig. 3.11, Fig. 3.12).

No segundo piso encontrava-se um pequeno vestíbulo que ligava aos corredores que davam acesso aos diversos compartimentos (Fig. 3.13). Na verdade, a difícil forma triangular do terreno, com iluminação possível apenas por duas fachadas, visto que o terceiro lado era a empena com a propriedade vizinha, colocava a necessidade de longos corredores que garantissem entrada para todos os compartimentos, pois que estes deveriam ter assegurada, como é óbvio, luz e ventilação naturais. Por conseguinte, o corredor tinha uma forma em "L", onde a perna maior seguia a direção da empena e a menor a da frente voltada para o pátio da Embaixada.

Junto ao vestíbulo havia um WC para o público, a que se seguia o gabinete do 2.º Secretário (Fig. 3.14), a Chancelaria (Fig. 3.15 e Fig. 3.16) e o correspondente arquivo, a arrecadação dos contínuos, a cabine telefónica, a sala de espera, o gabinete da cifra (Fig. 3.17), o gabinete do conselheiro (Fig. 3.18) e o WC dos funcionários.

No piso superior, no 3º andar, com acesso a partir da escada sul, ficava o gabinete do Secretário, o gabinete do Embaixador (Fig. 3.19 e Fig. 3.20), o WC do Embaixador, a sala-biblioteca (Fig. 3.21), o arquivo geral (Fig. 3.22), o gabinete do Adido Militar e o gabinete do Adido de Imprensa.

Uma relativa compressão e esqualidez dos espaços é evidente. Mas a regularidade da maioria deles é clara, não obstante a dificuldade da

implantação, resultante — como diriam os arquitectos das *Beaux-Arts* — do bom ‘agenciamento’ da planta. Mesmo que num quadro de disposição tradicional, são evidentes os traços da construção moderna: as vigas e os pilares da estrutura em betão salientes nas paredes e tectos, a simplificação das decorações, tais como roda-tectos e molduras interiores, o carácter ostensivo com que elementos funcionais são deixados, não apenas aparentes mas com protagonismo, plenamente à vista, como o radiador do aquecimento nas escadas ou mesmo no gabinete do Embaixador. Os escassos elementos de decoração fixa, como os lambris em madeira, mais do que adornos eram também práticas proteções de parede. E mesmo aspectos importantes, tais como a iluminação zenital de alguns compartimentos (o corredor e o arquivo geral, ambos no piso superior), resultavam somente da necessidade de introduzir iluminação natural em espaços interiores.

Há, aliás, durante a realização da obra, um episódio de pré-conflito com a propriedade da vizinha Duquesa de Andría, que terá protestado com a abertura de frestas de iluminação voltadas para o seu terreno, segundo se depreende de um Ofício do Diretor de Arquitectura de Madrid para o Embaixador¹⁹⁷, o que terá levado a que essas fossem fechadas, compensando, no piso superior, com a exploração de iluminação pelo tecto, com céus-falsos iluminados por claraboias na Cobertura. Mas o essencial é que se trata de uma obra onde claramente comandava o sentido pragmático, de simplicidade, de eficácia funcional na distribuição e na caracterização dos espaços.

197. AHDMNE, Embaixada de Madrid, Mç.105, Capilha 1, Arquivo 1944, Processo 1: Ofício do Diretor General de Arquitectura de Madrid para o Embaixador Teotónio Pereira, de 29 outubro de 1943.

3.9 A RESIDÊNCIA

Contrastando com a funcionalidade da Chancelaria, a Residência teve um outro e bem diferente carácter. É curioso observar que no princípio do processo se designava por “Casa” o edifício da Embaixada e, mais tarde, já para o final da obra, ela passou a ser sistematicamente designada por “Palácio”. Talvez a expressão seja excessiva, mas a dimensão, a personalidade, a qualidade da disposição e a natureza da decoração e do mobiliário eram evidentes.

Pelo exterior não surgiram diferenças significativas em relação à construção existente, apenas o edifício devidamente recuperado (Fig. 3.24). Pelo interior, apesar de possivelmente também não existirem muitas diferenças, a julgar pela comparação entre o esquema realizado em 1942 e a disposição observável nas fotografias, a qualidade aparente, a sofisticação do mobiliário e da iluminação eram notórios.

A entrada era feita pela fachada lateral, sob um pórtico que antecedia um arco, depois do qual, subindo alguns degraus, se situava a porta

198. A referência à pintura com o retrato de D. Sebastião encontra-se na legenda da fotografia idêntica existente no ARQFVRA.

de entrada, em ferro trabalhado e vidro. Desta porta passava-se a um pequeno Vestíbulo que, ao contrário do que indicava o esquema do piso térreo de 1942, deverá ter sido alargado pois, aparentemente, deverá ter sido deslocada a escada de serviço ali existente. Do lado esquerdo da entrada ficava a mesa D. João V e o retrato de D. Sebastião¹⁹⁸, marcando a presença portuguesa; e em frente seguia-se para o salão central.

A partir do Vestíbulo, passada nova porta, entrava-se para um grande espaço, verdadeiros *'passos perdidos'*, um compartimento central que além de constituir o coração do piso térreo estabelecia todas as relações com os espaços principais da residência. Marcavam-no duas colunas em mármore, na parte central, ligadas por um conjunto de vigas a pilstras que articulavam as paredes do compartimento.

As colunas demarcavam a sala em duas partes: uma, mais próxima da entrada, delimitava a zona da escada para o piso superior e as circulações para a zona da antecâmara do escritório do Embaixador, à direita de quem entrava, e à esquerda, para a zona da sala de jantar, enquanto, para lá das colunas, se organizava uma ampla zona de estar.

Uma das fotografias (Fig. 3.25), mostra a relação entre a porta de entrada (à direita, ao fundo) e este amplo espaço de distribuição, iluminado pelo grande janelão situado no patamar da escadaria que levava ao piso superior. Outra (Fig. 3.26) mostra a escada e a porta da antecâmara. Outra ainda (Fig. 3.27) mostra a ligação ao salão de recepções, à esquerda.

Este salão central era um compartimento não só muito impressionante mas, simultaneamente, centrífugo e centrípeto, pois ligava aos vários espaços relevantes para o funcionamento do Palácio da Embaixada (salão de recepções, gabinete do Embaixador e sala de jantar), mas constituindo, em si mesmo, um complemento e uma articulação destes. Também o partido da decoração reforçava este carácter: o mix de mobiliário *'moderno'* (os grande cadeirões e o sofá); *'clássico'* (as cadeiras e o canapé *Louis XVI*), *'nacional'* (a cópia da tapeçaria de Pastrana, que já anteriormente referimos, e o tapete oriental, no chão). Controlando o espaço, estrategicamente, os dois cadeirões junto às colunas e a mesa entre eles, reforçavam a separação entre a zona de passagem, enquanto ao mesmo tempo evitavam o escorregamento do espaço para o vão da escada, definindo melhor a área de estar, marcada pelo tapete e pela unidade do tecto. A iluminação natural, o reforço das peanhas com *'up-lights'* dos lados do sofá, os dois candeeiros de mesa e, mais próximo da entrada, as cadeiras D. João V com uma pequena mesa entre elas, organizavam, em conjunto, um espaço onde um difícil equilíbrio de estilos era gerido e articulado com a decoração e a espacialidade próprias do edifício.

O escritório do Embaixador ocupava o canto do edifício mais próximo da entrada da rua, com frente para o *Paseo* e para a passagem lateral que dava acesso à entrada da Residência. O seu carácter, não obstante algum mobiliário e elementos decorativos portugueses, era muito pessoal e internacional. Estava todo forrado a madeira e era dominado por uma enorme lareira ladeada por prateleiras, sobre a qual estava um Tapete de Pastrana e uma 'esfera armilar', a que acrescia o 'toque náutico' dado por uma miniatura de navio do séc. XVIII numa vitrine iluminada e embutida na parede lateral (Fig. 3.28 e Fig 3.29). A componente marítima estava reforçada com uma coleção da revista "Yachting" sobre a secretária, não apenas por pose de 'país de marinheiros', mas também pela velha paixão de Teotónio Pereira pelos barcos e pela vela¹⁹⁹, o que indicia um ambiente de natureza muito mais pessoal, bem diferente do gabinete 'oficial' de Teotónio Pereira na Chancelaria.

O grande salão de recepções ocupava toda a fachada sul do edifício, desde o topo avançado do lado do *Paseo* até ao canto que se aproximava da *Calle del Pinar*. Uma sala rectangular articulada em duas partes por um par de colunas assentes sobre plintos, próximas das paredes onde existiam também, em correspondência, duas pilastras, realçando a presença e função das duas colunas, convergindo no sentido de criarem planos sucessivos e contribuindo para dar profundidade à sala (Fig. 3.30 e Fig 3.31).

Na Embaixada de Londres elas existiam no chamado 'Ball Room', não sabemos se originais ou se introduzidas pelo arquitecto. Mas, em Madrid, sabemos que ali foram colocadas intencionalmente, como estratégia de interligação de duas salas originalmente separadas, tal como expressamente apontado num Relatório de Guilherme Rebelo de Andrade e Fernando Jácome de Castro, de 1947, que veremos adiante, onde se refere "a ligação estabelecida entre duas salas mais pequenas, por intermédio de duas colunas e uma viga superior, para se obter um conjunto utilizável de maiores dimensões". Originais em Londres e circunstanciais em Madrid, já no Rio de Janeiro estas colunas, embora em versão dupla, iriam aparecer claramente por vontade do arquitecto, como um tema formal merecedor de repetição.

O mobiliário era composto por poltronas *Louis XVI* forradas a seda e organizadas em pequenos núcleos na periferia, com o espaço central livre dominado por grandes tapetes e lustres, e por dois móveis, talvez contadores, ladeando a janela do topo no lado de *La Castellana*. À direita na fotografia (Fig. 3.31), diante da janela do lado sul, estava a porta da antecâmara do Escritório do Embaixador.

No outro lado do salão de recepções, por onde se fazia a entrada a partir do salão central, existia uma lareira com corta fogo decorativo que, encimada por um espelho, fazia 'pendent' com um outro espelho, na

199.
Ver: PEREIRA, Pedro
Theotonio - *Memórias*.
Lisboa, Verbo, 1972, Vol. 1,
sobretudo Cap. VII.

parede do lado interior. Ao fundo, um grande sofá acentuava o eixo central, tal como a janela o fazia no topo oposto. Ao contrário dos outros compartimentos, existiam frisos nas paredes, aqui necessários pela maior dimensão dos panos lisos, enriquecendo-os, e enquadrando quadros, placas e outros elementos decorativos.

Um outro compartimento importante era a antecâmara do gabinete do Embaixador, sendo bem mais do que um simples espaço de transição, embora sem deixar de ser também um compartimento de passagem e o único acesso ao escritório. Tinha um carácter próprio e deliberado, sendo, intencionalmente e sem compromisso “*a Sala Portuguesa*”. Entrava-se por um dos extremos do seu lado maior, a partir do salão central, de frente para as duas janelas da fachada principal, voltadas para o Paseo de la Castellana, ficando, do lado do topo direito, a entrada para o escritório do Embaixador e, no topo esquerdo, uma das entradas para o salão de recepções. Foi para esta sala que vieram os azulejos que estavam no MNAA, como vimos, adaptados ou restaurados pelo pintor Gilberto Renda, e que ainda hoje ali se encontram. Condição com os azulejos todo o mobiliário era português, assim como o tapete de Arraiolos e o grande armário colocado entre janelas. Era um compartimento estratégico, pois, em frente à *La Castellana*, alardeava o carácter português, completava o salão para uma conversa mais discreta, e antecedia o Escritório, de carácter ainda mais privado. Ninguém seria recebido no escritório do Embaixador sem ter de atravessar o compartimento “*português*” (Fig. 3.32).

Ao contrário de Londres e diferentemente do que seria a Embaixada do Rio de Janeiro, aqui o ‘*sabor português*’ estava limitado a um único compartimento mas em posição estratégica. O edifício podia ser de arquitectura ‘*Beaux-Arts*’ em interpretação madrilena; o salão de recepções podia ser afrancesado com o seu mobiliário *Louis XVI*; o escritório era um ‘*cabinet*’ forrado a madeira; o salão central uma hábil mistura. Mas a sala portuguesa à qual se podia talvez somar o vestíbulo, com a sua mesa D. João V e o retrato de D. Sebastião, chegavam perfeitamente para, sem exagero, sem confronto com a natureza da arquitectura, sem forçar um nacionalismo ‘à *outrance*’, como acontecera em Londres num momento inicial, mostrar que se tratava de território português para todos os efeitos de representação institucional. — E também aqui se pode constatar a influência do pensamento de Armindo Monteiro, que referimos anteriormente, no controle do excesso de ‘portugalidade’ como condição para o diálogo internacional que uma Embaixada deve assegurar.

Dos mais significativos espaços da Embaixada resta-nos apenas ver o salão de jantar. Ficava na parte traseira, no corpo saliente, entre a copa, do lado da entrada principal, e a fachada oblíqua à *Calle del Pinar*.

Estava ligado ao salão central por uma porta — pelo que a segunda (no lado esquerdo da Fig. 3.33) era falsa, segundo se depreende de uma informação de 1947²⁰⁰ —, tendo, do lado oposto, ao fundo, uma reentrância com uma caixilharia espelhada que aumentava a noção de amplitude do compartimento (Fig. 3.34), um tema que em Londres tinha sido marcado pela *bow-window* existente e, no Brasil, por um sofisticado tratamento do topo da sala. No canto posterior, um biombo escondia a passagem para a copa e o mobiliário era dominado por uma grande mesa e pelo respectivo lustre. Na parede exterior, entre as janelas, existia uma fonte em faiança, obviamente de origem portuguesa, na tradição das fontes pombalinas nas salas de refeições, provável contributo de Gilberto Renda, e produzida na Fábrica de Santana²⁰¹.

Dos pisos superiores não temos informação. Mas pouco deverá ter sido mudado em relação ao edifício original.

3.10

DEFESA E COMPLEMENTO DA PROPRIEDADE

Já com a Embaixada concluída e em pleno funcionamento, Guilherme Rebelo de Andrade e Fernando Jácome de Castro foram de novo chamados a intervir. Segundo um documento existente no Arquivo Salazar, no ANTT, o terreno próximo do lado norte, o nº60 do *Paseo de La Castellana*, estava em vias de ser comprado por uma imobiliária que pretendia adquirir também a casa da Duquesa de Andria, vizinha imediata da Embaixada. Alarmado com a hipótese de ver construído, ao lado da Embaixada, “*um enorme edifício que a esmagaria*” o Embaixador, então já António Carneiro Pacheco^{202*}, enviou um relatório para o MNE colocando a hipótese de se comprar esse terreno, assim como o da Duquesa de Andria, de modo a ampliar a Embaixada, da qual, reconhecia, “*não era possível tirar maior partido nem em comodidades nem em gosto*”, mas que se tinha revelado, ainda assim, segundo a experiência mostrava, “*insuficiente*”²⁰³.

A hipótese de ali ser construído um prédio tinha levado o Embaixador a falar com o *Alcalde* de Madrid, Conde de Santa Marta, que tinha intervindo junto da “*Comissão de Urbanismo*” bloqueando essa possibilidade de construção, afastando o perigo “*por agora*”. Depois de devidamente autorizado pelo Governo, o Embaixador tinha feito uma proposta à proprietária vizinha, que não se tinha oposto, aventando mesmo a possibilidade de fazer uma nova casa no terreno nº 60, cedendo a sua atual casa (o nº58) à Embaixada portuguesa para ampliação desta.

O Embaixador tinha já contactado Guilherme Rebelo de Andrade e Fernando Jácome de Castro que tinham colocado a possibilidade de uma deslocação a Madrid para melhor apreciarem a situação, tendo,

200. PT-TT-AOS-CO-NE-1A, Cx.393, Pt.36, Fls.5-10: Carta do Embaixador em Madrid, António Carneiro Pacheco, para MNE, de 27 de Julho de 1947. “Justificação da urgente necessidade de defesa e complemento das instalações da Embaixada em Madrid”, p.3 [6p.].

201.

A Fábrica de Faianças e Azulejos de Sant’Anna, existe desde o séc. XVIII e continua ativa. No seu Catálogo de 1960, vem referida a participação nas remodelações das Embaixadas de Madrid e do Rio de Janeiro, ver: *Fábrica de Faianças e Azulejos de Sant’Anna*. Porto, s/n, D.L., 1960. Gilberto Renda era ali ceramista.

202.

António Faria Carneiro Pacheco (1887-1957), Professor de Direito, foi Ministro da Educação, criador da Mocidade Portuguesa, Embaixador no Vaticano e depois em Madrid (entre 1945 e 1953).

203.

PT-TT-AOS-CO-NE-1A-Cx.393, Pt.36: Carta do Embaixador em Madrid, António Carneiro Pacheco, para MNE, de 17 de Julho de 1947, “Defesa e complemento das instalações da Embaixada em Madrid”, p.1 [3p.].

204.
PT-TT-AOS-CO-NE-1A, Cx.393,
Pt.36, Fls.5-10: Carta do
Embaixador em Madrid, António
Carneiro Pacheco, para MNE, de
27 de Julho de 1947. "Justificação
da urgente necessidade de defesa
e complemento das instalações da
Embaixada em Madrid".

205.
PT-TT-AOS-CO-NE-1A, Cx.393,
Pt.36, Fl.20: Carta do Arquitecto
Julián Laguna Serrano para o
Embaixador em Madrid,
António Carneiro Pacheco,
de 19 de Agosto de 1947.

entretanto, conseguido que o *Alcalde* convencesse os proprietários do nº60 a baixarem substancialmente o custo do terreno, dadas as limitações urbanísticas colocadas agora pelo *Ayuntamiento*.

Adicionalmente, o Embaixador escreveu um Relatório sobre as limitações das instalações existentes onde referia, por exemplo, a ausência de Vestiários para visitantes; as limitações de espaço da copa da qual seria necessário "*duplicar o espaço existente*"; que a sala de jantar era diminuta; que o salão era estreito e com pé-direito normal, e, sobretudo, que os salões de receber deveriam formar conjunto com a sala de jantar de modo absolutamente separado das instalações pessoais do Embaixador e sua família. Faltavam também espaços para receber "*hóspedes de categoria*" necessitando-se de "*dois apartamentos condignos*"; que o atual número de WC.s era escasso e a disposição dos quartos adequada apenas para um ambiente familiar; que um ascensor era "*absolutamente indispensável*"; que faltava um jardim, essencial "*aos serviços de representação de uma Embaixada*"; que faltavam instalações sanitárias para os guardas; que a Chancelaria deveria ter mais espaço e um acesso coberto para o Embaixador; e terminava repetindo que as insuficiências resultavam da escassez de terreno, pois "*não era possível tirar dele maior partido*", pelo que acionar a opção de compra "*disponível até 31 de Agosto de 1947*", era a solução adequada²⁰⁴.

Um outro Relatório foi elaborado por Guilherme Rebelo de Andrade e Fernando Jácome de Castro dirigido ao Embaixador. Nele se dizia que, na verdade, a construção de um imóvel de andares ao lado seria "*de péssimo efeito*"; e que se tinham informado devidamente e que as condições de compra dos dois lotes contíguos eram aceitáveis, pelo que achavam ser a compra vantajosa e adequada. Esta informação era confirmada de Madrid pelo nosso já conhecido Julián Laguna Serrano — aliás deverá ter sido essa a fonte 'primária' — que em carta para o Embaixador corroborava a avaliação dos terrenos²⁰⁵. O Relatório é muito prudente, pelo que, dando razão ao Embaixador, defendia e justificava sempre as opções por eles anteriormente tomadas. Referiam assim o programa que lhes fora fornecido originalmente e que embora as instalações fossem "*muito concentradas*" representavam o aproveitamento máximo do terreno que tinha sido possível adquirir. Quanto às limitações que o Embaixador apontava respondiam diretamente. Assim, quanto aos vestiários exíguos, reconheciam que eram limitados em situações de recepção, mas explicavam que o que tinha sido considerado era que "*apenas as senhoras entrassem no vestiário*" sendo que os cavalheiros "*entregariam os seus chapéus e abaços às creadas que os arrumariam no espaço disponível*". Já quanto à copa e sala de jantar, argumentavam que tinham sido dimensionados segundo o princípio de que o número máximo de convivas seria de dezoito pessoas, admitindo-se que, se fosse necessário mais, seria o banquete realizado no

salão “*embora se reconhecesse que tal recurso não constituiria a solução ideal*”; e que outra qualquer solução só poderia encontrar-se com “*uma importante ampliação do edifício*”. Já quanto ao salão, explicavam que derivara das dimensões e disponibilidades existentes, resultando da interligação de duas salas menores mediante o recurso a duas colunas e a uma viga. Explicavam igualmente terem feito a organização dos pisos superiores de acordo com o programa fornecido, mas que, face às novas exigências, somente se poderia resolver com espaços suplementares. O mesmo se passava com o ascensor ou relativamente aos jardins; ou mesmo com a Chancelaria e as limitações das dimensões dos seus compartimentos; ou com a ligação com a Residência. Isto é, estavam de acordo, mas o programa, as limitações de terreno e o orçamento, não o tinham tornado possível quando das grandes obras de 1943-45. E que estas tinham representado “*o aproveitamento máximo de uma oportunidade (...) e correspondem ao programa superiormente definido*”.

Reconheciam, no entanto, a importância da “*defesa*” e concordavam com o “*programa*” que o novo Embaixador agora colocava. Assim, descartando o crescimento em altura “*arquitectonicamente inaceitável e até anti-económico*”, concluíam como inevitável o crescimento por incorporação do terreno vizinho e também da parcela seguinte, porque o vizinho terminava sobre ela em empena, pelo que importava conquistar a independência total. Assim se encontraria espaço para um grande jardim “*tão necessário à vida da Embaixada*”. A ideia que propunham era ligar a atual Residência à casa da Duquesa de Andria que era, aliás, gémea da casa da Embaixada, mediante um novo corpo, de modo a formar “*um conjunto homogéneo*”, reconhecendo embora que seriam obras “*de grande extensão*”. Propunham também reservar a atual Residência para o Embaixador e a sua família, passando a dedicar todos os novos espaços às funções de Recepção, Hospedagem e complemento²⁰⁶.

Nada disto seguiria adiante. Um longo e sensato parecer assinado pelo Ministro das Finanças, na altura João Pinto da Costa Leite ‘Lumbrales’, mostrou a irrazoabilidade do plano, o desajuste às necessidades, a inutilidade da compra e a eventual absorção total da dotação para obras do MNE, por, pelo menos, três anos²⁰⁷. O processo terminou ali.

Em data posterior, foi a Embaixada reformulada construindo-se mais um piso sobre a Chancelaria, criando-se uma passagem sobre um arco entre ela e a Residência. E promovendo-se uma ampliação no piso térreo para se aumentar a sala de jantar, sobre o qual foi colocada uma varanda, o que mostra que as observações de Carneiro Pacheco tinham alguma razão de ser. — Mas isso já nada tem a ver com a arquitectura, as atitudes, os gostos e o modo de operar de Guilherme Rebelo de Andrade.

206.
PT-TT-AOS-CO-NE-1A, Cx.393,
Pt.36, Fls.11-19: Relatório de
Fernando Jácome de Castro e
Guilherme Rebelo de Andrade para
o Embaixador em Madrid,
António Carneiro Pacheco,
de 20 de Agosto de 1947.

207.
PT-TT-AOS-CO-NE-1A, Cx.393,
Pt.36, Fls.29-33: Parecer do
Ministério das Finanças
para o Ministério dos
Negócios Estrangeiros,
de 25 de Agosto de 1947.

3.11 A EQUIPA DE MADRID

Pedro Teotónio Pereira era um homem educado e reconhecido. Foram frequentes os elogios formais e públicos — isto é, transmitidos à hierarquia — aos que com ele colaboraram. Temos registos de elogios a Guilherme Rebelo de Andrade, a Jácome de Castro, ao Fiscal da DGEMN e até aos serviços da GNR que transportaram por camião mobiliário e equipamentos para Madrid...

Além de não hesitar em elogiar, também foi pródigo em mostrar o trabalho feito, certamente com satisfação pela obra realizada, mas também de modo a ganhar créditos para futuro. Vimos como enviou as fotografias da Chancelaria, primeiro, e da Residência, depois, para diversas entidades: ao Presidente do Conselho, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, ao Ministro das Finanças, além das de cortesia, para o Engenheiro Jácome de Castro e para o Arquitecto Guilherme Rebelo de Andrade.

A referência é pertinente porque teve consequências. E não só para o prestígio do próprio Pedro Teotónio Pereira. Mais tarde, já Embaixador no Rio de Janeiro, quando reivindicou a remodelação das instalações diplomáticas, com toda a naturalidade tentou e conseguiu reconduzir o 'grupo de trabalho' — Teotónio Pereira / Rebelo de Andrade / Jácome de Castro — para a realização do projeto da nova Embaixada no Brasil.

Os moldes e os resultados da obra do Rio de Janeiro — muito mais amplos e ambiciosos que os anteriores — seriam bem diferentes do que tinha sido feito em Londres e Madrid, constituindo claramente a etapa final de um percurso tripartido, como veremos na Parte Quatro.



Fig. 3.02
Casa vista do *Paseo de la Castellana*, com a "caseta do porteiro" à esquerda.



Fig. 3.03
Casa a partir da *Calle del Pinar*.



Fig. 3.04
Fachada lateral onde se localizava a entrada principal da casa, sob um "Auvent" em ferro e vidro.

-
Fonte: AHDMNE,
Embaixada de Madrid, Mç. 236,
"Embaixada em Madrid 1939 a
1950", "Compra de uma Casa
para Instalação da Embaixada".

Fig. 3.05
Frente da residência para a
La Castellana, com o
caramanchão ao fundo
Fonte: AHDMNE,
Embaixada de Madrid, Mç.236,
"Embaixada em Madrid 1939 a
1950", "Compra de uma Casa
para Instalação da Embaixada".



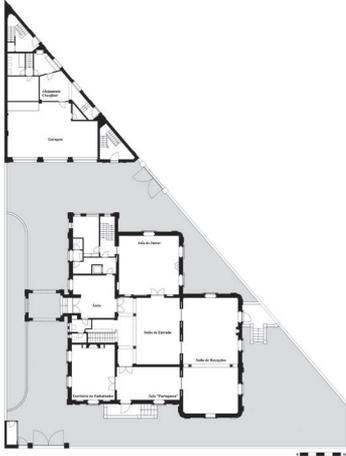


Fig. 3.06
Reconstituição da Planta
do Piso 0.

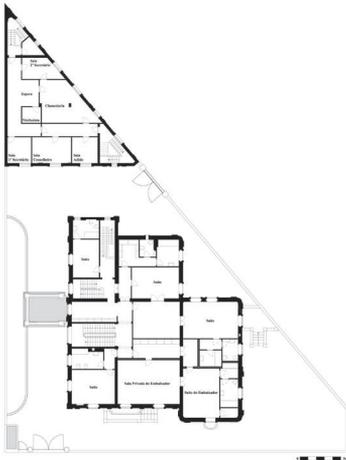


Fig. 3.07
Reconstituição da Planta
do Piso 1.

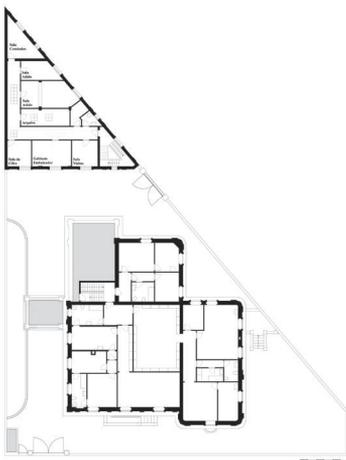


Fig. 3.08
Reconstituição da Planta
do Piso 2.

-
Fonte: Desenho do Autor a
partir de desenhos avulsos
existentes no Arquivo da
Embaixada de Madrid.

Fig. 3.09
Fachada da Chancelaria
voltada para a *Calle del Pinar*.
Fonte: AHDMNE,
Embaixada de Madrid, Mç.236,
"Embaixada de Madrid, Coleção
de Fotografias da Chancelaria,
Julho de 1944".



Fig. 3.10
Fachada da Chancelaria
voltada para o Pátio.
Fonte: AHDMNE,
Embaixada de Madrid, Mç.236,
"Embaixada de Madrid, Coleção
de Fotografias da Chancelaria,
Julho de 1944", com a legenda:
"2ª.- Fachada para o pátio da
Embaixada. Os três arcos são
as portas da garage. A pequena
porta é a entrada particular
do Embaixador".





Fig. 3.11
Átrio da Chancelaria mostrando a Escada.
Fonte: AHDMNE, Embaixada de Madrid, Mç.236, "Embaixada de Madrid, Colecção de Fotografias da Chancelaria, Julho de 1944", com a legenda: "4ª.- Escada".



Fig. 3.12
Escada da Chancelaria vista do Patamar Superior.
Fonte: AHDMNE, Embaixada de Madrid, Mç.236, "Embaixada de Madrid, Colecção de Fotografias da Chancelaria, Julho de 1944", com a legenda: "5ª.- Vista da Escada do Patamar Superior".



Fig. 3.13
Vestíbulo e Circulações do 1º Piso da Chancelaria.
Fonte: AHDMNE, Embaixada de Madrid, Mç.236, "Embaixada de Madrid, Colecção de Fotografias da Chancelaria, Julho de 1944", com a legenda: "6ª.- Pequeno Vestibulo de Acesso e Corredor do 1º Andar".



Fig. 3.14
Gabinete do 2º Secretário, na Chancelaria.
Fonte: AHDMNE, Embaixada de Madrid, Mç.236, "Embaixada de Madrid, Colecção de Fotografias da Chancelaria, Julho de 1944", com a legenda: "7ª.- Gabinete do 2º Secretário".

Fig. 3.15
Repartição da Chancelaria, I.
Fonte: AHDMNE,
Embaixada de Madrid, Mç.236,
"Embaixada de Madrid, Coleção
de Fotografias da Chancelaria,
Julho de 1944", com a legenda:
"8ª.- Aspecto da Repartição da
Chancelaria".

Fig. 3.16
Repartição da Chancelaria, II.
Fonte: AHDMNE,
Embaixada de Madrid, Mç.236,
"Embaixada de Madrid, Coleção
de Fotografias da Chancelaria,
Julho de 1944", com a legenda:
"9ª.- Outro aspecto da
Repartição da Chancelaria".

Fig. 3.17
Gabinete da Cifra.
Fonte: AHDMNE,
Embaixada de Madrid, Mç.236,
"Embaixada de Madrid, Coleção
de Fotografias da Chancelaria,
Julho de 1944", com a legenda:
"10ª.- Gabinete da Cifra".

Fig. 3.18
Gabinete do Conselheiro.
Fonte: AHDMNE,
Embaixada de Madrid, Mç.236,
"Embaixada de Madrid, Coleção
de Fotografias da Chancelaria,
Julho de 1944", com a legenda:
"11ª.- Pormenor do Gabinete
do Conselheiro".

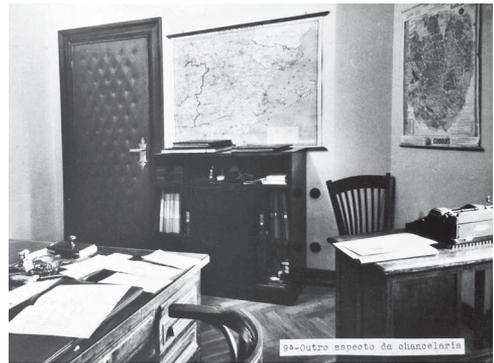




Fig. 3.19
Gabinete do embaixador na Chancelaria, I.
 Fonte: AHDMNE, Embaixada de Madrid, Mç.236, "Embaixada de Madrid, Colecção de Fotografias da Chancelaria, Julho de 1944", com a legenda: "15ª. - Gabinete do Embaixador (Alguns móveis aqui são da sua propriedade particular)".



Fig. 3.20
Gabinete do Embaixador na Chancelaria II.
 Fonte: AHDMNE, Embaixada de Madrid, Mç.236, "Embaixada de Madrid, Colecção de Fotografias da Chancelaria, Julho de 1944", com a legenda: "16ª. - Outro lado do Gabinete do Embaixador".



Fig. 3.21
Sala-Biblioteca.
 Fonte: AHDMNE, Embaixada de Madrid, Mç.236, "Embaixada de Madrid, Colecção de Fotografias da Chancelaria, Julho de 1944", com a legenda: "14ª. - Sala-Biblioteca (arranjo provisório)".



Fig. 3.22
Arquivo Geral.
 Fonte: AHDMNE, Embaixada de Madrid, Mç.236, "Embaixada de Madrid, Colecção de Fotografias da Chancelaria, Julho de 1944", com a legenda: "17ª. - Arquivo geral".



Fig. 3.23
Corredor do 2º Andar.
 Fonte: AHDMNE, Embaixada de Madrid, Mç.236, "Embaixada de Madrid, Colecção de Fotografias da Chancelaria, Julho de 1944", com a legenda: "13ª. - Corredor do 2º andar".

Fig. 3.24
Embaixada vista do Paseo de
la Castellana, em 1945.
Fonte: AHDMNE,
Embaixada de Madrid, Mç. 236,
"Embaixada em Madrid
1939 a 1950", Envelope
designado "Fotografias da
Embaixada em Madrid [17un.]





Fig. 3.25
Salão Central, escadaria e
porta de entrada.

Fig. 3.26
Salão Central, escadaria e
porta da "Sala Portuguesa".

Fig. 3.27
Salão Central com entradas para
Salão de Recepção (à esquerda)
e Sala Portuguesa (à direita).

-
Fonte: AHDMNE,
Embaixada de Madrid, Mç.236,
"Embaixada em Madrid 1939
a 1950", Envelope designado:
"Fotografias da Embaixada em
Madrid [17un.]", Julho 1945.



Fig. 3.28
Gabinete do Embaixador I.

Fig. 3.29
Gabinete do Embaixador II.

Fig. 3.30
Salão de Recepções visto para o
lado da Calle del Pinar.

Fig. 3.31
Salão visto para o lado do
Passeo de la Castellana.

Fonte: AHDMNE,
Embaixada de Madrid, Mç.236,
"Embaixada em Madrid 1939
a 1950", Envelope designado:
"Fotografias da Embaixada em
Madrid [17un.]", Julho 1945.





Fig. 3.32
"Sala Portuguesa" com a Porta
do Gabinete do Embaixador.

Fig. 3.33
Sala de Jantar com as Portas que
ligam ao Salão Central (a do lado
esquerdo é falsa).

Fig. 3.34
Sala de Jantar com a porta
da Copa escondida por um
Biombo com o nicho espelhado,
ao fundo.

-
Fonte: AHDMNE,
Embaixada de Madrid, Mç.236,
"Embaixada em Madrid 1939
a 1950", Envelope designado:
"Fotografias da Embaixada em
Madrid [17un.]", Julho 1945.



4. RIO DE JANEIRO



Fig. 4.01
Embaixada do Rio de Janeiro.
Fonte: Fotografia do autor,
junho 2018.

4. RIO DE JANEIRO

4.1

NO CENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

208.
O projeto foi ganho em concurso público em Dezembro de 1921, pelos arquitectos Carlos Chambers Ramos, Cottinelli Telmo e Luiz Alexandre Cunha. Vd: "Exposição do Brasil", in: *O Século*, 24 de Dezembro de 1921, p.2.

209.
O projeto foi ganho em concurso público em Janeiro de 1921, pelos arquitectos Carlos e Guilherme Rebelo de Andrade e Alfredo Assunção Santos. Vd: "A Exposição do Rio de Janeiro. O Pavilhão de Indústrias [sic]", in: *O Século*, de 14 de Janeiro de 1922, p.1.

210.
"O Palácio da Embaixada Portuguesa no Rio de Janeiro", in: *O Século*, 18 de Setembro 1922, p.2.

211.
"O Palácio da Embaixada Portuguesa", in: *O Século*, 30 de Outubro de 1922, p.3.

212.
"O Pavilhão de Honra de Portugal na Exposição do Rio de Janeiro", in: *O Século*, 24 de Dezembro 1922, p.1.

213.
"Exposição do Rio de Janeiro: Os Sr.s Doutor Duarte Leite e Ricardo Severo telegrafaram ao Sr. Ministro do Comércio, dando por finda a sua missão", in: *O Século*, Lisboa, 22 de Maio de 1923, p.4. Vd, também: "No Rio de Janeiro; O Pavilhão Português; A sua Inauguração, Brilhantíssima, Vista Pelos Jornais do Rio", in: *A Capital*, de 19 de Junho 1923.

Em 7 de Setembro de 1922 foi inaugurada a Exposição Internacional do Rio de Janeiro comemorando o Centenário da Independência do Brasil. Portugal, apesar da grande e influente colónia, não tinha um local para se apresentar condignamente. Os dois pavilhões previstos, o Pavilhão de Honra²⁰⁸ e o Pavilhão das Indústrias²⁰⁹, tinham a sua construção atrasadíssima e só muito mais tarde foram inaugurados. A ineficiência de organização e as dificuldades de gestão foram disfarçadas pelo voluntarismo nacional. O embaraço do Estado Português convergiu com a generosidade, possivelmente também embaraçada, dos portugueses residentes no Rio de Janeiro e resultou na compra de um palacete na Rua de S. Clemente, para ali se estabelecer uma sede digna enquanto não fosse possível concluir os Pavilhões que representariam Portugal no certame.

Poucos dias depois da abertura da Exposição, o jornal *O Século* noticiou a aquisição, referindo que o "palácio que o Governo português comprou para sua embaixada" tinha custado "mil e cem contos, incluindo-se no custo parte do riquíssimo e sumptuoso mobiliário". Dizia ainda que o Governo "contribuiu com 680 contos de reis, sendo os restantes 420 cobertos por alguns membros em destaque na colónia portuguesa"; e que "o Perfeito da cidade sancionou a resolução do Conselho Municipal, isentando do pagamento de quaisquer impostos, emolumentos, taxas, contribuições ou rendas, inclusivé laudémios devidos à municipalidade, todos os actos transladativos da propriedade (...) a fim de ser nela instalada a respectiva embaixada"²¹⁰. A notícia era corroborada e desenvolvida num despacho posterior, onde aquele jornal dava nota de ter sido "assinada a escritura de compra (...) do palácio para a embaixada portuguesa, tendo assistido ao acto o embaixador Sr. Dr. Duarte Leite, o Visconde de Moraes e muitos outros membros da colónia portuguesa". E também ali "o escrivão Lino Moreira dispensou todos os emolumentos"²¹¹.

O fervor nacionalista da colónia e o orgulho no bom nome da Pátria podem ter ficado aplacados com a compra. Mas só três meses depois da abertura da Exposição conseguiu o Governo inaugurar o Pavilhão de Honra, em 23 de Dezembro de 1922²¹². Já o Pavilhão das Indústrias apenas seria aberto ao público em 21 de Maio do ano seguinte²¹³, uns extraordinários oito meses depois do início da Exposição.

Independentemente deste episódio, apesar de pequena e longe do centro, a casa da rua de S. Clemente, depois de salvar a face na inauguração da Exposição, permitiu durante os vinte e cinco anos seguintes o funcionamento da Embaixada.

4.2

INÍCIO E PROCESSO. UM HÁBIL EMBAIXADOR.

Conhecemos já o Embaixador Pedro Teotónio Pereira (1902-1972) por termos seguido parte do seu percurso em Madrid, como vimos na Parte 3.

Depois do período em Espanha, entre 1938 e 1945, foi nomeado Embaixador no Rio de Janeiro, de 1945 a 1947. Não era apenas uma rotação entre duas das mais importantes representações de Portugal, até porque era Embaixador de nomeação política e não de carreira, mas o reconhecimento da sua capacidade para defender os interesses nacionais e as posições do regime em situações políticas complexas.

A estabilização da Espanha depois de terminada a II Grande Guerra era uma realidade. Mas o Brasil vivia um momento de transição entre o “Estado Novo” brasileiro — uma conjugação de autoritarismo político com modernização económica e argumentação nacionalista, protagonizado por Getúlio Vargas — e uma abertura democrática depois da deposição deste pelos militares, em outubro de 1945. A chegada ao Rio de Janeiro de Pedro Teotónio Pereira como Embaixador (em finais de 1945), teve como pano de fundo o processo de democratização em curso e a difícil gestão das relações portuguesas com o novo poder, no desfavorável — para o regime — quadro geral do pós-guerra. A consciência da sua própria importância e da relevância da sua missão devia ser, para Teotónio Pereira e para todo o governo português, uma evidência.

Pouco depois de ter chegado ao Rio de Janeiro enviou uma carta ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, então Oliveira Salazar (que continuava a acumular a pasta com a de Presidente do Conselho de Ministros, como vimos já na Parte Dois), datada de 15 de Janeiro de 1946, onde apresentava as questões decorrentes do *“estado em que vim encontrar as instalações”*²¹⁴, descrevendo a sua *“consternação”* perante *“a realidade chocante”* da situação material da Embaixada.

O local, referia Teotónio Pereira, *“é o que aqui chamam uma artéria residencial com dignidade e recato próprio dos bons bairros afastados”*. Nascendo junto da zona marginal da baía e muito extensa, *“entranha-se pelas terras passando junto às faldas do morro do Corcovado”*. Estava *“ladeada de vivendas com bons jardins sobre a rua que apenas no seu início possui alguns estabelecimentos comerciais”*; e a Embaixada *“encontra-se a mais de mil e quinhentos metros do começo da rua, já numa zona que podemos dizer campestre”*. Tratava-se de *“uma bela propriedade com amplo e sólido gradeamento para o exterior em extensão superior a cem metros, provida de frondoso arvoredado e vegetação de tipo exótico, e cujo extenso terreno sobe até meia encosta do próprio morro”*. A casa estava implantada *“ao centro do terraplano inferior, muito razoavelmente arranjado com alamedas ajardinadas e a boa distancia dos por-*

214.
AHDMNE, “Rio de Janeiro. Embaixada de Portugal. 1941 a 1950, Processo 21,3, 2ºP., Mç238, A36: Ofício de NTP para AOS datada de 15 de Janeiro de 1946, p.1.

tões de entrada”; e “o local, embora sem ter o encanto e o carácter das margens da baía, está bem situado, quer como paisagem quer como posição urbana”. A prova de que o local era apreciado “reside no facto de termos aqui ao nosso lado a recém inaugurada Embaixada dos Estados Unidos e de muito próxima ficar também a propriedade agora adquirida pela Inglaterra para nela construir o seu novo edifício.” — Porém, esclarecia, “refiro-me evidentemente às residências dos embaixadores e não às chancelarias porque essas são na parte central da cidade”.

Contrastando com o louvor ao local, a opinião do Embaixador relativamente à casa era enormemente crítica: “pelo que respeita ao aspecto arquitectónico é que, infelizmente, só se pode dizer que a nossa casa aqui é um verdadeiro desastre. Construída em plena voga da arte nova, é do estilo que se costuma chamar — bolo de noiva — e o pior é que a sua disposição interior em nada fica a dever ao mau gosto exterior”.

A casa tinha três pisos. Mas no piso térreo, em vez das dependências “que normalmente deveriam servir de cozinha, despensa, copa, frisqueira e outros serviços equivalentes” estava instalada a Chancelaria. No primeiro piso, o piso nobre, ao qual se acedia “por grande escadaria exposta ao sol e à chuva, existe [a] parte da recepção, praticamente composta por um hall de acanhadas proporções, um salão e a casa de jantar”; e no piso superior os quartos. Mas, no conjunto, “o que mais choca é a fealdade, o reles e a falta de carácter que se depara no interior da casa”. E concluía com cadência e intencionalidade: “...não há um móvel, um quadro, um tapete, um azulejo, um mármore, um objecto ou material qualquer que evoque Portugal”.

Traçado o panorama, lamentava-se que fazia “a mais penosa impressão deparar com esta casa que tem por missão representar Portugal. E mais triste isto se afigura quando se pensa no esforço que temos de fazer para que o Brasil se não afaste da sua origem histórica...”. Tanto mais, continuava, que “o Palácio de Itamaraty onde funciona o Ministério das Relações Exteriores é um verdadeiro relicário da influência portuguesa (...). O paralelo resulta naturalmente confrangedor.”

Colocado Salazar perante este quadro de desleixo, de perda de prestígio, de falta de carácter nacional, o Embaixador, conhecedor da personalidade do Presidente do Conselho e Ministro dos Negócios Estrangeiros, assumia o tom do amigo perante o patrono todo poderoso: — “verificada tal situação (e perdoe V. Ex.^ª que a mencione, com a sinceridade destes sentidos comentários, quem graças à confiança de V. Ex.^ª pôde dar remédio à também lamentável situação que existia em Espanha) o único que há agora a fazer, segundo as instruções recebidas de V. Ex.^ª, é procurar dar remédio a tal estado de coisas”. E o discurso tornava-se mais prático, anunciando que mandara fazer “as plantas” do existente para a posterior remodelação da casa em moldes a decidir, mas

propondo que desde já se encontrasse uma solução para a Chancelaria. Claro que, expunha ele, a Chancelaria se poderia fazer no terreno da embaixada, mas, de imediato, colocava também as objecções: “*É a rua de S. Clemente local próprio para Chancelaria de uma Embaixada em país de grande colónia? Os ingleses e americanos possuem os seus escritórios em pontos muito mais cêntricos. A Chancelaria americana que é situada no coração comercial do Rio de Janeiro, dista sete quilómetros da nossa embaixada. Isto dá a V. Ex.^a uma ideia da nossa localização*”. Reforçando a argumentação, afirmava ser S. Clemente “*um arrabalde*” e a distancia ao centro o motivo pelo qual “*se queixam os portugueses pobres que para cá chegar se perde meio dia*”. Porém, conhecendo Salazar, e para suavizar a perspectiva do custo de mais uma renda para a Chancelaria, relatava que segundo lhe tinham dito “*peçoas de critério*” a situação de periferia dentro de alguns anos “*perderá muitos dos seus inconvenientes*”. Por conseguinte — e habilmente, para não criar bloqueios — apontava que, no futuro, poderia ser agregada a Chancelaria à Residência em “*momento mais oportuno e sempre ao nosso alcance*”. — Uma afirmação que se provaria verdadeira em 2017, com a construção da Chancelaria no terreno da rua de S. Clemente.

E terminava a carta reforçando a necessidade de providências imediatas, anunciando que ia propor um projeto de arranjo da residência, apesar de não acreditar que essa fosse uma solução, e solicitando uma decisão “*desde já*” sobre a Chancelaria.

Talvez a descrição dramática do estado da Embaixada de Portugal no Rio feita por Teotónio Pereira tivesse algum fundamento. Mas não é isso que transparece das fotografias existentes (Fig.s 4.02, 4.03, 4.04).

Salazar era um homem difícil. Mas Pedro Teotónio Pereira conhecia-o bem e não pediu logo tudo. Foi encaminhando e sugerindo, pouco a pouco, até chegar ao ponto em que “*S. Ex.^a*” iria achar que tudo fora ideia própria. E os passos seguintes foram a natural sequência do caminho desejado pelo Embaixador.

4.3

A FIRMA SEVERO & VILARES

A firma *Severo & Vilares*, ainda hoje existente, resultou da associação de um português famoso, o engenheiro, arquitecto, arqueólogo, etnólogo, político e escritor português radicado no Brasil, Ricardo Severo (1869-1940)²¹⁵, que em 1907 se reuniu com o também famoso engenheiro-arquitecto Ramos de Azevedo (1851-1928)²¹⁶, de São Paulo, formando a empresa de projetos e construções que, mais tarde, com a entrada de novos sócios, nomeadamente de Armando Dumont Vilares²¹⁷, viria a transformar-se na *Severo & Vilares* em 1928, depois da morte de

215. Sobre Ricardo Severo, vd: MELLO, Joana - *Ricardo Severo, da Arqueologia Portuguesa à Arquitectura Brasileira*. S. Paulo, Annablume, Fapesp, 2007; MELLO, Joana - *Ricardo Severo: da Lusitânia ao piratininga: da arqueologia portuguesa à arquitectura brasileira*. Porto, Dafne ed., 2007.

216. Sobre o arquitecto Francisco Paula Ramos de Azevedo que marcou profundamente a cidade de São Paulo na segunda metade de oitocentos e primeiros anos do século XX, vd: LEMOS, Carlos A. C. - *Ramos de Azevedo e o seu escritório*. São Paulo, Pini, 1993. Vd. igualmente: CARVALHO, Cristina Wolff - *Ramos de Azevedo*. S. Paulo, Edusp, 2000; e ainda: FICHER, Sylvia - *Os Arquitectos da Poli: ensino e profissão em São Paulo*. São Paulo, Edusp, 2005.

217. Sobrinho de Ricardo Severo e genro de Ramos de Azevedo, segundo: MELLO, Joana - *Ricardo Severo, da Arqueologia Portuguesa à Arquitectura Brasileira*. S. Paulo, Annablume, Fapesp, 2007, N.97.

218. Lisboa de Lima foi o Comissário do Governo para a representação de Portugal na Exposição Internacional do Rio de Janeiro e o Major Malheiro Reimão foi o coordenador da construção dos dois Pavilhões.

219. António Severo (1902-?): filho do Engenheiro Ricardo Severo; arquitecto formado na Academia de Belas Artes do Rio de Janeiro, onde foi colega de turma de Óscar Niemayer. Vd: XAVIER, Alberto, org. - *Depoimento de uma Geração, Arquitectura Moderna Brasileira*. São Paulo, Cosac Naify, 2003.

220. Era o "Coordenador da secção de projetos do escritório desde os anos 30", segundo: MELLO, Joana, *Ricardo Severo, da Arqueologia Portuguesa à Arquitectura Brasileira*, S. Paulo, Annablume, Fapesp, 2007, p.55.

221. AHDMNE, Embaixada do Rio de Janeiro, Mç.238: "Rio de Janeiro. Embaixada de Portugal. 1941 a 1950", Processo 21,3, "Orçamento" nº2941, do *Escritório Técnico 'Ramos de Azevedo'*, Severo, *Vilares & Cia, Ltd.a*, indicando como cliente a "Embaixada de Portugal", como serviços "Reformas e Acrescentos", e datado de 7 de Março de 1946, p.1-3.

Ramos de Azevedo, ainda que a designação "Escritório Técnico 'Ramos Azevedo'" continuasse a ser usada em paralelo.

Ricardo Severo tinha sido o homem providencial na recuperação da situação de descontrolo de custos e incumprimento de prazos das obras dos dois pavilhões de Portugal na Exposição Internacional do Rio de Janeiro de 1922, que acima referimos, acudindo ao descalabro organizacional dos conterrâneos inicialmente designados pelo Governo de Portugal²¹⁸. Tendo granjeado fama já anteriormente à sua ida para o Brasil, com as suas intervenções nos debates sobre arqueologia, identidade nacional e a arquitectura da '*casa portuguesa*', saiu com notoriedade reforçada do triste episódio da Exposição, como salvador da situação e excelente técnico e organizador.

Ainda que tivesse falecido em 1940 o seu nome perdurou, nomeadamente pelo seu filho, o arquitecto António Severo²¹⁹ que, colhendo o prestígio do pai e continuando o seu trabalho²²⁰, conquistou uma relação privilegiada com a comunidade portuguesa e particularmente com o Embaixador Teotónio Pereira e com os seus sucessores no cargo da chefia da missão portuguesa, fazendo com que a empresa *Severo & Vilares* servisse de apoio estratégico e, correspondentemente, fosse favorecida em múltiplos momentos da realização da obra da Embaixada do Rio de Janeiro.

Não é pois de estranhar que fosse a *Severo & Vilares* a única empresa consultada para a elaboração de uma proposta para as obras de recuperação da casa da Embaixada. Existe um documento²²¹ onde se pode observar a listagem das intervenções previstas, incluindo demolições, betão armado, alvenarias, impermeabilizações, instalações hidráulicas, redes eléctricas, madeiras e até honorários de projeto, prevendo variantes, diversas opções de materiais e as correspondentes diferenças de custo. No final contém uma "*Distribuição de Verbas*" onde se percebe que 90% seria obra nova e apenas os 10% restantes seriam aproveitamento do existente. Apesar de nessa proposta estarem excluídos os elevadores, as pinturas e decorações de paredes e tectos, e de todos os aparelhos eléctricos, o valor total era ainda assim de 3.787.300 cruzeiros, o que dava, ao câmbio da época, cerca de 4.500 contos em moeda portuguesa.

4.4 DE NOVO A EQUIPA DE MADRID

A proposta deve ter sido achada cara e surgiram dúvidas sobre se seria a melhor solução, pelo que terá sido julgada necessária uma opinião especializada e oficial, sendo enviados ao Rio de Janeiro dois técnicos portugueses já nossos conhecidos: o Eng.^o Fernando Jácome

de Castro e o Arq.^o Guilherme Rebelo de Andrade²²². Significativamente, eram os mesmos homens que tinham trabalhado diretamente com Teotónio Pereira na remodelação da Embaixada de Madrid em 1942-45. Guilherme Rebelo de Andrade nela trabalhara como arquitecto e decorador, enquanto Jácome de Castro fora o delegado do MOPC para a obra. Foram muito provavelmente enviados ao Rio de Janeiro por sugestão ou por indicação direta do Embaixador Teotónio Pereira, repescando o mesmo processo e os mesmos técnicos que se haviam revelado eficazes em Madrid.

Desta deslocação resultou um Relatório²²³ que apontava — expectável e compreensivelmente — para considerações coincidentes com as que o Embaixador tinha anteriormente formulado. Ou seja: o local era bom mas distante do centro; o terreno era grande e com exuberante vegetação mas apenas aproveitável na parte que não era morro. Quanto ao edifício existente, apesar de acharem desejável aproveitar alguma parte, porque era de construção sólida e com materiais de boa qualidade, convinham que *“o exame cuidadoso do problema leva-nos (...) a considerar, sem hesitação, tal edifício inadaptável à instalação da nossa Embaixada”*. Entre as razões aduzidas estavam a absoluta inadequação da Chancelaria ao local onde estava a funcionar, quer pela excentricidade urbana quer pelas condições materiais do seu funcionamento, sem luz e sem arejamento, somando-se o facto de a má distribuição da planta resultar numa má organização dos serviços. Observavam igualmente que muitas outras chancelarias na capital brasileira estavam desligadas das respectivas residências e se encontravam, como era conveniente, *“instaladas na parte central da cidade”*.

Seguindo o raciocínio e até a argumentação do Embaixador, apontavam para a urgência da instalação da Chancelaria no centro da cidade. E, de modo premonitório, acrescentavam a ideia de que deveria ser construído um edifício em que se reunissem os diferentes serviços das representações oficiais de Portugal, sendo a Chancelaria um deles. Com efeito, já nos anos sessenta, viria a ser construído esse edifício, dito da 'Agência Financial', com projeto dos Rebelo de Andrade, juntando a Agência Financial, a Casa de Portugal, a Câmara de Comércio e a Chancelaria / Consulado Geral.

Entretanto propunham que a Chancelaria fosse instalada num apartamento que tinham visitado, em boa localização, com dois pavimentos e ligação interna, possibilitando boa organização.

Quanto à Residência *“admitindo que o edifício da rua de S. Clemente deverá ser destinado apenas a residência e tendo presente o programa que nos foi posto por V. Ex.^a [o Embaixador]”*, constatavam que a planta era *“por tal forma avessa”* a encaixar as novas necessidades que qualquer remodelação teria de ser profunda e pouco se aproveitaria. Ou seja,

222.

No ARQFVRA existem vários documentos sobre esta viagem, nomeadamente o Passaporte Especial declarando que ia *“em missão do Governo português”* e os Vistos (explicitando que era portador de Correio Diplomático), datados de inícios de Junho de 1946; e há também uma *“nota de devolução de abonos”*, de 9 de Agosto de 1946 do próprio Guilherme Rebelo de Andrade. A viagem foi: Lisboa-Rio, Rio-Nova York, Nova York-Washington, Washington-Nova York, Nova York-Londres, Londres-Lisboa. Desconhece-se qual o propósito destes desvios.

223.

AHDMNE, Embaixada do Rio de Janeiro, Mç238: "Rio de Janeiro. Embaixada de Portugal. 1941 a 1950", Processo 21,3 - Relatório acerca das Instalações da Embaixada de Portugal e sua Chancelaria, datado de Julho de 1946 e assinado por Guilherme Rebelo de Andrade e por Fernando Jácome de Castro, 5p.

tanto funcionalmente como em termos de programa, manter o edifício existente seria uma má solução: — *“mesmo que abstraíssemos da ideia de lhe imprimir qualquer sabor português, como nos parece essencial”*.

Sabor português! A questão de uma *‘arquitectura portuguesa’* era para eles tão importante, tal como vimos ser também para o Embaixador, que insistiam nela criticando o edifício existente por ser *“desprovido de significado nacional, quer na expressão em planta quer no mobiliário”*. E ambos consideravam que eram precisamente essas condições que importava *“tornar essenciais e perfeitamente definidas”*, mais ainda na (então) capital do Brasil *“onde Portugal tem vincada tão profundamente a sua personalidade”*.

É evidente neste Relatório o conhecimento que os autores tinham das propostas da Severo & Vilares. Com efeito, referiam que o aproveitamento do edifício existente *“levar-nos-ia a uma solução forçada e a uma despesa não inferior à do custo duma construção nova convenientemente estudada de acordo com o programa a satisfazer”*. E apontavam o estudo já existente como algo que *“embora represente uma solução arquitectónica admissível, reputamos inaceitável dentro daquilo que entendemos dever ser a residência do Embaixador de Portugal no Rio de Janeiro”*, pelo que descartavam a possibilidade de qualquer reaproveitamento, até porque *“se tratava de uma demolição quase total”*. Mais ainda, o edifício estava *“muito sobranceiro à rua”* o que lhe tirava a dignidade e o conveniente isolamento que seria em breve agravado, pois o Plano de Urbanização da Prefeitura previa o alargamento da rua à custa de uma faixa de 10m do terreno da Embaixada. De tudo isto resultava a conclusão inevitável: *“a demolição do edifício existente, com o aproveitamento possível de alguns materiais, e a realização de uma nova construção no mesmo terreno, mais recuada do que o actual edifício”*.

Ao esclarecerem que apesar de já possuírem as plantas da casa seria necessário um levantamento de todo o terreno *“para o estudo desenvolvido de qualquer solução que não seja o aproveitamento do actual edifício”*, revelavam uma decisão pré-assumida: tudo convergia para a realização de uma nova construção. O essencial da argumentação estava decidido há muito. Eram as teses do Embaixador tal como as vimos na Carta de 15 de Janeiro de 1946 dirigida a Salazar, agora com a chancela *‘técnica’* de dois reputados especialistas. A *‘equipa’* de Madrid, orquestrada por Teotónio Pereira, cantava em uníssono.

Coerentemente, o documento terminava com o esboço de um programa funcional para a residência e sintetizava as várias conclusões, voltando a referir a possibilidade de, no futuro, reinstalar a Chancelaria no centro da cidade num edifício compartilhado com outras instituições portuguesas.

O Relatório foi feito ainda no Rio sendo de imediato enviado para Lisboa, levando, entrelinhada, uma mensagem de Pedro Teotónio Pereira: *“Para ser submetido à elevada consideração de S. Ex.^a o Presidente do Conselho e Ministro dos Negócios Estrangeiros, Rio, 4 de Junho de 1946”*. Era o aval do Embaixador ao seu conteúdo. Salazar, convencido ou condescendente, entrelinhou também sobre o mesmo Relatório, despachando nos seguintes termos: *“Deve enviar-se cópia a S. Ex.^a o Ministro das Finanças para que S. Ex.^a se digne dizer se concorda em princípio com a construção a breve prazo de um novo edifício para a Embaixada do Rio de Janeiro. Obtida a aceitação, em princípio, pode ser também consultado o Ministério das Obras Públicas (...). Depois disto poderá, se os pareceres forem concordantes, fazer-se a encomenda do projecto”*. E acrescentava, experiente e mesquinho: *“definindo-se muito bem as condições”*. O Despacho está datado de 7 de Outubro de 1946.

Logo a 18 de Outubro a decisão de Oliveira Salazar foi comunicada ao Chefe de Gabinete do Ministro das Finanças, pedindo celeridade na decisão²²⁴. E com um revelador detalhe: — candidamente, ali se referia terem consultado o arquitecto Rebelo de Andrade e que este tinha comunicado que, a preços correntes do Rio, considerando a área a construir *“em face do projecto que se está a elaborar”*, o custo andaria pelos 8 ou 9 mil contos. Ou seja, estas consultas eram apenas formalidades. A decisão estava já assente e o projeto em marcha. A resposta formal veio por Ofício datado de 31 de outubro²²⁵ afirmando que o Ministério das Finanças *“não tem oposição de princípio”*, mas ressalvando que se não deveria acumular com essa despesa outras da mesma natureza que excedam os 8.000 contos anuais. E que antes de se avançar convinha avaliar os custos com a Chancelaria.

Tal como determinado pelo *‘Sr. Presidente do Conselho’* também o Ministro das Obras Públicas, Cancellia de Abreu^{226*}, foi consultado pela Secretaria de Estado dos Negócios Políticos²²⁷, respondendo no tom de acesa rivalidade que os serviços do Estado frequentemente colocam entre si: — que o relatório era de generalidades; que era alheio a qualquer apreciação dos serviços do MOPC; e que *“não está acompanhado de quaisquer plantas, desenhos, memória descritiva ou estimativa”*. Ou seja: no ‘nosso’ Ministério somos mais competentes! Depois, defendida a honra da casa e vindo o pedido donde vinha, o Ministro suavizava o tom: — Sim, conhecia pessoalmente o edifício e achava urgente dar a necessária dignidade à representação portuguesa no Rio; que, de facto, o edifício não era aproveitável; que o mobiliário, mesmo restaurado, seria insuficiente; que o local era afastado, parecendo-lhe adequada a solução sugerida para a Chancelaria. E terminava aceitando que a intervenção do MOPC poderia constar de uma oportuna informação sobre o projeto que for elaborado *“pelos técnicos já designados”* que, confirmava, *“são de inteira idoneidade”*²²⁸.

224. AHDMNE, Embaixada do Rio de Janeiro, Mç.238: “Rio de Janeiro. Embaixada de Portugal. 1941 a 1950”, Processo 21,3 – Ofício nº172 da Direcção Geral dos Negócios Políticos e da Administração Interna, para o Chefe de Gabinete de Sua Ex.^a, o Ministro das Finanças, datado de 18 de Outubro de 1946 (2p).

225. AHDMNE, Embaixada do Rio de Janeiro, Mç.238: “Rio de Janeiro. Embaixada de Portugal. 1941 a 1950”, Processo 21,3 – Ofício nº1306 do Chefe de Gabinete de Sua Ex.^a o Ministro das Finanças, para a Direcção Geral dos Negócios Políticos e da Administração Interna, datado de 31 de Outubro de 1946 (2p).

226. Tratava-se do Eng.^o Augusto Cancellia de Abreu (1895-1965), Ministro das Obras Públicas entre Setembro de 1944 e Fevereiro de 1947.

227. AHDMNE, Embaixada do Rio de Janeiro, Mç.238: “Rio de Janeiro. Embaixada de Portugal. 1941 a 1950”, Processo 21,3 – Ofício nº55 da Direcção Geral dos Negócios Políticos e da Administração Interna, para o Chefe de Gabinete de Sua Ex.^a, o Ministro das Obras Públicas e Comunicações, datado de 15 de Novembro de 1946 (1p.).

228. AHDMNE, Embaixada do Rio de Janeiro, Mç.238: “Rio de Janeiro. Embaixada de Portugal. 1941 a 1950”, Processo 21,3 – Ofício nº2259 do Chefe de Gabinete de Sua Ex.^a, o Ministro das Obras Públicas e Comunicações, para a Direcção Geral dos Negócios Políticos e da Administração Interna, datado de 21 de Novembro de 1946 (2p.).

229.
"O Novo Edifício da Embaixada
de Portugal no Brasil",
in: *A Manhã*, 17 de Janeiro
de 1947, p. 3.

Havia a benção de S. Ex.^a o Presidente do Conselho, de S. Ex.^a o Ministro das Finanças e de S. Ex.^a o Ministro das Obras Públicas. — *Nihil obstat*.

Em finais de 1946 tudo estava decidido. E em inícios de 1947 foi a notícia divulgada publicamente, até no Brasil! Um jornal do Rio de Janeiro, citando periódicos portugueses, revelava que o novo edifício da Embaixada de Portugal no Brasil seria "*obra de grande relevo arquitectónico em estilo de Queluz*", com um projeto que seria "*executado pelo arquitecto Guilherme Rebelo de Andrade*" que "*com esse objectivo visitou em Junho último o Rio de Janeiro*"²²⁹. Mais ainda, a solução arquitectónica estava já gizada, pois a notícia descrevia-a com detalhe. — Mas voltaremos a este assunto mais adiante.

4.5 O CONTRATO

Com todos os salamaleques da praxe, com toda a formalidade das consultas a todos os interessados dentro da máquina do Estado, com todas as pequenas ressalvas e reservas, com todos os "*à consideração de V. Ex.^a*" e "*a Bem da Nação*", é evidente que se tratava mais de um processo de informação e consensualização dentro do aparelho governativo do que de um modo de construir a racionalidade de procedimentos. Pedro Teotónio Pereira queria, António de Oliveira Salazar autorizava. E os técnicos '*da equipa*' corroboravam com um Parecer que coincidia, naturalmente, quer com os interesses do Embaixador quer, ainda mais naturalmente, com os interesses dos próprios técnicos colocados perante a possibilidade de um projeto entusiasmante.

Colocar a um arquitecto a questão de avaliar uma obra existente é pedir uma única e expectável resposta: — É má, não serve, importa refazer de novo e do princípio. Não se trata, entenda-se, de uma resposta necessariamente '*interesseira*'. Trata-se antes de um mecanismo inerente à formação e à criatividade dos arquitectos, onde, nas múltiplas soluções e hipóteses formais que cada problema arquitectónico pode admitir, têm de escolher e definir uma única, construindo com ela e sobre ela uma convicção, ou seja, elaborando nesse processo '*uma certeza pessoal*'. Por conseguinte, todas as outras soluções passam necessariamente a ser consideradas '*erradas*'. É essa a razão porque os concursos de arquitectura são tão conflituosos. São múltiplas certezas pessoais que se confrontam e, por serem '*certezas*' e porque '*pessoais*', são irredutíveis e virtualmente inconciliáveis. Tanto mais que também há, evidentemente, interesses em disputa.

O facto é que neste caso, pouco a pouco, todos foram naturalmente assumindo que, por estar integrado no processo, por ter ido ao Rio ver o local, por ser um arquitecto de reconhecida e comprovada

competência, tinha de ser Guilherme Rebelo de Andrade a elaborar o Projeto. Não encontramos nenhum procedimento ou convite formal nem era expectável que ele existisse. Mas há, sem data, um *“Projecto de Minuta de Contrato”* dos Irmãos Rebelo de Andrade, obviamente elaborada pelos próprios e por eles apresentada ao Ministério²³⁰.

Ali se definia que o objecto do contrato era *“assumirem a direcção artística da realização do projecto e efectuarem o estudo de toda a decoração incluindo a escolha do mobiliário e adornos em relação a todo o edifício”*. Igualmente indicavam quais os elementos que deveriam ser fornecidos pelo Ministério (programa e levantamento topográfico); as várias fases do trabalho (Anteprojecto, Projecto Definitivo, Acompanhamento de Obra e Pormenorização); e a responsabilidade das Especialidades^{231*} que os architectos deixavam claro deverem ser colocadas sob a sua dependência e autoridade, embora pagas diretamente pelo Ministério. A minuta do contrato colocava ainda outras condições, nomeadamente sobre o controle dos trabalhos *“não podendo nenhuma alteração ao projecto, por mais insignificante”* ser feita sem o seu acordo; que as visitas à obra seriam objecto de pagamentos e ajudas de custos independentes e que, se de avião, com realização de um seguro elevado. Indicavam também os seus honorários (5% do valor de obra, mobiliário e obras de arte); o fracionamento destes e ainda, dada a distância da obra, sugeriam que o Ministério deveria contratar um técnico da confiança dos architectos para residir no Brasil durante a construção, para coordenar a ligação Ministério-Architectos-Construtora.

Boa parte do conteúdo desta minuta era corrente na época e ainda hoje. Mas alguns dos pontos eram inusuais então, como o seriam atualmente. Os honorários eram altos; a exigência de controle da arquitectura sobre as especialidades sempre irritou os engenheiros; a determinação de ninguém decidir alterações na obra sem a concordância dos architectos, compreensíveis pela vontade de orquestrar, com minúcia, a realização de um trabalho qualificado, são obviamente desconfortáveis para a entidade que faz a encomenda.

Talvez os irmãos Rebelo de Andrade tivessem demasiada confiança no seu próprio prestígio, achando possível arriscar condições que a máquina estatal se veria obrigada, neste caso, a aceitar. Porém, a adjudicação direta de uma obra suculenta, a pose altiva da minuta proposta, a necessidade de abdicar de boa parte do poder por parte da entidade adjudicante, constituíam ingredientes claros para bloquear uma jogada de risco. E as reações não se fizeram esperar.

Um *“Despacho”* sobre esta proposta — presumivelmente do próprio Ministro das Obras Públicas, datado e assinado, mas com a página parcialmente rasgada, não deixando perceber a autoria — encontra-se no AHDMNE²³². Nele são claras as reservas: Honorários excessivamente

230. AHDMNE, Embaixada do Rio de Janeiro, Mç.238: “Rio de Janeiro. Embaixada de Portugal. 1941 a 1950”, Processo 21.3 – “Projecto de Minuta de Contrato de Prestação de Serviços a Celebrar entre o Governo Português por Intermédio do Ministério dos Negócios Estrangeiros e os Architectos Guilherme Rebelo de Andrade e Carlos Rebelo de Andrade, designados por ‘Architectos Irmãos Rebelo de Andrade’”, não datado, não assinado, (5p.).

231. “Especialidades” são os sub-projectos necessários para cada ramo específico de uma obra de construção civil, tais como “Estruturas”, “Redes e Instalações Eléctricas”, “Redes e Instalações de Águas e Esgotos”, “Redes e Instalações Mecânicas (ventilação, ar condicionado...)”, etc.

232. AHDMNE, Embaixada do Rio de Janeiro, Mç.238: “Rio de Janeiro. Embaixada de Portugal. 1941 a 1950”, Processo 21.3 – Despacho (depreende-se isso por tal ser referido no texto), sem título, com assinatura parcialmente rasgada por desgaste do suporte, datado de 3 de Fevereiro de 1947 (1p.).

233. AHDMNE, Embaixada do Rio de Janeiro, Mç.238: "Rio de Janeiro. Embaixada de Portugal. 1941 a 1950", Processo 21,3 – Ofício nº21, da Direcção Geral dos Negócios Politicos e da Administração Interna, para o Chefe de Gabinete de S. Ex.ª o Ministro das Obras Públicas, de 24 de Fevereiro de 1947.

234. AHDMNE, Embaixada do Rio de Janeiro, Mç.238: "Rio de Janeiro. Embaixada de Portugal. 1941 a 1950", Processo 21,3 – Telegrama nº77, da Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, assinado por Teotónio Pereira para MNE, de 6 de Fevereiro de 1947.

235. AHDMNE, Embaixada do Rio de Janeiro, Mç.238: "Rio de Janeiro. Embaixada de Portugal. 1941 a 1950", Processo 21,3 – Telegrama nº149, da Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, assinado por Teotónio Pereira para MNE, de 22 de Março de 1947.

236. Trata-se do Eng.º Frederico Ulrich, que teve a pasta das Obras Públicas entre 1947 e 1954.

altos tanto na percentagem como no campo de incidência (isto é, por incluir as obras de arte e mesmo as obras de arte adquiridas sem intervenção dos arquitectos); os encargos da instalação de um técnico no Rio durante a construção, quando, argumentava-se, o dever de acompanhamento da fase de obra tem já esse valor incluído; e o não ser usual os honorários das Especialidades ficarem a cargo do Estado e não dos próprios arquitectos, eram fortemente criticados. Terminava ordenando que se remetesse cópia deste Despacho para o MOP "com a nota de *confidencial*", o que aconteceu por Ofício de 24 de Fevereiro²³³.

Enquanto o MOP não respondia, com um outro e bem diferente tom, tudo continuava em marcha. E era com a maior naturalidade que a Repartição dos Serviços Administrativos do mesmo MNE enviava, para conhecimento, em 4 de Março de 1947, a Guilherme Rebelo de Andrade "...o projecto nº2.941, para a Casa da Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, da autoria de Severo, Villares & C.ª Lda."

Teotónio Pereira, pressentindo as complicações resultantes das condições do contrato – ou avisado delas – enviou para o seu Ministério um telegrama sinuoso. Agradecia a inclusão de verbas no Orçamento de Estado para as obras da Embaixada e manifestava preocupação com o facto de não ser solução prática o Arquitecto tratar diretamente os assuntos com a Secretaria de Estado do Ministério das Obras Públicas. Sugeria a retomada da fórmula usada em Madrid, pois que a "intervenção Ministério das Obras Públicas sujeitava todo o trabalho a superior fiscalização e orientação [dos] seus órgãos competentes e com observância [de] normas e condições em uso nas obras determinadas por aquele Ministério". Explicava também, justificando-se, que tinha julgado ser esse o critério e por isso tinha anteriormente proposto a ida ao Rio do Inspector Superior Jácome de Castro, pois ele poderia determinar a fórmula mais conveniente para execução do projeto "que quisemos confiar por patriotismo a arquitecto português mas sem que isso implique necessariamente aumento de encargo".

Ou seja, Teotónio Pereira tentava retirar o MOP do caminho fazendo valer a autoridade e o prestígio de Jácome de Castro, pondo-se, simultaneamente, a coberto de quaisquer acusações relativamente à sua sugestão do arquitecto, escolhido, afinal, apenas "por patriotismo"²³⁴.

Já em Março, em novo telegrama²³⁵, insistia com o Ministro para saber do andamento do futuro edifício da Embaixada. E anunciava que, naquele próprio dia, tinha sido lançada a 'primeira pedra' da nova Embaixada da Inglaterra. Ao que o Ministro dos Negócios Estrangeiros e também "Presidente do Conselho" respondeu que o novo titular do MOP²³⁶ tinha recusado as condições "inaceitáveis" da proposta dos arquitectos, pelo que se iriam determinar novas cláusulas. Dizia igualmente – e isso é muito comum apesar da contradição que intrinseca-

mente encerra – que o Ministro das Obras Públicas ia entretanto “*rever o ante-projecto que parece não estar ainda completo*”, o que é revelador, mas não surpreendente, quanto à duplicidade dos comportamentos formais-informais do Estado. Isto é, o Ministro já estava a “*rever o ante-projecto*” quando ainda se discutiam os termos do contrato. Adicionalmente – contrariando as expectativas de Teotónio Pereira – comunicava que o MOP tomaria diretamente a seu cargo os contratos relativos aos projetos, obras e fiscalização, embora com o dever de consultar previamente o MNE para ajuizar das necessidades da Embaixada²³⁷.

Apesar da nomeação de um novo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Caeiro da Mata^{238*}, e mostrando bem a relação direta que Salazar tinha com Teotónio Pereira, em telegrama do MNE para a Embaixada do Rio relatava-se que “*o Presidente do Conselho teve nova conferência com Ministro das Obras Públicas*” e que este tinha já acordado com os arquitectos as novas condições do contrato, desligando-os das responsabilidades de direção e fiscalização de obra, restringindo a sua colaboração ao projeto de arquitectura, determinando que os estudos de engenharia e orçamentação fossem feitos no Rio de Janeiro, mas mantendo os arquitectos a responsabilidade do mobiliário e decoração, prevendo-se a ida deles ao Brasil apenas “*quando necessário*”²³⁹.

A 26 de Abril de 1947 o MOP comunicou ao MNE a concretização do acordo com os arquitectos²⁴⁰, quase um mês depois de Salazar ter comunicado o mesmo ao Embaixador. O contrato “*seguia as normas correntes*” fixando o valor dos honorários em 2% mais 160 contos para o estudo completo do mobiliário e decoração; e determinava prazos curtos para apresentação do Anteprojecto e do Projecto Definitivo. O Ofício onde se fazia a comunicação terminava anunciando que os projetos seriam submetidos a “*Vossa Excelência*” para que “*se digne apreciar as disposições adoptadas e de acordo com a orientação dada aos arquitectos por este Ministério, por intermédio do Inspector Superior Jácome de Castro que foi designado para acompanhar o assunto*”²⁴¹. — Ou seja: vitória do MOP no estilo insolente que frequentemente o caracterizou²⁴².

Apenas em 16 de Junho de 1947 foi celebrado o “*Contrato entre a Secretaria Geral do Ministério das Obras Públicas e os Arquitectos Irmãos Rebelo de Andrade, para a Elaboração do Projecto do Palácio da Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro*”²⁴³, com treze cláusulas cheias de “*obrigam-se*” e “*deverão*”. O que de essencial era retirado aos arquitectos era o controle do resultado artístico, tanto pelo impedimento da supervisão sobre alterações arbitrárias das especialidades, como por alterações propostas pelo empreiteiro, como ainda por mudanças atrabiliárias do dono de obra. Além, evidentemente, da substancial redução dos honorários.

237.

AHDMNE, Embaixada do Rio de Janeiro, Mç.238: “Rio de Janeiro. Embaixada de Portugal. 1941 a 1950”, Processo 21,3 – Telegrama nº77, do MNE para a Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, assinado pelo Ministro, de 24 de Março de 1947.

238.

Trata-se do Dr. José Caeiro da Mata (1883-1963), titular do MNE entre 1947 e 1950, depois de ter sido Ministro da Educação entre 1944 e 1947.

239.

AHDMNE, Embaixada do Rio de Janeiro, Mç.238: “Rio de Janeiro. Embaixada de Portugal. 1941 a 1950”, Processo 21,3 – Telegrama nº82, do MNE para a Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, assinado pelo Ministro, de 28 de Março de 1947.

240.

AHDMNE, Embaixada do Rio de Janeiro, Mç.238: “Rio de Janeiro. Embaixada de Portugal. 1941 a 1950”, Processo 21,3 – Ofício do MOP para o MNE, assinado pelo Ministro Frederico Ulrich e datado de 25 de Abril de 1947.

241.

Idem

242.

Quando se lêem os Pareceres do CSOP (Conselho Superior de Obras Públicas) apreciando os Projetos que lhe eram apresentados, é como assistir a exercícios de enorme arrogância que ilustram bem a expressão shakespeariana “*The insolence of office*” (*Hamlet*, Acto II, Cena I) – “A insolência do Estado”, em tradução livre. O facto do MOP ter sido historicamente dominado por engenheiros, sobretudo em épocas em que estes se sentiram absolutos donos do Saber e da Técnica, gerou neles e na instituição um sentimento de autosuficiência e de incontestado poder que os tornou prepotentes e surdos a outras realidades;

243.

AHDMNE, Embaixada do Rio de Janeiro, Mç.238: “Rio de Janeiro. Embaixada de Portugal. 1941 a 1950”, Processo 21,3 – “Contrato entre a Secretaria Geral do Ministério das Obras Públicas e os Arquitectos Irmãos Rebelo de Andrade, para a Elaboração do Projecto do Palácio da Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro”, de 16 de Junho de 1947, Cópia oficial da Secção de Expediente da Secretaria Geral do Ministério, de 7 de Julho de 1948.

244.
AHDME, Embaixada do Rio de Janeiro, Mç.238: "Rio de Janeiro. Embaixada de Portugal. 1941 a 1950", Processo 21,3
– Ofício da Direção Geral dos Negócios Públicos e da Administração Interna, do MNE, para o Ministro das Obras Públicas, datada de 20 de junho de 1947.

245.
AHDME, Embaixada do Rio de Janeiro, Mç.238: "Rio de Janeiro. Embaixada de Portugal. 1941 a 1950", Processo 21,3
– *Carta de Severo & Vilares*, para o Encarregado de Negócios da Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, datada de 22 de Outubro de 1947 e assinada por Antonio Severo.

246.
AHDME, Embaixada do Rio de Janeiro, Mç.238: "Rio de Janeiro. Embaixada de Portugal. 1941 a 1950", Processo 21,3
– Ofício do MOP para a Direção Geral dos Negócios Públicos e da Administração Interna, do MNE, datada de 21 de Novembro de 1947 e assinada pelo Chefe de Gabinete, J.P. Nazareth de Oliveira.

247.
AHDME, Embaixada do Rio de Janeiro, Mç.238: "Rio de Janeiro. Embaixada de Portugal. 1941 a 1950", Processo 21,3
– Cópia da Carta enviada pelo Encarregado de Negócios da Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro para a firma Severo & Vilares, de 11 de Dezembro de 1947.

248.
AHDME, Embaixada do Rio de Janeiro, Mç.238: "Rio de Janeiro. Embaixada de Portugal. 1941 a 1950", Processo 21,3
– Cópia da Carta enviada pela firma Severo & Vilares para o Encarregado de Negócios da Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, datada de 19 de Dezembro de 1947.

249.
AHDME, Embaixada do Rio de Janeiro, Mç.238: "Rio de Janeiro. Embaixada de Portugal. 1941 a 1950", Processo 21,3
– Ofício do MNE para a Repartição dos Serviços Administrativos da 7ª Repartição da Contabilidade Pública, 31 de Dezembro de 1947.

250.
AHDME, Embaixada do Rio de Janeiro, Mç.238: "Rio de Janeiro. Embaixada de Portugal. 1941 a 1950", Processo 21,3
– Ofício do MOP, assinado por Jácome de Castro, para a Direção Geral dos Negócios Políticos e Administração Interna do Ministério dos Negócios Estrangeiros, de 3 de Fevereiro de 1948.

Tudo parecia estar em movimento. Em 20 de Junho, a Direção Geral dos Negócios Políticos e da Administração Interna do MNE comunicou ao Ministro das Obras Públicas que o Encarregado de Negócios de Portugal no Rio de Janeiro, em harmonia com as instruções recebidas, tinha pedido propostas às três mais importantes firmas para a empreitada de demolições, acabando o trabalho por ser entregue à *"Hugo Schwartz"*. E transmitia ainda a notícia de que António Severo teria dito que se recebesse prontamente o projeto para a Embaixada poderia iniciar os trabalhos de sondagens, cálculo do betão armado, orçamento e terraplanagens, o que faria ganhar dois meses²⁴⁴. O que deixa claro que seria a *Severo & Vilares* a realizar as especialidades e a organização do processo para obra.

Uma carta da *Severo & Vilares*, a quem tinha sido também confiada a organização e fiscalização das demolições, anunciava o termo destas para 29 de Outubro de 1947²⁴⁵. Mas em 21 de Novembro ainda o MOP estava tentar acertar as contas com a empresa que fizera as demolições, assim como com a *Severo & Vilares* que exigia ser paga pelos estudos e levantamentos que tinha anteriormente realizado.

Um outro Ofício — que remetia uma *'Informação'* de Jácome de Castro — deixava perceber que o Anteprojeto ainda não tinha sido validado, embora estivesse pronta uma planta de implantação para ser aprovada pelo MNE, podendo depois seguir para o Rio *"para que possam urgentemente ser iniciados os correspondentes trabalhos"*. E recomendava-se que fossem acordados com a *Severo & Vilares* as condições de execução e prosseguimento dos trabalhos *"por forma a que logo que o projecto definitivo a apresentar pelos architectos autores, seja aprovado por V. Ex.ª, se possa tratar com essa firma o que fôr necessário para a execução da obra"*²⁴⁶.

Em 11 de Dezembro, o Encarregado de Negócios no Rio, Luís Norton de Matos, solicitava à firma *Severo & Vilares* que viesse buscar em mão *"para evitar extravios"* um dossier com a Implantação e a Memória Descritiva do novo edifício. E solicitava ainda duas respostas: Como achavam mais apropriado que o trabalho fosse executado e fiscalizado, e quais as condições em que se proporia a *Severo & Vilares* a realizá-lo²⁴⁷. A resposta veio com sugestões sobre o modo de organizar a empreitada de construção e apresentando a sua proposta de honorários: se lhes fossem fornecidos todos os desenhos de execução e os cálculos para o betão, cobrariam 7%. E se tivessem de incluir os cálculos, cobrariam 9%²⁴⁸.

O Anteprojeto deverá ter sido aprovado em finais de Novembro ou inícios de Dezembro de 1947, porque após os vistos do MNE e do MOP foram requisitados os fundos para liquidar a prestação respeitante a essa fase do estudo²⁴⁹. E foi tomada pelo MOP a decisão de entregar a empreitada das terraplanagens à *Severo & Vilares*²⁵⁰. O Projeto Definitivo — representado por uma grande maquete na Exposição de Obras

Públicas de 1948 — deve ter sido formalmente aprovado apenas em Junho ou Julho de 1948, de acordo com comunicação à Contabilidade Pública, requisitando fundos para pagamento da prestação correspondente aos arquitectos²⁵¹.

4.6

A PRIMEIRA VERSÃO DO PROJETO

Como notamos já, terá existido um primeiro estudo — que designamos *‘Projeto 0’* — realizado pela *Severo & Vilares* em 1946. Sabemos pouco sobre ele. Apenas que era o Projeto nº2.941²⁵² e que previa investir 90% em obra nova e apenas o restante em conservação do existente, sendo de presumir que reformulava completamente o velho palacete, ou o ampliava muito. O que sabemos é que nem o facto da estimativa orçamental ser metade do valor da estimativa prevista inicialmente por Guilherme Rebelo de Andrade constituiu impedimento a que se optasse por uma solução *‘portuguesa’*, pois, segundo Teotónio Pereira, aquele Anteprojeto *“teve de ser posto de parte por se haver reconhecido a inconveniência quer artística, quer económica e funcional, do aproveitamento do antigo edifício”*²⁵³.

O segundo estudo, o *“Projecto de 1947”* — o primeiro dos Rebelo de Andrade — e que designamos como *‘Projeto 1’*, foi elaborado em versão inicial entre o verão de 1946 e o começo do ano seguinte. No início de 1947 houve uma campanha de imprensa anunciando o projeto para a Embaixada, na qual o *Diário de Lisboa* informava que tinha já desaparecido o velho edifício e que havia autorização do Governo português para construir o novo. Que o futuro *“Palácio de Portugal”* era de *“traço grandioso”*, com projeto de Guilherme Rebelo de Andrade e *“no estilo que àquele arquitecto é tão querido e familiar”*. Que interpretava *“um solar nobre português, mas com elementos no estilo do Palácio de Queluz”*, sendo a fachada principal *“adiantada por uma colunata em rotunda que sustenta um terraço guardado por balaustrada”*²⁵⁴, tal como a imagem que o jornal carioca *A Voz de Portugal* publicou mais tarde, em Junho desse ano (Fig. 4.05).

O *Diário de Lisboa* acrescentava que os dois corpos laterais eram *“simples e de linhas harmoniosas”*, mostrando uma perspectiva das tra-seiras (Fig. 4.06) e explicando: *“No interior, e ladeado pelos corpos do edifício, rasga-se um amplo e decorativo pátio de honra”*, existindo, ao fundo do palácio e a ele ligado *“um trecho de bosque ligado ao Corcovado”*²⁵⁵.

Outro jornal do Rio de Janeiro, *A Manhã*, referia também o projeto, ecoando as notícias chegadas da imprensa lisboeta: *“O novo palácio, no estilo de Queluz, será uma casa bem portuguesa, com todo o encanto e*

251. AHDMNE, Embaixada do Rio de Janeiro, Mç.238: “Rio de Janeiro. Embaixada de Portugal. 1941 a 1950”, Processo 21,3 - Comunicação do MNE à 7ª Repartição da Contabilidade Pública, de 23 de Julho de 1948.

252. Existe parte do espólio da “Ramos de Azevedo” e da “Severo & Vilares” na Biblioteca da USP e na Fundação Washington Luis, em São Paulo.

253. AHDMNE, Embaixada do Rio de Janeiro, Mç.238: “Rio de Janeiro. Embaixada de Portugal. 1941 a 1950”, Processo 21,3 - Ofício de 19 de Abril de 1947, do Embaixador PTP para Ministro Negócios Estrangeiros.

254. “O Novo Edifício da Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro”, in: *Diário de Lisboa*, Ano 26, nº8661, de 7 de Janeiro de 1947, p.1.

255. Idem

256. "O Novo Edifício da Embaixada de Portugal no Brasil", in: *A Manhã* [RJ, Brasil], de 17 de Janeiro de 1947, p.3.

257. Dossier existente no Arquivo do Consulado de Portugal no Rio de Janeiro, denominado "PROJECTO DO EDIFÍCIO PARA A EMBAIXADA DE PORTUGAL NO RIO DE JANEIRO: ARQUITECTOS REBELLO DE ANDRADE : 1947", datado de Outubro de 1947, numerados de 1 a 32, faltando as plantas da cave, do piso nobre e do andar superior, Fl.s 4, 5 e 6, assim como a Fl.31.

258. Existentes na Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Multimédia, cota: CTF003.61661; CFT003.61662; CFT003.61664 e CFT003.61666.

259. AHDMNE, Embaixada do Rio de Janeiro, Mç.238: "Rio de Janeiro. Embaixada de Portugal. 1941 a 1950", Processo 21,3 – Fotografia de desenho existente na Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Multimédia, cota: CFT003.61663.

260. Esta Maquete - destinada a figurar na Exposição de Obras Públicas, inaugurada em 28 de Maio de 1948 - terá sido realizada em Abril/Maio pela firma Sampaio & Laginha, de Lisboa, "de acordo com n/proposta de 31 de janeiro pp", segundo a Fatura nº178 de Sampaio & Laginha, datada de 7 de Maio de 1948. Fonte: AHDMNE, Embaixada do Rio de Janeiro, Mç.238: "Rio de Janeiro. Embaixada de Portugal. 1941 a 1950", Processo 21,3. Há uma outra notícia posterior de uma "modificação" desta maquete, datada de 29 de Junho de 1948. Fonte: AHDMNE, Embaixada do Rio de Janeiro, Mç.238: "Rio de Janeiro. Embaixada de Portugal. 1941 a 1950", Processo 21,3 – Factura nº320 de Sampaio & Laginha, datada de 29 de Junho de 1948. Ambas as facturas eram dirigidas ao Delegado do MOP para a construção da Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, Jácome de Castro.

carácter dos velhos solares portugueses do séc. XVIII"; o edifício terá a "forma de U com dois corpos laterais voltados para o interior" e, no interior desse U, "à altura do andar nobre existirá um amplo pátio de honra quadrangular, que ficará ligado por uma ponte a um jardim existente"²⁵⁶.

Coincidem parcialmente com estas descrições os elementos que conhecemos sobre o *Projeto 1*. Existe um dossier com cerca de 30 peças desenhadas no Arquivo do atual Consulado de Portugal do Rio de Janeiro (ACPRJ) – ao qual faltam desenhos, nomeadamente as plantas dos pisos²⁵⁷. Somam-se a estes elementos diversas fotografias da maquete de 1948²⁵⁸ (Fig.s 4.07, 4.08, 4.09, 4.10), existindo ainda uma imagem mais trabalhada do alçado principal (Fig. 4.11)²⁵⁹. É a partir destes elementos que se consegue perceber o que foi este *Projeto 1* e porque foi criticado, preterido, e depois refeito em versões sucessivas.

Os desenhos estão datados "1947", e corroboram parcialmente alguns dos dados reportados pelos jornais, mas também permitem assinalar diferenças. A solução é genericamente a mesma, com uma planta em "U" e uma ponte a ligar o pátio central ao jardim. Mas o pórtico de entrada de "colunata em rotunda" que se vê ainda na Fig. 4.05 iria desaparecer na versão final, substituído por um novo pórtico de forma quadrangular; e as varandas ao longo da fachada da frente foram estendidas para além dos limites do corpo principal.

A maquete²⁶⁰, mais tardia e certamente da versão definitiva, proporciona melhor informação. Vista do lado da rua (o lado Sul) mostra com clareza a sequência de planos da composição frontal, o muro e a balaustrada das varandas laterais, os pilares do pórtico – sem estarem já em semicírculo – e, sobre ele, as janelas recuadas. Tal como mostra o desdobramento dos volumes dos corpos laterais ou a pendente do terreno diante da entrada que evidencia melhor o volume da construção, exibindo todo o conjunto uma maior riqueza e diversidade (Fig. 4.07). A maquete mostra ainda um grande portão central, alinhado com o enfiamento das palmeiras imperiais, reforçando a composição a partir do eixo da casa.

Na Fig. 408 vê-se a maquete do lado oposto, as traseiras, a norte, deixando perceber a forma em "U", com um terraço central sobrelevado em relação à ala Leste (por causa da pendente do terreno que descia de Oeste para Leste), percebendo-se que para este pátio central, espécie de claustro aberto, se abriam os espaços das três alas.

Os dois volumes que se destacam dos lados externos das alas laterais (Fig. 4.08 e Fig. 4.09), eram aparentemente desnecessários na composição geral e demasiado artificiais para a diversidade dos alçados. Verifica-se, porém, que o do lado poente correspondia a uma copa onde desembocava a escada que subia da cozinha, na cave, servindo de espaço de apoio ao salão de banquetes que ocupava o piso térreo da ala

poente; sendo o outro volume, do lado oposto, um espaço anexo ao salão de recepções, criado por razões de simetria²⁶¹.

Apesar de terem desaparecido, entre outros desenhos, as plantas do piso nobre e do piso superior, a partir da planta das fundações e dos cortes e alçados remanescentes, assim como de desenhos parciais, de detalhe, pode-se perceber o funcionamento genérico desta proposta. — Todo o piso da cave era ocupado com serviços de apoio, em volta de um grande espaço coberto correspondendo ao pátio do piso superior, por onde se faziam os acessos de funcionários e abastecimentos. O piso nobre estava ocupado pelas funções mais públicas. A entrada fazia-se pelo pórtico que, num primeiro patamar, dava acesso, descendo duas escadas separadas, aos sanitários destinados a visitantes, separados por género. Diante da entrada, uma escadaria subia para o grande átrio, ficando o espaço de passagem com ele ligado pela continuidade dos tectos. Do átrio, com entrada através de um arco com um portão em ferro forjado, acedia-se, à esquerda, para a biblioteca e, presumivelmente, ao gabinete oficial do Embaixador; e, à direita, a uma antecâmara que ligava a uma sala de recepção. Passado o arco do portão interior, chegava-se a um grande corredor transversal, de onde, por três grandes portas em arco, se podia sair para o pátio central. Nos topos deste espaço de circulação, duas portas, simétricas, davam entrada para duas grandes antecâmaras, iguais e também simétricas, que davam passagem, à esquerda, para o salão de banquetes e, à direita, para o salão de recepções. Destas antecâmaras podia igualmente passar-se às salas da frente, atravessando saletas secundárias. O acesso ao piso superior e à cave fazia-se por um núcleo de escadas interiores situado do lado esquerdo e com acesso pelo grande corredor transversal e, do lado oposto, em posição semelhante, ficava o elevador. O salão de banquetes ficava na ala esquerda, sobre a cozinha e interligado com a copa; e o salão de recepção na ala direita.

O piso superior era a parte residencial do embaixador e da sua família, sendo de mais difícil reconstituição. Quatro grandes *loggias* — a da frente e as dos três lados do pátio, faziam espaços de sombra e de transição para um conjunto de salas de estar e de receber, entre os quais certamente o *boudoir* da Embaixatriz e os quartos e demais espaços de apoio.

A estrutura compositiva e funcional, de matriz clássica, era composta por compartimentos em '*enfilade*', seguindo eixos quer perpendiculares à fachada quer paralelos a ela, articulados por variações de pé-direito e de forma de tecto (abóbadas, calotes esféricas, masseiras...) que geravam diferentes ambientes e faziam os espaços parecer em maior número e mais complexos. Uma estratégia que se manteria nas restantes versões e mesmo na construção final.

261. Desenho nº17 do Dossier existente no Arquivo do Consulado de Portugal no Rio de Janeiro, denominado "Projecto do Edifício para a Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro: Architectos Rebello de Andrade: 1947".

262.

"Vou Deixar o Brasil com a Maior Saudade!" In: *A Voz de Portugal*, 20 de Junho de 1947, p.1.

263.

Decreto-Lei nº36.295, de 22 de Maio de 1947. In: *Diário do Governo*, 1.ª série, 22 de Maio de 1947, p.449. Este Decreto, no seu Art.º 3.º, remete parte dos procedimentos para o Decreto-Lei nº32.281 de 21 de Setembro de 1942, ver: *Diário do Governo*, 1.ª série, 21 de Setembro de 1942, p.1200, que agilizava procedimentos para o caso de trabalhos em Embaixadas e Legações no estrangeiro, estando diretamente relacionado com o precedente da aquisição e obras da Embaixada em Madrid.

Em Junho de 1947 o Embaixador Pedro Teotónio Pereira foi nomeado para a Embaixada de Portugal em Washington. No mês seguinte, na sua última ida ao Brasil, na despedida e como parte da sua cruzada pessoal para a construção da nova Embaixada, levou consigo um desenho que de imediato foi publicado pelo semanário *A Voz de Portugal*²⁶² (Fig. 4.11).

É um desenho lapisado do alçado da frente que nos mostra uma grande casa, de fachada simétrica, com cave, piso nobre e andar. Um pórtico-varanda ao centro marca o eixo de simetria e nobilita a entrada, juntamente com um corpo ligeiramente saliente que reforça a centralidade da composição. Grandes telhados, pilastras marcadas nos cunhais e rematadas por pináculos na cobertura. Dos dois lados do alçado, já nas laterais, veem-se dois corpos salientes que parecem colados às duas varandas com balaustradas que, na frente, terminam em forma curva. Uma dupla rampa de fraca pendente sobe de cada lado da fachada para o pórtico de entrada. Dois nichos com estátuas decoram o piso nobre em ambas as varandas.

Embora seja um desenho graficamente bem trabalhado e onde se reconhece a mão hábil de Guilherme Rebelo de Andrade, o resultado global revelou-se uma imagem muito pouco eficaz. A frontalidade do desenho; o nivelamento do 'observador' com o conjunto da fachada; o não se perceber o realce do edifício em relação à cota da entrada no terreno; o pórtico central pouco destacado, pois as sombras não eram suficientemente intensas para garantir o relevo necessário à percepção do avanço daquele corpo... tudo parecia esbater o impacto deste desenho.

Tudo aquilo que a maquete de 1948 mostraria depois com clareza, eliminando dúvidas e questões, enriquecendo a percepção da forma e a compreensão da sua concepção, estava omissa ou frouxo neste documento. A sua utilização como 'cartaz' representativo da nova Embaixada foi uma escolha infeliz. E isso iria ter um preço elevado para o prosseguimento dos trabalhos, como veremos.

4.7

SURGEM PROBLEMAS

Não obstante a publicação do Decreto-lei nº36.295²⁶³ em Maio de 1947, autorizando o MOP recorrer a procedimentos administrativos expedidos para a realização da obra, entre o Verão de 1948 e inícios de 1949 não houve qualquer desenvolvimento. E ninguém parecia saber de nada. Em 10 de Fevereiro de 1949 o Inspetor Superior de Obras Públicas e delegado do MOP para este projeto, Jácome de Castro, respondeu a um pedido de informação do MNE dizendo, muito simplesmente, não ter nenhum conhecimento do estado do processo. E explicava que por indicação do Ministro das Obras Públicas tinha acompanhado a elaboração do

Projeto da Embaixada do Rio realizado pelo Arquitecto Guilherme Rebelo de Andrade, o qual tinha sido depois entregue ao Embaixador de Portugal no Rio de Janeiro acompanhado “de uma pequena nota destinada a facilitar as consultas que o mesmo embaixador entendesse fazer (...) não só para complemento do projecto na parte dos cálculos e instalações especiais, como também para a execução da obra”, mas que desde o embarque do novo Embaixador nada mais tinha sabido sobre o assunto²⁶⁴.

Várias razões explicam a ausência de desenvolvimentos. Depois da saída de Teotónio Pereira no verão de 1947, somente em 11 de Fevereiro de 1948 foi designado o Embaixador João António Bianchi (1884-1969)^{265*} para representante de Portugal no Brasil. E somente um ano depois da sua nomeação, já em finais de Fevereiro de 1949, o novo Embaixador enviou para Lisboa uma extensa Carta-Relatório apresentando um conjunto de críticas ao projeto da Embaixada²⁶⁶. Numa primeira carta, de 25 de Fevereiro, insinuava já algumas objecções, mas foi na carta de 27 de Fevereiro e seus anexos que estabeleceu e desenvolveu os seus comentários.

Tinha recebido com “entusiasmo” na véspera da partida para o Rio – entregues por Jácome de Castro, como referimos acima – os planos de construção da nova Embaixada e a autorização para “proceder às diligências necessárias para a sua execução”. Logo à chegada tinha “cautelosamente” estudado o projeto concluindo que eram necessárias importantes modificações. E tinha sido informado que o alçado “em tempos” publicado pela *Voz de Portugal*²⁶⁷ – o da Fig. 4.11 – tinha causado “impressão pouco favorável”, pelo que entendia, antes de “entregar os planos aos construtores”, ser “conveniente obter, de todas as fontes úteis, opiniões e pareceres, e comparar o que se projetou com as instalações de outras embaixadas (...), para apreciação das exigências locais, quer de costumes quer de clima”.

Além de ter consultado “técnicos”, tinha colocado na parede do seu gabinete “mesmo em frente donde se sentam as visitas” o alçado em grande escala – o mesmo desenho trazido, em julho de 1947, por Teotónio Pereira para o Rio de Janeiro. Tinha ouvido opiniões sobre o projeto de “magnatas da colónia”, de “directorias de associações”, de “numerosos colegas” e de muitos outros. De todos eles, em grau maior ou menor, as apreciações eram desfavoráveis, podendo resumir-se em: – “a) Parece uma residência particular e não tem a imponência que exige um Palácio de Embaixada; b) A frente é estreita em vez de se aproveitar toda a largura para dar à fachada proporções aparatosas; c) O pórtico de entrada é mesquinho e acanhado; d) O andar de cima destinado a residência do Embaixador e de visitantes ilustres é que causa maior impressão; com um pequeno alpendre engaiolado e janelas de proporções tão reduzidas que, neste clima de calor e humidade à saturação onde toda a ventilação é pouca (...) [prejudicam ainda] a imponência da fachada”.

264.

AHDMNE, Embaixada do Rio de Janeiro, Mç.238: “Rio de Janeiro. Embaixada de Portugal. 1941 a 1950”, Processo 21.3 – Ofício de 10 de Fevereiro de 1949, do MOP, assinado por Jácome de Castro, para a Direcção Geral dos Negócios Políticos e de Administração Interna do MNE.

265.

João António Bianchi esteve na carreira diplomática desde 1916, em locais tão diversos como Londres e Pequim. Foi Embaixador de Portugal em Washington entre 1944 e 1947 (tendo chefiado já ali anteriormente a Legação Portuguesa), sendo depois nomeado como Secretário Geral do MNE e de seguida Embaixador no Brasil, desde 11 de Fevereiro de 1948 até à sua aposentação em 19 de Dezembro de 1949 (*Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Volume XXXIX (Apêndice), p.43).

266.

AHDMNE, Embaixada do Rio de Janeiro, Mç.238: “Rio de Janeiro. Embaixada de Portugal. 1941 a 1950”, Processo 21.3 - Carta de 25 de Fevereiro de 1949 e Carta-Relatório de 27 de Fevereiro de 1949, do Embaixador João Bianchi para o Ministro dos Negócios Estrangeiros.

267.

Trata-se do semanário *A Voz de Portugal*, de Crisóstomo Cruz, publicado a partir de 1936 no Rio de Janeiro. A referencia alude à publicação do alçado frontal, levado em mão pelo Embaixador Teotónio Pereira quando da sua última ida ao Brasil para se despedir, em julho de 1947. Fonte: “Vou deixar o Brasil com a maior saudade!” in: *A Voz de Portugal*, Ano XII, nº831, 20 de Julho de 1947, p.1-2. O alçado publicado é o apresentado na Fig. 3.12.

268.
AHDME, Embaixada do Rio de Janeiro, Mç.238: "Rio de Janeiro. Embaixada de Portugal. 1941 a 1950", Processo 21,3 - Carta-Relatório de 27 de Fevereiro de 1949, dirigida pelo Embaixador no Brasil para o Ministro dos Negócios Estrangeiros.

O interior merecia igualmente reparos do Embaixador Bianchi. A parte da recepção — ou seja, a parte onde decorreriam as atividades sociais — tinha, alegadamente, um vestíbulo pequeno e as salas estavam divididas por nichos; o salão de baile e de jantar tinham proporções estreitas *"de corredor"* e, segundo o Embaixador, *"muito pouco elegantes"*, sendo que para o *"corrigir"* tinham colocado colunas, uma solução *"inverosímil"* porque diminuía mais ainda as dimensões funcionais *"e no salão tira toda a grandeza"*. Pior mesmo, para Bianchi, era a *"promiscuidade"* das salas de jantar e de estar do Embaixador para todos os dias ou para pequenas reuniões, *"sendo necessário atravessar duns para os outros"*.

Quanto ao piso superior onde ficava a residência, o acesso era *"insuficiente e incómodo"* servido apenas *"por um pequeníssimo elevador que sai nos aposentos privados do embaixador"*, além da escada *"estreita"* e tudo o resto *"acanhadíssimo"*, pois os quartos tem dimensões que se não adaptam *"a este país"*; sendo ainda necessário modificar as casas de banho e criar instalações arejadas para guardar roupas.

Até mesmo à crítica das soluções construtivas o Embaixador Bianchi chegou, certamente aconselhado por alguém, possivelmente António Severo, afirmando ser *"um grave erro fazer em alvenaria"*, no Rio de Janeiro *"quase abandonada"* por ser mais cara, roubar espaço e dificultar a divisão interior. E opinava também que o edifício ficava demasiado perto da rua *"tirando imponência à entrada"* e num bairro que deixava muito a desejar por ser *"principalmente de gente de cor"*.

Juntava ao seu relatório um conjunto de anexos — fotocópias reduzidas das plantas (que não foram encontradas nos arquivos!) — indicando os problemas; uma lista de defeitos e respectivas sugestões de correção; e fotografias dos alçados das Embaixadas de Inglaterra e Estados Unidos esclarecendo ser essencial para a cidade do Rio *"uma fachada imponente, divisões espaçosas, janelas rasgadas e largas varandas"*.

Dissertou ainda sobre as qualidades de outras Embaixadas, sempre qualificadas de *"esplendidas"*, *"magníficas"* e *"grandiosas"*... antes de explicar que, em face disto tudo, preocupado, tinha-se apressado a vir expor estes problemas *"a Sua Excelência"*, tanto mais que, segundo supunha, *"não foram apreciados nesse Ministério"*. Em consequência, anunciava ter mandado suspender os trabalhos pois achava a solução projetada uma *"despesa inútil"*, sugerindo antes nova ida do arquitecto ao Rio para estudar as alterações. Rematando que *"gastar 15 ou 20 mil contos no que está projetado seria inteiramente contra o meu parecer"*²⁶⁸.

Não conhecemos todos os detalhes deste projeto; apenas os desenhos e a maquete que referimos acima. Mas é fácil perceber a opinião do Embaixador Bianchi e dos seus consultores ou amigos. De facto, como apontamos já, o desenho do alçado mostrava mal o edifício, sendo a

apreensão da escala difícil, assim como das proporções. Mas pelas indicações no Anexo relativo a “defeitos” e respectivas “correções”, surgem dúvidas sobre a justeza e a natureza de algumas das críticas. O facto de João Bianchi achar o muito generoso salão de banquetes — que tinha 8,5x18,4m — demasiado estreito e muito comprido; ou de achar que os 39 metros de largura da fachada deveriam passar a 50m; ou de acusar o pórtico de entrada de ser pequeno “como de uma residência particular”, pelo que deveria passar a um pórtico de três vãos “próprio de um palácio”²⁶⁹, são questões debatíveis. E o mesmo se passa com a lógica dos compartimentos colocados em sequência. Mas as críticas à exiguidade da escada, ou a algum desequilíbrio das circulações, são fáceis de entender.

Não possuímos documentos sobre a sequência imediata do diálogo do Embaixador com o Ministro, ou das diligências junto do MOP, este provavelmente com responsabilidades na restrição da natural ambição dos arquitectos, agora verberada pelo Embaixador, nem da opinião destes sobre os comentários daquele. Mas é um facto, como veremos, que algumas das observações do referido relatório foram integradas nas versões seguintes do projeto, de modo a transformar a ‘casa particular’ em ‘palácio’.

4.8

O EMBAIXADOR LEITE DE FARIA E O ARRASTAR DO PROCESSO

A saúde do Embaixador João Bianchi era frágil, tendo regressado a Lisboa para se reformar pouco depois. Entre Dezembro de 1949 e Setembro de 1950 foi o Encarregado de Negócios, António Leite Cruz, o responsável pela missão portuguesa, certamente com pouco poder e reduzida capacidade de iniciativa. E nada se avançou até à chegada do novo Embaixador de Portugal, o Dr. António Leite de Faria.

António Leite de Faria (1904-2000), teve um longo e importante percurso na Diplomacia Portuguesa. Esteve desde 1935 colocado na Embaixada de Londres, onde foi o ‘número dois’ de Armindo Monteiro até 1943, continuando depois naquele posto com o Duque de Palmela que sucedeu a Monteiro como Embaixador até 1945. Regressou a Lisboa para ser Diretor-Geral dos Negócios Políticos (1945-47) e depois Secretário Geral do MNE (1947-50). Seguiu para o Rio de Janeiro em 1950 onde esteve até 1958, passando para o lugar de Embaixador em Paris (1958-61) e depois no Vaticano (1961-68). Regressou a Londres em 1968 aí terminando a sua carreira, em 1973.

Segundo Bernardo Futscher Pereira²⁷⁰ era “socialmente ambicioso e inteiramente devotado à carreira (...) diplomata hábil e calculista, atento a todos os pormenores, de fácil relacionamento e raciocínio frio, normal-

269. AHDMNE, Embaixada do Rio de Janeiro, Mç.238; “Rio de Janeiro. Embaixada de Portugal. 1941 a 1950”, Processo 21,3 - Anexo “A” à Carta-Relatório de 27 de Fevereiro de 1949, dirigida pelo Embaixador no Brasil para o Ministro dos Negócios Estrangeiros.
270. PEREIRA, Bernardo Futscher - *A Diplomacia de Salazar, 1932-1949*. Alfragide, D. Quixote, 2ª Ed. 2013, p.456-7.

271. mente afável mas implacável na defesa dos seus interesses pessoais e profissionais. Com umas antenas apuradas, tinha um talento especial para se fundir com o ambiente dos postos em que servia". E de acordo

MATHIAS, Marcello Duarte
- *Diário de Paris 2001-2003: no devagar depressa dos tempos*.
Lisboa, Cosmos, 2006, p.127.

com Marcello Duarte Mathias, António Leite de Faria era "britaníssimo em Londres, de coco e chapéu de chuva com o Times debaixo do braço; carioca de gema no Rio de Janeiro, sambando animadamente em Copacabana; temente a Deus no Vaticano, por entre rosários e genuflexões"²⁷¹.

272. AHDMNE, Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, Mç.741, Capilha: Proc. 21,3 "Construção de um Edifício para a Instalação da Embaixada", Ofício de 3 Outubro de 1950, do Embaixador para MNE [11p.], p.2.

Leite de Faria tinha assistido à remodelação da Embaixada de Londres e conhecia Guilherme Rebelo de Andrade. Recordemos que fora assessor do Doutor Armindo Monteiro durante o duro braço de ferro com Salazar a propósito da remodelação daquela Embaixada, tendo Guilherme Rebelo de Andrade e José de Figueiredo de permeio, como vimos detalhadamente na Parte Dois. Assim, nada mais natural do que, solidário com o seu antigo e persuasivo superior, tendo vivido ao lado dele e em provável sintonia a guerra da decoração da Embaixada de Inglaterra em 1937, tivesse guardado a irritação que o amargo processo havia gerado a todos os intervenientes. Bem ao contrário de Teotónio Pereira que partilhava com Guilherme Rebelo de Andrade experiências e memórias positivas, havia neste caso um passado negativo que inquinou, desde início, as relações do Embaixador com os arquitectos, suscitando em vários momentos um evidente mal estar.

273. AHDMNE, Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, Mç.741, Capilha: Proc. 21,3 "Construção de um Edifício para a Instalação da Embaixada", Ofício de 3 Outubro de 1950, do Embaixador para MNE [11p.], p.4.

Poucos dias depois da apresentação de credenciais ao Governo brasileiro, em inícios de outubro de 1950, Leite de Faria enviou sobre o assunto da nova Embaixada um longo Ofício para o MNE. Tratava primordialmente da sua própria instalação no Rio de Janeiro, recusando o apartamento que tinha sido habitado pelos seus antecessores, porque estava "com paredes pouco limpas, cortinas sujas, tapetes rotos, as gelosias partidas e a cair aos pedaços, mal decorado com os velhos móveis de S. Clemente, completamente desirmanados...", indigno de ser a sede da representação portuguesa "num meio exigente e snob como é a sociedade do Rio de Janeiro"²⁷²; e sugeria várias hipóteses de casas para serem alugadas.

Porém, a construção da nova Embaixada era o tema central. A questão tinha sido abordada em Lisboa antes da ida de Leite Faria para o Brasil, ficando este de a tratar "de acordo com o que ficou combinado com V. Ex.^a [o Ministro dos Negócios Estrangeiros] e o Seu Colega das Obras Públicas". Assim, logo na sua chegada ao Rio tinha anunciado aos jornalistas "a vinda de um arquitecto de Portugal para tratar com uma firma local da construção do edifício", e assegurar a "instalação condigna da representação portuguesa"²⁷³. Segundo ele, a inexistência de uma verdadeira Embaixada "constitui profundo desgosto para a Colónia, que se sente diminuída com a situação um pouco humilhante que as circunstâncias criaram à representação oficial do seu país, e que, de mistura

com sorrisos mais ou menos irónicos, é assunto obrigatório de conversa de todos os brasileiros (...) a começar pelo próprio Ministro das Relações Exteriores²⁷⁴. Efetivamente, o Ministro brasileiro “que como é sabido gosta de falar em coisas desagradáveis”, ao receber o novo Embaixador no Itamaraty teria aludido ao facto de terem passado quatro anos sobre a demolição do antigo edifício sem ter sido ainda começada a construção, o que não fazia “grande honra à nossa administração”. E acrescentava que a “visão desoladora das ruínas no parque de S. Clemente” tinha levantado dúvidas na colónia sobre o acerto da demolição, particularmente entre os que tinham contribuído para a compra da casa.

Aproveitava para fazer recomendações: que o arquitecto “antes de rever definitivamente o projecto” fosse de novo ao Rio, pois receava “que a casa tenha uma atmosfera demasiado Europeia, sem a necessária adaptação ao ambiente local, e que, por outro lado, numa cidade em que a aparência é tudo, o aspecto exterior da futura Embaixada dê uma impressão menos lisonjeira do que ela será”. E usava, tal como o seu antecessor, a comparação com as dos restantes países, lembrando que a recente construção nos terrenos vizinhos da Embaixada Britânica, “imponente”, e também da Norte-Americana, fazia com que os planos para a casa portuguesa parecessem “coisa mesquinha²⁷⁵”.

— Vimos já, na Parte Dois, um discurso muito próximo deste nos comentários de Armindo Monteiro sobre a necessidade de ‘adaptação ao gosto local’ e a sua importância para a ‘máquina diplomática’, quando da remodelação da Embaixada de Londres, em 1937. E não podemos deixar de recordar, nos termos utilizados pelo Embaixador António Faria, no Rio, a repetição do mesmo tipo de expressões e de interesses —.

Também o jardim, “a estudar desde já com um arquitecto paisagista especializado em jardins — e dizem que os há aqui bons”, tal como os projetos para a piscina, garagem e portaria, eram preocupação do Embaixador, para não se correr o risco de “com estudos parcelares prejudicar o conjunto da obra”. Mas não terminava a missiva sem um primeiro ajuste de contas com Guilherme Rebelo de Andrade, da ‘escola’ de Armindo Monteiro, e que se repetiria obsessivamente durante os anos seguintes em diversos matizes e em diferentes ocasiões. Um problema que o preocupava — dizia — embora pudesse “parecer um pouco cedo” era o da “decoração e mobiliário” da nova Embaixada. Reconhecendo o “melindre” da situação, dizia que lhe “constara” ter o MOP contratado com Guilherme Rebelo de Andrade o trabalho de decoração e compra de móveis e adornos. Com efeito, considerava o Embaixador, “depois da experiência feita com o mobiliário do novo edifício do Ministério dos Negócios Estrangeiros [trabalho do Arqt.º Raul Lino]^{276*}, parece perigoso confiar a uma só pessoa um encargo de tal magnitude”. E, depois deste remoço colateral, vinha a questão: “o arquitecto Rebelo

274.

AHDMNE, Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, Mç.741, Capilha: Proc. 21,3 “Construção de um Edifício para a Instalação da Embaixada”, Ofício de 3 Outubro de 1950, do Embaixador para MNE [11p.], p.3.

275.

AHDMNE, Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, Mç.741, Capilha: Proc. 21,3 “Construção de um Edifício para a Instalação da Embaixada”, Ofício de 3 Outubro de 1950, do Embaixador para MNE [11p.], p.4.

276.

Trabalho realizado pelo Arquitecto Raul Lino (1879-1974), entre 1939 e 1950, ao serviço da DGEMN.

277.
AHDME, Embaixada de Portugal
no Rio de Janeiro, Mç.741,
Capilha: Proc. 21,3 "Construção de
um Edifício para a Instalação da
Embaixada", Ofício de 3 Outubro
de 1950, do Embaixador
para MNE [1p.], p.5.

278.
Idem

279.
AHDME, Embaixada de Portugal
no Rio de Janeiro, Mç.741,
Capilha: Proc. 21,3 "Construção de
um Edifício para a Instalação da
Embaixada", Ofício de 2 Dezembro
de 1950, do Embaixador
para MNE [2p.], p.1.

280.
AHDME, Embaixada de Portugal
no Rio de Janeiro, Mç.741,
Capilha: Proc. 21,3 "Construção de
um Edifício para a Instalação da
Embaixada", Ofício de 2 Dezembro
de 1950, do Embaixador
para MNE [2p.], p.2.

de Andrade, sem desprimor para as suas qualificações, não será talvez um perito em matéria de decoração e recheio de embaixadas". E de seguida a estocada: "O que se passou em 1937, com a sua intervenção na escolha do mobiliário da Embaixada em Londres não foi muito lisonjeiro para os seus créditos de decorador". E ainda (parece-nos de novo estar a ouvir o verrinoso Armindo Monteiro a falar!) prosseguia: "Conviria não deixar de referir que os móveis a escolher para uma Embaixada são mais importantes ainda para o efeito de representação do que a própria casa que se vai habitar". E mais uma vez o argumento comparativo reaparecia: "O bom gosto da decoração das Embaixadas Inglesa e Americana, a riqueza dos seus móveis, tapeçarias, quadros e objectos de arte, mais difícil tornou o problema que se nos vai apresentar"²⁷⁷.

Independentemente destes comentários, para António de Faria o importante era atentar na "extensão do problema que a destruição da Casa de S. Clemente tornou particularmente agudo" sendo "urgente iniciar quanto antes as obras"²⁷⁸. As intenções do Governo português eram, aparentemente, coincidentes. Algum tempo depois foi anunciada a ida de Jácome de Castro ao Rio com "os novos planos do edifício da embaixada"²⁷⁹.

De novo Leite de Faria aproveitou a notícia para enviar recados a Lisboa, afim de que "o edifício em projecto possa corresponder à finalidade que dele se espera", alegando desejar contribuir com os resultados da sua própria experiência e não por "simples desejo de contrariar as preferências ou inclinações do arquitecto". Apontava desde logo que não se podia deixar de incluir largas varandas comunicando com as salas de recepção; que as varandas poderiam acompanhar as fachadas laterais exteriores em continuação com a varanda descoberta à frente da fachada principal, visto que "num clima como este, sujeito a chuvas torrenciais e frequentes, trata-se de um melhoramento muito importante". E esclarecia que essa solução era preferível ao uso de ar condicionado, ao contrário do que se supunha em Lisboa. E que também não era necessário usar tectos baixos para tornar eficaz o ar condicionado "como pensava o Senhor Rebelo de Andrade", dado que este só podia ser usado nos "dois ou três meses de verão" sendo nas outras épocas do ano sempre necessário "ter todas as janelas abertas".

Com o argumento de tudo ali ser "muito diferente de Portugal (...) parece indispensável que o projecto não seja definitivamente aprovado em Lisboa antes de ser examinado in loco". Ou seja — e este era o cerne da questão — que tal fosse feito "por mim, pelo sr. arquitecto [sic] Jácome de Castro e pela firma construtora". Evitando "erros graves para uma casa a construir no Brasil, embora o projecto possa ser perfeito se destinado a outro país de clima diferente"²⁸⁰. E concluía referindo que numa obra que iria custar "20 ou 25 mil contos", seria de lamentar que

por comodismo ou desinteresse de quem está em condições de informar²⁸¹ se criassem situações irreparáveis.

A resposta de Lisboa, ambígua e tibia, chegou por telegrama. O Ministro apreciava as recomendações apresentadas mas estas vinham tarde dado o adiantamento dos trabalhos. Jácome de Castro seguiria para o Brasil no início de Janeiro levando o projeto e — primeira concessão — *“estudará aí o assunto conjuntamente com V. Ex.^a e técnicos locais”*. Mas, e embora o Ministro afirmasse *“ser impossível reformar o projecto a não ser refundindo totalmente, o que envolveria novas grandes demoras que o Governo quer evitar”*, subtilmente acrescentava que a *“demonstração que V. Exa. aí consiga fazer para aperfeiçoar o projecto terá muita importância”²⁸²*, o que parecia ser um apelo do Ministro — segunda concessão — a que fosse o Embaixador a criar condições para que ele próprio, Ministro, pudesse agir ‘politicamente’ em Lisboa, de modo a eventualmente ser autorizada a reformulação do projeto e os consequentes atrasos aceites.

Agarrando a oportunidade e logo no dia seguinte, o Embaixador respondeu, também por telegrama, aproveitando as concessões. Dizia *“depreender”* que quando Jácome de Castro fosse para o Rio *“ainda não estará aprovado projecto definitivo”* e, assim sendo, era melhor a ida dele *“antes do Natal”*, pois, no caso, *“que considero inevitável”*, de resultarem necessárias alterações ao projeto, seria preferível realizá-las antes de terminar a sua revisão em Lisboa. E que mais *“dois ou três meses”* num processo que durava já há três anos, não eram relevantes.

4.9

A SEGUNDA E TERCEIRA VERSÕES DO PROJETO

Em Janeiro de 1951, foi anunciada a partida de Guilherme Rebelo de Andrade e de Jácome de Castro para o Rio, de avião²⁸³. Provavelmente levavam já um projeto pronto, o segundo dos Rebelo de Andrade — o ‘Projeto de 1950’ — que aqui designamos por *“Projeto 2”*, e que apresentaram ao Embaixador e à Severo & Vilares.

Aproveitando a abertura de Lisboa, o Embaixador terá imposto modificações substanciais. Por tal razão e face à *“trabalhosa adaptação”*, nomeadamente pelo *“alongamento da fachada principal, estabelecimento de numerosas varandas de protecção, melhoria dos quartos e suas dependências...”*, e porque tinha sido necessário *“estudar e desenhar de novo as plantas de todos os pisos”*, em inícios de Fevereiro foi solicitada autorização para prolongar a estadia²⁸⁴, de imediato garantida por Lisboa, pelo *“tempo que fôr necessário para chegarem a solução total e definitiva”²⁸⁵*.

Apesar do previsível aumento de custos, um Memorando de finais de Março de 1951, do Ministro dos Negócios Estrangeiros, então Paulo

281. .
AHDMNE, Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, Mç.741, Capilha: Proc. 21,3 “Construção de um Edifício para a Instalação da Embaixada”, Ofício de 2 Dezembro de 1950, do Embaixador para MNE [2p.], p.2.

282.
AHDMNE, Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, Mç.741, Capilha: Proc. 21,3 “Construção de um Edifício para a Instalação da Embaixada”, Telegrama nº100, de 15 de Dezembro de 1950, do Ministro dos Negócios Estrangeiros para o Embaixador no Rio de Janeiro.

283.
AHDMNE, Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, Mç.741, Capilha: Proc. 21,3 “Construção de um Edifício para a Instalação da Embaixada”, Telegrama nº10, de 12 de Janeiro de 1951, dos Serviços Administrativos do MNE para o Embaixador no Rio de Janeiro.

284.
AHDMNE, Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, Mç.741, Capilha: Proc. 21,3 “Construção de um Edifício para a Instalação da Embaixada”, Telegrama nº34, de 6 de Fevereiro de 1951, do Embaixador no Rio de Janeiro para o MNE.

285.
AHDMNE, Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, Mç.741, Capilha: Proc. 21,3 “Construção de um Edifício para a Instalação da Embaixada”, Telegrama nº19, de 8 de Fevereiro de 1951, do Ministro para o Embaixador no Rio de Janeiro.

286. Paulo Arsênio Veríssimo da Cunha (1908-1986), Professor de Direito, Advogado, Deputado e Ministro dos Negócios Estrangeiros entre 1950 e 1958.

287. AHDMNE, Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, Mç.741, Capilha: Proc. 21,3 "Construção de um Edifício para a Instalação da Embaixada", Memorando do Ministro Paulo Cunha, de 29 de Março de 1951.

288. AHDMNE, Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, Mç.741, Capilha: Proc. 21,3 "Construção de um Edifício para a Instalação da Embaixada", Memorando do Ministro das Obras Públicas, Frederico Ulrich, de 27 de Junho de 1951, para o Embaixador António de Faria.

289. José Frederico do Casal Ribeiro Ulrich (1905-1982). Engenheiro, Professor Universitário, Chefe de Gabinete de Duarte Pacheco, Sub-Secretário e Secretário de Estado das Obras Públicas (1944-1947) e depois, entre 1947 e 1954, Ministro das Obras Públicas.

290. AHDMNE, Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, Mç.741, Capilha: Proc. 21,3 "Construção de um Edifício para a Instalação da Embaixada", Memorando do Ministro das Obras Públicas, Frederico Ulrich, de 27 de Junho de 1951, para o Embaixador António de Faria.

Cunha^{286*}, confirmava que na ida de Guilherme Rebelo de Andrade e Jácome de Castro ao Brasil estes tinham **plenamente atendido** às determinações do Embaixador Leite de Faria sobre a remodelação do "projecto anterior (do segundo semestre de 1950)" — isto é, o *Projeto 2*, que tinha sido levado para o Rio por Jácome de Castro e Guilherme Rebelo de Andrade. E que dessas alterações tinha resultado um edifício muito maior, elaborado durante a estadia daqueles dois técnicos no Rio, em inícios de 1951 — o *Projeto 3* —, agora com "terraços cobertos, [e] os compartimentos (em especial no andar para residência) (...) com maiores dimensões". Relatava igualmente que, em 27 de Março, em reunião com o MOP, tinha sido decidido seguir com o novo projeto "sem embargo do agravamento das despesas". E mais importante ainda, terminava dizendo: "o Sr. Presidente do Conselho deu-me o seu 'Placet' também"²⁸⁷. Ou seja, apesar dos custos serem previsivelmente maiores, o Governo dava consentimento — sem verdadeira consciência do que estava a fazer.

Os incrementos ao segundo projeto — agora transmutado em *Projeto 3* — foram completados na primeira metade de 1951, pois em finais de junho, um Memorando²⁸⁸ do Ministro das Obras Públicas, Frederico Ulrich^{289*}, deixa perceber que o Embaixador Leite de Faria, de regresso ao Brasil depois de uma estada em Portugal, foi portador de um conjunto de 18 "peças desenhadas", além de Mapas de Acabamentos, Plantas com indicação de pontos de iluminação, e de múltiplas instruções para as questões contratuais com a *Severo & Vilares*.

Estas instruções focavam diferentes aspectos. O Embaixador levava uma proposta de contrato para a *Severo & Vilares* que dividia em duas partes a prestação daquela firma. Uma dizendo respeito às questões de completamento do projeto, com cálculos estruturais, especialidades, orçamentos e o projeto legal, ou seja, o Licenciamento Municipal, com honorários calculados em 3,4% do custo do empreendimento; e uma segunda relativa à administração e fiscalização da obra, calculado em 7,4% do mesmo valor. O contrato relativo à segunda parte, como insistia o MOP, apenas poderia ser confirmado depois do Governo aprovar a primeira, o que era prudente face a uma virtual escalada de custos. Um terceiro ponto era a indicação de que se iria fornecer à *Severo & Vilares*, para efeitos de orçamento, a lista dos materiais que seguiriam de Portugal, como "cantarias para exteriores e interiores, serralharia artística (vãos de portas de salões, lanternas e grades), azulejo artístico para lambrins, telha vidrada para toda a construção, cimento...". O Memorando esclarecia ainda que a "interferência" da *Severo & Vilares* não incluía a decoração e o mobiliário que seriam tratados "directamente pelos agentes do Governo Português", pelo que o arranjo artístico não seria incluído no contrato. Identicamente, tornava claro que relativamente aos valores dos materiais que fossem executados em Portugal "sob a direcção e fiscalização do Governo"²⁹⁰ a percentagem seria menor.

O Embaixador levou os desenhos e os recados. A 7 de Agosto a Severo & Vilares comunicou a aceitação das condições e dos prazos determinados no contrato: quatro meses para os projetos de especialidades; dezoito meses para a obra, depois da conclusão das fundações. E protestando com a redução de honorários relativamente aos trabalhos a serem executados em Portugal, aceitava a condição por compreenderem *“a alta finalidade da obra projectada cuja execução muito nos honrará”*²⁹¹.

Num Ofício de 11 de Agosto²⁹², remetendo a missiva da Severo & Vilares para Lisboa, além de explicar as conversas e negociações com António Severo, o Embaixador Leite de Faria, ciente que tinha marcado pontos com as condicionantes que colocara para a reelaboração e aprovação do *Projeto 3*, aproveitava a maré e recolocava o *“problema do jardim”*. Segundo ele, os Rebelo de Andrade tinham feito um jardim muito recortado *“cheio de canteiros no estilo de Queluz”*, o que tinha como inconveniente limitar demasiado o espaço verde *“ao mesmo tempo que não se harmonizava com a paisagem local”*. A questão deveria ser mais antiga, possivelmente já discutida em Lisboa, pois o Embaixador invocava que *“tanto V. Ex.^a como o Senhor Ministro das Obras Públicas mostraram preferência pela substituição de todos aqueles canteiros por um grande tapete de relva verde com flores na periferia”*. Além disso, o Embaixador sugeria também a supressão do *“lago, tanque ou taça de pedra rendilhada estilo século XVIII e a pérgola que circunda o fundo do jardim, construindo-se em seu lugar uma piscina”*. Também não gostava do jardim da frente, pois parecia-lhe *“algo deslocado um jardim séc. XVIII neste ambiente tropical”*. E repetia o argumento de que deveria ser consultado um paisagista local, lembrando *“que os há muito competentes”*²⁹³.

António Severo poderá ter estado por detrás de algumas destas ideias, até por ser frequentemente citado pelo Embaixador: *“o Sr. Severo tem a impressão de que o edifício poderia ser construído um pouco mais afastado da rua sem inconveniente de maior para o jardim posterior e com manifesta vantagem para a imponência da fachada”*. Ou: *“julga também o Sr. Severo que não será necessário aguardar a conclusão de todos os estudos para iniciar os trabalhos das fundações”*.

O Ofício do Embaixador foi enviado para o MNE e deste para o MOP que, em finais de Setembro, respondeu secamente, determinando: a) o contrato das especialidades podia ser assinado; b) os preços unitários dos materiais a enviar de Portugal seriam comunicados de modo a que a Severo & Vilares pudesse *“fazer o seu orçamento”*; c) o jardim seria decidido por Guilherme Rebelo de Andrade *“com colaboração de um técnico especializado na flora e jardinagem tropical por forma que, sem prejuízo da concepção do autor, se consiga uma boa adaptação ao local”*; d) o recuo da fachada era negado, pois que desse recuo da construção

291.

AHDMNE, Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, Mç.741, Capilha: Proc. 21,3 “Construção de um Edifício para a Instalação da Embaixada”, Ofício enviado pelo “Escritório Técnico Ramos de Azevedo, Engenharia – Arquitectura – Construções, Severo & Vilares s.a., Av. Roosevelt 137-8º - Rio de Janeiro (assinada por António Severo), de 7 de Agosto de 1951 [2.p], para a Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro.

292.

AHDMNE, Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, Mç.741, Capilha: Proc. 21,3 “Construção de um Edifício para a Instalação da Embaixada”, Ofício de 11 de Agosto de 1951 [6p.], p.5, do Embaixador António de Faria para o Ministro dos Negócios Estrangeiros.

293.

Idem.

294.
AHDMNE, Embaixada de Portugal
no Rio de Janeiro, Mç.741,
Capilha: Proc. 21,3 "Construção de
um Edifício para a Instalação da
Embaixada", Ofício de 28 de
Setembro de 1951 [2p.], p.2,
do MOP para o MNE,
assinado pelo Chefe de Gabinete,
J. P. Nazareth de Oliveira.

295.
AHDMNE, Embaixada de Portugal
no Rio de Janeiro, Mç.741,
Capilha: Proc. 21,3 "Construção de
um Edifício para a Instalação da
Embaixada", Ofício de 1 de
Outubro de 1951, do MOP para o
MNE, assinado pelo Engenheiro
Inspector-Superior Fernando
Galvão Jácome de Castro.

296.
AHDMNE, Embaixada de Portugal
no Rio de Janeiro, Mç.741,
Capilha: Proc. 21,3 "Construção de
um Edifício para a Instalação da
Embaixada", Ofício de 17 de
Outubro de 1951 [2p.],
do Embaixador António de Faria
para o MNE.

"resultaria manifesto prejuízo para o desfogo da fachada posterior do edifício sem vantagem sensível"; e) recusava igualmente a possibilidade de começar as fundações antes de se haver apreciado um orçamento completo "e estabelecido o plano de distribuição dos encargos"²⁹⁴. — Tratavam-se obviamente, pelo menos em parte, de respostas dos Rebelo de Andrade, defendendo o projeto com a cobertura do MOP!

Tudo parecia estar de novo encaminhado. Até Jácome de Castro parecia acreditar, como se depreende de um Ofício enviado ao MNE respondendo à pergunta de qual a verba a prever para obras no ano seguinte (1952): "embora não se possa fixar desde já a verba a dispender [sic] no próximo ano, visto que ela virá a ser determinada pelo plano de execução de trabalhos que vier a ser superiormente aprovado, tudo indica que será uma verba elevada, nunca inferior a 10.000.000\$00"²⁹⁵. — Optimismo infundado! Passariam anos até se iniciarem as obras.

Sem informações nem resposta ao seu Ofício de 11 de Agosto, em meados de Outubro o Embaixador insistia com o MNE: — Que notícias havia sobre o início das obras "há 5 anos em projecto"? Porque não respondia o MOP a autorizar a assinatura do contrato com a Severo & Vilares? E lamentava que a situação era "muito prejudicial para o prestígio do nosso país"; que continuavam "os comentários desagradáveis"; que na colónia muitos "nem sequer acreditam que cheguemos a construir o novo edifício"; que os portugueses ali residentes liam o facto como "uma nova demonstração de desinteresse do Governo português pelas coisas do Brasil"; e que ninguém compreendia que "tendo Portugal aqui interesses tão grandes, uma colónia enorme, patriótica e generosa, e uma posição tradicional que há enorme vantagem em conservar"²⁹⁶ não resolvesse a situação. O Ministério remeteu as notícias em falta mais os anexos para o orçamento. Mas parte deles não terá sido enviada o que levou o Embaixador a pedir tudo de novo. E estávamos em Novembro. Aproximava-se rapidamente o final do ano.

Em Janeiro de 1952 o Embaixador enviou uma longa missiva para Lisboa. Em si, ela não é muito clara, apenas se percebendo o seu verdadeiro sentido e oportunidade em face de acontecimentos posteriores. Revelava que tinha passado os elementos enviados pelo MOP para a Severo & Vilares; que aquela empresa estava já a preparar uma estimativa orçamental que seria em breve enviada para Lisboa; que não tinha assinado o contrato relativo às especialidades pois, antes de comprometer a Embaixada com uma despesa avultada, precisava de uma autorização mais clara e formal (como se o inequívoco Ofício do MOP de 28 de Setembro de 1951 não fosse mais do que suficiente!); que em conversas preliminares com António Severo este tinha estimado entre 20 e 30 milhões de cruzeiros a obra; que com os aumentos constantes dos preços no Rio "ninguém poderá dar crédito a um orçamento, tanto

mais que este será apresentado como simples estimativa, sem qualquer compromisso, pois a obra, segundo decisão do MOP, vai fazer-se por administração e não por empreitada”; que ignorava “neste momento” quais as intenções do Governo quanto “à construção da Embaixada”; e que em caso de a “cifra orçada para a construção do edifício (sem indicação das despesas, sem dúvida muito consideráveis, de mobiliário e decoração) aconselhar nova revisão dos planos, será preferível que eu não tenha assinado o contrato”²⁹⁷.

Adicionalmente, deixava claro o seu desagrado com as decisões do MOP de manter o afastamento da fachada à rua e de deixar ao critério de Guilherme Rebelo de Andrade o arranjo dos jardins, reiterando o pedido de uma piscina. E rematava dizendo que “correndo o risco de me tornar importuno, permito-me deixar aqui expressa a minha opinião”: — não lhe competia a decisão sobre o assunto; não lhe tinha competido a escolha dos arquitectos nem a aprovação dos projetos; queria apenas “contribuir” para a melhor solução de um “dispendiosissimo e difficilimo” problema, “criado talvez sem absoluta necessidade”; que nenhum dos projetos até ali apresentados “por maiores que sejam as qualificações e categoria profissional dos seus autores”, agradava suficientemente para justificar a despesa “que no fim de contas não ficará talvez muito aquém de 50 ou 60 mil contos da nossa moeda”. E ambigualmente concluía: mas também “não é possível permanecermos de braços cruzados, dando a impressão de que nos desinteressamos da instalação condigna da embaixada, depois de termos demolido há mais de 5 anos um edifício que agora todos aqui elogiam”²⁹⁸.

— Qual o propósito do Embaixador com este arrazoado, quando todo o seu esforço anterior fora no sentido de levar à construção do novo edifício? Um ‘disclaimer’ para, caso nada avançasse, poder alegar a sua própria razoabilidade? Puro pânico face à previsível reacção de Lisboa ao orçamento (do qual ele próprio talvez soubesse mais do que dizia)? Bloquear o processo? Fazer tudo voltar ao início, com outro projeto? Avançar em alternativa para a compra de uma casa existente, como chegaria a propor (ainda que como remédio provisório), para instalar a Embaixada? — Não se sabe.

A atitude do Embaixador terá eventualmente explicação no precaver-se — depois de alertado por António Severo —, relativamente a um orçamento colossal e à resposta de Lisboa que bem poderia, em sistema de passa-culpadas, assacar-lhe responsabilidades pelo crescimento que o programa tivera. Efetivamente, com data de 23 de Janeiro, o Orçamento apresentado pela Severo & Vilares revelou um valor astronómico: cerca de 34,2 milhões de cruzeiros, claramente acima dos valores pré-indicados pelo Embaixador. E, estranhamente, sem considerar parte dos materiais que deveriam ir de Portugal (esquadrrias artísticas, vitrais,

297. AHDMNE, Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, Mç.741, Capilha: Proc. 21,3 “Construção de um Edifício para a Instalação da Embaixada”, Ofício de 14 de Janeiro de 1952 [4.p.], do Embaixador António de Faria para o MNE.

298. Idem.

azulejos, etc.), cujos valores já o MOP tinha enviado para, precisamente, serem integrados no valor global. A esta soma juntava-se um orçamento complementar para muros de suporte, plantações, vedações e outros elementos provisórios de mais 145.000 Cruzeiros.

De facto, uma expectativa de 51.200 contos à cabeça — conhecendo-se a crónica suborçamentação das obras públicas — assustaria qualquer um, muito mais um Governo tradicionalmente austero. E era fácil prever que seria uma verdadeira bomba nas Secretarias de Lisboa, pelo que o Embaixador tinha sido astuto ou, em duplo sentido da palavra, 'avisoado', em ter previamente enviado o Ofício de 14 de Janeiro.

Corrobora a ideia de que se tratava de uma estratégia de defesa por parte do Embaixador um outro Ofício, de 7 de Fevereiro, no qual indica um conjunto de dados sobre os custos da construção civil e sobre a galopante inflação no Brasil, sem, por razões que explicava, haver contrapartida da desvalorização da moeda, além das diferenças entre o câmbio oficial (1,5 Escudos por 1 Cruzeiro), versus o câmbio officioso (ligeiramente menos de 1 Escudo por 1 Cruzeiro). Na verdade, a fazer fé nos números indicados (sintomaticamente, pela omnipresente *Severo & Vilares*), o aumento dos preços médios de construção tinha sido de 30% em 1942, 33% em 1943, 14% em 1944, e de 13% em 1945... o que, sem desvalorização efetiva da moeda, tornava o custo do investimento estrangeiro no Brasil muito problemático.

Apesar do anterior 'placet' do Sr. Presidente do Conselho, ninguém em Portugal estava preparado para a verdade dos números. E tudo entrou em novo compasso de espera.

-

Não conhecemos nada do segundo projeto dos Rebelo de Andrade, o "Projeto de 1950"/ Projeto 2. Mas deve ter sido uma revisão do Projeto 1 integrando parte das observações do Embaixador João Bianchi. Do Projeto 3 — o alterado durante os primeiros meses de 1951 em função das múltiplas exigências do Embaixador Leite de Faria — existe, presumivelmente, um desenho de implantação, com data de Dezembro de 1951, que permite verificar várias diferenças relativamente ao projeto inicial de Janeiro de 1947. Mantinha-se a centralidade da composição que vinha do Projeto 1 — o primeiro dos Rebelo de Andrade — e a sua relação com os alinhamentos das palmeiras; mas a fachada era bem mais larga com os extremos mais próximos dos limites laterais do terreno, respondendo às críticas do Embaixador Bianchi; dos dois volumes laterais salientes às alas, desapareceu o do lado poente; mas parece surgir, já em assimetria, no corpo do lado direito, a grande saliência dos espaços destinados ao que seria, na versão final, a Residência do Embaixador. Além disto, a largura do pátio parece acentuar-se, tal como a espessura do corpo central.

São pois perceptíveis as diferenças em relação às formas do Projeto de 1947 (o *Projeto 1*). E apesar de ainda muito diferente da versão final, começavam, como veremos adiante, a surgir as pulsões que iriam dirigir a forma para a versão definitiva, nomeadamente a concentração da residência na ala direita; ou a proximidade dos corpos laterais aos limites do terreno, o que ainda iria causar críticas e ter consequências no futuro.

4.10

A LONGUÍSSIMA ESPERA

A notícia do volume expectável do investimento para a construção da nova Embaixada deve ter tido grande impacto. Surpresa, indignada, ou apenas sem resposta, Lisboa ficou silenciosa. Até o MOP, mais de um ano depois, já em Julho de 1952, se viu obrigado a pedir ao MNE notícias sobre o andamento do assunto, na sequência da paragem de António Severo em Lisboa, a caminho de Paris, aproveitando para contactar com Jácome de Castro e lhe dar conta da sua estranheza pela falta de qualquer notícia ou decisão da parte da Embaixada ou do Governo português²⁹⁹. — O resultado continuou o mesmo: absoluto silêncio.

Um dos jornais do Rio de Janeiro, *O Mundo Português*³⁰⁰, no seu número de 28 de Setembro de 1952, publicou um artigo sobre a Embaixada de Portugal: *"Tudo ainda no marco zero..."*³⁰¹. Com uma fotografia do portão do terreno vazio e tom obsequioso, com vénias e elogios ao governo, apontava o desinteresse de Portugal: *"Não sabemos a quem atribuir este descaso pela construção da sede da Embaixada Portuguesa"*, mas era *"profundamente lamentável, triste e chocante, e que tanto portugueses como brasileiros, esperam que, finalmente, as obras se iniciem saindo do marco zero..."*³⁰².

Com este pretexto, dois dias depois, em Ofício *"Confidencial"*, o Embaixador dava notícia do artigo e dos comentários que portugueses, brasileiros e estrangeiros faziam, deixando perceber que a leitura comum era a de que *"não há dinheiro"*³⁰³. Mas, continuava, o efetivo problema era outro: — Não tinha recebido qualquer resposta ao Ofício de Janeiro passado em que tinha enviado o orçamento da *Severo & Vilares*, nem às comunicações posteriores, nada sabendo de *"oficial ou extra oficial"* sobre o assunto da construção da Embaixada. Em consequência, para responder às questões que o artigo de jornal suscitava *"muito desejaria conhecer o pensamento de V. Ex.^a e do Governo"* sobre o assunto. Entretanto, prosseguia o Embaixador, *"pela minha parte creio que seria conveniente examinar de novo o problema em todos os seus aspectos, pois que o custo de obra se revelou muito acima do que a princípio se havia pensado"*. Por essa razão, achava que o projeto *"pecando agora*

299. AHDMNE, Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, Mç.741, Capilha: Proc. 21,3 "Construção de um Edifício para a Instalação da Embaixada", Ofício de 10 de Julho de 1952 [4.p.], do Embaixador António de Faria para o MNE.

300. O jornal *O Mundo Português*, semanário, foi fundado por Júlio Caldas em 13 de Agosto de 1949, segundo: EVANGELISTA, Hélio de Araújo - *Rio de Janeiro, uma cidade portuguesa com certeza*. Rio de Janeiro, E-Papers, 2008, p.54.

301. "Tudo ainda no marco zero...", in: *O Mundo Português*, Rio de Janeiro, 28 de Setembro de 1952.

302. Idem.

303. AHDMNE, Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, Mç.741, Capilha: Proc. 21,3 "Construção de um Edifício para a Instalação da Embaixada", Ofício de 30 de Setembro de 1952 [4.p.], do Embaixador António de Faria para o MNE.

304. AHDMNE, Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, Mç.741, Capilha: Proc. 21,3 "Construção de um Edifício para a Instalação da Embaixada", Ofício de 30 de Setembro de 1952 [4.p.], do Embaixador António de Faria para o MNE.

305. AHDMNE, Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, Mç.741, Capilha: Proc. 21,3 "Construção de um Edifício para a Instalação da Embaixada", Ofício de 30 de Setembro de 1952 [4.p.], do Embaixador António de Faria para o MNE.

mais por excesso que por defeito, contenha, como não pode deixar de ser, alguns erros ou deficiências, que mais notados serão em face do excessivo custo da obra"³⁰⁴.

É espantoso o modo como o Embaixador Leite de Faria, como se nada tivesse a ver com a situação, como se estivesse isento de quaisquer responsabilidades no crescimento das áreas e dos custos previsíveis para a obra, elencava agora mais um conjunto de conselhos, invertendo as suas opiniões anteriores. O grande valor do investimento, o aumento vertiginosos dos preços, a necessidade de aumentar a dotação orçamental da Embaixada para assegurar os custos do "palácio", sugeriam que se encontrasse solução mais modesta. Repetia também os argumentos de que o edifício ficava implantado demasiado perto da rua (derrubando "as lindas palmeiras"); que um só portão para automóveis era pouco para os dias de recepção; que tinha dúvidas quanto ao tratamento do jardim; que ao alargar-se a fachada do edifício se fora demasiado longe ocupando quase toda a largura do terreno; que o problema do arejamento das salas não tinha sido visto com a devida atenção; que um dos salões apenas comunicava com o exterior através de varandas cobertas...

Para tudo isto, e obviamente segundo o Embaixador — como se ele mesmo não tivesse tido responsabilidade no resultado — havia um único culpado: "não é de admirar, tratando-se de trabalho de um arquitecto que, por mais competente que seja, não conhece bastante as condições atmosféricas e climatéricas locais". Assim, ilibado, dizia que se tratava de meros pontos a reavaliar "por quem tenha competência para o fazer", pelo que, sugeria, "talvez houvesse vantagem em fazer examinar o projecto por um arquitecto brasileiro categorizado que tivesse especialmente em mente os aspectos de arejamento (...) e outros que o conhecimento do meio possa aconselhar".

Também não poupava agora a Severo & Villares, de quem se tinha tantas vezes socorrido, insinuando que "não seria de excluir que a informação da firma construtora a esse respeito pudesse ser prejudicada pelas relações já estabelecidas com o arquitecto ou pelo receio de que qualquer crítica mais livre possa levar à escolha de outro construtor". E terminava, com lágrimas de crocodilo, pedindo "a V. Ex^ª. que não visse nas considerações que precedem o reflexo de qualquer má vontade, que não existe". Que não tinha "outro propósito que senão contribuir para que a obra a fazer esteja de harmonia com os gastos que originará e com as necessidades da nossa representação aqui e as responsabilidades do bom gosto português". — E, na verdade insistindo no seu antigo rancor, fingia confessar que no seu "juízo do plano — e mais ainda do que venha a ser a decoração da Embaixada — eu não possa deixar de estar, de certa maneira, influenciado pelo resultado pouco brilhante do que se fez em 1937 na Embaixada de Londres"³⁰⁵.

O fantasma de Londres permanecia vivo. E Leite de Faria, viperino, escorregadio e ambíguo, comportava-se como uma serpente — dando razão à afirmação de Marcello Mathias, quando dizia que Leite de Faria era capaz de ser temente a Deus no Vaticano, britaníssimo em Londres e carioca no Rio — sendo que a fauna local o deve ter inspirado..

Depois de ter tido enormes responsabilidades no crescimento da área construída, aumentando-a com as suas ambições e exigências, nomeadamente quanto ao conforto dos espaços destinados exclusivamente ao Embaixador; quando, ao se aperceber do disparo dos custos se procurou colocar ao abrigo de críticas; quando aproveitou todas as oportunidades para pedir mais verbas para os gastos da Embaixada; quando, jogando na ambiguidade, sugeriu, em simultâneo, encontrar-se uma outra solução para a nova embaixada, vendendo o terreno e fazendo mais valias, simultaneamente declarando a importância política de fazer o contrário; quando evocava a sua experiência londrina para ajustar contas com os arquitectos, quinze anos depois; quando tanto se apoiava nas opiniões e dados que lhe eram favoráveis fornecidos por António Severo, como insinuava conluios entre a Severo & Vilares e os arquitectos; quando, fingindo não ter interesse nenhum, disparava em várias direcções a favor da sua conveniência; e quando, acima de tudo, defendia o seu próprio interesse — justificava amplamente a afirmação de Futscher Pereira de que Leite de Faria era “implacável na defesa dos seus interesses pessoais e profissionais...”³⁰⁶.

Em inícios de Outubro, *O Mundo Português* insistia no assunto da Embaixada. Com o sugestivo título de “*Incompreensível e Inexplicável*”, novo artigo reportava que o da semana anterior tinha suscitado “*dezenas de telegramas, cartas, telefonemas e visitas de portugueses à nossa redacção, felicitando-nos e dando-nos todo o apoio ao que escrevemos*”³⁰⁷. E no número seguinte, explorando a oportunidade, um terceiro artigo “*Criticar é Colaborar*”³⁰⁸ retomava a questão entre louvores a Salazar e a reivindicação das obras. O Embaixador não podia ignorar esta continuidade de notícias e voltou a escrever para Lisboa narrando as críticas de *O Mundo Português*. O tema, parece, tinha-se tornado obrigatório entre a comunidade portuguesa no Rio e, como sempre, o Embaixador aproveitava para conduzir a questão para os seus próprios interesses. Narrava que as críticas eram grandes e que todos perguntavam se ia ou não avançar a construção, “*especialmente quando são convidados para a minha actual residencia (...) muito longe de ser uma casa capaz para sede da nossa Embaixada no Rio*”, e que ele não sabia já o que dizer. Havendo quem se permitisse concluir que já se teria desistido de construir a Embaixada³⁰⁹.

O próprio Embaixador sugeria, veladamente, que se vendesse o terreno e se comprasse uma casa menor, dizendo que tinha já “*sido procu-*

306. PEREIRA, Bernardo Futscher - *A Diplomacia de Salazar, 1932-1949*. Alfragide, D. Quixote, 2ª Ed. 2013, p.456-7.

307. “Incompreensível e Inexplicável”, in: *O Mundo Português*, Rio de Janeiro, 5 de Outubro de 1952.

308. “Criticar é Colaborar”, in: *O Mundo Português*, Rio de Janeiro, 12 de Outubro de 1952.

309. AHDMNE, Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, Mç.741, Capilha: Proc. 21,3 “Construção de um Edifício para a Instalação da Embaixada”, Ofício de 12 de Novembro de 1952 [2.p.], do Embaixador António de Faria para o MNE.

310. AHDMNE, Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, Mç.741, Capilha: Proc. 21,3 “Construção de um Edifício para a Instalação da Embaixada”, Ofício de 12 de Novembro de 1952 [2.p.], do Embaixador António de Faria para o MNE.

311. AHDMNE, Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, Mç.741, Capilha: Proc. 21,3 “Construção de um Edifício para a Instalação da Embaixada”, Ofício de 10 de Novembro de 1952, do MOP, assinado por Jácome de Castro, para o Director Geral dos Negócios Políticos e da Administração Interna do MNE.

312. AHDMNE, Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, Mç.741, Capilha: Proc. 21,3 “Construção de um Edifício para a Instalação da Embaixada”, Memorando de 2 de Fevereiro de 1953, assinado pelo Ministro Paulo Cunha.

313. “Ruínas, Silêncio e Esquecimento”, in: *O Mundo Português*, Rio de Janeiro, 3 de Maio de 1953.

rado com ofertas de casas para comprar, na hipótese de não desejarmos construir o edifício de São Clemente” e que o terreno valeria 25 mil contos tendo tido propostas de venda de casas por 15 mil contos, pelo que seria bom negócio. Ainda assim, numa característica ambiguidade, depois de explicar este modo de resolver o problema da sua própria residência e da situação de impasse, reconhecia que tal solução “teria certos aspectos que poderiam prejudicar o nosso prestígio”³¹⁰ mas que, “se assim não fosse”, seria de aceitar a solução.

A falta de reações e decisões do Governo era notória também em Lisboa. Jácome de Castro insistia com o MNE em meados de Novembro (queixando-se da ausência de resposta a um seu Ofício de 18 de Julho!), solicitando informações para esclarecer “a actual posição do problema com vista à sua revisão e superior consideração do Governo”³¹¹. Este demorou mas ao fim de um ano acabaria por tomar uma decisão. Um Memorando do Ministro Paulo Cunha — com a limpidez e síntese característica deste governante — resumia: Em 2 de Fevereiro de 1953, em conferência entre o Presidente do Conselho, o MOP, o MNE e o Embaixador António de Faria, fora decidido “pôr de parte os actuais projectos para a Embaixada do Rio”.

E sobre estes “projetos” esclarecia: “o inicial, do tempo do Embaixador Pedro Teotónio [o Projeto 1, de 1947], e os dois subsequentes, de 1950 [o Projeto 2] e de 1952 [o Projeto 3] que sucessivamente ampliaram aquele”. Decidira-se igualmente “cuidar de imediato elaborar novo projecto em bases diversas e com outra orientação”. Com efeito “o custo da realização daqueles seria proibitivo e reconheceu-se que, sendo todos eles defeituosos, eram todavia grandes demais (respectivamente 5000 [o Projeto 1], 6000 [o Projeto 2] e 7500 [o Projeto 3] metros quadrados de construção) levando à construção de uma casa cuja manutenção e aproveitamento se tornariam dispendiosíssimos”. Em função disso, o MOP iria mandar elaborar novo projeto que “deverá tender para uma área de construção da ordem dos 3000m²”³¹².

A decisão de recomeçar tudo tinha sido tomada, mas o tempo ia passando e nada parecia acontecer. Uma vez mais *O Mundo Português* atacou o assunto a propósito de uma notícia que relatava a remodelação da Embaixada de Portugal em Londres — a nova residência adquirida com créditos de guerra — e que referimos já na Parte Dois. O jornal escrevia que aquela notícia trazia “para nós brasileiros, uma mágoa e quase que um ressentimento. (...) Sim, porque há mais de meia dúzia de anos se demoliu o edifício da rua de São Clemente, onde funcionava a sede da Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro e, até hoje, não se construiu o prometido palácio”. E na prosa altissonante da época, concluía: “Lá, na rua de S. Clemente, onde outrora se erguia a majestosa sede da Embaixada de Portugal no Brasil, encontram-se apenas ruínas, silêncio e esquecimento. Até quando?”³¹³.

O tema era mesmo alvo corrente de conversa nos meios brasileiros. Em Julho, numa crónica mundana do jornal carioca *Última Hora*, na descrição de um *cocktail* dado por Carlinhos Guinle – um famoso milionário do Rio – com “*caranguejos em casquinha, muito champagne e muito whiskey*”, várias das celebridades presentes “*em conversa com o Embaixador de Portugal*” falaram sobre “*a tão esperada nova Embaixada Portuguesa no Brasil*”³¹⁴.

Em Agosto de 1953 – seis meses depois da decisão de fazer novo projeto – outro Memorando do Ministro Paulo Cunha fazia o ponto da situação: – “*Apurou-se que, mesmo dentro da fórmula de se elaborar novo projecto desde a raiz, o architecto não poderá deixar de ser o mesmo (Rebello de Andrade)*”; este architecto apresentou entretanto vários esquemas, um dos quais pareceu aceitável ao MNE e ao MOP, com o novo “*programa em que se assentou (estava ainda em Lisboa o Sr. Embaixador Faria)*”. Que a proposta para a distribuição funcional da Embaixada parecia boa mas não se tinha ainda afigurado feliz a solução apresentada para a fachada, mas “*nada havendo de definitivamente fixado a tal respeito – é natural que se acabe por encontrar solução melhor*”. O Memorando revelava igualmente que Guilherme Rebello de Andrade deveria ir ao Brasil tratar do projeto da Agência Financiam^{315*}, pelo que trataria *in loco* de resolver dúvidas que subsistissem quanto à Embaixada, importando “*que esteja em estreito contacto com o Embaixador, não vá acontecer outra vez o dissabor de regressar a Lisboa com ideias ou projectos que sejam de sua iniciativa e não estejam devidamente concertados com o Embaixador*”³¹⁶. Mas, prudente e salomónico, o Ministro Paulo Cunha acrescentava: – “*peço ao Sr. Embaixador (...) que ao tratar do assunto com o Arq. Rebello de Andrade, procure chegar a soluções práticas, com um mínimo de alterações (...) sem a preocupação de se atingir em tudo o óptimo*”. E recomendava: “*o malfadado assunto da nova Embaixada está a exigir que se passe ‘tant bien que mal’ a uma fase executiva, e já sofreu bastante da vontade de todos nós – louvável, mas de resultados paralizantes - de chegarmos à perfeição. Não há remédio senão sacrificarem-se aperfeiçoamentos que sejam secundários, para só nos determos no verdadeiramente essencial*”³¹⁷. – E anotava: “*Comunique-se à Embaixada*” o que foi feito em final de Agosto³¹⁸. Era claramente um recado para o Embaixador. As queixas que este fizera de Rebello de Andrade foram, muito provavelmente, devolvidas por este e por Jácome de Castro. Por isso o Ministro fazia esta admoestação ao Embaixador, responsável direto do crescimento das áreas para 7.500m², aconselhando-lhe moderação e diálogo com o architecto.

O *Mundo Português*, tendo descoberto um tema de evidente popularidade na comunidade portuguesa do Brasil, não parava de levantar questões sobre o assunto da nova Embaixada. E em meados de Outubro aparecia um novo artigo, “*Portugal Ausente*”, referindo que tinha

314. EGA, João da, “Black tie; Sem Bateria e com Piano”, in: *Última Hora*, Rio de Janeiro, 21 de Junho de 1953.

315. A Agência Financiam de Portugal, era uma instituição bancária que constituía uma espécie de sucursal ou delegação da Caixa Geral de Depósitos no Brasil, tendo construído um edifício no Rio de Janeiro, com projeto dos irmãos Rebello de Andrade, destinado a albergar, além dos próprios serviços, um conjunto de instituições afins, relacionadas com Portugal.

316. AHDMNE, Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, Mç.741, Capilha: Proc. 21,3 “Construção de um Edifício para a Instalação da Embaixada”, Memorando de 24 de Agosto de 1953, assinado pelo Ministro Paulo Cunha.

317. Idem.

318. AHDMNE, Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, Mç.741, Capilha: Proc. 21,3 “Construção de um Edifício para a Instalação da Embaixada”, Ofício de 31 de Agosto de 1953, da Direcção Geral dos Negócios Políticos do MNE para a Embaixada do Rio de Janeiro.

319. "Portugal Ausente", in: *O Mundo Português*, Rio de Janeiro, 11 de Outubro de 1953.
320. "Novas Obras de Santa Engrácia", in: *O Mundo Português*, Rio de Janeiro, 18 de Outubro de 1953.
321. "Idem"
322. AHDMNE, Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, Mç.741, Capilha: Proc. 21,3 "Construção de um Edifício para a Instalação da Embaixada", Ofício de 19 de Outubro de 1953 [3p.], da Embaixada do Rio de Janeiro para o MNE.
323. AHDMNE, Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, Mç.741, Capilha: Proc. 21,3 "Construção de um Edifício para a Instalação da Embaixada", Ofício de 29 de Outubro de 1953 [3p.], da Embaixada do Rio de Janeiro para o MNE.
324. AHDMNE, Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, Mç.741, Capilha: Proc. 21,3 "Construção de um Edifício para a Instalação da Embaixada", Telegrama nº132 de 11 de Novembro de 1953, do MNE para a Embaixada do Rio de Janeiro.
325. "Nova Sede Para a Embaixada de Portugal no Rio", in: *O Mundo Português*, Rio de Janeiro, 13 de Dezembro de 1953.
326. ACMF – Direção Geral da contabilidade Pública, 7ª Repartição, Processo: DGCP/07/002/002, Despesas com a Construção da Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, Mf. 1114 - C3, Fls: 0000 0001 0880/1/2/3/4/5 e 7, "Contrato entre a Secretaria Geral do Ministério das Obras Públicas e os Arquitectos Irmãos Rebelo de Andrade, para a Elaboração do Palácio da Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro", datado de 16 de Junho de 1954.

já passado um ano sobre a notícia anterior e nada tinha acontecido. O terreno "*continua volvidos sete anos, transformado em autentico baldio*" e que "*duas novas e magníficas sedes de Embaixadas – a dos Estados Unidos e a da Grã-Bretanha – se construíram depois da demolição da antiga sede da Embaixada portuguesa. E em breve vamos ter o início do novo palácio para a Embaixada francesa no Rio. Portugal, porém, continua ausente...*"³¹⁹.

De novo *O Mundo Português*, uma semana depois, voltava ao assunto reportando as "*numerosas manifestações*" de apoio ao artigo anterior e designando o problema da Embaixada como as "*Novas Obras de Santa Engrácia*"³²⁰. Insidiosamente, na mesma página, noticiava que prosseguiam as obras na missão portuguesa em Londres "*que ficará sendo uma das melhores residências diplomáticas de Londres*"³²¹.

Dando notícia a Lisboa da publicação do primeiro destes artigos, o Embaixador informou o Ministro da sua intenção de não lhe dar resposta, aguardando a "*próxima chegada a esta Capital do Arquitecto Rebelo de Andrade para fazer publicar na imprensa uma notícia que dará a conhecer à nossa colónia que o assunto continua a ocupar a atenção do Governo*"³²². Porém, depois da publicação do segundo, '*conversou*' com o editor de *O Mundo Português* que não terá aceitado bem a interferência num assunto que era caro aos seus leitores, referindo ter havido quem tivesse sugerido uma subscrição pública para construir a nova Embaixada. Em função disto, para evitar mais desgaste, o Embaixador pediu autorização ao MNE³²³ para fazer uma declaração oficial. A resposta veio rápida por telegrama: o Ministro concordava mas "*sem prometer conclusão dentro de poucas semanas*" e "*sem prometer ida breve dos architectos*", apenas autorizando comunicar que "*os novos planos estão sendo activamente elaborados e que a construção terá lugar logo que sejam aprovados*"³²⁴. E lá saiu o comunicado da Embaixada de Portugal no jornal *O Mundo Português* de 13 de Dezembro de 1953: — o Governo Português mantinha o propósito de efetuar a construção "*de harmonia com a importância deste posto diplomático e com o alto interesse que lhe merecem as relações luso-brasileiras*"; que a demora verificada tinha resultado "*de não terem sido aprovados os planos originais, por ter sido julgado necessário que o novo edifício satisfizesse plenamente a todas as exigências a que se destina*"; e que os novos planos estavam sendo feitos "*pelo Ministério das Obras Públicas*"³²⁵. Muito típico do Estado Novo, em assunto desagradáveis, a explicação pública vinha escassa e tardia. Quase um ano depois da decisão de fazer um novo projeto.

Na verdade, independentemente dos trabalhos de projeto terem avançado na usual base de informalidade, o novo contrato com os arquitectos apenas foi firmado em 16 de junho de 1954³²⁶, apesar de estar já aprovado o Anteprojeto, como veremos adiante.

4.11

“RENASCE A VELHA ESPERANÇA”

Em Junho de 1954, finalmente surgiram notícias animadoras. *O Mundo Português* relatou a chegada ao Rio do Eng.º Nazareth de Oliveira*³²⁷, para dar andamento ao processo da construção. Com o título: “*A Nova Sede da Embaixada de Portugal: Renasce a Velha Esperança*” reportava a chegada do “*Director dos Serviços de Melhoramentos Urbanos do Ministério das Obras Públicas*” cuja vinda se destinava a “*ultimar os preparativos que darão início à construção da embaixada*”, e citava-o ao afirmar que “*é pensamento do governo português construir uma sede que harmonize a tradicional arquitectura Lusa com as exigências climatéricas e as necessidades da própria Embaixada*”³²⁸.

Também *A Voz de Portugal* relatava entusiasmada a chegada de Nazareth de Oliveira. Aí ficamos a saber que o plano da visita, além de também tratar de assuntos relativos à participação de Portugal na Feira Internacional de São Paulo, era a questão da Embaixada. Revelava que já estava aprovado o Anteprojecto; que estavam previstos contactos com a *Severo & Vilares* “*para se fazerem os estudos complementares à organização do projecto de construção*”, o que estava previsto para o final de Agosto; e que se esperava começar as obras ainda no ano de 1954. Mais noticiava que viriam de Portugal materiais para a construção “*mas só os indispensáveis, como mármore, cantaria, azulejos decorativos, ferros forjados e outros...*”. O resto era apenas propaganda: “*...o firme desejo do governo português realizar esta obra o mais depressa possível, atendendo não só às necessidades da Embaixada como aos votos dos portugueses do Brasil que muita consideração lhe merecem...*”³²⁹.

Finalmente o processo parecia avançar. Além da ida de Nazareth de Oliveira, comprovam-no duas requisições de fundos. A primeira, de 200 contos, em Junho de 1954³³⁰, para liquidar a primeira parte do projeto de arquitectura, pagar a maquete e outras despesas³³¹. Outra, bem mais importante, de 7.400 contos, em Dezembro do mesmo ano³³², certamente para prevenir o início da obra.

Com esta perspectiva o ano de 1955 começava bem. E logo em Janeiro, a revista *Padrão* trazia uma reportagem com fotografias da maquete e uma curta descrição³³³. Aí se revela sucintamente que “*está definitivamente aprovado o projecto*” iniciativa do “*Dr. Pedro Theotónio Pereira quando à frente da Missão Diplomática Portuguesa no Brasil*”, da “*autoria dos irmãos Rebelo de Andrade*”, sendo um “*vasto edifício de estilo chamado tradicional e será construído com alguns materiais nobres vindos de Portugal*”. Acompanhavam o artigo três fotografias de que falaremos mais adiante.

327.

João Paulo Nazareth de Oliveira, Funcionário do MOP, Engenheiro Inspetor Superior, Chefe de Gabinete do Ministro das Obras Públicas, Diretor dos Serviços de melhoramentos Urbanos, foi o Delegado do Ministério para a Obra da Embaixada.

328.

“A Nova Sede da Embaixada de Portugal: Renasce a Velha Esperança”, in: *O Mundo Português*, Rio de Janeiro, 6 de Junho de 1954.

329.

“Será Iniciada Ainda Este Ano a Construção do Novo Palácio da Embaixada de Portugal no Brasil”, in: *A Voz de Portugal*, Rio de Janeiro, 6 de Junho de 1954, p.1 e p.11.

330.

AHDMNE, Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, Mç.741, Capilha: Proc. 21,3 “Construção de um Edifício para a Instalação da Embaixada”, Ofício nº1776, Proc. 1350, Liv. nº87, de 29 de Junho de 1954, da Repartição dos Serviços Administrativos do MNE para 7ª Repartição da Contabilidade Pública.

331.

ACMF – Direção Geral da Contabilidade Pública, 7ª Repartição, Processo: DGCP/07/002/002, Despesas com a Construção da Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, Mf. 1114 - C3, Fl: 0000 0001 0875, “Relação das Despesas Efectuadas com a Construção do Novo Edifício para a Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, referente ao período entre Junho de 1954 e Dezembro de 1961”, Despesas entre Junho e Novembro de 1954.

332.

AHDMNE, Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, Mç.741, Capilha: Proc. 21,3 “Construção de um Edifício para a Instalação da Embaixada”, Ofício nº1776, Proc.1350, Liv. nº87, de 21 de Dezembro de 1954, da Repartição dos Serviços Administrativos do MNE para 7ª Repartição da Contabilidade Pública.

333.

“O Novo Edifício da Embaixada de Portugal no Rio”, in: *Padrão, Revista Portuguesa do Brasil*, Rio de Janeiro, nº38, Janeiro de 1955, p.12-3.

334.
AHDMNE, Embaixada de Portugal
no Rio de Janeiro, Mç.741,
Capilha: Proc. 21,3 “Construção
de um Edifício para a Instalação
da Embaixada”, Ofício da Severo &
Vilares, de 15 de Fevereiro de 1955,
para a Embaixada do Rio.

335.
AHDMNE, Embaixada de Portugal
no Rio de Janeiro, Mç.741,
Capilha: Proc. 21,3 “Construção de
um Edifício para a Instalação
da Embaixada”,
Ofício de 24 de Fevereiro de 1955
[6p.], do Embaixador António de
Faria para o MNE.

336.
Idem.

Tudo se preparava para o início da obra. Em 15 de Fevereiro a Severo & Vilares enviou para a Embaixada, a fim de ser entregue por esta no Itamaraty “de acordo com a praxe” o Projeto de Licenciamento, para este ser enviado para a Municipalidade e ser formalmente autorizada a construção³³⁴. Porém, e mais uma vez, o Embaixador Leite de Faria, entretanto instalado numa casa melhor na Rua da Real Grandeza, nº139 (uma perpendicular à rua de S. Clemente onde fica o terreno da Embaixada), voltou a fazer das suas. E no Ofício em que dava conta ter em mãos o Projeto de Licenciamento que deveria entregar ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil, para este o remeter ao Município carioca, lançou nova dose de veneno.

No momento em que era já virtualmente imparável o processo, não se entende se Leite de Faria queria voltar a marcar a sua posição contra os Rebelo de Andrade e a sua má recordação de Londres, em 1937 — agora passados já 18 anos —, e queria pura e simplesmente causar entropia no processo, como tentara já por várias vezes, bloqueando a obra. Ou se, mais circunstancialmente, porque nada aponta a confirmação da ida ao Brasil de Guilherme Rebelo de Andrade, o Embaixador, despeitado por não ter sido de novo ouvido, buscava mais uma pequena vendeta.

Dizia ter em mão o projeto para ser licenciado, mas, “*embora suponha que é desejo de V. Exa. que eu dê para aquele efeito conhecimento oficial ao MRE do projecto dos Sr.s Rebelo de Andrade, cuja última versão agora recebi, não desejaria dar qualquer passo definitivo nesta matéria sem instruções precisas nesse sentido, tão tristemente desanimador me parece o plano daqueles arquitectos*”³³⁵. Fazia notar que tinha “*examinado pormenorizadamente*” o novo projeto, de cujo aspecto exterior tinha apenas tomado conhecimento pelas fotografias publicadas nos jornais (provavelmente as da revista *Padrão*) “*que infelizmente não causaram boa impressão*”; tendo ouvido muitas críticas “*tanto aqui como em Portugal*” sobre o “*estilo pesado do edifício e o mau gosto da obra*”. E que personalidades “*de destaque da colónia*” teriam chegado a dizer “*a funcionários desta embaixada*” que se era para chegar àquele resultado “*melhor seria não fazer coisa nenhuma*”. — Com o seu estilo habitual, emulando o que tinha visto fazer a Armindo Monteiro, depois de dizer uma violência de imediato a matizava, salvaguardando-se de críticas e mascarando a sua posição pessoal, comentando que esse era um “*ponto de vista extremo que não me parece contudo de aconselhar*”³³⁶.

No mesmo tom — e de novo lembra Armindo Monteiro — explicava, contrito, que “*era meu propósito reduzir ao mínimo indispensável a minha intervenção pessoal ou oficial neste caso, tantas vezes me vi já no dever ingrato de manifestar a minha convicção de que os sucessivos projectos estavam muito longe de poderem ser considerados satisfatórios e não justificariam a despesa enorme que se vai fazer*”. Mas, “*infe-*

lizmente o projecto de agora não me dispensa da obrigação de pedir a esclarecida atenção de V. Exa. e do Ministério das Obras Públicas para alguns dos maiores defeitos que ele apresenta”³³⁷.

Seguia-se um rol de críticas, todas elas de superfície, repetições de opiniões já emitidas: — A alegada confusão de estilos; a assimetria da fachada, “*não justificada (...) pela linha de palmeiras imperiais que, embora não figurem na maquete, se conclui do projecto que há a intenção de não sacrificar*”; o espaço perdido ou mal aproveitado que obrigou a fazer um edifício enorme com sacrifício do jardim; a má distribuição das salas do andar nobre “*manifestamente inconveniente para a vida diária de relações que uma embaixada se destina também a facilitar e promover*”, pois que “*admitindo que os salões da ala esquerda destinados às grandes recepções possam, se mobilados com bom gosto, prestar-se ao fim em vista, não será contudo possível utilizá-los para reuniões de poucas dezenas de pessoas*” que são as mais frequentes, pois um “*almoço de 10, 20 ou 30 pessoas, ou um cocktail um pouco maior ficariam perdidos no ambiente de frieza que as dimensões dos vastos salões necessariamente criariam*”.

A lista prossegue mudando ligeiramente de tom, continuando trocista e desdenhosa para com o projeto onde só vê erros e fealdades, mas tornando-se mais objectiva. De facto, as críticas ao funcionamento da ala direita eram as maiores e merecem atenção pois, como veremos, acabaram por ter influência no resultado final. A argumentação do Embaixador era a de que o programa do piso nobre na ala direita estava errado. Em vez de ter o escritório do Embaixador, seguido do elevador que ligava diretamente ao piso dos quartos, mais a sala da Embaixatriz e depois, mais para trás, os quartos dos hóspedes de Estado, remetendo para a ala traseira do edifício a sala de refeições da família e convidados, sugeria que o escritório do Embaixador passasse a ter o carácter de uma simples sala, tal como a sala da Embaixatriz, o que “*substituindo o quarto de hóspedes por uma sala de jantar mais pequena que o grande salão dos eventos oficiais*”, teria a vantagem destes três espaços poderem ser ligados entre si “*em caso de uma recepção mais importante que obrigasse a utilizar todas as salas*”. Em contrapartida, propunha a recolocação do quarto de hóspedes no local destinado a sala das crianças, que passaria para o piso superior, concluindo o Embaixador que haveria “*toda a vantagem em rever a distribuição destas salas e quartos*”.

Estas observações podem ter sido importantes para a afinação funcional. Mas, como crítica ao projeto, são de natureza menor. Trata-se apenas de diferentes filosofias de organização. Na proposta projetada entendia-se todo o piso nobre como área de representação, de recepção, de encontro social, mesmo em áreas como o escritório do Embaixador, organizado como um espaço de aparato e não como um local de traba-

337.

AHDMNE, Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, Mç.741, Capilha: Proc. 21,3 “Construção de um Edifício para a Instalação da Embaixada”, Ofício de 24 de Fevereiro de 1955 [6p.], do Embaixador António de Faria para o MNE.

338. AHDMNE, Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, Mç.741, Capilha: Proc. 21,3 “Construção de um Edifício para a Instalação da Embaixada”, Ofício de 24 de Fevereiro de 1955 [6p.], do Embaixador António de Faria para o MNE.

339. Compare-se com a frase de Armindo Monteiro no Relatório de 14 de Maio de 1937, que escrevia, no seu estilo muito mais elegante e fluido que o de Leite de Faria: “... não quero que algum dia um meu sucessor, que seja homem de gosto e de cultura, tenha o direito de dizer que isto está assim por minha culpa activa ou minha simples condescendência...”. Ver Parte 2.

340. AHDMNE, Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, Mç.741, Capilha: Proc. 21,3 “Construção de um Edifício para a Instalação da Embaixada”, Ofício de 24 de Fevereiro de 1955 [6p.], do Embaixador António de Faria para o MNE.

341. Idem.

lho (até porque, para tal, estava previsto um gabinete específico no piso superior), assim como uma separação clara entre áreas de Recepção e de Residência. Diferentemente, seguindo a proposta do Embaixador, as barreiras entre a parte social e a sua residência particular baralhavam-se, em consequência da colocação dos quartos de hóspedes de Estado já na área interna a Residência, onde ficaria também a sala da Embaixatriz. Filosofias diferentes, portanto.

Mudando de assunto mas prosseguindo nas críticas, Leite de Faria voltava, mais uma vez, a atacar os jardins: *“especialmente os da parte da frente, parecem de um gosto deplorável”* e lá vinha, pela terceira vez, a recomendação de recorrer a um arquitecto paisagista brasileiro. Incidentalmente, verberava a *“infelicidade”* da expressão *“Jardim da Latada”* que, no Brasil, tinha um significado ‘escandaloso’ e bem diferente do usualmente entendido em Portugal. E até as grades do muro exterior, que se viam na fotografia da maquete, mereciam reparo, pois *“não se pode dizer que deem grandiosidade ao edifício”*. Também o facto de ter apenas um portão era comentado, porque em dias de grandes recepções terão de ali passar *“mais de 500 automóveis”*, o que não deixa de ser algo contraditório com a eliminação que pretendia dos estacionamento previstos na parte traseira do terreno, para *“não sacrificar (...) a possibilidade de locais especiais para galinhas e outras aves de consumo doméstico”*³³⁸.

Terminava — de novo em eco de Armindo Monteiro³³⁹ — dizendo que *“não desejaria que os meus sucessores e quantos visitarem a futura embaixada possam acusar-me um dia de ter descurado, pelo menos, o aspecto funcional do edifício (...) [visto que] por todas razões melhor seria para mim não ter qualquer contacto com um projecto que no consenso geral não parece fazer honra à arquitectura portuguesa”*. E — mais importante — sugeria que na *“minha próxima ida a Lisboa”* fosse a *“questão examinada”* porque *“uma demora de mais algumas semanas (...) quando se trata de uma obra que já tem esperado tantos anos”*³⁴⁰ não fazia grande diferença. — Mais uma vez! Em *post scriptum*, acrescentava mais uma acha para a fogueira. Tinha acabado de visitar o terreno da Rua de São Clemente e visto ali cometidos *“em obediência ao projecto Rebelo de Andrade”* verdadeiros vandalismos com os cortes no terreno, sendo agora, segundo opinião da Severo & Vilares, necessário construir um muro de suporte *“que estragará completamente o jardim”*. E chegava à conclusão a que todo o discurso imperativamente conduzia: *“o projecto não só tornará impossível a construção de um edifício à altura das nossas tradições artísticas neste país, mas também comprometeu seriamente, se é que não destruiu de todo, a beleza natural do lugar, para nele se construir um jardim e uma ‘latada’ que infelizmente não farão a glória dos seus autores”*. Ou seja: era *“de toda a urgência pôr termo a tão flagrante atentado ao bom gosto”*³⁴¹.

É evidente que havia exagero na opinião de Leite de Faria. O que apontava para a organização do piso nobre e para o uso da casa era uma opinião válida. Porém, a versão do projeto de 1954, acordada com o MNE e com o MOP em Lisboa, era, nesse aspecto, não um erro mas uma diferente opção, pelo que, obviamente, não se tratava de uma caso de 'culpa'. E quase todos os restantes temas eram também simples opiniões. O problema que apontava ao jardim era resultante de uma fase intermédia de reconfiguração da envolvente, necessária à criação de espaços exteriores que dessem continuidade à ala esquerda, onde os salões de recepção se voltavam para o exterior, tornados necessários pelas críticas de João Bianchi e do próprio Leite de Faria que tinham obrigado a transformar um projeto que vivia em torno do pátio central da versão de 1947 e suas variantes, para a versão de 1954 onde os espaços ao ar livre tiveram de passar para o perímetro exterior.

O Ministro Paulo Cunha devia ser mesmo muito paciente, ou sujeito a um jogo de forças que a isso o obrigava, porque depois das recomendações de moderação que ele próprio fizera ao Embaixador e do desejo manifestado de fazer a obra avançar rapidamente, não terá gostado de receber esta carta. Não obstante, as opiniões do venenoso Embaixador foram enviadas para o MOP que respondeu ao MNE, cortês mas secamente, que entendia *"em plena concordância com o que Vossa Excelência se digna transmitir-me, que são de considerar extemporaneas, por razões óbvias quaisquer sugestões de alteração que afectem a concepção do projecto aprovado e retardem a sua execução"*. Ainda assim, o MOP dizia aceitar *"dentro destas permissas"* examinar *"as observações formuladas"*, abrindo a possibilidade de, em obra, introduzir algumas modificações³⁴².

Recebida a resposta do MOP, o MNE comunicou-a ao Embaixador, por telegrama, mas suavizando o tom: que as observações tinham sido *"cuidadosamente examinadas"*; que as críticas se entendiam mas que o Embaixador só conhecia uma parte das razões; que não era possível uma vez mais pôr em discussão a concepção do projeto, mas que, no entanto, ainda era possível fazer algumas alterações que poderão depois ser introduzidas. Por outro lado, e mais importante, dava ordens expressas para ser apresentado *"desde já"* ao Itamaraty o projeto para ser licenciado³⁴³.

No início de Maio de 1955, a Secretaria Geral de Viação e Obras do Rio de Janeiro enviou ao Gabinete do Perfeito, que remeteu para o Ministério das Relações Exteriores que, por sua vez, entregou à Embaixada de Portugal, o Parecer onde exarava a sua sentença: não via *"qualquer inconveniente ao projecto apresentado"*³⁴⁴.

Estava finalmente tudo em marcha: a obra licenciada, os primeiros trabalhos a decorrer, as mecânicas de verificação e de aprovação de

342.

AHDMNE, Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, Mç.741, Capilha: Proc. 21,3 "Construção de um Edifício para a Instalação da Embaixada", Ofício de 15 de Março de 1955, do MOP para o MNE.

343.

AHDMNE, Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, Mç.741, Capilha: Proc. 21,3 "Construção de um Edifício para a Instalação da Embaixada", Telegrama nº56, de 19 de Março de 1955, do MNE para Embaixador António de Faria.

344.

AHDMNE, Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, Mç.741, Capilha: Proc. 21,3 "Construção de um Edifício para a Instalação da Embaixada", Parecer de 2 de Maio de 1955, da Secretaria Geral de Viação e Obras, da Prefeitura do Rio de Janeiro.

345.

Lista dos desenhos e outras peças existentes no Forte de Sacavém, Cota: «RCR [Raul Chorão Ramalho] Pt.184 (Projeto 178): "Projeto de 1954 (30 de Novembro de 1954)", Desenho nº1 – Planta do Conjunto; Desenho nº2 – Planta da Cave; Desenho nº3 – Planta do Andar Nobre; Desenho nº4 – Planta da Residência; Desenho nº5 – Planta das Coberturas; Desenho nº6 – Fachada Principal "Sul"; Desenho nº7 – Fachada Lateral "Este"; Desenho nº8 – Fachada lateral "Oeste"; Desenho nº9 – Fachada Posterior "Norte"; Desenho nº10 – Corte AB; Desenho nº11 – Corte CD; Desenho nº12 – Corte EF; Desenho nº13 – Corte GH; Desenho nº14 – Corte IJ; Desenho nº15 – Cortes KL e MN; Desenho nº16 A – Mapa de Acabamentos – Cave; Desenho nº17 A – Mapa de Acabamentos – Piso Nobre; Desenho nº18 A – Mapa de Acabamentos – Residência; Desenho nº43 - Esquema de Distribuição de Luz; Desenho nº44 - Esquema de Distribuição de Luz; Desenho nº45 - Esquema de Distribuição de Luz». Numa lista anexa, da Autoria dos RA, e embora não existam no Forte de Sacavém, estão indicados ainda os seguintes desenhos: Desenho nº29 - Alterações aos D^ºs. N^ºs 3 – 4 – 9; Desenho nº34 - Habitação do Porteiro; Desenho nº35 - Garagem, Habitação Motorista e Criados; Desenho nº36 - Alterações aos D^ºs. N^ºs 3 – 11 – 13. No Forte de Sacavém existe ainda a "Memória Descritiva", com 56p. (de facto apenas um relatório sobre sistemas construtivos a empregar e indicando os acabamentos previstos) assinada por Guilherme e Carlos Rebelo de Andrade.

346.

Coleção de 70 fotografias em grande formato (cerca de A4), com cota: «RCR [Raul Chorão Ramalho] Pt.185 (Projeto 178)», tendo inscrito, na capa que contém as fotos: «Valentino, Rio».

347.

ARQFVRA: Coleção de 168 fotografias reunidas em conjuntos de quatro, s/cota.

348.

4 Fotografias existentes na FCG, CTF00361673; CTF00361674; CTF00361675; CTF00361676.

349.

"O Novo Edifício da Embaixada de Portugal no Rio", in: Padrão, *Revista Portuguesa do Brasil*, Rio de Janeiro, nº38, Janeiro de 1955, p.12-3.

350.

Vd: NUNES, João Corrêa; GUIMARÃES, Alberto Laplaine, Coord.s - *Embaixadas de Portugal / Portuguese Embassies*. Lisboa, Edições Polígono, 2006.

351.

Vd: CÔRTE-REAL, Manuel - *Palácio de São Clemente*. Rio de Janeiro, Andrea Jakobsson Estudio Editorial, 2005.

processos e pagamentos organizadas, o Embaixador confinado. E os numerosos pedidos de transferência de fundos, de notas de adjudicação e de outros documentos afins, amplamente representados no AHDMNE mostram, durante todo o resto do ano, a intensa atividade de construção. Oito longos e penosos anos tinham passado depois da decisão inicial. Mais seis longos anos iriam passar até os trabalhos serem dados por concluídos. Mas, no terreno, eram finalmente visíveis ações concretas.

4.12

O PROJETO DEFINITIVO

O arquiteto Raul Chorão Ramalho (1914-2001) realizou, entre 1973-78, o projeto e parte da obra da Embaixada de Portugal em Brasília. Como 'referencia', como 'sugestão', ou até apenas como 'indicação' de áreas e de programa, ter-lhe-á sido entregue um conjunto de desenhos e fotografias da Embaixada do Rio de Janeiro que acabou por ficar no espólio daquele arquitecto. A colocação deste material no Forte de Sacavém permitiu preservar os documentos³⁴⁵ que possuem a assinatura dos dois arquitectos, Carlos e Guilherme Rebelo de Andrade, e a data: "30 de Novembro de 1954".

Exemplares dos desenhos, aliás uma coleção mais completa — uma pasta com os desenhos 1 a 40 e outra com os desenhos 41 a 80, mais uma terceira com os desenhos 81 a 121 do Projeto de Arquitectura, incluindo desenhos gerais, de detalhe, e as alterações realizadas durante a obra, além de dossiers com as diversas especialidades — existe no Arquivo do Consulado de Portugal no Rio de Janeiro (ACPRJ).

Às fotografias existentes no Forte de Sacavém³⁴⁶ — de que há uma coleção igual no Arquivo da Família Vasco Rebelo de Andrade (ARQFVRA) e a que aqui recorreremos — somam-se outras da construção (168 fotografias datadas entre Maio de 1955 a Fevereiro de 1959) existentes apenas no ARQFVRA³⁴⁷. Conhecem-se também as imagens da maquete existentes na FCG³⁴⁸, completadas por reproduções das mesmas publicadas na revista *Padrão*³⁴⁹, e por outras, já da obra concluída, publicadas em livros de carácter genérico sobre as Embaixadas Portuguesas³⁵⁰ com imagens e informação ocasional, ou mesmo trabalhos exclusivamente dedicados a esta obra³⁵¹. Somado com a nossa visita ao edifício, no Rio de Janeiro, em Junho de 2018, este material permite, no seu conjunto, ficar com uma ideia bastante precisa do que estava projetado e do que foi construído.

Recordamos que houve, como vimos e ainda veremos adiante, diversas fases de projeto durante este complicado processo, pelo que importa fazer um 'ponto de situação' para ordenarmos a sequência de projetos realizados.

Primeira Fase (1946-1952):

O "Projeto 0" que a Severo & Villares realizou, datado de Março de 1946, prevendo a "remodelação quase total" do velho palacete e que foi rapidamente abandonado;

O "Projeto 1", o primeiro dos irmãos Rebelo de Andrade, apresentado em fase de Anteprojecto em inícios de 1947. Dele conhecemos algumas imagens do exterior, o desenho trabalhado do alçado frontal, a coleção de desenhos incompleta (do ACPRJ) e as fotografias da maquete apresentada na Exposição de Obras Públicas de 1948. Foi a este estudo que o Embaixador João Bianchi levantou problemas em Fevereiro de 1949;

O "Projeto 2" foi uma versão reformulada do "Projeto 1" datada do segundo semestre de 1950, de que se desconhecem detalhes mas que incorporaria as sugestões de João Bianchi. Este segundo projecto foi levado por Guilherme Rebelo de Andrade e Jácome de Castro para o Brasil em inícios de 1951, sendo, já no Rio de Janeiro, completamente alterado em função das exigências de Leite de Faria, tendo resultado daí o "Projeto 3".

O "Projeto 3" é pois da primeira metade de 1951, e a sua estimativa de custo, comunicada ao Governo quase um ano depois, em Janeiro de 1952, tinha um valor de tal modo exorbitante que fez reponderar todo o processo.

Depois de muitas demoras e de se chegar à conclusão que se deveria reformular as bases da encomenda, iniciou-se uma segunda fase.

Segunda Fase (1953-1956):

Um diferente projecto foi lançado em 1953, o "Projeto 4", já relativamente próximo do que viria a ser construído. Dele conhecemos apenas uma implantação, que veremos adiante. Como ainda assim deve ter sido considerado de dimensão excessiva, avançou-se para o que seria o projecto final, reduzindo algumas partes.

Assim, foi finalmente realizado o "Projeto 5", datado de 30 de Novembro de 1954, do qual temos muita informação e que é inquestionavelmente a base da construção realizada, não obstante alterações pontuais;

Posteriormente, foi realizado o Projecto de Mobiliário e Decoração, concluído em 1956 e existente no ARQFVRA, assim como os desenhos de alterações pontuais e de pormenorização de obra existentes no ACPRJ.

A versão executada consegue-se perceber a partir do cruzamento do Projecto 5 e da obra existente, com ajuda do conjunto de fotografias que acompanharam o desenrolar dos trabalhos de construção (entre 1955 e 1959) somadas às do momento em que esta foi mobilada e dada por concluída, em 1961. Acresce ainda o detalhado dossier com o Projecto

de Mobiliário e Decoração datado de 1956 e existente no ARQFVRA. Os desenhos que nos servirão de base para uma leitura de síntese são os do Projeto 5, a versão datada de 30 de Novembro de 1954, cruzados com os desenhos do ACPRJ, com as fotografias existentes e com o conhecimento da visita ao edifício.

4.13

REMINISCÊNCIAS E CONTINUIDADES

Há um conjunto de determinantes gerais que foram influenciando as diferentes versões do projeto, perpassando da primeira para a segunda fase, tais como a forma do terreno, a pendente subindo da rua para o interior do lote, a relação com a rua e mesmo a arborização existente. Mas além da permanência das determinantes contextuais, também as versões sucessivas revelam linhas de continuidade entre si, independentemente das diferenças evidentes.

O palacete primitivo tinha um acesso principal centrado no terreno e ladeado por duas filas de magníficas palmeiras imperiais que, a partir do portão localizado a meio do gradeamento do muro dianteiro, na rua de S. Clemente, geravam parte da sua monumentalidade. Embora o palacete em si fosse fortemente assimétrico, com o seu torreão de esquina e as extensas varandas articuladas em diferentes corpos de expressão diferenciada, foi esta alameda e o seu alinhamento que serviu de base ao Projeto de 1947 e que as suas sequelas diretas manteriam fielmente.

O portão central e a alameda de palmeiras determinavam uma forte axialidade que sugeriu e reforçou a simetria e a austera formalidade que esteve sempre presente nesta primeira fase, na linha da severidade volumétrica das construções barrocas portuguesas, em ostensivo contraponto ao eclético *"estilo bolo de noiva"* do velho palacete. O protagonismo do pórtico de entrada no edifício — que se manteria de diferentes modos nas diversas versões — começou por ter forma semi-circular, quadrangular depois, coroada pelo grande coruchéu na versão definitiva; mas foi sendo sempre de algum modo o sucessor e o herdeiro da monumentalidade das palmeiras. A necessidade de polarização no pórtico de entrada resulta do conflito, permanente e inevitável, entre o edifício e a presença, por detrás dele, do gigantesco morro de pedra. O pórtico simples e a forma e a altura das palmeiras resolviam, nas primeiras versões, o problema. Mas perdida a espacialidade que estas geravam quando do deslocamento do eixo de entrada, nas versões da segunda fase houve que reforçar o edifício com a torre e com o coruchéu, para reequilibrar o conjunto edifício-morro.

Foi a importância destes alinhamentos de palmeiras, ostensivamente visíveis na maquete de 1948 que, no *"Projeto 1"*, determinou a absoluta

simetria da planta. Esta era, como vimos, composta por um “U” voltado para as traseiras do terreno, com frente e duas alas de onde sobressaíam pequenos volumes, delimitando ou enquadrando um Pátio de Honra. Este, central e aberto para o jardim, constituía a matriz a partir da qual toda a primeira fase se desenvolveu. A ideia dominante inicial era muito clara, apostando na axialidade e na simetria. Reforçava-a o portão da rua, enquadrado por dois panos de parede para o destacarem do restante gradeamento, o eixo das palmeiras, o pórtico de entrada, o átrio central (que se iria manter nas versões seguintes, sempre marcado pela grande dimensão e pela diferenças de patamares) e o pátio que prolongava a parte superior deste átrio até ao jardim, ao fundo. Também os dois pequenos volumes que saíam dos corpos laterais, com funções complementares ao programa de cada uma das alas, formalmente tendiam a fechar mais as passagens laterais para as traseiras, fazendo o volume do conjunto parecer maior, um efeito reforçado pelo posterior alargamento das varandas (compare-se a Fig. 4.05 com a Fig. 4.07).

A frugal elementaridade do sistema compositivo e da sequencia dos acessos era matizada por um conjunto de subtilezas. A suave pendente desde o portão até à escadaria que antecede o pórtico de entrada; a visão perspética a partir do portão que fazia o pórtico parecer maior; o recuo da porta da entrada em relação ao pórtico que trabalhava jogos de luz e sombra, tal como a *loggia* por cima dele; os muros das rampas laterais que permitiam aos automóveis deixarem os visitantes junto à entrada voltando a sair pelo percurso circular, mais os muros das duas varandas que ladeavam o pórtico, mais o corpo principal da fachada visível de cada um dos lados, geravam uma sucessão de planos — replicados depois nos pequenos ressaltos das fachadas laterais e nos volumes proeminentes nelas existentes — que criavam hierarquias e a vibração necessária para animar os volumes. Todo este trabalho dos planos e volumes era ilegível no infeliz desenho (Fig. 4.11) que mereceu a crítica do Embaixador Bianchi, não sem razão, em função do desenho em si, mas possivelmente também sem saber ver, ou sem querer perceber, a totalidade do que estava presente no projeto.

Juntamente com o pórtico, o pátio era a alma das propostas da primeira fase. Não foi por acaso que a imagem publicada na época — no *Diário de Lisboa* — e referida também no jornal *A Manhã*, do Rio de Janeiro, (Fig. 4.06), não apresentava a fachada principal mas este pátio, como síntese e essência da solução. Aliás, a descrição com que os periódicos acompanhavam a imagem, certamente resultando do que chamaríamos hoje um *press-release*, são elucidativas: o “*amplo e decorativo pátio de honra*”³⁵² ou o “*amplo pátio de honra quadrangular, que ficará ligado por uma ponte a um jardim existente*”³⁵³... Não era apenas um pátio, nem um claustro como se tornaria depois, mas um verdadeiro “*pátio de honra*”.

352.

“O Novo Edifício da Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro”, in: *Diário de Lisboa*, Ano 26, nº8661, 7 de Janeiro de 1947, p.1.

353.

“O Novo Edifício da Embaixada de Portugal no Brasil”, in: *A Manhã* [RJ, Brasil], de 17 de Janeiro de 1947, p.3.

Era a peça principal dos projetos da Fase 1 e toda a concepção girava em torno dele. O pátio era marcado pelas triplas portas a partir do grande átrio interior, replicadas por *loggias* a elas sobrepostas no piso superior, um tema que era reproduzido nos três lados construídos. A fonte e o lago contribuíam para uma evidente centralidade em todo o conjunto; e o prolongamento, em ponte, em direção ao jardim, relacionava esta centralidade com um sentido de abertura e percurso: de aconchego sem confinamento. E a sombra tinha também aqui uma presença (e uma função) importante, quer pela presença das *loggias* quer pelo próprio sombreamento que os volumes provocavam sobre o pátio central, relativamente estreito. Simultaneamente, o programa das alas, banquetes de um lado, grandes recepções do outro, articulava-se com o exterior entre elas que funcionava como um terceiro salão a céu aberto. Sob ele, dada a inclinação do terreno de oeste para leste e de norte para sul, existiam entradas cobertas para as zonas de serviço, no piso mais baixo e, eventualmente, a presença de garagens e outros espaços de apoio.

Também o “*portuguesismo*” da arquitectura estava patente segundo referiam aqueles dois jornais, o que não deixa de ser verdade. Porém, muito para lá dos sinais estilísticos presentes nos desenhos — as referências aos solares e palácios Barrocos, em geral, e a Queluz, em particular — e que quase todos tomam, ainda hoje, pela única característica daquela arquitectura, obscurecem outras leituras e tendem a impedir a percepção, mais profunda e mais nobre, de alguns dos valores permanentes em muita da melhor arquitectura portuguesa: — A composição da forma pela agregação de volumes autónomos; a lógica aditiva, de soma coordenada de fragmentos; o deixar em aberto a possibilidade futura de sucessivos prolongamentos ou extensões da construção; a sobriedade dos volumes; a contenção da decoração... Ou seja, a obra inscrevia-se na tradição construtiva portuguesa, muito para além dos temas decorativos ou estilísticos.

É possível que este “Projeto 1”, de 1947, fosse uma boa solução, dentro do quadro cultural e dos valores de arquitectos e comitentes. Mas provavelmente o desenho infeliz — e era-o, pois não passava de um simples tratamento gráfico do alçado, incapaz de revelar o essencial da solução — promoveu os anti-corpos que iriam inquinar a possibilidade de êxito desta primeira proposta.

Da versão seguinte (“Projeto 2”) nada sabemos. Presume-se que mantinha o essencial do anterior e respondia às críticas levantadas por João Bianchi. Da versão sucessiva — o “Projeto 3” — muito aumentado pelas alterações impostas por Leite de Faria, conhecemos apenas um desenho utilizado pela *Severo & Vilares* para a rectificação do alinhamento da rua, mas que, tudo indica, foi realizado sobre a base que mantinha a implantação da Embaixada do “Projeto 3”. Este desenho mostra uma

planta quase simétrica, de fachada bastante alargada em relação à versão de 1947, com substancial crescimento em profundidade do corpo central, manutenção do pátio em "U" e apenas um dos pequenos volumes salientes dos braços do "U", no lado nascente.

Ainda assim, estas variantes mantinham o essencial do projeto inicial: — alinhamento com o portão e com as palmeiras, importância do pórtico de entrada, centralidade do pátio e do seu prolongamento para o jardim, a norte. Desse modo, respondiam às grandes questões que João Bianchi tinha colocado e às transformações que Leite de Faria tinha depois imposto, nomeadamente com as varandas cobertas, que explicariam a maior mancha de implantação.

O relançar do processo em novas bases, em 1953, levou o projeto num diferente rumo, dando embora continuidade a algumas das ideias anteriores. A axialidade do eixo de entrada marcado pelo pórtico e pelo pátio perdurou, mas este, mantendo ainda a sua presença, perdeu relevância. A sua centralidade literal, na primeira fase, passou a apenas simbólica, na segunda, tendo o protagonismo dos exteriores sido deslocado para a periferia da construção.

Existem no ARQFVRA um conjunto de três postais (Fig. 4.12, 4.13 e 4.14), com fotografias de desenhos (os originais de dois deles encontram-se também no ARQFVRA), que ilustram a transição para as versões finais e que devem ter sido realizados em 1953 para explicar e ilustrar o novo projeto.

O primeiro destes (Fig. 4.12), mostra diferenças substanciais às versões anteriores e uma evidente proximidade à versão final, apesar de, em muitos aspectos de detalhe, ser ainda incipiente. A fachada estendeu-se e alargou; as varandas cobertas assumem grande importância, provável herança do *Projeto 3*; o pórtico tornou-se mais pequeno antecedendo um torreão coroadado por um telhado de quatro águas e grande inclinação; e, sobretudo, foi abandonada a simetria, com o surgimento da entrada em posição claramente excêntrica em relação ao eixo do terreno. Tudo alterações que seriam incorporadas no projeto definitivo, à exceção da escada de acesso à varanda poente da fachada principal, um elemento relativamente secundário, que desapareceria por completo. O abandono da simetria e, correspondentemente, do enfiamento das palmeiras, terá sido ditado pelo crescimento, e conseqüente desequilíbrio, entre a parte de recepção e a parte restante, ou seja, por questões funcionais e não por questões compositivas, provavelmente conseqüência das imposições ditadas pela vontade dos Embaixadores.

As outras duas imagens (Fig. 4.13 e 4.14) estão igualmente próximas, como veremos, da versão final. Na relativa ao átrio de entrada, que crescia substancialmente em dimensão e complexidade, possivelmente fazendo uma síntese do átrio e da galeria transversal do *Projeto 1*,

mostrava que o pátio, nas primeiras versões tão importante na relação com o exterior, passava a ser quase fechado; e que as suas dimensões se reduziam pela criação de duas galerias de cada um dos seus lados, criadas de modo a gerarem percursos paralelos e exteriores às salas, que canibalizaram o pátio, reduzindo-o a um poço de luz quase residual. A outra imagem (Fig. 4.14) mostra a sala de banquetes e o pátio, ao fundo, com pequenas diferenças em relação à versão construída, que apontaremos adiante.

Existe um outro desenho, muito anterior em data formal ("1948", o que só pode ser um erro!) usado num contexto muito posterior (1956), e próximo mas não igual ao Projeto de 1954, que estava então em execução. Não pode ser de 1948 porque, claramente, não é já a versão da Primeira Fase que ali está representada mas sim da Segunda Fase, pois a assimetria da entrada é já evidente. Nem, por outro lado, possui as proporções finais da frente da versão de 1954 (o *Projeto 5*), o que não poderia deixar de ter se fosse a versão que estava a ser construída. Nesse desenho (Fig. 4.15), a marcação da implantação da Embaixada surge como mero indicativo para a relacionar com os terrenos vizinhos, no contexto de um eventual processo negocial para aquisição do lote que lhe ficava do lado nascente, evitando a construção de uma torre de habitação. Ora, como não faz sentido que, em 1956, estando a obra já em construção, se utilizasse uma implantação diferente da que estava em execução, e como em 1948 não se pensava ainda em nada de semelhante, só pode tratar-se de uma versão intermédia recuperada do arquivo por um desenhador apressado, e que serviu, dado o seu carácter indicativo e instrumental, apenas para 'representar' a mancha da Embaixada com um objectivo e um contexto específicos³⁵⁴. Daqui se conclui que, muito provavelmente, foi uma versão intermédia, já da Segunda Fase mas anterior ao Projeto de 1954 (*Projeto 5*), o que leva a supor ser, como apontamos, uma imagem do Projeto de 1953 (*Projeto 4*).

O desenho é importante pois nele podemos observar que a simetria foi claramente abandonada e que a forma geral era já a da versão definitiva. Mas com diferenças em aspectos importantes como a dimensão do pátio, aqui ainda muito largo; ou a extensão da fachada, muito mais longa no seu braço poente do que o Projeto de 1954 consagraria.

Com estes desenhos em mente, e dado que nada mais se conhece da versão de 1953, podemos avançar para a leitura global da versão de 1954 (*Projeto 5*) que, à exceção de aspectos pontuais, consagra a versão final do edifício.

4.14

O PROJETO DE 1954

Ao longo do processo, apesar de algumas ideias terem sido mantidas, muitas outras foram sofrendo alterações. A realocação da entrada na Embaixada foi uma das grandes mudanças. A simetria, tão defendida inicialmente, sujeitou-se à exigência de alargamento e monumentalização da fachada principal, tal como às mudanças no programa, abandonando o alinhamento central do terreno e a referência aos dois renques de palmeiras que tinham sido o gerador do tema compositivo mais importante até ao *Projeto 3*, de 1951. Com isso desapareceu também, como era de esperar, o portão ao centro, tornado inconsequente.

A implantação passou a assumir um novo eixo central, um pouco mais a nascente dos alinhamentos das palmeiras, bem visíveis ainda no desenho da nova implantação (Fig. 4.16). Mas, ao contrário do que acontecia na maquete de 1948, feita com base no projeto de 1947 (ver Fig. 4.07), na nova maquete destinada a apresentar publicamente a versão final do projeto, elas deixaram de estar presentes (Fig. 4.17). Na verdade, com as alterações realizadas elas perderam a relevância que a versão de 1947 lhes atribuía, por desaparecerem os benefícios formais que dela retirava a lógica geral do projeto. As palmeiras, mesmo se algumas permaneceram materialmente, como a realidade ainda hoje mostra, deixaram de ser significativas para o discurso desta nova versão do projeto e, portanto, não fazia sentido representá-las na nova maquete, de acordo com lógicas de necessidade e de congruência, de autonomia e de integridade da forma, muito características do raciocínio e da cultura dos arquitectos.

O pátio central, no meio do "U", desapareceu igualmente. Os dois corpos laterais tornaram-se mais largos, foi desenvolvido um volume com um terceiro piso, ao fundo do que tinha sido o pátio, assimetricamente ligado à ala direita, fechando-o totalmente no piso nobre e quase totalmente no piso superior. O estreitamento do pátio foi feito pela criação de galerias no piso térreo, em torno dele, reduzindo-o a um claustro interior.

Com a alteração do pátio desapareceu também a ligação ao "*Jardim Arrelvado*", a norte. Ainda assim, como memória das fases anteriores (os projetos de 1947, de 1951 e de 1952), aquele jardim manteve-se na posição original, embora tenha perdido toda a continuidade com a estrutura espacial do edifício. Para minimizar a perda, foi criado um segundo jardim lateral, cuja designação "*Jardim da Latada*" escandalizara Leite de Faria, e que se ligava por uma passagem estreita ao jardim das traseiras, rematado, ao fundo, por uma pérgula e um lago que não chegaram a ser construídos.

O Jardim da Latada tinha acesso a partir do grande salão, mas também a partir da sala de fumo e da sala de banquetes, dita "*sala de mesa*", pelo que a partir do núcleo mais social do conjunto era possível sair e permanecer nas respectivas varandas cobertas ou percorrer o espaço exterior. Ou seja, além da varanda coberta da fachada da frente, eram as zonas com maior relação direta com o exterior.

Apesar de perdido o alinhamento das palmeiras que dava uma coe-rência particular ao conjunto terreno-edifício, o desenho geral de todo o espaço de entrada, entre o gradeamento da rua e a frente do Palácio, conseguiu apurar um desenho elegante e funcional. O eventual recuo da frente da rua para um novo alinhamento — que podemos ver na Fig. 4.16 — nunca foi realizado, pois a intenção municipal de transformação da velha Rua de S. Clemente em 'Avenida Radial' nunca avançou. Por conseguinte, o recuo da Casa do Porteiro em relação à via acabou por se revelar uma precaução desnecessária, ficando esta discretamente colocada entre o arvoredo, até à sua demolição para construir um novo corpo para serviços consulares, em 2017.

A entrada geral no recinto passou a ser feita por um grande portão do lado poente do terreno, com portas de homem de ambos os lados, tendo mais tarde, durante a obra, sido acrescentada uma segunda entrada para automóveis um pouco mais a nascente³⁵⁵, respondendo a mais uma das exigências de Leite de Faria. O percurso dos veículos fazia-se por um anel de circulação que passava por debaixo do pórtico do palácio, seguindo depois, seja para as traseiras, onde havia espaço para estacionamento, seja retornando para a saída. Ou ainda, nos casos de paragem de duração curta, os veículos podiam ser dirigidos para um pequeno estacionamento um pouco a norte da casa da portaria, a partir do qual podiam facilmente voltar ao pórtico de entrada para recolher os respectivos passageiros (ver de novo Fig. 4.16).

Um conjunto de percursos pedonais curvilíneos desenhava o centro da rotunda definida pela circulação automóvel. Elegantemente traçados, realçavam a fonte e as duas escadarias curvas que venciam a diferença de cotas entre o jardim dianteiro e o pórtico, formando, no seu conjunto, o momento em que se iniciava o eixo de composição principal. Não fossem as palmeiras do alinhamento original, algumas das quais ainda subsistem, acompanhadas de novos espécimes entretanto plantados, e tudo pareceria natural, desde sempre composto e ordenado de modo harmónico.

No lado poente da fachada, um percurso pedonal em curva levava a uma ampla escadaria que subia para o jardim lateral criando um percurso alternativo. Este elemento terá sido a causa (porque se queria ligar o terreno da frente ao Jardim da Latada) ou a consequência (porque se

queria reduzir a área construída), do encurtamento da ala poente da fachada, decidido entre a versão do Projeto 4 (Fig. 4.15) e do Projeto 5 (Fig. 4.16)

356.

"O Novo Palácio da Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro"
in: *Voz de Portugal*, Ano XXII,
nº2005, de 23 de Fevereiro de
1958, p.1 e p.7.

4.15

O PÓRTICO

É a grande peça da fachada principal e um dos elementos fundamentais da composição, tanto pela importância visual como pelo modo como gera os percursos automóveis que, por sua vez, determinaram a organização de todo o terreno entre a rua e a Embaixada.

Trata-se de uma composição complexa que compreende o pórtico, em pedra talhada com junta fendida, de gosto neobarroco, com volutas sobre as grandes pilastras em silharia, com pequenas mísulas ligando às vergas e tendo na frente um monumental escudo, ido de Portugal, que mereceu referência num artigo de jornal da época³⁵⁶. As pilastras são rematadas por urnas colocadas sobre plintos (Fig. 4.18). As rampas para os automóveis sobem para ele em curva suave ladeadas por muretes. Mas quase em paralelo a estas curvas seguem outras, destinadas a pedestres, aproximadamente de nível, que levam até à base da taça para onde escorre a água da fonte, trabalhada como um murete delimitado por dois vasos, ao centro do qual existe uma concha estilizada entre duas volutas. De cada um dos seus lados, e centradas nela, duas escadarias curvas ligam a base da taça com a plataforma diante do pórtico, já na cota superior. O conjunto é algo paradoxal, simultaneamente pesado e elegante, brutal e ligeiro. Com as rampas, as escadas e a fonte, mais delicadas e flexíveis, a contrastarem e moderarem a massa do pórtico.

Por detrás do pórtico, que está ligado à construção principal mas destacado dela, existe um torreão que sobrepassa ligeiramente em altura a cornija do corpo principal e constitui a verdadeira marcação da entrada, coroado por um grande coruchéu piramidal forrado a telha. A presença deste elemento, inexistente nas primeiras versões, tem a ver com o deslocamento da entrada em relação ao renque de palmeiras e revela a atenção dada à composição espacial. A presença dos alinhamentos das palmeiras imperiais, com as suas hastes esguias e copas alargadas, tão enfaticamente representadas na maquete de 1948, estabeleciam um jogo com o pórtico original, determinando, em conjunto, uma relação de grande clareza e autossuficiência. Isto é, que possuía sentido e energia espacial de *per si*, dispensando outros complementos. Porém, a deslocação da entrada na versão de 1953, desenvolvida e tornada definitiva na versão de 1954, veio colocar outro tipo de problemas.

Não podemos esquecer que por detrás do terreno da Embaixada se ergue a enorme massa do Morro de Dona Marta (Fig. 4.18). Este monte,

um dos grandes afloramentos rochosos que marcam a paisagem do Rio de Janeiro, tem junto à Embaixada uma presença significativa. Se esta presença ficava minimizada com o sentido de verticalidade e envolvimento das palmeiras e do pórtico simples das primeiras soluções, já nas subsequentes isso não acontecia. A criação da torre e do coruchéu vieram gerar uma tensão vertical que se antepõe à visão do morro e de algum modo se lhe contrapõe, reequilibrando o conjunto, e procurando compensar o abandono do eixo das palmeiras que tanta força tinha na composição original. Na verdade, sem o torreão e o seu coruchéu, a fachada pareceria esmagada se vista de longe; e o pórtico, só por si, não seria suficiente para o compensar. Se olharmos para o desenho da fachada principal (Fig. 4.19) — que é, como qualquer alçado, uma representação geométrica e abstrata a partir de um ponto teórico situado no infinito e não uma representação realista — perceberemos que há um evidente excesso de altura do coruchéu, cuja justificação passa pela necessidade de se antepor à presença do morro, substituindo o efeito assegurado pelas palmeiras nas versões iniciais do projeto.

Completam o conjunto da entrada dois volumes laterais, ligeiramente recuados em relação ao plano da torre, em continuidade com os beirais das varandas cobertas que acompanham, de um e outro lado, o corpo principal. Estes volumes, no desenho preliminar integrados nas varandas (Fig. 4.12), conquistaram depois uma substancial autonomia com ganho evidente do conjunto.

4.16

UMA VISÃO GERAL DO PROGRAMA

O edifício está organizado em três pisos. Uma Cave semi-enterrada que apenas ocupava parte da implantação e onde os serviços de apoio ficavam localizados. O Andar Nobre, incluindo todas as funções de recepção e de aparato, possuindo nas zonas mais importantes um elevado pé-direito. E, no piso mais alto, que ocupa apenas parte do volume, ficavam concentradas as funções residenciais. Se os serviços, na cave, ocupam apenas a parte onde o terreno era mais baixo, o piso superior, o da residência, ocupa apenas a parte onde deixaram de ser necessários os elevados pé-direitos das zonas de recepção.

Começaremos por ver o piso principal, passando depois aos restantes.

4.16.1

O ANDAR NOBRE

Este piso corresponde ao andar onde toda a parte de recepção e distribuição é feita e onde se desenvolvem as ações de carácter oficial, social, ou mesmo público (Fig. 4.20).

A partir do pórtico onde paravam os automóveis entrava-se para a Embaixada pelo torreão — “Vestíbulo”, na designação dos arquitectos — através de uma grande porta dupla. Apesar deste vestibulo possuir uma forma e um tratamento autónomo, com o elevado tecto em masseira, com o óculo no teto que conduzia a luz para o interior, com a escada e balaustrada que ligava os seus dois patamares, era um espaço que fazia parte de um enfiamento e de um ritual de entrada.

Se repararmos no corte longitudinal pelo acesso (Fig. 4.21), perceberemos que a lanterna que iluminava o torreão se encontra, intencionalmente, a uma altura maior do que aquela que pontua o grande átrio de distribuição. O que isso significa é que quem estivesse na porta de entrada, olhando em frente através da cerimonial porta em grade de madeira dourada, veria destacado o lanternim do átrio tendo por fundo a abóbada sobre a fonte interior, e com isso tendo a percepção imediata da amplidão interna, independentemente da efetiva importância do vestibulo (Fig. 4.22). E isto mostra que entre a construção espacial da arquitectura, do seu sentido de percurso, de dinâmica do movimento, e o equipamento e mobiliário previsto, havia uma estudada coordenação.

No vestibulo, no patamar superior, duas portas laterais ligavam aos vestiários — “Homens” do lado esquerdo e “Senhoras” do direito. Nos vestiários, além dos balcões de recepção dos agasalhos, existiam escadas para a cave onde ficavam os sanitários.

Os patamares sucessivos (pórtico, entrada do vestibulo, parte superior do vestibulo) correspondiam aos diversos graus de recepção por parte dos anfitriões, consoante a importância social ou política dos convidados. E as famosas “Figuras de Convite” em azulejo, estavam precisamente colocadas ao fundo do vestibulo, antecedendo a porta do átrio.

O átrio era um grande espaço coberto por uma abóbada de berço com eixo transversal ao sentido do acesso. Deste modo, organizava a divergência do movimento de entrada, quer para a direita, onde ficava a antecâmara do gabinete do Embaixador (depois, na versão construída, transformado em sala de receber), quer para esquerda, onde ficava o salão das grandes recepções.

Ainda no átrio, em frente da entrada, ficava um complexo e diversificado trabalho espacial, possivelmente memória das versões anteriores. Uma segunda abóbada de berço, de ponto rebaixado, perpendicular à do átrio, abrigava uma fonte interior, no centro de um rebaixo do pavimento, tendo, ao fundo, as três grandes portas para o Pátio, que se terão mantido desde o ‘Projeto 1’. Duas outras abóbadas, mais pequenas e baixas, perpendiculares por sua vez à existente sobre a Fonte, completavam o conjunto, encaminhando movimentos quer para a galeria ao longo da Sala de Banquetes, do lado esquerdo — “Sala de Meza” na legenda original —, quer a um outro corredor, ao longo da ala nascente, do lado direito, que ligava à Residência.

Este conjunto de abóbadas, mais os pilares que as suportavam, mais a fonte, mais o recuo das grandes janelas do pátio, mais a própria profundidade do pátio, promoviam um óbvio sentido de complexidade e de aparato.

As fotografias que possuímos, da época da inauguração, não são, infelizmente, suficientemente 'inteligentes' para terem sabido observar e traduzir o tratamento espacial da obra. São enquadramentos frequentemente parciais, focados em elementos secundários e incapazes de traduzir o trabalho de espaço e de envolvimento que esta arquitectura possui. Mas são poucos os fotógrafos que sabem interpretar desse modo os espaços construídos. Fez falta um mestre como o da Fotografia Alvão que tinha, anos antes, extraordinariamente entendido e magnificamente reproduzido o difícil objecto (de fotografar) que é o Teatro de S. Carlos, em Lisboa, também reconstruído por Guilherme Rebelo de Andrade, entre 1938-40.

Se estas fotografias não traduzem a diversidade de enfiamentos e de variação de espaços e ambientes, melhor o faz, relativamente ao átrio, o desenho que já referenciamos (ver acima, Fig. 4.13). Ali se percebe a simultânea complexidade, diversidade e simplicidade desta zona de acolhimento e de distribuição. De facto é este átrio o *pivot* de toda a parte social e também provável memória da fase anterior. Recorde-se que a fonte existia já na versão de 1947, então colocada no exterior, passada depois para o interior de modo a compensar o alargamento das alas exigido pelo Embaixador João Bianchi, dado os corpos laterais serem, alegadamente, demasiado estreitos. Embora este desenho — certamente da reformulação do projeto começada em 1953 — possua já indicações claras do ambiente e do mobiliário, as fotografias da obra permitem desenvolver e clarificar o seu sentido. As mesas torneadas, gêmeas, com as austeras e desconfortáveis cadeiras de sola e pregaria, evocam o carácter cerimonial e austero de uma secretaria conventual, com o seu carácter deliberadamente duro e obsoleto (Fig. 4.23), caracterizando um primeiro momento que vai contrastar com peças de mobiliário mais confortáveis dos compartimentos adjacentes.

À esquerda do Átrio, passada uma larga porta dupla que deslizava para dentro das paredes — uma estratégia que permitia interligar todas as áreas de recepção, gerando continuidade espacial —, surgia um importante enfiamento visual que ligava, na versão de 1954, a "Sala" e o "Salão", mas que foram fundidos, mais tarde, durante a obra, tornando-se num salão único.

Importa perceber a elegância — clássica, sim, claro — do tratamento espacial. Na versão projetada, ambos os espaços eram cobertos por cúpulas independentes (Fig. 4.30 e Fig. 4.31), sendo que a da Sala ficava também a eixo da sequência "Sala de Fumo" - "Sala de Meza", perpendi-

cular ao eixo transversal das primeiras. Dispostas em sequência a partir do átrio, a sala e o salão formavam uma continuidade através dos seus pavimentos; mas os seus volumes internos diferenciavam-se através das cúpulas que cobriam cada um deles. Reforçava a distinção entre um e outro as pilastras previstas para as paredes laterais, acompanhadas por dois pares de colunas duplas, ligeiramente afastadas das paredes.

Esta solução de colunas laterais, que desapareceram na versão construída, reduzidas a simples pilastras, eram uma ideia central para Guilherme Rebelo de Andrade. Tinha-as usado em Londres, em Madrid e nas várias versões do Rio de Janeiro. Foram estas colunas, no Projeto 1, de 1947, as consideradas por João Bianchi, de modo superficial, de serem uma solução “*inverosímil*” e de tirarem “*toda a grandeza*”³⁵⁷ ao Salão — mas eram uma das lições aprendidas no percurso das três Embaixadas realizadas por Guilherme Rebelo de Andrade.

Referimos já, ao falar da Embaixada de Londres (Parte Dois) a presença destes elementos na sala principal daquela embaixada, uma tradição recorrente em muitos espaços representativos britânicos, da própria sala da Embaixada de Portugal à célebre *Duveen Gallery*, onde estão as esculturas do Parténon, no British Museum, que estava em acabamento quando Guilherme Rebelo de Andrade esteve em Londres e as pode ter visitado, em 1937. Vimos depois como estas colunas reapareceram na Embaixada de Madrid (Parte Três), resolvendo um problema construtivo (suportar o pavimento superior e esconder uma viga) mas também espacial (articular um espaço grande em duas partes sem cortar a relação entre ambos). E vimo-los reaparecer no ‘Projeto 1’ também aqui, no Rio de Janeiro, assim como no ‘Projeto 4’ e, eventualmente, ter-se-á mantido em todas as restantes versões, à exceção da obra construída.

A insistência nestas colunas, mais do que idiosincrasia, tem uma intenção espacial. A organização de grandes salas é um problema difícil e complexo, de modo a conseguir que elas sejam vastas mas não desarticuladas, isto é, que quem nelas se movimentava ou permanecia não se sinta intimidado ou perdido. O recurso a ritmos parietais fortes, a presença de nichos ou recantos, são recursos usuais. O modo como Guilherme Rebelo de Andrade aqui tentou abordar o problema foi, simultaneamente, assegurar a continuidade através do pavimento e organizar diferentes zonas através do tratamento volumétrico e espacial. Assim, as pilastras e as colunas eram não só uma memória de experiências anteriores, e uma lição aprendida por Guilherme Rebelo de Andrade em idênticos contextos, mas sobretudo parte integrante da solução encontrada para resolver a grande dimensão (8,8m+8,8m+2,2m, ou seja, uma sequência 4:4:1) deste salão, criando recantos sem perda de continuidade, diversificando a espacialidade sem perder unidade.

357.

AHDMNE, Embaixada do Rio de Janeiro, Mç.238: “Rio de Janeiro. Embaixada de Portugal. 1941 a 1950”, Processo 21,3 - Carta-relatório de 27 de Fevereiro de 1949, dirigida pelo Embaixador João Bianchi para o Ministro dos Negócios Estrangeiros.

Além dos dois módulos de 8,8x8,8m, cada qual com sua cúpula, previstos na versão de 1954, no topo poente do Salão acrescia, ao fundo, mais um pequeno módulo, separado por pilastras e por uma viga superior e um tecto plano que criava um sistema decorativo e de efeito visual particular e que se manteve na obra. Na parte plana deste tecto, ligeiramente realçada, uma claraboia fazia incidir luz por sobre a tapeçaria que preenchia a toda a parede do topo. E, dos lados desta, espelhos a toda a altura criavam uma ilusão de acrescida profundidade.

No seu conjunto, todos estes dispositivos convergiam e faziam sentido, criando uma imagem de grande extensão, poderosa mas também contida, organizada em zonas que se distinguiam sem perder continuidade. Era, no fundo, um conjunto de espaços distintos que mantinham a unidade geral.

Ao não ser este sistema completamente realizado, e para minimizar as consequências, houve de algum modo que compensar com as decorações, quer do tecto quer das paredes, assim como do reforço da presença dos reposteiros e mobiliário. E é evidente como a disposição deste, tentando criar zonas capazes de articular a grande dimensão do espaço (com recurso a tapetes pontuais e com uma disposição de cadeiras e sofás gravitando em torno deles), parece artificial, mesmo nas fotografias oficiais (Fig. 4.24), tentando reequilibrar o desaparecimento do tratamento originalmente previsto.

O efeito dos espelhos no fundo da sala (Fig. 4.25) que deveriam refletir as não realizadas colunas duplas salientes – perdem também por isso alguma da sua capacidade de criar uma ilusão espacial.

4.16.2

A SALA DE FUMO E A SALA DE MESA

A partir do centro do primeiro módulo do Salão, num eixo perpendicular ao deste, localizavam-se a Sala de Fumo e, em *enfilade*, a Sala de Mesa (ver de novo Fig. 4.20).

A sala de fumo tinha abertura para o jardim, a poente, e, do lado interno, era aberta para a zona da fonte interior, no átrio. Além disso era ligação quer para o salão quer para a sala de mesa. Através das enormes portas de correr que permitiam ligar ou encerrar este espaço, controlavam-se diversas configurações possíveis, de acordo com as necessidades, para o 'jogo social' se poder realizar. Como o seu tecto era mais baixo do que o dos espaços vizinhos, um 'falso-céu' deixava passar a luz que provinha dos óculos do forro da cobertura.

A grande sala de mesa é um dos momentos mais representativos de todo o edifício. Trata-se de uma sala com 8,8x17,6m (proporção 1:2), mas

que — à semelhança do fundo do salão — possui, no topo, um tratamento particular. Aí, no extremo norte da sala, existe uma zona de tecto mais baixo, tal como ao fundo do salão, sobre a qual foi colocada também uma claraboia que ilumina uma tapeçaria, ladeada por pilastras e dois nichos em mármore polido. De modo análogo mas de forma diferente, também na largura a sala de mesa se expande, ligando-se, do seu lado nascente, a um espaço deliberadamente ambíguo que pode ser lido tanto como uma galeria como um corredor (conectando o átrio diretamente à sala e, ao fundo, à copa), ou mesmo como varanda coberta antecedendo o pátio central. Está demarcado do espaço principal por quatro colunas de desenho clássico, em mármore polido, com o tecto do corredor entre elas e o pátio esquadrelado por vigas, bem diferente do resto da sala (Fig. 4.26 e Fig. 4.27).

A peça dominante, que dá justo título à sala, é a grande mesa assente em cavaletes de talha dourada e tampo em mármore polido, com 8,25m de comprimento, assente num enorme tapete Beiriz com 15x6,8m. O desenho da mesa reproduz um tema corrente no século XVIII, com os pés unidos e a parte inferior mais larga que o suporte do tampo, como se o peso deste os comprimisse a ponto de os deformar. A forma era recorrente em mobiliário do século XVIII, usada em bancos e em mesas, e é provável que os irmãos Rebelo de Andrade conhecessem o magnífico exemplar existente na casa do Dr. Ricardo Espírito Santo³⁵⁸, que vimos já como 'consultor artístico' do Embaixador Teotónio Pereira, em Madrid (ver Parte Três).

Sobre o espaço da mesa, e muito marcante na parte central da sala, um tecto em masseira de forte inclinação faz subir o pé direito até aos 8,8m. Nas suas faces inclinadas, um conjunto de lanternins, iluminam e ventilam o compartimento.

É relevante notar neste espaço da sala de mesa a mixigenação de tradições diversas. A mesa e o tecto em masseira, de tradição barroca, dialogam com colunas compósitas, de tradição clássica, e com pilastras e nichos em mármore polido, pouco usuais na arquitectura portuguesa. As portas altas em arco que ligam ao pátio são bem diversas das portas baixas que abrem para a varanda. Tal como são diferentes das grandes portas espelhadas, de correr, que abrem para a sala de fumo. E nenhum palácio barroco em Portugal tinha claraboias orientadas para peças de arte. Ou seja, a alegada "confusão de estilos" desta obra — e nisso tinha razão o Embaixador Leite de Faria, embora fazendo da observação uma crítica — é de algum modo uma opinião limitada, para não dizer estreita. Porque na realidade é no jogo espacial de variação de alturas, de expressões, de decorações, de sinais estilísticos, sempre dentro de um desejo de continuidade de cultura e de história, que esta arquitectura se pode entender e apreciar.

358.

Ver imagem em: SANTOS, Reinaldo dos; QUILHO, Irene - *Ourivesaria Portuguesa nas Coleções Particulares*. Lisboa, 1ª ed. 2ª Vol. (1959-60). Há reprodução em: Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian, Estúdio Mário Novaes: <<<https://www.flickr.com/photos/bibliarte/11869890703/in/set-72157638414281113>>>.

Há que notar que entre o projeto e a obra houve algumas mudanças na sala de mesa. As grandes colunas da galeria não existiam no projeto de 1954. Basta comparar a Fig. 4.28 (e também com a Fig. 4.14) com a Fig. 4.26, para perceber que as colunas iam, na fase inicial do projeto, apenas até à altura da base dos arcos das janelas do pátio, sendo a dimensão dos arcos recortada no seu alto entablamento. E a altura das colunas correspondia à das janelas do lado do jardim. Na obra, diferentemente, as colunas cresceram até ao entablamento geral da sala que contorna a base da masseira. A consequência é que a sala se abriu mais, deslizando parte do seu espaço para a galeria. Mas o que perdeu em concentração ganhou em diversidade.

Dois questões importa referir, uma sobre os tectos e outra sobre a ventilação. Nas diversas abobadas do átrio, ou nas duas cúpulas que deveriam ter coberto os dois módulos do Salão, ou nos tectos em masseira da Sala de Fumo e da Sala Mesa, além de outros espaços deste Andar Nobre, o trabalho volumétrico do tecto, ou seja, a sua maior ou menor altura, a sua forma, a sua decoração e correspondente carácter, contribuindo muito para o ambiente de cada um dos espaços, foram cuidadosamente estudados. Independentemente da relativa unidade volumétrica da forma externa do edifício, existiu uma evidente intenção de trabalhar as sequências de compartimentos interiores, articulando a sua sucessão pela variedade dos seus tectos (ver de novo Fig. 4.21, Fig. 4.28 e, mais adiante, Fig. 4.29 e Fig. 4.30). Associado a muitos deles, e independentemente da existência de ar-condicionado, nos seus pontos altos encontram-se saídas de ar. Estas saídas, como por exemplo os lanternins da Sala de Mesa, abrem, na parte superior, para um grande vazio entre os tectos e a cobertura. E este vazio explica e justifica os muitos óculos, ou seja, as janelas ovaloides existentes nas várias fachadas, como aberturas destinadas a assegurar ventilação transversal sob a cobertura, contribuindo para um controle natural e permanente da temperatura, constituindo, como diríamos hoje, um sistema passivo e ecológico.

4.16.3 ALA NASCENTE

Ainda no Andar Nobre, mas na ala nascente, complementar da parte das grandes recepções, o programa tinha diferente natureza. E foi o que sofreu mais alterações entre a fase de projeto e a de obra.

Para quem entra a partir do vestíbulo, do lado esquerdo do átrio, numa porta simétrica à do salão, ficava a antecâmara do gabinete do Embaixador. Esta antecâmara possuía uma extraordinária pontuação de luz, ou seja, a luz natural era conduzida a partir de um lanternim existente na cobertura através de um cone invertido até a um 'falso-céu' no tecto

da antecâmara (Fig. 4.30, à esquerda). Era um dispositivo singular pela sua altura e forma, introduzindo a luz não apenas para iluminar, mas para, com a sua presença, assinalar a passagem entre o átrio e o gabinete, onde os assuntos mais sérios e os negócios mais importantes seriam tratados.

Com efeito, o gabinete do Embaixador, mais do que um local de trabalho (para isso havia um outro, no piso superior, como veremos), era a verdadeira sala de receber do Embaixador, convenientemente colocada no canto da casa, a uma cota superior à do chão exterior. Possuía acesso exclusivo à varanda coberta do lado nascente da fachada principal e tinha ainda, pontuando o eixo transversal, na fachada nascente, uma pequena varanda inserida num nicho.

A antecâmara ficava enquadrada entre um pequeno sanitário e um elevador de uso privativo, ligado a um corredor anexo ao gabinete. Este elevador, eliminado depois na construção, destinava-se a interligar o gabinete oficial com o piso superior onde se localizava o gabinete privado e a super-suíte do Embaixador; e também com o piso da cave, onde ficava a caixa-forte.

Avançando para norte, ficava a sala de receber da Embaixatriz, reconhecimento implícito da importância das esposas para a diplomacia informal e para o alargamento das relações de influência, possuindo entrada já pelo corredor nascente que ladeava o pátio a partir do átrio, independentemente de se ligar internamente também ao hall do elevador e, daí, ao gabinete oficial (ver, de novo, Fig. 4.20).

Terminava nesta ala o Andar Nobre com uma *suíte* destinada, na linguagem típica da época, a "*Hóspedes de Categoria*", posteriormente deslocada para o piso superior.

4.16.4 O PÁTIO

Um elemento que tinha sido central na concepção do edifício — o pátio em "U" da versão de 1947 — manteve-se, como temos referido. Porém, a redução da sua dimensão, quer em comprimento quer em largura, a perda de abertura para o jardim pela rotação do extremo da ala nascente transformada em ala norte, e a passagem da fonte para o interior do Átrio, tornaram-no um espaço secundário. Nem o fundo preenchido com uma exuberante fonte em cerâmica policromada do escultor Jorge Barradas (1894-1971) — um parceiro habitual nas obras dos Rebelo de Andrade — nem as vigas por onde era suposto correrem trepadeiras, foram suficientes para lhe dar a relevância que tivera nas versões anteriores. Ainda assim, não deixou de assegurar iluminação ao corredor lateral da ala nascente e à galeria-corredor da sala de mesa,

359. Já referido na Parte Dois: AHDMNE, Embaixada de Londres, Mç.235, 'Casa para a Embaixada de Portugal em Londres, 1937': "Informação" assinada por Armindo Monteiro [24p.] de 14 de Dezembro de 1936 [p.3].

na Ala Poente, tal como ao átrio, sendo, neste caso, essencial à polaridade à entrada, como se observa na Fig. 4.22.

O desaparecimento da ligação pátio-jardim, crucial nas primeiras versões, poderá ter acontecido por razões práticas impostas pelas pre-ocupações eminentemente funcionais dos Embaixadores. É possível que Leite de Faria, recordado de uma observação de Armindo Monteiro, de 1936, de que "...a regrada e correcta organização das recepções depende muitas vezes do serviço de copa"³⁵⁹ tenha imposto a existência de um espaço que resolvesse um conjunto de articulações. Com efeito, o único compartimento cuja existência obriga ao fechamento do pátio é a copa, situada transversalmente por detrás do pátio e da sala de mesa, numa posição que lhe permite uma fácil conexão com a sala de mesa e com a varanda junto ao jardim, no corpo poente, assim como com a sala privada da família do Embaixador, no corpo norte. A copa ficou ligada à cozinha, situada sob ela, no piso da cave, com ligação fácil e direta por escada (ver Fig. 4.20 e 4.32).

Por pressão — do Embaixador, por um lado, do Ministério por outro — Guilherme terá cedido e abdicado do "U" aberto que teria permitido um outro carácter ao pátio e a todo o conjunto. Com esta solução, resolvendo embora as também necessárias funcionalidades, perdeu-se uma das boas intenções do projeto inicial.

4.16.5

A RESIDÊNCIA DO EMBAIXADOR

Para além dos grandes espaços de aparato, usados em ocasiões singulares, a Embaixada incluía os espaços onde iria residir o Embaixador e a sua família. Os espaços privativos da Residência — no projeto de 1954 — ocupavam todo o piso superior e parte do Andar Nobre (Fig. 4.20 — Andar Nobre; e Fig. 4.31 — Piso Superior).

A entrada privada da Residência fazia-se através de um escada exterior em "L", visível no canto superior direito da planta do Andar Nobre. Ficava voltada para a fachada nascente e levava a um vestíbulo ligado a uma caixa de escadas interior que incluía um elevador, situado entre a ala norte e a ala nascente. Por esta escada e elevador se estabelecia a ligação ao piso superior, onde se localizavam os quartos, mas também com a cave onde os serviços estavam organizados.

O Embaixador Leite de Faria, depois de ter imposto, ou pelo menos inspirado, a versão alargada, com 7.500m² de área construída, depois reduzida para cerca de 3.900m², na versão projectada (acrescida em obra com o aproveitamento de mais espaços em cave), deve ter ficado desolado pela dimensão dos espaços a ele e à família dedicados. Contudo, para os padrões de hoje, o resultado é extremamente generoso.

A ala norte ficava voltada para o jardim traseiro, embora sem acesso direto a ele (Fig. 4.20). Era ocupada, no Andar Nobre, no seu extremo poente, por uma grande sala de refeições, por uma saleta de estar anexa — hoje reunidas numa só — e por uma copa de apoio. Junto a esta saleta, ao centro, no enfiamento do corredor que vinha do átrio, ficava a capela e a respectiva sacristia, onde foi armado um altar e forros de parede em talha do séc. XVIII, levados de Portugal³⁶⁰. E, no canto nordeste, situava-se a sala destinada ao “recreio das crianças”, convenientemente ligada à varanda norte, podendo-se aceder ao jardim pelo seu topo poente.

Todo o piso superior (além da sala privada do Embaixador e dos espaços ‘de função’, incluindo a capela, no piso térreo) estava por conta exclusiva do Embaixador. Quatro grandes *Suites* (que incluíam um corredor de entrada, quarto de dormir, quarto de banho e quarto-roupieiro), mais a sala de estudo das crianças e ainda uma saleta pequena localizada sobre o vestíbulo, compunham a parte norte.

Já por sobre a Ala Nascente ficava o que poderíamos chamar ‘o apartamento do casal’: uma antecâmara ou saleta, um quarto de vestir que se ligava a um quarto de banho e a um grande quarto-roupieiro, dava passagem para o quarto de dormir (‘dela’, presume-se); e, ligado a este, mas com disposição invertida, o quarto de dormir (‘dele’, porque mais perto do elevador e do gabinete), mais o quarto de vestir que se ligava a um quarto de banho e a um quarto-roupieiro ligeiramente menor que o ‘dela’. Esta dupla *suite*, que tinha o uso exclusivo da grande varanda fechada com rótulas (gelosias que filtravam a luz deixando passar o ar), incluía também o elevador e o referido gabinete de trabalho do Embaixador, além de um espaço para arrumos (por onde passava a condução de luz para o tecto da antecâmara do gabinete do Andar Nobre). Ao todo, só a suite do casal constituía um ‘apartamento’ com uma impressionante área de 360m².

4.16.6 A CAVE

O piso mais baixo ocupava somente uma parte da implantação e localizava-se nas alas norte e nascente do edifício, aproveitando a pendente do terreno. Apesar da designação apontada nos desenhos, era, de facto, uma semicave, pois possuía frentes livres voltadas para norte e nascente (Fig. 4.32).

A entrada de serviço era feita pelo canto noroeste, próximo da entrada privativa para a Residência, por uma porta recuada e discreta, sob o corpo dos pisos superiores, descendo três degraus até atingir o nível do pavimento, ligeiramente mais baixo do que o exterior. Uma grande cozinha, completada por despensa e copa, ocupavam a ala norte; refeitório,

360.
A Capela foi fornecida pela firma J. Vultos & Duarte Lda. Antiquários de Lisboa, por 210 contos, segundo: ACMF – Direção Geral da contabilidade Pública, 7ª Repartição, Processo: DGCP/07/002/002, Despesas com a Construção da Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, “Conta Corrente das despesas efectuadas com as obras de construção do edifício ao abrigo do Decreto-Lei nº36295, de 22 de maio de 1947, no período de Julho de 1954 a 31 de Dezembro de 1962, Mf. 1114 - C3, Fls: 0000 0001 0177.

vestiários e quartos para os empregados, mais rouparia e lavandaria, ocupavam boa parte do lado sul.

Sob o gabinete do Embaixador, no canto sudeste, além de um depósito de mobiliário, com entrada autónoma pelo exterior, existia a caixa forte à qual se acedia também pelo elevador. E, finalmente, como referimos já quando descrevemos a entrada, ocupando parte da frente sul, sob as varandas do alçado principal e do torreão, ficavam o guarda-roupa e os sanitários dos convidados, separados em Homens e Senhoras.

No conjunto, era um grande e amplo edifício, generoso nas áreas dos compartimentos, funcionalmente articulado, especialmente trabalhado e muito diferente dos modelos setecentistas a que, alegadamente, ia buscar referências: um palácio ‘moderno’, porque integrava as questões técnicas, funcionais e mesmo de formas de organizar a habitação tipicamente modernas, independentemente da linguagem arquitectónica, do estilo do mobiliário e da retórica da decoração.

4.16.7 OUTRAS CONSTRUÇÕES

Além da Portaria (ver de novo Fig.s 4.20 e 4.33), que já referimos, e que era um edifício térreo, com dois quartos, um refeitório e uma casa-de-banho, destinado somente aos guardas-porteiros, existia um outro edifício, ao fundo do jardim, com dois pisos. Ali ficavam as garagens, para três automóveis, além das instalações dos motoristas e, eventualmente, de outros funcionários. Não possuímos desenhos específicos mas é evidente a qualidade de composição de qualquer um deles.

4.17 OS ALÇADOS E A MAQUETE DE 1954

Vimos acima, na Fig. 4.19, o alçado da frente (“Fachada Sul”) quando referimos as mudanças essenciais entre a versão de 1947 e a de 1954. Mas importa rever alguns aspectos principais a partir da frente da maquete (Fig. 4.33). Toda a composição era dominada pelo pórtico e pela torre coroada pelo coruchéu. A eles se juntavam o grande escudo no pórtico, o óculo que iluminava o vestíbulo na torre, o bico do telhado, reforçados pelas pulsões verticais da decoração arquitectónica, como as urnas sobre o pórtico e os pináculos sobre os cunhais da torre.

Dos lados desta, dois volumes baixos, dentro dos quais ficavam os balcões dos vestiários, marcados no exterior por janelas e tabelas superiores, constituíam os elementos de transição para as colunatas existentes de um e de outro lado da entrada, sustentando as arcadas das coberturas das varandas. Estas colunatas e as respectivas bases para-

vam antes dos cunhais extremos do corpo principal que, por detrás das varandas, constituía o volume maior do edifício. Na sua parte superior existia um entablamento cujas linhas inferiores iam ligar-se à torre, onde se encontrava idêntico elemento, criando uma faixa horizontal que estabilizava o conjunto. Seis óculos do lado esquerdo e três do lado direito, mais o da torre, deformavam esta linha e reforçavam o ritmo das arcadas.

Bem diferente era o sentido da organização do alçado Este, articulado numa sucessão de momentos diferentes (Fig. 4.34). Além da visão lateral do pórtico da torre e das varandas, o que ressalta é a existência de tramos de alçado com diversa natureza e significado. Um primeiro é o severo topo do corpo principal onde ficava o gabinete oficial do Embaixador, com a sua varanda enfatizada por um recuo na fachada, num grande pano de parede cega, com o óculo superior interceptando a cornija tal como na fachada principal, ficando sob a varanda do Gabinete a porta do armazém de mobiliário, já na semicave, estabelecendo este conjunto um eixo vertical que autonomiza a sua composição. A este módulo sucedia um outro, ligeiramente recuado em relação ao primeiro, marcado por arcadas e, sobre elas, a grande varanda da suite do Embaixador. A este sucedia um outro módulo, de novo mais avançado, onde ficava o vestíbulo da entrada particular da Residência e, por cima dela, a saleta. Por fim, de novo recuado, o topo da Ala Norte (Fig. 4.34).

À clareza dos alçados sul e leste, contrapõem-se os alçados oeste e norte. No lado poente (Fig.s 4.36 e 4.37), é notório o total fechamento do topo do corpo da frente, à exceção do óculo superior, como sempre a cortar o entablamento que faz a unidade de todo o edifício. Segue-se-lhe a varanda coberta suspensa por arcaria que se volta para o Jardim da Latada, tendo, por detrás, o volume da sala de fumo e da sala de mesa, marcados e distinguidos pelos óculos superiores que intencionalmente alteram o seu ritmo. E no seu extremo norte, muito recuado em relação ao corpo da sala de mesa, surgia já, com diferente lógica volumétrica e mesmo com diferente expressão, a Residência.

O Alçado norte, o das traseiras, tinha a difícil missão de interligar as diferentes formas que, de ambos os lados, lhe chegavam (Fig. 4.35). Por um lado é clara a relativa autonomia e a caracterização formal da Residência que, rodando desde o alçado Este, assume uma certa identidade e independência. Por outro lado, a relação do topo da sala de mesa com o volume mais baixo da copa que tinha de apoiar e servir tanto as salas de mesa como as varandas ou o jardim, obrigando à rotação da varanda coberta, tornava complicada a gestão da forma.

Entre a grande simplicidade dos volumes da versão de 1947 e a bem mais complexa geometria de 1954 vai uma grande diferença. Entre as opiniões dos Embaixadores, as limitações do MOP e o desgaste do

361. ARQFVRA, s/cota: Álbum de Textos e Imagens intitulado: "Embaixada do Rio de Janeiro. Mobiliário e Adornos. Irmãos Rebelo e Andrade", parte: "Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, Mobiliário e Adornos – Alterações" datado de 3 de Agosto de 1956, p.7.

362. ACPRJ, Pasta "Pormenores Gerais", Desenho s/n.

363. AHDMNE, Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, Mç.741, Capilha: Proc. 21,3 "Construção de um Edifício para a Instalação da Embaixada", Ofício de 24 de Fevereiro de 1955 [6p.], do Embaixador António de Faria para o MNE.

processo, foi o resultado possível entre forças poderosas, influentes e provavelmente contraditórias. E estavam ainda para vir mais alterações.

4.18 AS ALTERAÇÕES

Um conjunto de mudanças de programa — algumas das quais fomos referindo de passagem — foram decididas algo tardiamente. Sabemos que o Estudo de Mobiliário e Adornos foi concluído em Maio de 1956, tendo como base o projeto que temos vindo a seguir, de Novembro de 1954³⁶¹. Porém, logo em junho desse mesmo ano — 1956 —, já a construção ia adiantada, "*foi superiormente determinado*" um conjunto de alterações na ala nascente do Andar Nobre, e também na Residência, como fica claro por um conjunto de peças desenhadas assinaladas pela inscrição "*Aprovado por despacho do Sr. Ministro das O.P., 5-VI-1956*"³⁶². Ali se percebe, num desenho sem número e muito danificado, que, na Ala Nascente desapareceu o elevador, o sanitário e a antecâmara do gabinete do Embaixador; que a sala da Embaixatriz se transformou numa sala de passagem; e que as suites dos hóspedes passaram a ser uma segunda sala de mesa, ficando os espaços remanescentes desta ala para vestiário, copa e sanitários, com acessos pelo corredor.

Já na Ala Norte da Residência, a sala do canto nordeste (anteriormente "*recreio das crianças*") passou a ser o gabinete oficial do Embaixador. No piso superior, a antiga "*sala de estudo das crianças*" passou a ser a suite para os "*Hóspedes do Estado*", mantendo-se a restante distribuição. A estas alterações somaram-se outras, como uma segunda porta de grandes dimensões ligando o Salão ao Jardim, ou, mais importante, e como vimos anteriormente, a supressão das colunas que separavam as cúpulas que articulavam em duas partes o Salão.

Apesar de significativas quanto à mudança programática e espacial, as alterações não modificaram muito o que era a concepção geral do edifício. Nada de equivalente à revolução que o abandono do projeto de 1947 tinha implicado e que levou ao projeto de 1954. Não obstante, as alterações mostram um padrão e tem um significado. A parte de recepção mais 'pública', não só se manteve como foi ampliada. A passagem do primitivo gabinete do Embaixador e da sala da Embaixatriz a salas de usos gerais, significou que o gabinete de trabalho daquele teve de ser remetido para a Residência, tal como o da Embaixatriz; e o mesmo aconteceu com a suite dos hóspedes. Ou seja, o aumento das áreas 'públicas' foi feito à custa da área destinada ao uso pessoal e familiar do Embaixador. E, no entanto, tinha sido o próprio António de Faria quem o tinha proposto, nas suas críticas ao projeto apresentadas no Ofício de 24 de Fevereiro de 1955, como já apontamos acima³⁶³. A sua ansia de criticar voltou-se contra os seus próprios interesses.

A verdade, porém, é que tendo o conjunto perdido alguma clareza lógica ao misturar diferentes programas, ganhou uma funcionalidade que é hoje louvada pelos seus utilizadores residentes.

4.19

DA CONSTRUÇÃO À INAUGURAÇÃO DA EMBAIXADA

São irregulares e incertas as informações no AHDMNE sobre o decorrer da obra, pois o MNE passou a total responsabilidade ao MOP, abdicando de controlar o processo.

Depois de entregue o Projeto de Arquitectura definitivo, em Novembro de 1954, a *Severo & Vilares* pode finalmente realizar os Projetos das Especialidades — isto é, os projetos de cada uma das especialidades de engenharia, e.g, Estruturas, Eletricidades, Águas e Esgotos, etc. Os trabalhos de desmatização e terraplanagem começaram em meados de Fevereiro de 1955, embora apenas a 24 de Março tenha sido aprovado o contrato com a *Severo & Vilares*, depois enviado para o Rio a fim de ser outorgado pelo Embaixador em nome do Governo português³⁶⁴, acabando por ser assinado em meados de Abril, segundo uma “*Informação*” dos serviços do MOP de 23 de Abril. Foram também determinados os processos a aplicar pela *Severo & Vilares* para a adjudicação dos trabalhos a subcontratar, os respectivos modos de pagamento e o sistema de transferências financeiras de Portugal para o Brasil, enquanto decorriam as terraplanagens e as sondagens para as fundações, havendo então autorização para a adjudicação destas, relativamente às quais tinha já sido realizado o concurso³⁶⁵. Em maio de 1955, a piquetagem — a implantação da obra no terreno — estava já feita e os trabalhos das fundações estavam em andamento. E a obra não parou mais até à sua conclusão. Ainda assim, a nomeação do Eng.º Ilídio Martins Freitas para “Fiscalização Técnica e Administrativa das obras do edifício de S. Clemente”, apenas em Julho de 1956, com mais de um ano de obra decorrida, foi realizada³⁶⁶.

Existe no ARQFVRA uma coleção de fotografias que permite seguir, quase mês a mês, o andamento dos trabalhos³⁶⁷. Em outubro estavam a levantar-se os primeiros pilares e muros de contenção; em janeiro de 1956 pilares e vigas da cave estavam prontas e preparavam-se as cofragens para a laje do Andar Nobre; em março estava já feita a estrutura do Andar Nobre e preparava-se a laje do piso superior, um trabalho que se estendeu até outubro. Em dezembro de 1956 há a notícia de uma primeira remessa de cantarias com destino ao Rio ter seguido no vapor Vera Cruz³⁶⁸, o que é consistente com a reportagem fotográfica, pois em Janeiro de 1957, além de prosseguir a construção das estruturas do piso superior, começaram a ser montadas as cantarias e as paredes da cave. Mas a cobertura, em setembro, ainda não estava completamente concluída. Em contrapartida, na mesma data, o Pórtico estava quase

364. AHDMNE, Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, Mç.741, Capilha: Proc. 21,3 “Construção de um Edifício para a Instalação da Embaixada”, Ofício de 30 de Março de 1955, do MOP para o MNE.

365. AHDMNE, Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, Mç.741, Capilha: Proc. 21,3 “Construção de um Edifício para a Instalação da Embaixada”, Informação de 23 de Abril de 1955, do Eng.º Delegado João Paulo Nazareth de Oliveira, do MOP, para o Ministro das Obras Públicas, Eduardo de Arantes e Oliveira.

366. AHDMNE, Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, 2º P, Mç.238, A.36, Ofício de 21 de Agosto de 1956 do Embaixador António de Faria para o MNE.

367. ARQFVRA: Coleção de 168 fotografias reunidas em conjuntos de quatro, s/cota.

368. AHDMNE, Embaixada do Rio de Janeiro, 2ºP, Mç.238, A.36, Ofício do MOP para MNE, de 20 de Novembro de 1956.

369. "Mudou-se a Embaixada de Portugal". In: *A Noite*, de 21 Julho de 1961, p.5.

370. Idem.

371. Manuel Mendes [Manuel Pessoa Mendes], 1926 (Pernambuco)-2017 (Brasília), foi jornalista especializado em notícias da Diplomacia, Diretor da Subsecretaria de Relações Públicas do Senado e cronista do nascimento da nova capital do Brasil.

372. MENDES, Manuel - *O Cerrado de Casaca*. Brasília, Thesaurus, 1995. - Vide: Cap.50, p.246-55.

montado. Em inícios de 1958 estava já toda a envolvente construída assim como a Casa do Porteiro e, nesse verão, avançavam já os arranjos exteriores e os acabamentos dos interiores. Em fevereiro de 1959 temos as últimas fotografias, com remates e finalizações a fazer, mas com a obra quase pronta.

Ainda assim os trabalhos atrasaram-se muito. A inauguração chegou a estar prevista para 1957, sendo depois adiada para 1959, já o Embaixador Leite de Faria tinha saído do Brasil em 1958, substituído pelo Embaixador Manuel Rocheta.

Foi este Embaixador que, já num contexto diferente, como veremos adiante, se mudou, em Agosto de 1961 — *in extremis*, apenas um mês antes de sair do posto — e sem nenhuma pompa, para o novo edifício. O jornal carioca *A Noite* — apenas na página 5 — noticiou que no dia anterior, 20 de Junho, se tinha dado a mudança da Embaixada de Portugal “em cerimónia íntima a que apenas assistiram membros da embaixada e respectivas famílias”³⁶⁹. Ainda assim “*Sua Eminência o Cardeal D. Jaime Câmara aceitou proceder à consagração da capela e dizer a primeira missa*”³⁷⁰.

Depois de tantos anos de esforços e de contratempos, depois de nove anos de projetos (1946-1955) e de seis anos de obra (1955-1961), quinze anos no total, estava a nova Embaixada concluída e a funcionar. Mas o custo enorme e todo o esforço envolvido, foram, na altura, de escassíssima relevância. Uma inauguração que devia ter sido um momento solene e marcante, com ampla repercussão pública e mediática, destinado a uma intensa afirmação da identidade nacional, acabou feita apenas com a presença dos “*membros da embaixada e respectivas famílias*”, o que foi manifestamente um mau resultado. Mas para isto há explicação.

4.20

PORTUGAL NÃO ACREDITOU EM BRASÍLIA

No livro *O Cerrado de Casaca*, dedicado à diplomacia brasileira e à cidade de Brasília, Manuel Mendes³⁷¹ refere-se longamente à questão da falta de crença por parte de Portugal na efetiva transferência da capital brasileira³⁷².

Em 1956, quando o Presidente do Brasil, Juscelino Kubitschek, iniciou a construção de Brasília, Portugal tinha, como vimos, pouco mais do que começado a construção da nova Embaixada no Rio de Janeiro. O Presidente brasileiro terá alertado o Embaixador de Portugal, Leite de Faria, de que estava prevista para Abril de 1960 a transferência da capital para o Planalto. Segundo Manuel Mendes, a máquina do Estado Português, por inércia e por descrença para com a ideia de abandonar

a cidade 'histórica' do Rio de Janeiro, ignorou a questão da futura capital do Brasil, entrando "na contra-mão da história"³⁷³. Esta indiferença portuguesa para com as aspirações brasileiras foi cruamente confrontada pelas autoridades brasileiras quando da cerimónia de apresentação das Cartas Credenciais do novo Embaixador, Manuel Rocheta, em 1958. Intencionalmente, o Presidente Kubitschek marcou o ato para o Palácio da Alvorada, em Brasília, obrigando o Embaixador a uma longa deslocação.

Em 1960, a contragosto, e antes mesmo do início da utilização da Embaixada no Rio — o que aconteceu, como vimos, apenas em meados de 1961 —, Portugal viu-se obrigado a fazer concessões. A pressão do governo brasileiro, a crescente impopularidade da ditadura portuguesa em muitos países entre os quais o Brasil, o aumentar de tensão nas possessões coloniais de Goa, Damão e Diu, na Índia, e o acumular de sinais de que o separatismo das colónias africanas não iria tardar, obrigaram o governo a uma intensa atividade diplomática junto dos países onde ainda havia alguma influência. E a necessidade de aplacar os poderes brasileiros levou Portugal a avançar com um conjunto de operações de cosmética.

Em Março de 1960 foi amplamente noticiado nos jornais do Brasil a ida de dois arquitectos portugueses a Brasília, alegadamente para estudarem a edificação da futura embaixada. O *Correio da Manhã* de 29 de Março reportava que os arquitectos Carlos Ramos (1897-1967) e Luís Cunha (1933-2019) se preparavam para "fazer os estudos preliminares respeitantes à elaboração do projeto para a embaixada"³⁷⁴ e acrescentava um elogioso resumo curricular de ambos. Uma manobra de 'relações públicas' orquestrada pela representação portuguesa no Brasil.

Também a *Voz de Portugal*³⁷⁵ dava notícia da ida dos dois arquitectos, sendo a repetição quase literal da notícia do *Correio da Manhã*, indicando um 'press release'. Um mês depois, voltava-se a noticiar o facto, adiantando que "ia ser iniciada imediatamente a construção da Embaixada de Portugal em Brasília", e referindo também que Carlos Ramos contactara "a Comissão das Comemorações Henriquinas da Federação das Associações Portuguesas [no Brasil], afim de estudar a ereção, em Brasília, de um monumento ao Infante D. Henrique". Dizia-se ainda que tinha ido a Brasília, a fim de inspecionar e fazer o levantamento do terreno para a Embaixada, além de estabelecer contactos com as entidades locais; e que tinha igualmente conversado com o arquitecto Lúcio Costa sobre o mesmo assunto³⁷⁶.

Na verdade, segundo Bárbara Coutinho³⁷⁷, Carlos Ramos e Luis Cunha assinaram contrato com o MOP apenas um ano depois (em 23 de Julho de 1962), estando já a trabalhar no projeto e tendo mesmo apresentado a Lúcio Costa o Estudo Prévio — numa pratica de formalidade

373. MENDES, Manuel - *O Cerrado de Casaca*. Brasília, Thesaurus, 1995, p.346-55 [p.346].

374. "Arquitectos Estudarão Nova Embaixada de Portugal em Brasília", in: *Correio da Manhã* [RJ], 29 de Março de 1960, Caderno 1, p.2.

375. "Vai ser construída a Embaixada de Portugal em Brasília", in: *Voz de Portugal*, Ano XXIV, nº2115, 3 de Abril de 1960, p.2.

376. "Vai ser construída a Embaixada de Portugal em Brasília", in: *Voz de Portugal*, nº2120, de 8 de Maio de 1960, p.2.

377. COUTINHO, Bárbara dos Santos - *Carlos Ramos (1897-1969): Obra, Pensamento e Acção: A Procura do Compromisso entre o Modernismo e a Tradição*. Lisboa, s.n., 2001, Vol.1, p.142-148 [142]. Tese de Mestrado em História da Arte Contemporânea, Universidade Nova de Lisboa, 2 vol.s.

378.

COUTINHO, Bárbara dos Santos
- *Carlos Ramos (1897-1969):
Obra, Pensamento e Acção:
A Procura do Compromisso entre
o Modernismo e a Tradição*. Lisboa,
s.n., 2001, Vol.1, p.142-148 [146].
Tese de Mestrado em História da
Arte Contemporânea, Universidade
Nova de Lisboa, 2 vol.s.

379.

Salvador Barata Feio (1899-1990)
escultor (EBAL, 1929). Deverá ter
sido Carlos Ramos, então
Diretor da EBAP, quem terá
indicado o escultor, professor
na mesma escola.

380.

"Monumento ao Infante de Sagres",
in: *Correio da Manhã* [RJ], de 28 de
Outubro de 1960, 1º Caderno, p.2.

381.

MENDES, Manuel
- *O Cerrado de Casaca*. Brasília,
Thesaurus, 1995, p.346-55 [p.347]

e informalidade que confirma o padrão utilizado com os irmãos Rebelo de Andrade. Contudo, por renitências da Direção Geral dos Negócios Políticos e de Administração, o estudo acabaria por sofrer uma revisão geral. Em outubro de 1962 foi apresentado um segundo projeto, seguido de uma revisão deste, datada de Dezembro desse mesmo ano. Mais uma versão, agora em Anteprojeto, foi apresentada em Agosto de 1963. A divergência de opiniões terá acentuado a distância entre os arquitectos e o MOP. E em 1965 "*acabam por ver o seu projecto final ser chumbado pelo Ministro Arantes de Oliveira*"³⁷⁸. A falta de cumprimento contratual levaria Carlos Ramos a apelar ao Supremo Tribunal Administrativo por violação de contrato, em 1966.

Bárbara Coutinho interpreta — na tradição da historiografia portuguesa da arquitectura moderna — a sucessão de exigências do cliente e as sucessivas alterações realizadas pelos arquitectos como consequência de uma visão 'retrógrada' por parte das instituições. Mas, na verdade, o difícil processo da construção da Embaixada no Rio de Janeiro, com projetos inequivocamente Tradicionalistas, tinha tido exatamente o mesmo tipo de problemas, pelo que se tratava, mais provavelmente, seja do *modus operandi* do MNE e do MOP, seja de uma manobra dilatória por parte da diplomacia portuguesa, fazendo uma 'encomenda' a Carlos Ramos, no ano crítico de 1960, de modo a ganhar tempo face às pressões brasileiras para que Portugal transferisse a Embaixada para a nova capital. O facto de, poucos anos mais tarde, o projeto inequivocamente modernista de Chorão Ramalho ser aprovado e construído, aponta, mais do que o preconceito institucional anti-modernista, para a existência de outras estratégias e razões.

Apesar da ida de Carlos Ramos ao Brasil em 1960 ser uma manobra de propaganda, algum resultado prático teve, pois logo depois da inauguração de Brasília, em 1960, e coincidindo com as comemorações do 5º Centenário da morte do Infante D. Henrique, frente ao lote 2 da Avenida das Nações, destinado à futura Embaixada de Portugal em Brasília, na 'Praça de Portugal' foi erguido um monumento ao Infante.

O *Correio da Manhã* reportou que a 13 de Novembro, coincidindo com o encerramento das comemorações, fora inaugurado o monumento em bronze, obra do escultor Barata Feio (1899-1990)^{379*}, "*com a presença do Presidente da República, do Embaixador de Portugal e de grande número de portugueses que, de todo o território nacional, se deslocaram propositadamente nesse dia a Brasília*"³⁸⁰. Além destes, estiveram ainda presentes o Ministro do Exterior do Brasil, assim como os Reitores das Universidades do Brasil e de Coimbra³⁸¹.

Com estas manobras de relações públicas Portugal procurava minimizar as tensões. E nesse mesmo sentido ia o discurso então proferido pelo Embaixador de Portugal, dizendo: "*...os portugueses vem oferecer*

à *dinâmica cidade do futuro a energética presença do passado*” e colava o passado a Brasília dizendo que “...a *marcha da civilização e do progresso, aqui representada pelo Monumento ao Infante D. Henrique, tem, em Brasília, a mesma idade perenemente moderna da velha Sagres, de onde provém e que aqui se continua. E o nascimento desta cidade, tão longe dos portos de desembarque e das seculares metrópoles da penetração, é ainda uma consequência da visão criadora e iluminada do Navegador*”³⁸². — Toda a sequência do discurso é de ambiguidade, simultaneamente louvando a empresa de Brasília e tentando vê-la como consequência natural do passado de Portugal, mas não sem deixar transparecer um óbvio lamento nostálgico por esta estar já “*tão longe dos portos de desembarque*”.

Porém, pouco mais aconteceria. Em 1964 Portugal arrendou uma casa onde foi residir o primeiro diplomata português na nova capital, continuando embora a Embaixada sediada no Rio. Em outubro do mesmo ano o Embaixador de Portugal, João de Deus Ramalho, prometeu ao Prefeito da cidade a construção da Embaixada para breve³⁸³. Franco Nogueira, Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, voltou a prometer o mesmo em 1966³⁸⁴. E de novo, em 1967, quando o Embaixador José Manuel Fragoso foi a Brasília apresentar as suas Cartas Credenciais, teve uma reunião com o Prefeito sobre a construção da Embaixada. Segundo Manuel Mendes “*ai encontrou não só o terreno de sua futura embaixada como o próprio D. Henrique perdido dentro de um matagal que há muito tempo não é tratado*”. Também Marcelo Caetano, então Presidente do Conselho de Ministros de Portugal, quando visitou Brasília em Julho de 1969, passou pelo Lote 2 da Avenida das Nações, onde se realizou a cerimónia solene da doação daquele terreno ao Governo Português³⁸⁵.

Em 1970, o Itamaraty, o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Brasil, transferiu-se oficialmente para Brasília, pelo que a necessidade de maior proximidade com aqueles serviços obrigou Portugal a alugar uma residência provisória para o Embaixador, tendo ainda alugado dois apartamentos para ampliar as atividades conexas, depois transferidas para a SQS 113³⁸⁶.

Em Maio de 1971, o Embaixador José Manuel Fragoso esteve em Brasília com Humberto Machado, Diretor Geral dos Serviços Centrais do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, acompanhados por um técnico das Obras Públicas, para contactos com as autoridades locais e visitar o Lote nº2, mais uma vez “*com o objectivo de colher dados para a construção da futura sede da embaixada*”³⁸⁷. E, para o mesmo fim, seguiu-se a visita de José Figueiredo Mendes Barata, Diretor Geral dos Serviços de Construção do MOP, acompanhado de António Manuel Ribeiro, do mesmo Ministério, assim como de Rui Brito e Cunha,

382.
MENDES, Manuel
- *O Cerrado de Casaca*. Brasília, Thesaurus, 1995, p.346-55 [p.347]

383.
MENDES, Manuel
- *O Cerrado de Casaca*. Brasília, Thesaurus, 1995, p.346-55 [p.348]

384.
MENDES, Manuel
- *O Cerrado de Casaca*. Brasília, Thesaurus, 1995, p.346-55 [p.348]

385.
Foi descerrada uma placa de bronze dizendo: “*Por ocasião da visita do doutor Marcello Caetano, Presidente do Conselho de Ministros de Portugal, e com a presença do doutor Wadjô Gomide, Prefeito do Distrito Federal, aqui se realizou a cerimônia de doação ao Governo Português do terreno destinado à Embaixada de Portugal no Brasil. Em 8 de julho de 1969*”. Apud MENDES, Manuel - *O Cerrado de Casaca*. Brasília, Thesaurus, 1995, p.346-55 [p.350].

386.
“SQS” significa “Super Quadra Sul”.

387.
MENDES, Manuel
- *O Cerrado de Casaca*. Brasília, Thesaurus, 1995, p.346-55 [p.351].

388. MENDES, Manuel
- *O Cerrado de Casaca*. Brasília,
Thesaurus, 1995, p.346-55 [p.351].

389. Sobre este arquitecto e a sua obra
ver: *Chorão Ramalho, Arquitecto,*
Exposição Casa da Cerca, Centro
de Arte Contemporânea, Almada,
Câmara Municipal de Almada, 1997.

390. Promovido pelo MNE e realizado
entre 2012 (projeto) e 2017
(conclusão da obra).
O projeto é da autoria do
Arqt.º Pedro Campos Costa
(‘Campos Costa Arquitectos’),
de Lisboa.

do MNE, e ainda do Arquitecto Raul Chorão Ramalho, que viria a ser autor do projeto mais tarde construído, *“para levantamento de dados necessários à conclusão do Projecto de construção da Embaixada de Portugal na capital Federal”*³⁸⁸.

Quando da visita de Américo Tomás, Presidente da República de Portugal a Brasília, em 1972, no hotel em que ficou hospedado, e por ausência de local mais adequado, foi realizada uma exposição da maquete e dos desenhos da futura sede da Embaixada. Ainda assim, além dos anos que demorou a construir, foi apenas realizada a Chancelaria, cuja construção foi começada em 1973 e inaugurada em Maio de 1978. O projeto de Raul Chorão Ramalho³⁸⁹ está ainda por concluir.

4.21 HOJE

Foi longo e difícil o processo de realização da Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro. No final todos estavam exaustos. Os Arquitectos, os Embaixadores, os Ministros, o Governo. Tudo tinha corrido mal. As ineficiências, os contratemplos, as contradições e as diferentes visões sobre a forma e o programa, os avanços e os recuos processuais, os problemas que tinham gerado demoras e atrasos, em nada tinham contribuído para a imagem de Portugal. E quando a obra terminou, com uma inauguração que em vez de ser uma grande manobra de publicidade nacional no Rio de Janeiro, como seria desejável e expectável, se reduziu a uma notícia de ‘página 5’, o fracasso tornou-se evidente. A derrota foi reconhecida e consagrada com a passagem oficial da Embaixada de Portugal para Brasília, anos depois.

A antiga Embaixada no Rio de Janeiro é hoje residência do Cônsul Geral de Portugal. Recebe regularmente eventos e encontros culturais, sendo um espaço privilegiado da presença portuguesa no Rio.

Concretizando a previsão de Teotónio Pereira, 71 anos depois — em 2017 — foi construído junto ao edifício existente um novo e discreto volume para albergar os serviços do Consulado. Implantado ao longo do limite do terreno do lado poente, desde a rua até ao edifício existente, demoliu a antiga casa da portaria e a escada que levava ao jardim lateral³⁹⁰.

Embora sem o estatuto oficial de outrora, o edifício da antiga Embaixada ganhou, com o tempo, notoriedade e reconhecimento popular. A opinião dos utentes do edifício afirma que ele possui uma excelente organização e um funcionamento interno particularmente eficaz. A leitura generalizada entre o público é que se trata de um belo “edifício histórico”, pois o Palácio de S. Clemente — como agora é popularmente designado no Brasil — tornou-se um edifício reconhecido, um objecto

de fascínio, como que uma lenda popular. E na verdade, com olhos de ver, não formatados pelas categorias correntes da historiografia, é uma curiosa peça de arquitectura.

É uma conjugação de estilos, de espaços, de percursos, de ambientes. Parece ser simultaneamente muito antigo, evocador da arquitectura histórica portuguesa, das regras de composição formais clássicas, das sucessões de espaços, de eixos, de simetrias, de articulações, canónicas mas hábeis, e moderno e atualizado, isto é, do século XX, nas suas conjugações funcionais e tecnológicas e nas suas componentes programáticas e organizacionais. Não foi nem quis ser um veículo de progresso, um abridor de pistas, ou um propiciador de inovações. E correspondeu, factualmente, a um projeto de fim de ciclo, uma das derradeiras obras do longo percurso de dois importantes arquitectos e de uma visão da vida, do país e da arquitectura que correspondia, também, ao seu próprio tempo.

Apesar de tudo isso tornou-se, por mérito próprio, um objecto de arquitectura que não ficou confinado a uma personalidade, a uma época, a um estilo, a uma ideia, estando agora, quando o debate amargo entre 'Modernismo' e 'Tradicionalismo' — ambos, afinal, respostas possíveis a uma 'Modernidade' de mais amplo e abrangente sentido — perdeu a sua fúria, transmutado num objecto 'sem tempo', ou 'para além do tempo', fora daquelas polémicas e das respectivas ilusões, valendo só e apenas por si mesmo.

Hoje, esgotada a pulsão do modernismo como visão redentora e única, esbatidos os seus interditos, redescoberto o prazer da fantasia, da ornamentação, do monumental, do palaciano, reabre-se a possibilidade de assistirmos ao retorno ao seio da **Arquitectura**, para podermos de novo voltar a usufruí-las e a apreciá-las, de obras durante demasiado tempo ignoradas, desprezadas e banidas do discurso oficial.

Figs. 4.02, 4.03, 4.04
Casa existente no Terreno da
Rua de S. Clemente, nº424.
Fonte: AHDMNE,
"Rio de Janeiro. Embaixada de
Portugal. 1941 a 1950, Processo
21,3 - cota: 2ºP, Mç.238, A.36.





Fig. 4.05
 Imagem da frente, publicada em: "O Palácio da Embaixada de Portugal : Iniciados os serviços de demolição da antiga sede – Dentro de dois anos estará terminada a construção desta notável obra arquitectónica", in: *A Voz de Portugal*, nº829, de 6 de Junho de 1947, p.1.



Fig. 4.06
 Imagem do Pátio, publicada em: "O Novo Edifício da Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro", in: *Diário de Lisboa*, Ano 26, nº8661, de 7 de Janeiro de 1947, p.1;

Fig. 4.07
Fotografia do lado Sul (Frente)
da Maquete de 1948.
Fonte: Fundação Calouste
Gulbenkian, Centro Multimédia,
cota: CFT003.61662.

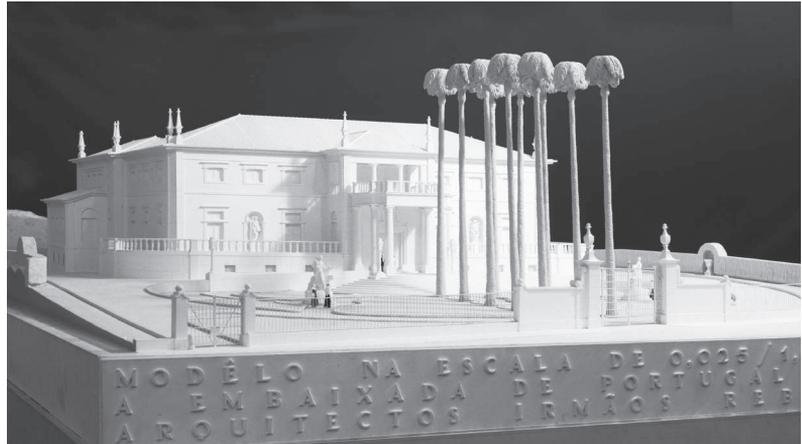


Fig. 4.08
Fotografia do lado Norte
(Traseira) da Maquete de 1948.
Fonte: Fundação Calouste
Gulbenkian, Centro Multimédia,
cota: CFT003.61661.

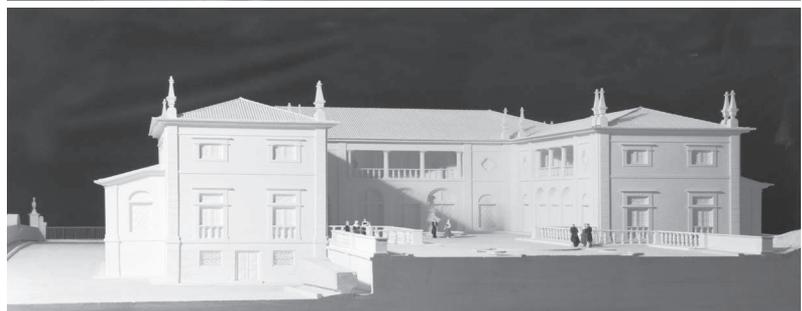


Fig. 4.09
Fotografia do lado Nascente e
Norte (Traseiras) da Maquete
de 1948.
Fonte: Fundação Calouste
Gulbenkian, Centro Multimédia,
cota: CFT003.61666.

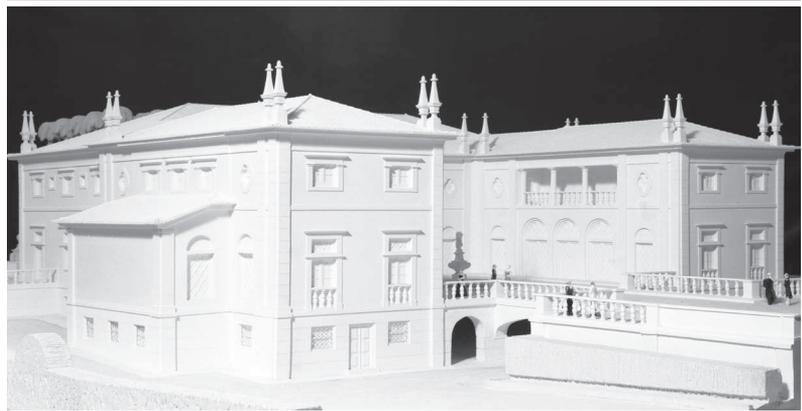
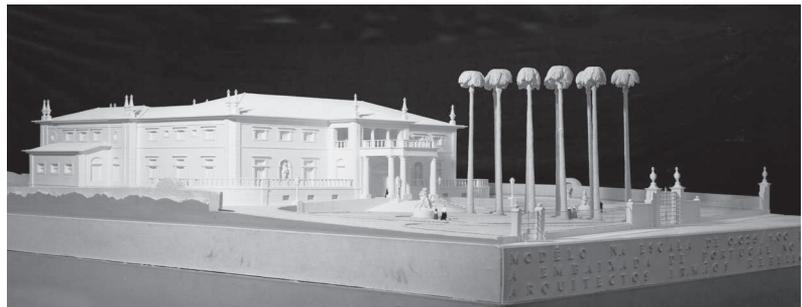


Fig. 4.10
Fotografia do lado Poente e Sul
(Frente) da Maquete de 1948.
Fonte: Fundação Calouste
Gulbenkian, Centro Multimédia,
cota: CFT003.61664.



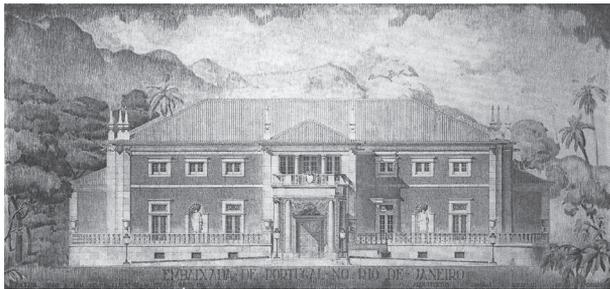


Fig. 4.11
Alçado do Projeto I.
Fonte: AHDMNE,
"Rio de Janeiro. Embaixada
de Portugal. 1941 a 1950,
Processo 21,3 cota: 2ºP, Mç.238,
A36. Nota: Existe também na
Fundação Calouste Gulbenkian,
Centro Multimédia, cota:
CFT00361663; e no artigo: "Vou
Deixar o Brasil com a Maior
Saúde!", In: *A Voz de Portugal*,
20 de Junho de 1947, p.1.



Fig. 4.12
Desenho Aguarelado da Frente
da Embaixada, Estudo Prévio
(1953?).
Fonte: ARQFVRA, s/ cota.



Fig. 4.13
Desenho Aguarelado do Átrio
da Embaixada, Estudo Prévio
(1953?).
Fonte: ARQFVRA, s/ cota.



Fig. 4.14
Desenho Aguarelado da Sala
de Mesa da Embaixada, Estudo
Prévio (1953?).
Fonte: ARQFVRA, s/ cota.

Fig. 4.15
 "Planta do Terreno Lateral"
 - Desenho de implantação no
 contexto de um processo de
 eventual compra de lote vizinho
 do lado poente.
 Fonte: AHDMNE,
 Embaixada de Portugal no Rio
 de Janeiro, 1941-1950, cota:
 2ºP, Arm.36, Mç.238, Capilha
 Proc. 222,1 (3), com documentos
 datados de 1956-10-17.



Fig. 4.16
 Projeto de 1954: "Planta do
 Conjunto", Desenho nº1.
 Fonte: PT DGPC/SIPA: RCR
 DES.002441,s.a.,s.d.

Fig. 4.17
 Fotografia da Maquete da versão
 de 1954 ("O Novo Edifício da
 Embaixada de Portugal no Rio",
 in: Padrão, Revista Portuguesa
 do Brasil, Rio de Janeiro, nº38,
 Janeiro de 1955, p.12.

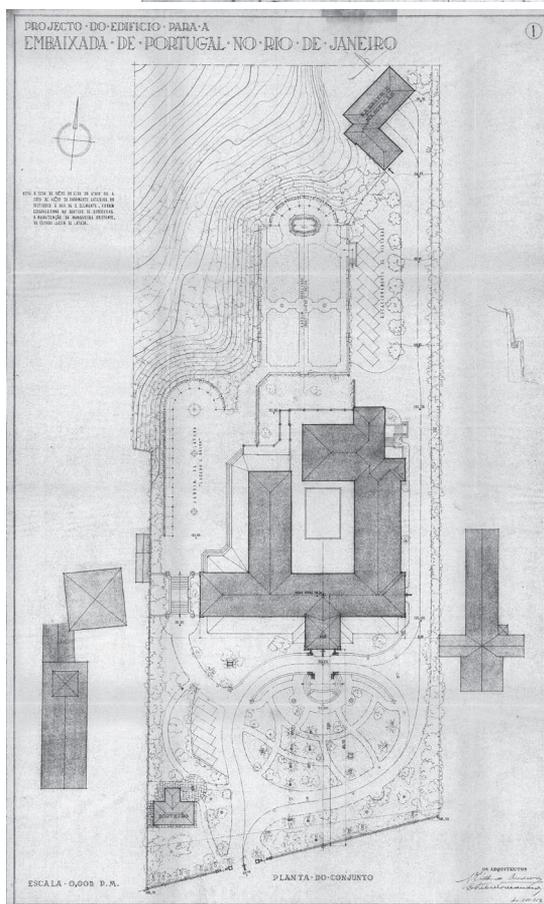




Fig. 4.18
 Fotografia da fachada e de parte
 do Morro de D. Marta.
 Fonte: ARQFVRA,
 Álbum "Documentação
 Fotográfica de Alguns Trabalhos
 dos Arquitectos Irmãos Rebelo
 de Andrade", s/cota.

Fig. 4.19
 Projeto de 1954
 "Fachada Sul", Desenho nº6,
 Fonte: PT DGPC/SIPA:
 RCR DES.002446, s.a., s.d.

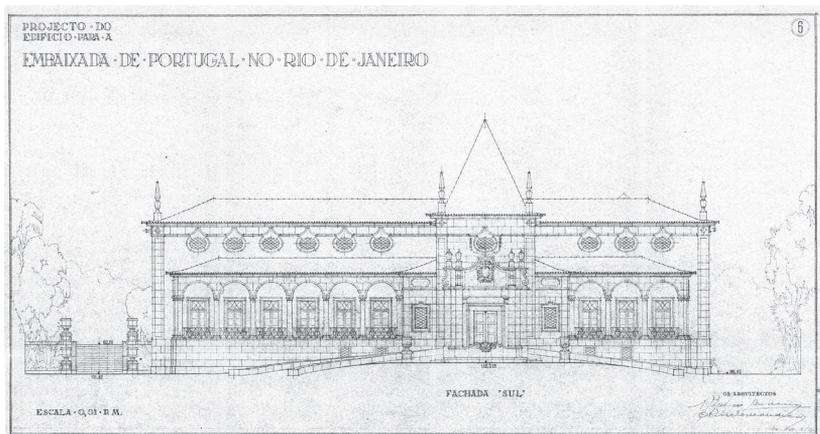
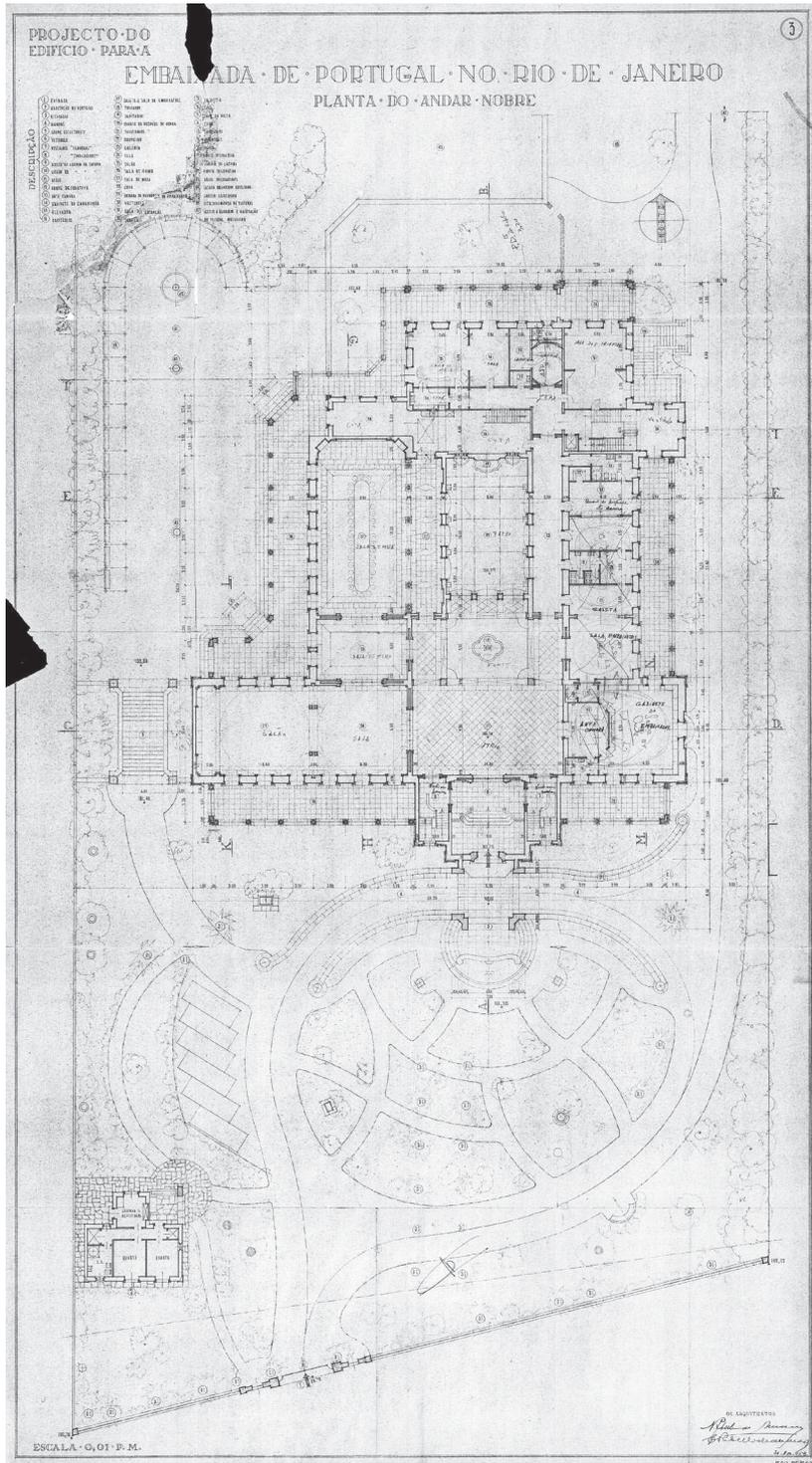


Fig. 4.20
 Projeto de 1954,
 "Planta do Andar Nobre",
 Desenho nº3.
 Fonte: PT DGPC/SIPA: RCR
 DES.002443, s.a., s.d.



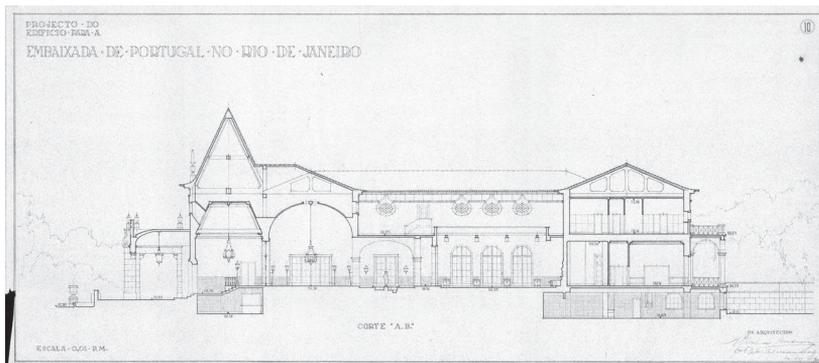


Fig. 4.21
Projeto de 1954,
"Corte A.B. [Secção longitudinal
pelo eixo da Entrada]",
Desenho nº10.
Fonte: PT DGPC/SIPA:
RCR DES.002451, s.a., s.d.

Fig. 4.22
Fotografia do enfiamento da
Entrada a partir do Pórtico.
Fonte: ARQFVRA,
Álbum "Documentação
Fotográfica de Alguns Trabalhos
dos Arquitectos Irmãos Rebelo
de Andrade", s/cota.



Fig. 4.23
Fotografia do Átrio voltada
para os Salões.

Fonte: ARQFVRA,
Álbum "Documentação
Fotográfica de Alguns Trabalhos
dos Arquitectos Irmãos Rebelo
de Andrade", s/cota.

Fig. 4.24
Fotografia do Salão a
partir da Entrada.

Fonte: ARQFVRA,
Álbum "Documentação
Fotográfica de Alguns Trabalhos
dos Arquitectos Irmãos Rebelo
de Andrade", s/cota.

Fig. 4.25
Fotografia do fundo do Salão (I).

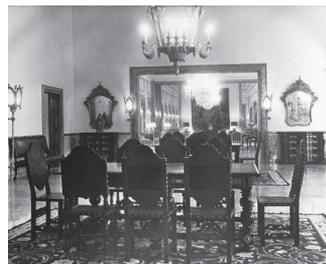
Fonte: ARQFVRA,
Álbum "Documentação
Fotográfica de Alguns Trabalhos
dos Arquitectos Irmãos Rebelo
de Andrade", s/cota.

Fig. 4.26
Fotografia da Sala de Mesa (I).

Fonte: ARQFVRA,
Álbum "Documentação
Fotográfica de Alguns Trabalhos
dos Arquitectos Irmãos Rebelo
de Andrade", s/cota;

Fig. 4.27
Fotografia da Sala de Mesa (II).

Fonte: ARQFVRA,
Álbum "Documentação
Fotográfica de Alguns Trabalhos
dos Arquitectos Irmãos Rebelo
de Andrade", s/cota;



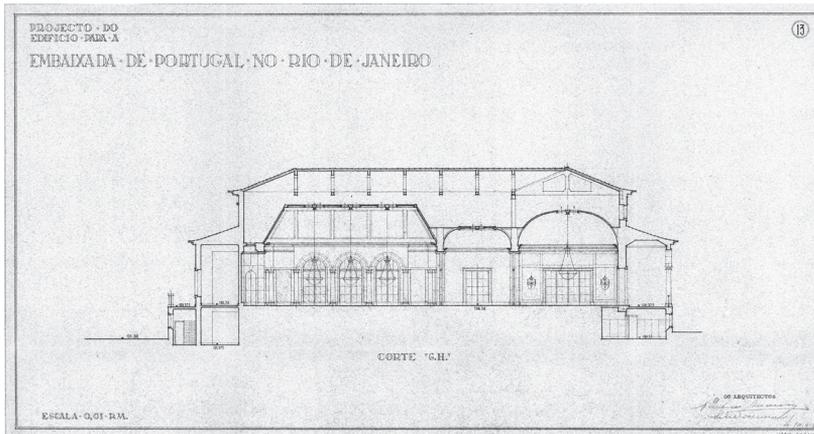


Fig. 4.28
Projeto de 1954, "Corte G.H.
[Secção longitudinal pela
Sala de Mesa e Sala de Fumo,
e transversal do Salão e
Varandas]", Desenho nº13.
Fonte: PT DGPC/SIPA:
RCR DES.002454, s.a., s.d.

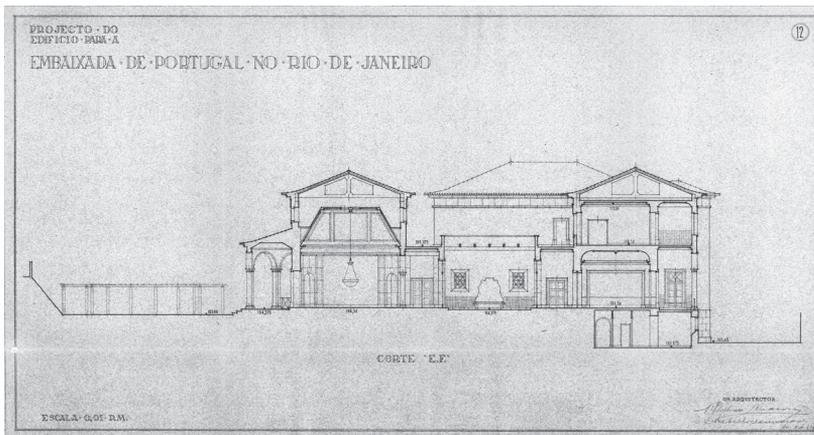


Fig. 4.29
Projeto de 1954, "Corte E.F.
[Secção transversal pela Sala de
Mesa, Galeria, Pátio, Corredor e
Ala Nascente]", Desenho nº12.
Fonte: PT DGPC/SIPA:
RCR DES.002453, s.a., s.d.

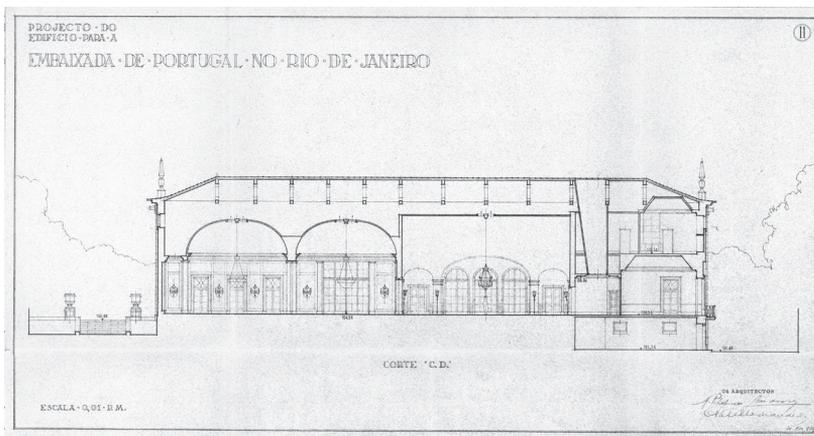
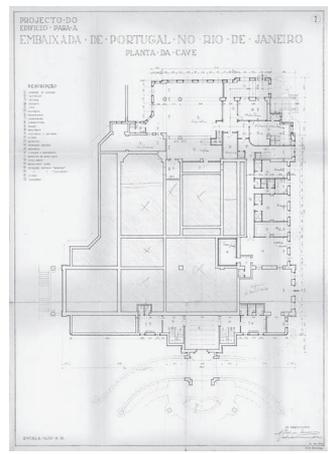
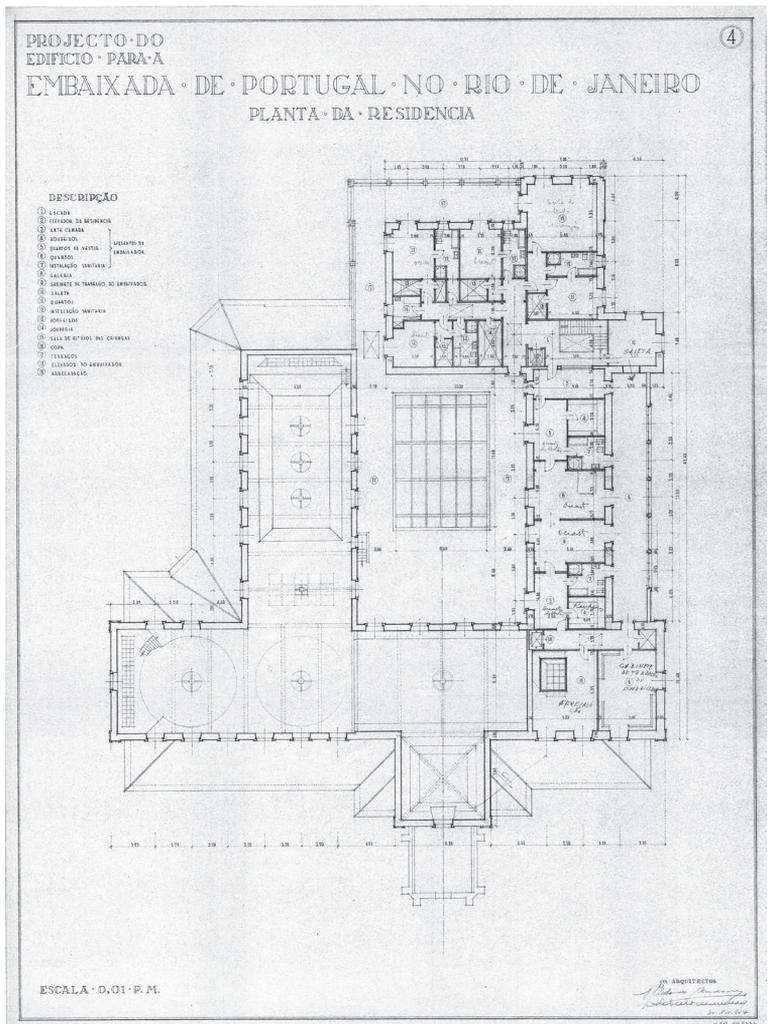


Fig. 4.30
Projeto de 1954, "Corte C.D.
[Secção transversal pelo
Vestíbulo, Salão, Antecâmara
e Gabinete do Embaixador]",
Desenho nº11.
Fonte: PT DGPC/SIPA:
RCR DES.002452, s.a., s.d.

Fig. 4.31
 Projeto de 1954,
 "Planta da Residência [e Forro
 da Cobertura das Salas de
 Aparato]", Desenho nº4.
 Fonte: PT DGPC/SIPA:
 RCR DES.002444, s.a., s.d.

Fig. 4.32
 Projeto de 1954,
 "Planta da Cave",
 Desenho nº2.
 Fonte: PT DGPC/SIPA:
 RCR DES.002442, s.a., s.d.



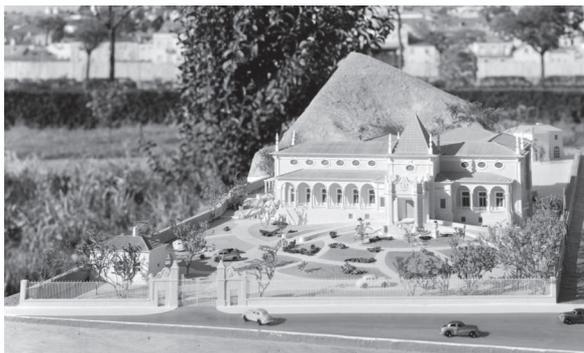


Fig. 4.33
Fotografia da Maquete de 1954,
Frente Sul.
Fonte: Fundação Calouste
Gulbenkian, Centro Multimédia,
cota: CFT003.62664.

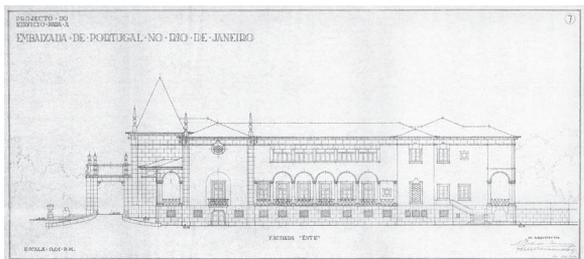


Fig. 4.34
Projeto de 1954, "Fachada 'Este'",
Desenho nº7.
Fonte: PT DGPC/SIPA:
RCR DES.002448, s.a., s.d.



Fig. 4.35
Fotografia da Maquete de 1954,
Frentes Leste e Norte.
Fonte: CFT003.62665

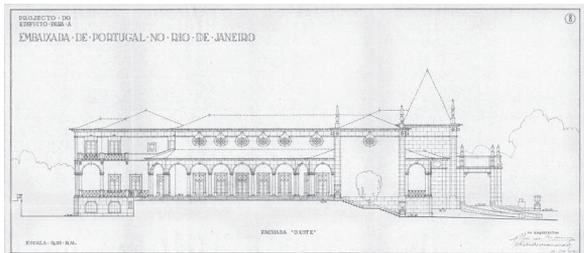


Fig. 4.36
Projeto de 1954, "Fachada Sul",
Desenho nº8.
Fonte: PT DGPC/SIPA:
RCR DES.002449, s.a., s.d.

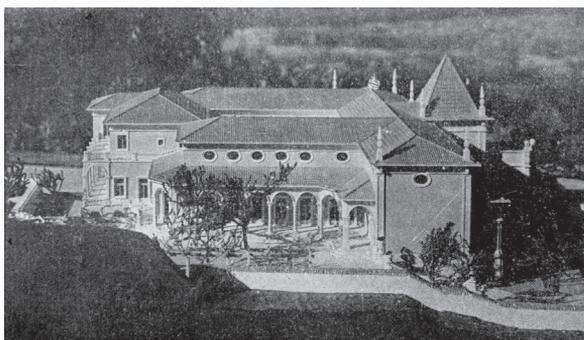


Fig. 4.37
Fotografia da Maquete do
Projeto de 1954.
Fonte: "O Novo Edifício da
Embaixada de Portugal no Rio",
in: Padrão, Revista Portuguesa
do Brasil, Rio de Janeiro, nº38,
Janeiro de 1955, p.12.

5. EPÍLOGO



Fig. 5.01
Guilherme Rebelo de Andrade
nas instalações da Severo &
Villares (Rio de Janeiro, 1951).
Fonte: ARQFVRA, s/cota (frente).

5. EPÍLOGO

5.1

AS PARTES E O TODO

Vimos detalhadamente os processos de construção das três Embaixadas de Portugal nas quais Guilherme Rebelo de Andrade teve intervenção. E estamos agora em condições de sobre elas estabelecer uma visão global.

Sem dúvida que a Embaixada do Rio de Janeiro, a última da série iniciada em 1937, no Reino Unido, e terminada no Brasil, em 1961, foi a mais importante e significativa. A sua relevância provém do facto de ser a única das três para a qual foi construído um edifício de raiz, de grande dimensão, pensado desde início com o propósito de constituir um espaço de prestígio e de representação. Uma obra onde a questão não era apenas a de resolver o problema de uma instalação digna e prática, mas antes a de realizar, perante uma antiga colónia e uma grande e forte comunidade de origem portuguesa, um objecto de *softpower*, qual novo Padrão, capaz de reafirmar a distinção, a dignidade e a importância histórica da presença de Portugal no Brasil.

A estas razões gerais somavam-se outras, mais circunstanciais, que contribuía para a expectativa de um elevado resultado. As dificuldades de Portugal e do regime do Estado Novo, autoritário e colonialista, num ambiente mundial de pós-Guerra apostado em outras referências; a necessidade de provar que o país tinha organização e capacidade para levar obra até ao final, evitando a repetição do desaire da participação nacional na Exposição do Centenário, em 1922.

Tanto o seu complicado processo de concepção como a sua demorada construção, tal como a forma realizada e a correspondente arquitectura, resultam difíceis de compreender sem se conhecer e perceber todo um percurso anteriormente feito nos trabalhos de Londres e de Madrid, e a interferência que estas duas obras tiveram sobre os diversos intervenientes, tanto individuais como institucionais.

Podemos dizer que a Embaixada do Rio de Janeiro é o corolário de um percurso, de um processo, da construção de um conjunto de práticas de gestão e de administração, da difusão de uma visão política sobre o que é e para o que serve uma Embaixada, que surgiu em Londres, amadureceu em Madrid e, não sem sobressaltos e contradições, foi conduzindo ao resultado final no Rio de Janeiro.

Idêntico processo de aprendizagem se passou com os arquitectos Rebelo de Andrade, sobretudo Guilherme, o mais diretamente envolvido, onde a experiência de lidar com o cliente-Estado, onde capacidade de gestão da delicada relação com os Embaixadores, ciosos das suas prerrogativas e implacáveis nos seus interesses, onde o saber aguentar a agressividade da máquina burocrática, onde conseguir lidar com

as dificuldades de um programa complexo e a transição de tecnologias e paradigmas culturais e arquitectónicos, e até mesmo aprender a lidar com hostilidades pessoais, foram essenciais para se ter chegado a uma conclusão

5.2

LONDRES COMO ENSAIO

A experiência de Londres foi bem reveladora do grau inicial de desconhecimento de como funciona, de qual o objectivo, de qual a verdadeira natureza de uma Embaixada, deixando claro a generalizada impreparação de quase todos os intervenientes. O processo mostra Salazar, então também Ministro dos Negócios Estrangeiros, a convidar José de Figueiredo para mobilar “duas salas”, sem perceber que o problema de uma Embaixada é muito mais do que isso. Mostra-o a tentar controlar todo o processo, das opções programáticas aos custos, ignorando o problema de fundo: o que deveria ser uma Embaixada. Mostra uma visão de gestão plena de ambiguidades quanto à distribuição de responsabilidades e quanto aos patamares de decisão e de autonomia entre Ministro e Embaixador; mostra um arquitecto sob a direta tutela e apertado controle do Ministro, predominantemente preocupado com o estrito cumprimento orçamental, e vítima inevitável das cóleras dos dois lados.

Porém, com tudo isto, Londres foi uma experiência **iniciática**, constituindo uma aprendizagem básica para os intervenientes diretos e para a máquina do Estado sobre o que é uma Embaixada, do que necessita para ser construída e decorada, e do modo como deve ser feita a gestão geral do processo.

A discussão sobre a separação entre a Residência e a Chancelaria foi elucidativa dessa incompreensão e desconhecimento; a mesquinhez de Lisboa quanto aos custos foi a evidencia da ignorância quanto ao que era pretendido e da inconsciência das necessidades; tal como o debate sobre o carácter “português” da decoração, onde o voluntarismo nacionalista herdado da Primeira República, chocou com a compreensão do que é uma Embaixada como instrumento estratégico de relações e de comunicação.

No meio do desconhecimento geral, Armindo Monteiro, notável de inteligência, de modo eloquente sintetizou a experiência em pensamento, construindo uma elaboração teórica que se pode resumir em cinco pontos:

Uma Embaixada não é um edifício, é um **instrumento**, um utensílio de natureza política destinado a estabelecer relações, contactos e, também com a sua imagem — arquitectura, decoração, funcionamento —,

criar impressões vantajosas para o país que a promove e a mantém. Nesse sentido, ninguém sabe melhor o que é importante para fazer funcionar esse instrumento do que o **Embaixador**, como personagem exclusivamente dedicado a compreender as sensibilidades da sociedade e do país onde a Embaixada se insere e dos meios e caminhos por onde a defesa dos interesse do seu país podem ser valorizados e protegidos. Porque é um instrumento que serve **diversas funções**, e estas são completamente distintas entre as suas diferentes componentes, impõe-se que a parte representativa — a Residência — e a de funcionamento administrativo corrente — a Chancelaria — estejam separadas. Assim, é na Residência que o sentido de representação deve estar presente; e a Chancelaria um simples mas eficaz espaço administrativo. Porque se trata de relações com países diferentes, a forma, a arquitectura e a decoração tem de servir os objectivos gerais, pelo que — ao contrário da convicção generalizada em muitos dos intervenientes, incluindo Rebelo de Andrade e José de Figueiredo, e pedra angular da cultura portuguesa da época, fortemente marcada, desde o séc. XIX, pelo nacionalismo — não se pode exagerar a “**portugalidade**” da arquitectura, do mobiliário e da decoração, para não criar nos visitantes a sensação de chegarem a um ambiente desconhecido, exibindo abusivamente o barbarismo de uma manifesta e radical exterioridade. Pelo contrário, sem o excluir, deve-se mitigar esse ambiente nacional com subtis toques internacionais, e produzir uma atmosfera capaz de favorecer e estabelecer diálogo entre culturas e países. Finalmente, era importante perceber os elevados **custos** de instalação de uma Embaixada, e que não pode haver mesquinhez, dado que o instrumento-Embaixada vive, em grande parte, da sua aparência, e dela depende parte da sua eficácia.

Armindo Monteiro saiu derrotado de algumas das suas lutas durante o processo da Embaixada de Londres. Mas, com a sua determinação e combatividade, deu boa resposta pela transformação da experiência pessoal em aprendizagem, em teoria, em ensinamento. E, para o bem e para o mal, as suas formulações não parecem ter sido esquecidas por nenhum dos intervenientes e ter-se-ão mesmo espalhado pelo governo e pelos meios estatais em Lisboa.

A sua síntese final, terminada já a obra, foi notável de lucidez e ironia:

“...no arranjo das missões diplomáticas como em tudo na vida, há que pagar a aquisição de uma experiência; e se, neste caso, se ganhou um ensinamento que aproveite ao futuro, não pode dizer-se que tenha sido pago muito caro”³⁹¹.

Na verdade foi uma experiência que produziu muito ensinamento e, além de útil, foi barata: 1/6 do que se gastou poucos anos depois, em Madrid; e 1/80 do que custou, duas décadas e meia mais tarde, a Embaixada do Rio de Janeiro. Mais importante, porém, foi um ensinamento para o futuro: o que devia ser e do que necessitava uma Embaixada.

5.3

MADRID COMO APLICAÇÃO SIMPLIFICADA

Não sabemos ao certo que tipo de difusão terá tido a reflexão de Armindo Monteiro para além dos intervenientes diretos. Mas no sistema de gota de gota que, em meios pequenos, faz as vezes de difusor, deve ter sido falada e conhecida nos corredores do MNE. Embora nada tenha ficado registado, os sinais mostram que os ensinamentos se acumularam, se sedimentaram e, contra todas as probabilidades, sobreviveram.

Salazar, com todos os defeitos que lhe reconhecemos, não era desatento nem recusava aprender. Recordamos que nas suas relações com os Embaixadores, como apontou Futscher Pereira, os dirigiu “...com mão de ferro, mas também escutou e não poucas vezes atendeu aos seus conselhos e até às suas críticas”³⁹².

E no processo da Embaixada de Madrid, e mesmo depois, quando do caso do Rio de Janeiro, Salazar parece ter plenamente assumido e interiorizado os ensinamentos de Armindo Monteiro. Não se voltou a ver nenhuma das reservas e interferências que surgiram no processo de Londres. Pelo contrário, a visão e a opinião dos diplomatas passou a ser ouvida, a ponto de terem mesmo chegado a perturbar, se não a contrariar fortemente, a determinação do Governo em acelerar procedimentos. E nem mesmo face aos custos exorbitantes do *Projeto 3*, para o Rio de Janeiro, o Presidente do Conselho recusou o seu “*placet*”³⁹³.

Esta aprendizagem do Presidente do Conselho foi comprovada também quanto à decisão da separação da Chancelaria da Residência. Com efeito, se em Madrid foi relativamente natural a colocação próxima mas separada de ambas, já no Rio de Janeiro implicou a construção de um novo e diferente edifício (partilhado embora com outras instituições nacionais), mas nunca foi questão de dúvida. E mais tarde, mesmo em Londres, já depois da Guerra, sendo certo que para aproveitar créditos dificilmente recuperáveis de outro modo, Salazar aceitou comprar uma nova e sumptuosa Residência, deixando a antiga Embaixada destinada apenas a Chancelaria, deu razão — tarde, é certo — à tão desejada separação preconizada e defendida por Armindo Monteiro.

Também não sabemos se Pedro Teotónio Pereira conhecia as reflexões do seu colega de Londres. Mas, seja porque era mais cordato e hábil, seja porque Salazar tinha já recebido a lição, nenhuma das contrariedades da experiência anterior aconteceu. Sempre que solicitado, e isso aconteceu de modo repetido e crescente, Salazar abriu a bolsa sem, aparentemente, protestar. E sendo ainda Ministro dos Negócios Estrangeiros percebeu que não devia o MNE ficar sozinho no acompanhamento do processo, delegando no MOP a supervisão técnica e no Embaixador toda a gestão financeira.

392.
PEREIRA, Bernardo Futscher
- *A Diplomacia de Salazar
(1932-1949)*. Alfragide,
Dom Quixote, 2013, 2ªed., p.539.

393.
AHDME, Embaixada de Portugal
no Rio de Janeiro, Mç.741,
Capilha: Proc. 21.3 “Construção
de um Edifício para a Instalação
da Embaixada”. Memorando do
Ministro Paulo Cunha,
de 29 de Março de 1951.

Mas também há sinais de que o processo de aprendizagem não se ficou por aqui. Se a escolha de Guilherme Rebelo de Andrade para Madrid, tal como depois para o Rio de Janeiro, é relativamente natural em função da experiência anterior com o MNE e dada a admiração confessa de Teotónio Pereira pelo valor artístico dos irmãos Rebelo de Andrade, juntou-se ao processo, pela primeira vez, o MOP. Ainda assim, o Inspetor Chefe Jácome de Castro, parece ter sido mais uma escolha do que propriamente uma designação formal de um delegado por parte do MOP, tal a facilidade de relação e o bom entendimento rapidamente estabelecido entre ele, o arquitecto e o Embaixador. Mas sobre isso podemos apenas especular. O facto é que a eficaz capacidade deste trio foi instrumental para o processo do Rio de Janeiro, como se vê pela sua reativação nos momentos iniciais, quando foram chamados ao Brasil para dar uma chancela técnica e artística às teses defendidas por Teotónio Pereira.

Outra das lições aprendidas foi a da contenção ou da utilização apenas estratégica do *"sabor português"*. Sendo inequívoca a defesa genérica da afirmação nacionalista por parte de Teotónio Pereira, na Embaixada de Madrid, com base num palacete neo-barroco, apenas uma das salas, precisamente a que serve de antecâmara ao gabinete oficial do Embaixador, possui um painel de azulejos cedido pelo MNAA. A 'portugalidade' tinha ali presença, sim, mas num toque discreto, tal como discreta era também a presença de mobiliário português, ou o retrato de D. Sebastião, no espaço de entrada. E, mesmo essas peças, estavam articuladas com outras, francesas, barrocas, clássicas e até modernas, como os confortáveis sofás de braços do átrio da embaixada; ou a presença contrastante de elementos modernos e antigos, como, na sala de jantar, onde as grandes portas de correr espelhadas conviviam com uma fonte-lavatório em cerâmica, embutida na parede entre duas janelas, como se estivéssemos num palacete pombalino.

As experiências de Londres e Madrid foram também referência implícita para o que se projetou inicialmente para o Rio de Janeiro. De facto, em ambos os casos tratavam-se de moradias, casas grandes, sim, mas apenas 'casas'. E nesse sentido terá Guilherme Rebelo de Andrade interpretado a encomenda. Porém, na visão do Embaixador João Bianchi a 'casa' da embaixada, tal como prevista no Projeto de 1947, o primeiro dos Rebelo de Andrade para o Rio de Janeiro, não podia ser apenas 'uma casa' antes devendo ser, como mais tarde se assumiria em definitivo, 'um Palácio', dando eco e efeito prático às teses de Armindo Monteiro: é o Embaixador quem sabe e a quem compete estabelecer o que é necessário e adequado para a efetiva representação nacional no país para o qual foi nomeado. Uma autoridade que Teotónio Pereira tinha usufruído em Madrid, que João Bianchi tinha usado, e que Leite de Faria, no Rio de Janeiro, tinha extensiva e intensamente abusado.

5.4

RIO DE JANEIRO: TUDO SE COMPLICA

O trabalho de Guilherme Rebelo de Andrade nas três embaixadas não foi seguramente fácil. A dependência de autoridades com posições antagônicas e interesses divergentes — Salazar e Monteiro — entre o controle estrito de custos, imposto pelo primeiro, e as exigências quanto à profundidade da intervenção e à qualidade de execução, do segundo, deve-se ter tornado num exercício difícil, desgastante e mal pago. Mais fácil terá sido o caso de Madrid, dada a elegância de trato e o desembaraço de Teotónio Pereira junto de Salazar, com a presença discreta de Jácome de Castro a tratar das relações com o MOP e assegurando o desenrolar burocrático do processo.

Diferentemente, tudo no Brasil se tornou complicado depois do dismantelar forçado do grupo que tinha tão eficazmente trabalhado em Madrid. Os dois Embaixadores que sucederam a Teotónio Pereira no Brasil, João Bianchi e Leite de Faria, obstaculizaram e tentaram permanentemente bloquear o processo a pretexto de o melhorar, mostrando, sobretudo o segundo, uma evidente hostilidade para com Guilherme Rebelo de Andrade, apoiados na sua autoridade de Embaixadores — cimentada pela teoria de Armindo Monteiro — e, por isso, legitimados como interpretes das necessidades reais e do sentimento local. No caso de Bianchi, a argumentação é de natureza sobretudo funcional, mesmo se com alguma eventual incompreensão do projeto. Com Leite Faria, tudo sugere uma primária, total e desabrida desconfiança pessoal relativamente a Guilherme Rebelo de Andrade, consequência diferida de ter sido assistente de Armindo Monteiro em Londres, durante o difícil braço de ferro entre o Embaixador e o Presidente do Conselho e Ministro dos Negócios Estrangeiros, e que se deparou, anos depois, com uma oportunidade de ajuste de contas pessoal, criando deliberadamente entropia e azedume, entrvando quanto pôde a realização da obra, sendo direto e principal responsável pela sua tardia e já quase inútil inauguração, aparentemente indiferente aos atrasos provocados e até aos interesses do Governo e do País. Leite Faria quase conseguiu sabotar a presença de Guilherme e bloquear o processo de realização da Embaixada com a quantidade de exigências colocadas, aumentando as áreas e o programa, a ponto de a ter tornado financeiramente inviável, levando ao abandono do projeto inicial e, depois, colocando sistemáticas dificuldades às versões da segunda fase.

A primeira questão de fundo — para além da animosidade pessoal existente neste caso particular —, e recorrente nos processos de projeto, é que quem define o programa não é quem paga, pelo que as exigências e solicitações sobre os arquitectos vão num crescendo, em fase de projeto, até ao momento em que, quem de facto paga, se apercebe

e trava abruptamente o processo. Como entre Embaixador e Governo as relações eram duras mas próximas, as culpas passaram frequentemente para os arquitectos. No caso do Rio de Janeiro, foi provavelmente a presença e o poder crescente do MOP que salvou a situação, do ponto de vista de Guilherme Rebelo de Andrade, mas até do próprio Governo. Jácome de Castro, terá percebido o comportamento de Leite de Faria e deve ter esclarecido o seu Ministério das dificuldades criadas e das diretas responsabilidades daquele no processo desenvolvido no Rio, nos inícios de 1951, como causa direta da interrupção do projeto inicial, decidida em 1953.

A segunda questão de fundo, foi o alargamento da complexidade e do grau de controle do aparelho do Estado. É notória a diferença de níveis de vigilância por parte do Estado entre as três embaixadas, sendo evidente o muito maior grau de controle administrativo e processual nos anos 50. Em Londres, o MNE e o Embaixador controlaram as obras e a gestão das verbas atribuídas sem nenhuma interferência de outros; em Madrid, o MOP já está presente mas é a ainda a Embaixada quem gere as despesas; no Rio, além do MNE e mesmo do MF, foi o delegado do MOP quem teve todo o processo de gestão entre mãos, deixando para a Embaixada um papel residual.

Como se viu na autoritária e leonina atitude do Estado quando da imposição dos honorários do projeto de Londres, ou nos termos em que foi proposto o contrato para o Rio, unilateralmente alterado pelo MOP, não só o esmagamento de honorários era, como continua a ser, prática corrente, mas, como o contrato definitivo revela, constituiu uma evidente desautorização artística dos arquitectos. Retirar da sua responsabilidade os projetos de especialidades, impedir qualquer controle sobre a coerência entre a fase de concepção e a fase de realização em obra, são sinais claros de que se pretendia, acima de tudo, o controle da máquina do Estado sobre o resultado, mais do que produzir um bom resultado em si. Ou seja, a relação privilegiada que alguns arquitectos do tempo do Estado Novo, entre os quais os Rebelo de Andrade, tinham com o Estado, não significava **nenhuma forma de concubinato**, nem existia nenhuma deferência particular para com eles. Era apenas uma escolha prática por competência demonstrada e afinidades pessoais, mas com uma absoluta e inequívoca hierarquia: **eram 'funcionários' temporariamente contratados e não artistas-parceiros de um projeto cultural**.

A insinuação recorrente de que os Rebelo de Andrade eram, junto com outros, 'arquitectos do regime', em face dos processos de projeto e construção das Embaixadas mostra aspectos paradoxais. Por um lado a sua escolha era relativamente óbvia, pelo prestígio, pela experiência e pelas capacidades profissionais anteriormente evidenciadas. E porque

governantes e funcionários, e mesmo a opinião pública, os viam como capazes de traduzir consensos alargados quanto ao que deveria ser uma obra pública e de representação do país no estrangeiro, na sequência da realização dos projetos para as exposições do Centenário do Brasil e de Sevilha. Mas, por outro lado, a máquina estatal tratava-os como simples mão de obra, como contratando um mero 'fornecimento' de qualquer bem necessário para o funcionamento prático do aparelho administrativo, e não para um resultado artístico e cultural específico e relevante.

As opções gerais da arquitectura não devem, no entanto, ter sido grandemente alteradas por isso. A grande diferença de linguagem entre a grande 'casa' que marcou Londres, Madrid e a fase inicial do projeto do Rio de Janeiro, entendida como uma casa, uma residência para o Embaixador, recorrendo à linguagem mais pesada de um solar barroco, de uma grande moradia que podia ter sido construída no Restelo, foi substituída, quando o crescimento do programa tornou claro que se tratava de um 'palácio', pela linguagem mais leve das construções residenciais do Renascimento, com os seus coruchéus e as suas 'casas de fresco', fontes e origens que inspiraram as grandes varandas exteriores.

5.5

PERCURSO E RESULTADO

Londres e Madrid foram importantes etapas de um processo que levou à realização do Palácio de S. Clemente. Mas sendo essenciais para a sua compreensão, não tiveram nem têm a relevância simbólica e a importância arquitetónica da Embaixada do Rio de Janeiro.

O que torna a Embaixada do Rio um caso particular, para além da grande dimensão, de ser uma construção de raiz, da vontade artística que está por detrás da sua concepção, da sua intencionalidade expressiva, e do conturbado processo da sua construção, é a sua **irrepetibilidade** e a sua **atemporalidade**.

O trabalho dos irmãos Rebelo de Andrade criou, no Rio, uma obra singular. De facto, possuía e aplicava as tecnologias e as preocupações do século XX. O uso do betão armado e o recurso ao ar condicionado; a evidente atenção à organização e ao funcionamento interno de um programa complexo que nada tinha já a ver com os modos e os sistemas de articulação interna das arquitecturas do passado, fossem elas renascentistas ou barrocas. Exibe uma evidente capacidade de manipular temas clássicos, sim, mas fá-lo de maneira criativa: — as sequências de espaços variando formas de tectos e alturas; a conjugação de materiais, de decorações e de mobiliários que desafiam classificação, como vimos nas diversas partes e componentes da "sala de mesa". Ou ainda o modo como a luz natural era conduzida a partir da cobertura, para marcar pontos singulares dos espaços, como a entrada, não realizada, no gabi-

nete do Embaixador; ou a colocação das tapeçarias do fundo do salão e da sala de mesa, iluminadas com luz conduzida desde a cobertura. E mesmo a utilização de sistemas de arrefecimento natural recorrendo à ventilação do vazio entre os tectos e a cobertura, a partir dos óculos das fachadas...

Não obstante o uso e o recurso a sistemas e dispositivos modernos, a forma e a aparência recorreu a linguagens e a todo um conjunto de elementos decorativos evocativos do passado da arquitectura portuguesa. A não-coerência estilística de que, não sem razão, a acusava Leite de Faria, derivava de não ser produto de uma visão revivalista e historicista, estrita e imediata, mas de uma recomposição de temas históricos da arquitectura portuguesa, articulados com sistemas de eixos, de proporções, de espaço, pertencentes à disciplina da Arquitectura em geral. Ainda que deliberadamente se procurasse estabelecer uma continuidade familiar com temas e formas particulares da arquitectura nacional, não se tratava de reedificar um qualquer modelo, copiado do passado, mas de convocar e conjugar diversidades.

Era, no entanto, e por tudo isso, uma obra que ia contra os cânones modernistas. Curiosamente, em nenhum momento o Embaixador Leite de Faria — que com as suas apuradas antenas não podia deixar de estar a par do enorme sucesso desenvolvimentista e tropical do *Movimento Moderno* no Brasil, nos anos 50 — fez qualquer sugestão ou referência neste sentido. Nada indica, ainda que conhecendo a diferença da arquitectura recente do Brasil de então, as preferências do Embaixador fossem para a 'arquitectura moderna' tal como Óscar Niemeyer, Lúcio Costa, Affonso Reidy e tantos outros faziam já no Brasil, e cuja influência iria mudar as tendências da arquitectura no Portugal dos anos 50.

Porém, para Guilherme Rebelo de Andrade, a consciência da diferença era já muito sensível. Em 1958, numa entrevista ao jornal carioca *A Voz de Portugal*³⁹⁴, referindo-se às suas escolhas formais para o edifício, dizia: "*Sei que não agradará a todos, em especial à juventude*". Não era ser premonitório, era apenas estar atento à realidade circunstante, nomeadamente à portuguesa, onde uma nova geração estabelecia as suas referências arquitectónicas com bases muito diversas das que tinham norteedo as carreiras dos dois irmãos.

No final da obra, em 1961, razões de natureza eminentemente política (o crescente isolamento do regime, a transferência da capital para Brasília ou, na expressão do jornalista Manuel Mendes, o estar "*na contramão da história*", como referimos na Parte Quatro) deram lugar a uma inauguração tristonha, onde era claro o esvaziamento de energia e de sentido, tornando evidente que todo o esforço e meios ali aplicados tinham sido um mau investimento, porque tardio, para a promoção e afirmação de Portugal. O mesmo se passava com a arquitectura e com

as escolhas formais realizadas: vinham tarde demais. Apesar das críticas à arquitectura e ao urbanismo modernistas estarem já presentes nos debates internacionais, tal acontecia apenas em âmbitos restritos. O final dos anos 50 e inícios dos anos 60 era ainda, para a maioria dos arquitectos e mesmo para o público em geral, um tempo de triunfo absoluto da arquitectura modernista. E mesmo em Portugal os sinais de transformação dos *Verdes Anos* iam fazendo o seu caminho³⁹⁵. Até mesmo na máquina do Estado, onde gerações mais novas iam ocupando postos de decisão.

Também no contexto da obra dos Rebelo de Andrade, vista no seu conjunto, a Embaixada do Rio é uma obra de fim de ciclo que marca o início da derradeira etapa das suas carreiras. Longe iam os tempos em que o barroco reevocado era sinal da vitalidade da sua arquitectura e da legítima procura de uma reacção vigorosa à importação espúria e banalizada de *chalets* e *chateaux*, quando trabalhavam os antigos estilos na pesquisa de qualquer coisa de sólido, de verdadeiro, de distintivo, susceptível de definir e de identificar Portugal e os Portugueses, capaz de materializar, não numa dicotomia mas numa síntese, o desejo de ser simultaneamente Português e Moderno que tinha norteado parte do seu percurso e estava agora claramente em perda.

Mas o tempo faz variar as perspectivas e as leituras. As realidades mudam, os gostos também. A distância esbate os conflitos do quotidiano e autoriza uma menor paixão. Não obstante, entre os críticos e os arquitectos continua a dominar a visão mitificada do modernismo e do seu código, sucessivamente acrescentado pela sua descendência directa e continuamente reelaborado por uma sofisticada exegética, construída a partir de um minucioso trabalho de detalhe na sua pormenorização historiográfica; e tendo como resultado final a dificuldade, senão a recusa, em entender tudo o que não esteja em consonância.

Diferentemente, para o público, o Palácio de S. Clemente tornou-se um objecto fascinante. Uma espécie de *Neuschwanstein* português. Um palácio de conto de fadas implantado num contexto carioca. Deixou de corresponder a um tempo específico e, por isso mesmo, deixou de poder estar obsoleto. É apenas e unicamente 'antigo', como se sempre tivesse existido, sendo irrelevante a data e as circunstâncias culturais da sua construção. Um 'monumento', portanto.

Corporizou, material e efetivamente, um dos propósitos maiores da arquitectura Tradicionalista: o sentido de que **o 'permanecer', mais do que o 'mudar', é o que dá valor à arquitectura**. O que sobrevive à pressão da modernidade, à premência das novidades, à sucessão de modas, é que é verdadeiramente *"digno de ser transferido para a arquitectura construída: os caracteres regionais, os nacionais, os elementos clássicos, as proporções sancionadas pelos séculos, até [mesmo] os materiais e alguns processos construtivos"*.³⁹⁶

395.

TOSTÕES, Ana -
Os verdes anos na arquitectura portuguesa dos anos 50. Porto: FAUP Publicações, 1997, 2ª ed.

396. PIGAFETTA, Giorgio,
ABBONDADOLO, Ilaria
- *La Arquitectura Tradicionalista*.
Madrid, Celeste Ediciones,
2002, p.37.

397.
"Pensar o evento para não
sucumbir à atualidade", frase
atribuída a Hannah Arendt.
Ver: ARENDT, Hannah – *Penser
L'Événement*. Tours, Belin, 1989.

A qualidade de se ter tornado uma obra de arquitectura alheia ao debate, tanto ao da época da sua construção como aos atuais, é precisamente o que dá valor à antiga Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro. Tornou-se parte de um tempo neutro, de um tempo 'clássico', e somente pode ser entendida enquanto tal. Transcendeu a atualidade, independentemente do seu valor artístico absoluto. Permite-nos, parafraseando Hannah Arendt, apreciar o objecto e deixar-nos fascinar '**sem sucumbir à sua [in]actualidade**'³⁹⁷.

Podemos assim olhá-lo, percorrê-lo e fruí-lo — até porque é quotidianamente utilizado e periodicamente aberto ao público — livres de moralismos ou preconceitos herdados, aproveitando as suas qualidades arquitectónicas. Avaliando-o como ele é: um conjunto de planos, de volumes, de espaços, de percursos, de sequências e de variações, de texturas e de materiais, de jogos de sombra, de enfiamentos visuais, de contrastes altimétricos, de funcionalidades, de sólida construção e de expressão singular...

A sua arquitectura é uma das muitas variantes — todas elas **possíveis** e **legítimas** — da célebre definição de *Le Corbusier* do que é a Arquitectura: "...*jeu savant, correct et magnifique des volumes assemblés sous la lumière*", que aqui evocamos de modo literal e sem qualquer ironia.

Com méritos à sua justa medida — evidentemente —, constitui um objecto singular e irrepetível, mas sem dúvida parte integrante da História da Arquitectura Portuguesa, oferecida aos visitantes sob a luz tropical do Rio de Janeiro.

Terminamos com a frase de Agustina Bessa Luís que usamos como epígrafe: "*As velhas chagas fecham, mas fica sob a pele uma zona sensível, mais pálida e onde dormita a dor*". As nossas vidas, tanto a pessoal como a coletiva, continuam, como sempre estiveram, cheias de um passado-presente. De um passado que não passa. Mais imediato ou mais longínquo, mais vivo ou mais esbatido, consoante o que lembramos, o que aprendemos e o que somos, continua sempre presente. Podemos rodear-nos por ilusões de novidade, de progresso, de evolução, de mudança, até mesmo de revolução. Mas por detrás de nós, portugueses democráticos e felizes, "*dormita a dor*" do passado.

O Estado Novo — sob o qual, **sem escolha**, viveram os arquitectos da época — com os seus personagens duros, autoritários, prepotentes, focados nos interesses pessoais e fazendo da ideologia um instrumento oportunista, num país com um quadro mental e cultural marcado por um temor atávico do poder e pela permanente dependência do Estado, não desapareceu.

Guilherme Rebelo de Andrade foi um arquitecto como nós. Tentou garantir as lógicas funcionais enquanto procurava assegurar a elegância e a coerência da forma, visando defender as razões da Arquitectura, tal como ele as entendia, e procurando para ela um sentido cultural profundo e sincero. Apesar das desconsiderações, das incompreensões, das reformulações sucessivas e dos compromissos a que foi obrigado, dos abusos e das contrariedades, lidou com elas com tranquilidade, com discrição, com a suave resiliência que o caracterizou. Teve de trabalhar com complexas máquinas burocráticas e com difíceis personagens, cujos sucedâneos e descendentes estão aí, com diferentes designações, com discursos retocados, com outras roupagens, sem gravata e sem chapéu, mas com os mesmos desejos e a mesma determinação.

Está tudo sob a pele, na zona sensível.

Porto, FAUP, Agosto 2018

ÍNDICE DE NOMES

- ABBONDADOLO, Ilaria / p.106
ABREU, Augusto Cancellata de / p.122.
AGUIRRE, Ramon / p.80, 87.
ALEDO, Marquês de / p.71.
ALMAZAN, Duquesa de (Araceli de Silva y Fernandes de Córdoba) / p.71, 74.
ALMEIDA, João Miguel / p.71.
ALMEIDA, Pedro Vieira de / p.22.
ALMODOVAR, Jorge Franco e / p.78.
ÁLVARES, José Maria / p.62
ALVES, Maximiano / p.23.
ANDRADE, Carlos Rebelo de / p.9, 17, 21, 23, 24, 33, 115, 124, 155.
ANDRADE, Guilherme Rebelo de / p.9, 10, 17, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 32, 33, 34, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 56, 59, 60, 61, 62, 71, 72, 73, 74, 76, 78, 79, 80, 81, 84, 86, 87, 89, 91, 96, 98, 99, 100, 101, 115, 120, 123, 124, 125, 128, 131, 132, 135, 136, 138, 139, 141, 142, 148, 151, 155, 156, 167, 168, 173, 198, 199, 203, 204, 205, 207, 210.
ANDRADE, Irmãos Rebelo de / p.10, 17, 20, 21, 22, 23, 86, 124, 126, 148, 149, 150, 156, 170, 177, 180, 190, 192, 193, 203, 206, 207.
ANDRADE, Rosário Rebelo de / p.28.
ANDRADE, Ruy Rebelo de / p.23.
ANDRADE, Vasco Rebelo de / p.28, 155.
ANDRÍA, Duquesa de / p.91, 94, 98, 100.
ARANDA, Óscar da Rocha / p.71, 72.
ARENDDT, Hannah / p.209.
AZEVEDO, Francisco Paula Ramos de / p.118, 119, 128, 140.
BARATA, José Figueiredo Mendes / p.182.
BARRADAS, Jorge / p.172.
BARRETO, António / p.31, 71.
BARRETO, José Manuel Andrade / p.23.
BENAVENTE, Luís / p.61, 65, 66.
BIANCHI, João António / p.60, 132, 133, 134, 143, 144, 154, 156, 158, 159, 160, 167,168, 203, 204.
BRANDÃO, Fernando de Castro / p. 36
BRIGG, Miss / p.56, 57.
CAETANO, Marcelo / p.182.
CÂMARA, Cardeal D. Jaime / p.179.
CARNEIRO, Luís Soares / p.9, 10, 19, 23.
CARVALHO, Cristina Wolff / p.118.
CASTRO, Fernando Jácome de / p.25, 71, 72, 73, 74, 79, 80, 84, 86, 87, 89, 96, 98, 99, 100, 101, 120, 125, 126, 127, 129, 131, 132, 137, 138, 139, 141, 144, 147,148, 156, 203, 204, 205.
CÔRTE-REAL, Manuel H. / p.10, 28, 71, 155.
COSTA, Lúcio / p.180, 207.
COSTA, Pedro Campos / p.183.
COSTA, Sandra Vaz / p.24.
COUTINHO, Bárbara / p.180, 181.
COUTO, João / p.81.
CRUZ, António Leite / p.134.
CRUZ, Crisóstomo / p.132
CUNHA, Luís / p.180.
CUNHA, Paulo Arsénio Veríssimo da / p.25, 139, 147, 148, 154.
CUNHA, Luiz Alexandre / p.115.
CUNHA, Rui Brito e / p.182.
CUTILEIRO, José / p.32.
D'OLIVEIRA, Dantas / p.72, 78.
DESHAULIÉRES, Dominique / p.17.
DU BOULAY, Mrs. / p.48, 51, 61.
EGA, João da / p.148.
ENCARNAÇÃO, José Roberto da / p.80.
ESPIRITO SANTO, Ricardo / p.79, 170.
EVANGELISTA, Hélio de Araújo / p.144.
FARIA, António Leite de / p.6, 25, 26, 134, 135, 136, 137, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 151, 152, 153, 154, 156, 159, 160, 162, 163, 170, 173, 177, 179, 203, 204, 207.
FEIO, Salvador Barata / p.181.
FERRO, António / p.38.
FICHER, Sylvia / p.118.
FIGUEIREDO, José de / p.23, 24, 25, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 56, 57, 61, 62, 73, 135, 200, 201.
FIGUEIREDO, Miguel Valle / p.71.
FRAGOSO, José Manuel / p.182.
FREITAS, Ilídio Martins / p.178.
GEORGE V / p.45.
GOMIDE, Wadjô / p.182.
GONÇALVES, Eiseu / p.20.
GORJON, Candido Casanueva y / p.73.
GUIMARÃES, Alberto Laplaine / p.71, 155.
GUINLE, Carlinhos / p.148.
HIJAR, Duques de / p.71.
J. Vultos & Duarte Lda. / p. 174.
JEANNEAU, Hubert / p.17.
Keeble, Ltd. / p.42, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 59, 61, 67.
KUBITSCHKE, Juscelino / p.179.
LAGUNA SERRANO, Julián / p.86, 87, 99.
LAGUNA-AROZAMENA / p.85, 86.
LE CORBUSIER / p.209.
LEIF, Jerram / p.17.
LEITÃO, Jaime Vanzeller / p.28.
LEITE, Duarte / p.115.
LEITE, João Pinto da Costa / p.86, 100.
LEMONS, Carlos / p.118.
Lewis E. Nunn, Ltd. / p.44, 47, 48, 49, 59.
LINO, Raul / p.23, 33, 137.
LÓPEZ, Joaquim Saldaña / p.71, 91.
LUCENA, Manuel de / p.31.
BESSA-LUÍS, Agustina / p.15, 209.
MACHADO, Humberto / p.182.
MALHEIRO, Ventura Reimão / p.119.
MARCUCCI, Laura / p. 17.
MARTÍNEZ VERÓN, Jesús / p.86.
MARTINS, Fernando Manuel Santos / p.71.
MATA, Caeiro da / p.126.
MATHIAS, Marcello Duarte / p.135, 146.
MELLO, Joana / p.118, 119.
MENDES, Manuel Pessoa / p.179, 181, 182, 207.
MENEZES, Francisco Ribeiro de / p.28.
MOLO, Ludovica / p.17.
MONEO, Rafael / p.17.
MÓNICA, Maria Filomena / p.31, 71.
MONTEIRO, Armindo / p.25, 26, 31, 32, 34, 35, 36, 38, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 51, 55, 56, 58, 60, 61, 62, 63, 72, 90, 97, 134, 135, 136, 137, 151, 153, 173, 200, 201, 202, 203, 204.

MONTEIRO, José Luís / p.19.
 MONTEIRO, Lúcia / p.60, 68.
 MORAES, Visconde de / p.115.
 MOREIRA, Lino / p.115.
 NERI, Maria Luisa / p.17.
 NIEMEYER, Óscar / p.119, 207.
 NOGUEIRA, Franco / p.182.
 NUNES, João Correa / p.70, 155.
 OLIVEIRA, Alberto de / p.31.
 OLIVEIRA, Arantes de / p.181.
 OLIVEIRA, Antas de / p.72, 78.
 OLIVEIRA, João Paulo Nazareth de / p.25, 125, 141, 150, 178.
 OLIVEIRA, Pedro Aires / p.31, 32, 35.
 PACHECO, António Carneiro / p.98, 99, 100.
 PACHECO, Duarte José / p.24, 139.
 PAIS, Sidónio / p.19.
 PALACIO, Pedro Navascués / p.71.
 PALMELA, Duque de / p.134.
 Pardal Monteiro, Lda. / p.84.
 PEREIRA, Bernardo Futscher / p. 31, 32, 38, 56, 135, 146, 202.
 PEREIRA, José Ramón Alonso / p.71.
 PEREIRA, Pedro Teotónio / p.25, 26, 38, 71, 74, 78, 79, 84, 86, 89, 90, 96, 101, 116, 118, 120, 122, 123, 125, 126, 131, 132, 183, 202, 203, 204.
 PIGAFETTA, Giorgio / p.208.
 PINTO, Ana Lourenço / p.80, 81.
 QUILHÓ, Irene / p.170.
 RAMALHO, João de Deus / p.182.
 RAMALHO, Raul Chorão / p.9, 155, 182, 183.
 RAMOS, Carlos Chambers/ p.115, 180, 181, 182, 183.
 REIDY, Affonso / p.207.
 RENDA, Gilberto / p.81, 97, 98.
 RIBEIRO, António Manuel / p.182.
 RIBOLDAZZI, Renzo / p.17.
 RIVERA, David / p.17.
 ROCHETA, Manuel / p.179, 180.
 ROSADO, Garcia / p.37.
 ROSAS, Fernando / p.38.
 José Rosas, Lda. / p.81.
 SALAZAR, António de Oliveira / p.22, 25, 26, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 42, 43, 44, 45, 52, 56, 58, 61, 62, 63, 71, 72, 73, 74, 78, 83, 84, 86, 87, 89, 90, 98, 116, 117, 118, 121, 122, 123, 126, 135, 146, 200, 202, 204.
 SALVISBERG, O.R. / p.17.
 Sampaio & Laginha, Lda. / p.129.
 SAMPAIO, Luis Teixeira de / p.49, 51, 129.
 SANTA MARTA, Conde de / p.98.
 SANTOS, Alfredo Assunção / p.115.
 SANTOS, Reinaldo dos / p.170.
 SANTOS, Rui Afonso Martins dos / p.33
 SEMERANI, Luciano / p. 17.
 SERRANO, Julián Laguna / p.86, 99.
 Severo & Vilares / p.118, 119, 121, 127, 128, 138, 139, 140, 141, 143, 144, 146, 150, 151, 153, 159, 178.
 SEVERO, António / p.127, 133, 140, 142, 144, 146.
 SEVERO, Ricardo / p.19, 118, 119.
 SILVA, Henrique Gomes da / p.84.
 SOL, Anne-Laure / p.17.
 TAGLIAVENTI, Gabriele / p.17.
 TELMO, Cottinelli / p.22.
 TOMÁS, Américo / p.182.
 TOSTÕES, Ana / p.208.
 ÚLRICH, José Frederico do Casal Ribeiro / p.25, 36, 125, 126, 139, 140.
 ÚLRICH, Geneveva de Lima Mayer / Geneveva de Lima / Veva de Lima / p.32, 40.
 ÚLRICH, Ruy Ennes / p.32, 36, 40.
 VALLERA, João / p.28.
 VARGAS, Getúlio / p.116.
 VILLAR, Amador / p.82.
 VITOU, Elizabeth / p.17.
 XAVIER, Alberto / p.119.

Edição

© **Edições Afrontamento, Lda.**

Rua de Costa Cabral, 859 / 4250-225 Porto

www.edicoesafrontamento.pt | geral@edicoesafrontamento.pt

Concepção Gráfica: **Miguel Freitas**

Depósito Legal: 481511/21

ISBN:

Impressão e acabamento: **Rainho & Neves, Lda.**

1.ª edição 2021

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida por processo mecânico, electrónico ou outro sem autorização escrita do editor.